



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Kimberly Araujo Gomes Pereira

Mulheres no Recôncavo da Guanabara:
professoras e escolas femininas em Estrella, Iguassú e Magé (1862-1872)

Duque de Caxias

2023

Kimberly Araujo Gomes Pereira

Mulheres no Recôncavo da Guanabara:

professoras e escolas femininas em Estrella, Iguassú e Magé (1862-1872)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angélica Borges

Duque de Caxias

2023

CATALOGAÇÃO NA REDE SIRIUS

P436
Tese

Pereira, Kimberly Araujo Gomes

Mulheres no Recôncavo da Guanabara: professoras e escolas femininas em Estrella, Iguassú e Magé (1862-1872). / Kimberly Araujo Gomes Pereira - 2023.

198 f.

Orientador(a): Angélica Borges.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Mulheres - Teses. 2. Professoras - Teses. 3. Recôncavo da Guanabara – Teses. I. Borges, Angélica. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 37.043.1:37-055.2

Bibliotecária: Ana Paola Araujo – CRB7/6387

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Kimberly Araujo Gomes Pereira

Mulheres no Recôncavo da Guanabara:

professoras e escolas femininas em Estrella, Iguassú e Magé (1862-1872)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias.

Aprovada em: 17 de abril de 2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Angélica Borges (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Márcia Cabral da Silva (UERJ)

Prof.^a Dr.^a Alessandra Frota Martinez de Schueler (UFF)

Duque de Caxias

2023

DEDICATÓRIA

A todas as professoras da Educação Básica que,
em meio a tantas dificuldades, se empenham em
realizar seu trabalho com maestria.

AGRADECIMENTOS

“Kimberly, você já terminou o seu mestrado?”. Acho que agora poderei dizer “sim, eu terminei”, às crianças da primeira turma em que trabalhei como regente. Era recém-formada, no início do mestrado, quando assumi uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental no Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI-UFF). A curiosidade das crianças sobre a vida da professora me levou a comentar que eu cursava o mestrado. Mil perguntas surgiram e entre elas a tão temida “Quando você vai terminar?”. Eu sempre comentava com as crianças que seria em 2023, mas eles tinham a esperança de que eu terminasse antes. Então, toda semana eles me perguntavam se eu já tinha terminado o mestrado. Apesar de não estar visível aos olhos de quem lerá este texto, há tanto dessas crianças nele. Talvez as crianças nunca leiam este estudo, mas não poderia deixar de agradecer a todas elas por fazerem parte deste momento e por se mostrarem curiosos, atentos e preocupados com todo esse processo de escrita e pesquisa.

E em todo esse processo de pesquisa, escrita, revisão tive o apoio da minha orientadora. Angélica me orienta há cinco anos e acompanhou de perto o nascer dessa pesquisa enquanto eu ainda era bolsista de iniciação científica. Muitas coisas mudaram nesses anos, mas a paciência, as sugestões e os conselhos foram de suma importância para que este trabalho se concretizasse. Muito obrigada, Angélica! Agradeço à banca por aceitar no ano passado o convite para a qualificação e pela leitura atenta deste trabalho.

E não poderia deixar de agradecer ao Grupo de Estudos da História da Educação Local (Ehelo), grupo do qual fiz/faço parte durante todos esses anos. Agradeço pelas contribuições, acolhida de sempre, debates e encontros.

Além das pessoas mencionadas, agradeço também a todos os colegas de profissão que atuaram nas duas escolas em que lecionei nesses dois anos. No COLUNI-UFF agradeço a acolhida, paciência e recepção a esta professora iniciante. Agradeço especialmente a toda a equipe do Fundamental I: Ana Carolina Lacorte, Patrícia Barboza, que foram minhas duplas, Ana Lúcia, Flávia, Natália, Lorelay, Wilson, Thaís, Jonathan, Jefferson, que acompanharam do início até meados desse processo da dissertação. E, ao longo do processo de escrita, assumi como professora em Miguel Pereira. Agradeço à equipe da Escola Municipal Pantanal pela recepção e apoio neste finalzinho de mestrado. Em especial à Cátia, Carolina e Kamille, por me acompanharem diariamente com as crianças e nos dias que precisei me ausentar por conta do mestrado. à Viviane e Ana Maria pelas liberações e reorganizações dos meus horários e dias de trabalho. A vocês, meu muito obrigada!

O processo da escrita da dissertação em si já é estressante e conturbado. Imagina somado

a uma pandemia e mudança. Apesar disso, tive amigos, que mesmo com suas próprias demandas, tiravam um tempo para me ouvir, apoiar ou me distrair.

Aos amigos de (quase) vida inteira, Julio e Ana Beatriz, obrigada pelas conversas, risadas e por ouvir meus áudios longos no WhatsApp. Ao Hálison e Thábara, pela companhia nas aulas do mestrado, nos trabalhos das disciplinas, nas idas e vindas das aulas presenciais e por compartilharmos as ansiedades, medos, frustrações e alegrias de realizar pesquisa em meio à pandemia. À Arianne, Débora, Paulo, Eduardo e Francisco pela parceria nesses últimos meses de mestrado.

Além desses, não poderia deixar de agradecer às minhas meninas “gêmeas” Emilene e Mariana, que compartilharam comigo, durante esses anos, as alegrias e desafios de sermos professoras da Educação Básica e pesquisadoras. Obrigada pelas conversas, filmes, passeios e companhia dentro e fora da vida acadêmica/profissional.

Ao Richardson, pela infinita torcida para que tudo ocorresse da melhor forma e que eu continuasse bem durante todo o processo. Obrigada pelas lembranças, imagens, pitacos, conversas e por todo o apoio. Agradeço à Ana Carolina pelas trocas, indicações de leitura, compartilhamento de arquivos, pelas fotonovelas e pelos memes do Instagram.

Durante esses dois anos eu contei com muitas pessoas para que este trabalho estivesse pronto. Agradeço à Biblioteca Parque de Niterói e à Cúria Diocesana de Petrópolis e a seus respectivos funcionários sempre atentos e solícitos às demandas.

À toda a minha família que vem me apoiando e torcendo ao longo desses anos. Em especial aos meus tios Adriana, Alan, Margareth, Elizabeth e Marly. Cada um a seu modo ajudou para que eu estivesse terminando este trabalho.

E aos meus pais que há 25 anos cuidam, rezam e torcem por mim. E que nesse período do mestrado procuraram aliviar a minha vida o máximo que puderam. Mesmo que isso significasse renunciar a seus compromissos para vir a Miguel Pereira me fazer companhia ou simplesmente me acompanhar na volta para casa. Obrigada pela dedicação e apoio. Amo vocês.

E por último, mas não menos importante, agradeço a Deus e a Nossa Senhora por me darem força, saúde e discernimento para lidar com as situações ao longo do mestrado. E como eu disse esses dias, “demorou, mas passou rápido”.

RESUMO

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. **Mulheres no Recôncavo da Guanabara**: professoras e escolas femininas em Estrella, Iguassú e Magé (1862-1872). 2023. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

As mulheres do Recôncavo da Guanabara exerceram alguns ofícios para a sua subsistência, e o magistério era um deles. O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de escolarização e o magistério feminino nos municípios de Estrella, Iguassú e Magé, entre 1862 e 1872. Com esta finalidade, utilizamos o Almanak Laemmert, os relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro, a imprensa periódica e as legislações da época. Desta forma, para construir as análises usamos um quadro teórico metodológico que discute a história regional e local, a história da Baixada Fluminense, a micro-história e o conceito de experiência. As escolas públicas femininas foram criadas na década de 1840 para atender às meninas moradoras do Recôncavo da Guanabara e seu principal foco era a preparação para a vida doméstica. Ao longo dos anos, surgiram mais escolas para atender a demanda da região e, com isso, foram realizados concursos para que as mestras proovessem as escolas. A metodologia do Fio do Nome nos ajuda a conhecer as trajetórias docentes, as questões religiosas, suas relações familiares, sociais e com as demais professoras. Destacamos a experiência de cinco famílias que atuaram na instrução de Magé, Estrella e Iguassú. As experiências docentes nos permitem analisar as possibilidades de ser mulher e o espaço que ocupavam na sociedade Oitocentista onde deveriam instruir as meninas na arte de ler e escrever.

Palavras-chave: Mulheres. Professoras. Recôncavo da Guanabara. Século XIX.

ABSTRACT

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. **Women in the Recôncavo da Guanabara: female teachers and schools in Estrella, Iguassú and Magé (1862-1872).** 2023. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

The women of Recôncavo da Guanabara exercised some craft for their subsistence, and teaching was one of them. The present study aims to analyze the schooling process and female teaching in the municipalities of Estrella, Iguassú and Magé between 1862 and 1872. For this purpose, we use the Laemmert Almanak, the reports of the presidents of the Province of Rio de Janeiro, the periodical press of the time, laws. To build the analyzes we used a methodological theoretical framework that discusses regional and local history, the history of Baixada Fluminense, micro history and the concept of experience. Female public schools were created in the 1840s to serve girls living in the Recôncavo da Guanabara. Female education was directly linked to preparing girls for domestic life. Over the years, schools were recreated to meet the demand in the region. With the increase in the number of schools, competitions were held for female teachers to supply the schools. The methodology of Fio do Nome helps us to know the teaching trajectories, their religious issues, their family relationships and with the other teachers. We highlight the experience of five families that worked in the instruction of Magé, Estrella and Iguassú. Teaching experiences allow us to analyze the possibilities of being a woman and her space in nineteenth-century Society Where they were to instruct the girls in the art of reading and writing.

Keywords: Women. Female teachers. Recôncavo da Guanabara. 19th century.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Municípios fluminenses e seus respectivos anos de elevação a categoria de Vila.....	31
Quadro 2	Quantitativo populacional de Estrella, Iguassú e Magé nos anos de 1840 e 1851.....	55
Quadro 3	População de Estrella estimada pelo Recenseamento em 1872.....	56
Quadro 4	População de Magé estimada pelo Recenseamento em 1872.....	57
Quadro 5	População de Iguassú estimada pelo Recenseamento em 1872.....	57
Quadro 6	Situação de alfabetização em Estrella.....	60
Quadro 7	Situação da alfabetização em Magé.....	61
Quadro 8	Situação da alfabetização em Iguassú.....	62
Quadro 9	Ofícios femininos registrados em Magé (AL).....	78
Quadro 10	Ofícios femininos registrados em Iguassú (AL).....	79
Quadro 11	Ofícios femininos registrados em Estrella (AL).....	80
Quadro 12	Profissões em Estrella pelo Recenseamento de 1872.....	82
Quadro 13	Profissões em Magé pelo Recenseamento de 1872.....	82
Quadro 14	Profissões em Iguassú pelo Recenseamento de 1872.....	83
Quadro 15	Matrículas na Escola Normal.....	93
Quadro 16	Professoras que frequentaram a Escola Normal.....	95
Quadro 17	Doenças que acometiam os municípios do Recôncavo da Guanabara.....	111
Quadro 18	Frequência escolar feminina em 1872.....	112
Quadro 19	Mulheres exercendo o ofício docente em Magé.....	118
Quadro 20	Mulheres exercendo o ofício docente em Estrella.....	123
Quadro 21	Mulheres exercendo o ofício docente em Iguassú.....	126
Quadro 22	Inspetores Comarca de Magé.....	132
Quadro 23	Organização da Associação Protectora da Infância Desvalida.....	166
Quadro 24	Professoras de Magé.....	192
Quadro 25	Professoras de Iguacu.....	194
Quadro 26	Professoras de Estrella.....	196

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Barrado na escola.....	15
Figura 2	Classe de trabalhos manuais.....	25
Figura 3	Indígenas em uma plantação.....	28
Figura 4	Configuração da Província do Rio de Janeiro em 1872.....	30
Figura 5	Plantação de café na Serra dos Órgãos em Magé (1840 – 1857).....	31
Figura 6	Serra da Estrella.....	32
Figura 7	Mapa da Província Fluminense (1887).....	36
Figura 8	Villa de Magé (1845 – 1846).....	38
Figura 9	Centro da cidade de Magé (2023).....	39
Figura 10	Fábrica de Santo Aleixo.....	41
Figura 11	Divisão de freguesias em Iguassú.....	44
Figura 12	Rio Inhomirim (1835).....	46
Figura 13	Sociedade Dramática Popular Iguassuense.....	47
Figura 14	Porto Estrella (1835).....	49
Figura 15	Nossa Senhora da Piedade de Magepe.....	54
Figura 16	Maria Graham.....	67
Figura 17	Pedido para Isabel Alves Barrão ser considerada pensionista.....	96
Figura 18	Nomeação de professora substituta em Estrella.....;	105
Figura 19	Nomeação da professora Maria Guilhermina Vargas.....	105
Gráfico 1	Escolas públicas na Província fluminense (1838-1889).....	107
Figura 20	Provimento da escola da freguesia de Marapicú.....	109
Figura 21	Endereço das escolas femininas.....	115
Figura 22	Planta da Cidade de Magé.....	116
Figura 23	Criação da escola de São João Baptista de Meriti (1856).....	121
Figura 24	Licença concedida a Engracia Flavia.....	122
Figura 25	Menina tricotando.....	129
Figura 26	Pagamento da cota dos utensílios dos trabalhos com agulha.....	130
Figura 27	Pedagogia.....	131
Figura 28	Relação de serviços oferecidos na freguesia de Nossa Senhora da Piedade em Magé.....	138
Figura 29	Árvore genealógica da família Barreto.....	140

Figura 30	Anúncio do Collegio Particular Pavuna.....	141
Figura 31	Mapa do centro de Nova Iguaçu (2023).....	144
Figura 32	Escola Municipal professor Pariz em Belford Roxo (2022).....	147
Figura 33	Lista dos subscriptores.....	156
Figura 34	Mulher sentada na escrivaninha.....	158
Figura 35	Lição de instrução moral e cívica escrita pela professora Candida Francisca da Costa Lopes.....	164
Figura 36	Festejos de 7 de setembro de 1859.....	170
Figura 37	Bandeira do Divino.....	174
Figura 38	Convite a Festa do Divino.....	174
Figura 39	As meninas.....	178

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	HISTÓRIA DAS MULHERES E HISTÓRIA LOCAL: APROXIMAÇÕES A PARTIR DE IGUASSÚ, MAGÉ E ESTRELLA.....	25
1.1	Configurações territoriais do Recôncavo da Guanabara.....	26
<u>1.1.1</u>	<u>Magé: a vila e seus espaços de sociabilidade.....</u>	37
<u>1.1.2</u>	<u>Iguassú: entre a hidra e a hidrografia.....</u>	43
<u>1.1.3</u>	<u>Estrella: o porto e a pólvora.....</u>	47
<u>1.1.4</u>	<u>Nossa Senhora da Piedade: as semelhanças religiosas e populacionais de Magé, Iguassú e Estrella.....</u>	51
1.2	“Felizes as nações recém-nascidas à civilização”: o modelo feminino em destaque nos periódicos e na literatura.....	60
<u>1.2.1</u>	<u>O modelo de mulher: Maria, mãe do menino Deus.....</u>	70
<u>1.2.2</u>	<u>Olhares da literatura sobre as mulheres.....</u>	72
1.3	Ofícios das mulheres no Recôncavo da Guanabara.....	76
2	NOS RECÔNCAVOS DA DOCÊNCIA: O EXERCÍCIO DE SER PROFESSORA PRIMÁRIA NAS ESCOLAS FEMININAS.....	86
2.1	A formação das professoras no Recôncavo: entre a Escola Normal e a formação pela prática.....	88
2.2	O provimento das escolas femininas por concursos públicos e o caso das professoras substitutas, provisórias e particulares.....	100
2.3	Escolas femininas na Província do Rio de Janeiro: criação e provimento.....	106
<u>2.3.1</u>	<u>Magé.....</u>	114
<u>2.3.2</u>	<u>Iguassú.....</u>	119
<u>2.3.3</u>	<u>Estrella.....</u>	124
2.4	A seleção e o ensino de saberes nas escolas femininas.....	127
2.5	A fiscalização da educação feminina pelos Inspectores da Comarca de Magé.....	131

3	“TERRITÓRIOS DOCENTES”: A CIRCULAÇÃO DE PROFESSORAS POR DIFERENTES ESPAÇOS.....	133
3.1	“Lares docentes”: experiências familiares de magistério.....	135
<u>3.1.1</u>	<u>Luiza Augusta de Menezes: primeira professora pública do Recôncavo da Guanabara.....</u>	<u>137</u>
<u>3.1.2</u>	<u>A família Barreto e a instrução em Merity.....</u>	<u>139</u>
<u>3.1.3</u>	<u>Maria Rosa Monteiro Paris e Augusto Monteiro Paris: mãe, filho e o apagamento de memórias na instrução Iguassuana.....</u>	<u>144</u>
<u>3.1.4</u>	<u>A família Pereira Carvalho e a instrução fluminense.....</u>	<u>150</u>
<u>3.1.5</u>	<u>A família Mourão conectada pela docência.....</u>	<u>152</u>
3.2	Escrita para além da escola: a participação das professoras no mundo letrado.....	154
<u>3.2.1</u>	<u>A presença de escritas docentes nos jornais.....</u>	<u>161</u>
3.3	A participação das professoras na sociedade fluminense.....	166
<u>3.3.1</u>	<u>Atuação em associações e sociedades.....</u>	<u>166</u>
<u>3.3.2</u>	<u>Juízas por devoção: a atuação em eventos e festas religiosas.....</u>	<u>169</u>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
	REFERÊNCIAS.....	182
	FONTES.....	190
	ANEXOS.....	192

INTRODUÇÃO

Estudar sobre a História da Educação no século XIX nos proporciona observar e analisar a escolarização das crianças juntamente aos meios governamentais utilizados para que o número de frequentadores das escolas aumentasse. Na Figura 1 vemos uma escola mista onde estudavam meninos e meninas. Na porta, avistamos um homem. Seria ele o professor desta escola? Não sabemos, mas podemos observar as crianças impedindo a sua entrada. Ele estava com um olhar observador para a atitude das crianças. Assim como esse homem, nós adentraremos ao estudo sobre as escolas femininas no Recôncavo da Guanabara por uma “porta”. E por esse local “espiaremos” as questões relacionadas ao magistério feminino em três localidades do Recôncavo da Guanabara.

Figura 1 – Barrado na escola



Fonte: Hedley (1896).

O homem, assim como aquele que se coloca no lugar de investigador, quer observar o que se passa dentro do espaço e se depara com obstáculos, como a própria dificuldade para abrir a porta, mas se mantém firme na brecha possível. A cena mostra uma aparente desordem, materiais dispersos, olhares inquietos, feições de apreensão e preocupação. A dinâmica da cena pintada contém similaridades com a trajetória da pesquisa em tela. Estudar o magistério

feminino no século XIX em localidades do Recôncavo da Guanabara (Bezerra, 2012) torna-se um desafio. O presente estudo insere-se no campo da história da educação local na Baixada Fluminense. E aspira, por meio da legislação e imprensa periódica, analisar o processo de feminização do magistério em três municípios: Estrella, Iguassu e Magé, entre 1862 e 1872. O recorte temporal refere-se à criação do cargo de Inspetor de Comarca unindo assim os três municípios em relação à instrução provincial. A Comarca de Magé composta pelos três municípios já citados facilitou a nossa comparação e na reflexão do magistério feminino na Comarca de Magé.

O interesse por investigar a escolarização e o magistério feminino surgiu ainda na graduação de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mais especificamente na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF). Por dois anos fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UERJ) com o trabalho intitulado “Difusão da escolarização na Província do Rio de Janeiro: estudo do processo de instalação e de ampliação da malha escolar primária e secundária no período do Império (1822-1889)”, coordenado pela professora Angélica Borges.

Estudar a instrução feminina no século XIX foi fruto do meu trabalho como bolsista de iniciação científica. Com o achado das professoras atuando por todas as localidades e a percepção de que o número e participação delas aumentaram gradativamente na instrução de meninas, tive a oportunidade de juntar com entusiasmo dois temas de meu interesse: mulheres e educação. E com isso, realizei um estudo mais profundo que gerou a monografia intitulada “Tecendo letras e mulheres prendadas: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839-1889)”. A escolha do local ocorreu por duas questões: por ter nascido e estudado em um município da Baixada Fluminense e pelo desejo de conhecer a história da educação destas localidades. E no mestrado eu dei continuidade à investigação e ampliei para mais dois municípios do que hoje conhecemos como Baixada Fluminense.

Compreender a história da educação nos Oitocentos nesses três municípios da Província fluminense significa entender as teias de relações existentes entre o governo provincial e os governos municipais que foram construindo o ideal de escolarização ao longo dos anos. A instrução e educação da infância eram vistas como fonte de progresso para a Província do Rio de Janeiro.

Santos (2017, p. 2) afirma que “a escola para se legitimar enquanto agência fundamental para a difusão da instrução primária e secundária travou uma longa luta para se consolidar no plano simbólico e administrativo”. Por conta disso, os presidentes da Província e os diretores da instrução mostravam-se cada vez mais preocupados com o andamento da instrução primária

pública. Regulamentos, decretos e leis foram estabelecidos com o fim de melhorar a instrução pública para que a província e o país seguissem o caminho da civilidade e progresso semelhante às outras nações. A inspeção era fator vital para as autoridades, pois se acreditava que, por meio da fiscalização, haveria melhora significativa nas escolas fluminenses.

A Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827 foi a precursora de um conjunto de leis e regulamentos que tinham como finalidade melhorar e ampliar a instrução. A lei de 1827 decretava a criação de escolas de primeiras letras em todas as vilas e cidades mais populosas do Império. No caso das meninas, o critério para a criação de escolas dependia da aprovação das autoridades. Em seus artigos, a lei estabeleceu princípios reguladores do ensino, como seriam escolhidos os professores, as matérias que deveriam ser ensinadas. No entanto, as meninas teriam um ensino diferenciado: na transmissão de conhecimento seriam excluídas as noções de geometria e limitadas as instruções de aritmética às quatro operações básicas; além disso, elas deveriam aprender as prendas domésticas.

Gouvêa (2008) realizou um estudo político-administrativo da Província do Rio de Janeiro com o objetivo de analisar a dinâmica política da assembleia fluminense relacionando os diferentes grupos que ali existiam. Por meio desse estudo podemos perceber a relação entre a política na grande esfera e na esfera regional. Essas ponderações realizadas na assembleia atingiram diretamente a legislação educacional que determinou aspectos relativos à formação de professores, criação de novas cadeiras e da Escola Normal, inspeção escolar, entre outros.

A política provincial nos mostra como homens e mulheres eram diferenciados em suas atividades. Louro (1994) propõe uma leitura da História da Educação pelo viés do gênero. No texto, a autora apresenta duas vias para que isso seja realizado: a primeira delas consiste em privilegiar a pesquisa, estudo e textos sob o recorte de gênero e a segunda seria realizar a leitura “de gênero” em pesquisas em que esse fator não foi considerado. Nesta reflexão, utilizaremos a primeira via proposta pela autora, com uma leitura ampliada da educação dos sujeitos e dos processos que a atravessam. As escolas femininas na Província cresceram paulatinamente e em número inferior às masculinas. Chagas (2011), em estudo onde buscou compreender a formação e consolidação do ensino na Província fluminense, percebeu que as escolas do sexo feminino cresceram em maior escala na década de 1870 aproximando-se do número das escolas masculinas. Esse fator tem relação direta com a promulgação pela Província do Decreto n° 1.470 de dezembro de 1869, que estabelecia a obrigatoriedade de criação em todas as freguesias de uma escola de meninas e outra para meninos.

Na monografia, buscamos compreender o magistério feminino e a escolarização de meninas em Magé entre 1839 e 1889. Neste estudo, localizamos 29 professoras, entre públicas

e particulares, atuando no município. Além disto, observamos que o referido município teve um aumento no número de escolas femininas no período do Decreto de 1869¹ em consonância com a legislação provincial. Ademais, buscamos identificar a formação pela qual as docentes passaram e as experiências docentes, destacadas pela presença de duas professoras poetisas (Pereira, 2020).

No entanto, nesta pesquisa, pretendemos ampliar o estudo, aumentando o recorte espacial para os municípios de Estrela, Iguazu e Magé, compreendendo o magistério feminino. Cabe destacar, para compreensão da definição do recorte temporal atrelada ao recorte espacial, que os regulamentos e decretos da instrução primária da Província do Rio de Janeiro tratavam da inspeção e fiscalização das escolas públicas e particulares nas diferentes regiões do território fluminense. Ao longo dos anos foram criadas distintas categorias de inspetores: gerais, paroquiais, de comarca, distrito, municipal que estavam relacionadas com a forma de divisão e atribuição das localidades a serem fiscalizadas. Apesar de cada classe de inspetores contar com especificidades próprias de trabalho, no geral a função estabelecida era: fiscalizar as atividades dos professores, moralidade dos professores, fazer visitas periódicas às escolas, mapas de frequência, verificar a salubridade da região e os exercícios pedagógicos, entre outros.

O Regulamento de 30 de abril de 1862 instituiu o cargo de “Inspetores de Comarca” substituindo os Inspetores Gerais. Suas funções eram: velar o ensino primário e secundário verificando se o regulamento era cumprido naquela escola e realizar visitas duas vezes ao ano em todos os estabelecimentos de instrução primária e secundária nos limites de sua Comarca. De acordo com o regulamento, os municípios foram organizados em Comarcas para facilitar a inspeção e torná-la mais articulada com a Diretoria de Instrução. Os três municípios citados anteriormente constituíam a Comarca de Magé. Entre 1862 e 1871, esses inspetores de Comarca deveriam analisar se as escolas eram apropriadas para a instrução, se atendiam à população, averiguar a assiduidade dos alunos, perceber as causas da dificuldade da frequência escolar e preencher o mapa da inspeção e endereçá-lo ao diretor da instrução (Santos, 2017).

Os territórios de Estrela, Iguassu e Magé estão localizados no Recôncavo da Guanabara (Bezerra, 2012) e após a emancipação de algumas áreas antes pertencentes a esses municípios, deram origem ao que conhecemos atualmente por Baixada Fluminense.

Com essa delimitação territorial, podemos pensar e analisar os efeitos das políticas e

¹ O Decreto provincial nº 1.470, de 3 de dezembro de 1869, estabeleceu a criação de uma escola masculina e uma feminina nas freguesias que estavam privadas do acesso a instrução pública. E na falta de quatorze alunos para seu provimento, determinou a subvenção de escolas particulares a 2\$000 mensais para cada criança. Fonte: Relatório do presidente Teixeira de Macedo, 1870, p. 21-22.

decisões provinciais no âmbito regional. Desta forma, estabelecemos como objetivos específicos: averiguar os modelos de mulher designados pela sociedade; analisar as questões sociais e econômicas de cada município para averiguar se esses fatores influenciaram na instalação das escolas femininas; investigar os ofícios exercidos pelas mulheres no Recôncavo da Guanabara; compreender a dinâmica política e o papel da inspetoria; comparar o número de professores atuantes nos municípios; analisar a rede de sociabilidade das professoras, condições de exercício do ofício e a possível rotatividade entre os municípios.

Para refletirmos como as ações provinciais impactaram os procedimentos no âmbito local, trabalharemos com um dos conceitos da micro-história, a variação das escalas. Para Revel (1998),

[...] a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos desconhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável) (Revel, 1998, p. 20).

A abordagem da micro-história propõe enriquecer a análise da sociedade mudando-se as lentes com que se observa um grupo ou indivíduo. Desta forma, podemos entender as articulações que ocorrem no contexto mais amplo e como chegam ao contexto local. Assim, poderemos compreender as relações entre a Província do Rio de Janeiro e os três municípios anteriormente citados e seu impacto na escolarização feminina.

As contribuições realizadas por Faria Filho (2009) nos ajudam a pensar sobre a ideia de região:

A ideia de região é sempre mobilizada como elemento produtor de identidade e, dessa forma, como componente de uma plataforma política que continuamente produz “as outras regiões” como inimigos a serem combatidos ou cooptados (2009, p. 60).

Utilizar a região como uma unidade e posição de análise, nos ajuda a pensar no regional como uma posição pela qual observamos objetos que não seriam possíveis de observar em outras escalas. Além disso,

[...] a região é, ela também, uma representação e uma prática cultural por meio das quais (e nas quais) determinados fenômenos e posições são produzidos, os sujeitos são identificados e ganham visibilidade e as nossas instituições são criadas e mobilizadas para a ação social e política (Faria Filho, 2009, p. 63).

Por conta disso, o conceito de Faria Filho (2009) nos ajuda a pensar as características e a dar visibilidade aos municípios dessa região do Recôncavo, bem como suas práticas culturais. Desta forma, levantamos os dados relativos a instrução e inspeção no Almanak Laemmert, veículo publicado entre 1844 e 1889; nos Relatórios dos Presidentes da Província produzidos entre 1835 e 1889, na legislação provincial e nos relatórios da inspetoria. Por meio dessas fontes, foram investigadas as informações alcançadas como nome de professoras, número de alunas, suas condições de trabalho e da escola, por exemplo. No Almanak e nos Relatórios encontramos dados da escolarização local como os nomes dos inspetores, professores e professoras, públicos e particulares da região. De posse desses nomes, utilizamos o conceito do Fio do Nome de Ginzburg e Poni (1991) para investigar a trajetória no magistério, pertencimentos sociais e familiares dos docentes utilizando o nome como um fio condutor para que possamos analisar as redes de sociabilidade das professoras. O conceito de experiência de Thompson (1983) nos ajuda a pensar o exercício docente como uma experiência que será realizada por vários indivíduos. Por isso, as trajetórias individuais, elementos culturais e coletivos farão parte deste projeto.

Além disso, por meio do recurso da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pesquisou-se em periódicos da época buscando compreender as relações sociais e a mobilidade das professoras. Para este mesmo fim, utilizaremos o site Family Search para ter acesso a livros de batismo, casamento e óbito. Um outro acervo que iríamos acessar para complementar nossa pesquisa encontra-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), como legislações e outras fontes relativas à instrução.

Levantamento bibliográfico

A partir da definição da temática do estudo, realizamos o estado da arte a fim de mapear produções que tratam da escolarização e magistério feminino na Província do Rio de Janeiro, com foco nos municípios citados, e na Corte Imperial, bem como estudos que tratem dos ofícios exercidos pelas mulheres no período. O levantamento foi executado em três partes: na primeira, procuramos sobre a instrução e o magistério feminino em periódicos da História da Educação. Na segunda, pesquisamos estudos acerca dos ofícios femininos em revistas de História e anais de eventos. Essa parte da pesquisa tinha como objetivo dar visibilidade a outros ofícios que eram realizados pelas mulheres. E na terceira, procuramos na revista *Pilares da História* uma revista que circula e aborda temas da Baixada Fluminense.

Para a área da história da educação, selecionamos os seguintes periódicos: *Cadernos da História da Educação*; *Revista Brasileira de História da Educação*; *Revista Brasileira de*

Educação. Especificaremos o quantitativo de artigos encontrados em cada uma delas.

A partir de 2021 a revista *Cadernos da História da Educação* adotou a publicação contínua de artigos, e veiculou, aproximadamente, 45 artigos ao ano. Quanto ao método de busca, optamos por olhar cada edição on-line da revista. Pois o mecanismo eletrônico de procura por palavra disponível no site inicia-se em 2008, sendo que a revista iniciou as publicações em 2002. Não localizamos artigos que tratassem dos municípios no recorte especificado. No entanto, encontramos cinco artigos referentes a instrução feminina que tratam do período do Império Brasileiro. Destes, destacamos os artigos: “A formação de professoras primárias em Minas Gerais e os princípios para a escolarização de meninas (século XIX)”, de Mônica Jinzenji, no qual se discutiu as ideias propagadas por um manual distribuído para que professoras de primeiras letras fizessem o uso dele. O referido artigo traz discussões relativas aos papéis de gênero idealizados na sociedade oitocentista. Além deste, destacamos: “Educação e docência feminina no Brasil no século XIX: avanços e desafios”, escrito por Haldjnaka Gati e Ivanilde Monteiro. O artigo bibliográfico realiza a historicização da educação feminina do final do século XIX até meados do século XX. Outros nove artigos têm como tema o método Lancasteriano, os sujeitos da educação, educação de negros libertos e escravos e condições materiais para o exercício docente. Estes artigos apresentam temas transversais à pesquisa e por esse motivo foram selecionados.

Na *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), que circula desde 2001, não encontramos artigos que abordam os municípios do Rio de Janeiro e a Corte no que tange à instrução feminina. Em relação a Iguazu, encontramos um artigo de Amália Dias sobre a educação na localidade no século XX².

Na *Revista Brasileira de Educação* (RBE), que é uma publicação de fluxo contínuo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), encontramos

² Optamos por pesquisar artigos em cada edição da revista, visto que a ferramenta de busca se iniciou no ano de 2011 a 2022. Desta forma, os primeiros dez anos de publicação da revista não são contemplados pela busca rápida. A RBHE possui diversos artigos que tratam da educação na Corte e em outras Províncias do Império brasileiro. No entanto, em relação a educação feminina os artigos são escassos. Os dezoito artigos selecionados para leitura referem-se à história da profissão docente, trajetórias docentes e a instrução feminina de outros estados, como São Paulo e Minas Gerais. Esses dois estados se destacaram no material levantado, pois encontramos grande número de artigos em relação a instrução nesses lugares. Dentre os artigos publicados na RBHE, destacamos o de autoria de Tereza Fachada Levy Cardoso, que discute em “A construção da escola pública no Rio de Janeiro Imperial”, as características que marcaram o ensino público por meio de alguns marcos, como o Ato Adicional de 1834, buscando realizar a análise por meio da legislação, de como eram realizadas as aulas e a participação da comunidade neste processo. Já Sônia de Castro Lopes utiliza o periódico “O Ensino Primário”, redigido por professores públicos da Corte para discutir a formação docente no artigo “Flagrantes da profissão docente na cidade do Rio de Janeiro nas páginas da revista ‘O Ensino Primário (1884-1885)’”. Além destes, há um dossiê intitulado “Magistério Oitocentista: contribuições da história da educação na problematização de questões de gênero, etnia e protagonismo docente”, publicado em 2018 e composto por quatro artigos.

poucos artigos que tratam da história da educação no século XIX. Dos oito artigos localizados, nenhum tratava da instrução ou do magistério feminino no Rio de Janeiro. Mas encontramos trabalhos com tais temáticas em outros estados³.

Para levantar trabalhos que tratassem dos ofícios femininos, estendemos a busca a periódicos da área de História: *Revista Brasileira de História* e *Cadernos Pagu*. Na *Revista Brasileira de História*, que é uma publicação da Associação Nacional de História (ANPUH), foram localizados 16 artigos: seis sobre ofícios femininos, dois relativos à escravidão, três sobre escolarização e os demais tratando de política agrícola, escravidão, mulheres viajantes e greve dos cocheiros. Destacamos o artigo de Miriam Leite (1988) que analisou, por meio de livros das viajantes estrangeiras, aspectos da vida das mulheres no século XIX e as diferenças entre quem escreveu e os personagens descritos pelas mulheres viajantes.

Com o objetivo de cooperar para o aumento nos estudos de gênero, o *Cadernos Pagu* da Universidade de Campinas publica artigos inéditos desde 1993 contribuindo para os estudos do campo de gênero no Brasil. Não localizamos trabalhos que tratem da Província do Rio de Janeiro. O periódico tornou-se relevante para conceituação dos conceitos de gênero e história social das mulheres e contribuiu nesta parte da discussão. Encontramos oito artigos divididos pela categoria de gênero, literatura feminina e o trabalho de mulheres cativas.

Para finalizar o levantamento feito nas revistas, procuramos na revista *Pilares da História* artigos para contextualizar a história da Baixada Fluminense: em específico os municípios de Iguazu, Estrella e Magé no século XIX. Ao todo foram localizados 23 artigos, sendo cinco referentes à História da Educação no município de Estrella, Iguassú e no de Magé: “A educação feminina entre o arado e a fábrica: reflexões em torno da escolarização de meninas em Magé (1840 – 1889)”, de Kimberly Araujo Gomes Pereira (2019); “Processo de escolarização no município de Estrella: reflexões em torno da freguesia de Nossa Senhora do Pilar (1846 – 1889)”, de Beatriz Souza dos Santos (2020); “Processos de escolarização na freguesia de São João Batista de Meriti (1833 – 1889)”, de Mariana Ramalho de Sousa e Angelica Borges (2021); “O patrimônio cultural do menino pobre: considerações sobre o processo de escolarização em Iguassú”, de Ana Carolina de Farias Miranda (2021); e “Educação para os negros no Recôncavo da Guanabara: entre o magistério e a fábrica (1857 – 1888)”, de Beatriz Souza dos Santos e Jéssica Tomaz Ferreira (2021).

³ Os artigos selecionados na RBE servem para auxiliar na reflexão das infâncias pobres, literatura e institucionalização da escola, como “Para pensar o campo científico e educacional: mulheres, educação e letras no século XIX”, no qual Vivian dos Santos (2014) discute a participação de mulheres nos campos científicos e literários no Ceará.

Outros espaços pesquisados foram os congressos e reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)⁴, da Associação Nacional de História (ANPUH)⁵ e o Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE). Este último não estava disponível no site da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) no momento do levantamento.

Por último, realizamos a busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes)⁶. Depois do primeiro levantamento, selecionamos nove trabalhos que retratam tanto a instrução feminina quanto os ofícios desempenhados pelas mulheres no século XIX na Província do Rio de Janeiro (Aguiar, 2012; Barbosa, 2016; Carneiro, 2006; Lemos, 2010; Schueler, 2002; Silva, 2012; Teixeira, 2010, 2016; Verona, 2007). Outras sete dissertações/teses foram separadas para auxiliar a leitura, mas referem-se a outros estados (Alvarenga, 2018; Anjos, 2018; Araujo, 2013; Guimarães, 2002; Leal, 2017; Muniz, 1998; Silva, 2016).

Neste processo de levantamento, localizamos os seguintes livros: *Mulheres de ontem? - Rio de Janeiro, século XIX* (1989), de Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes; *A condição feminina no Rio de Janeiro: século XIX* (1984) e *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX* (1982), de Miriam Moreira Leite; *Minha história das mulheres de Michelle Perrot* (2019); *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*, publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010); *Memórias de uma mulher viajante do século XIX* (2019), de Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori; *História do Brasil Império* (2017) e *O pacto Imperial* (2005), de Miriam Dolhnikoff.

⁴ Na Reunião Nacional da ANPEd pesquisamos no Grupo de Trabalho 2 – História da Educação, Grupo de Trabalho 8 – Formação de professores e Grupo de Trabalho 23 – Gênero, sexualidade e educação. Apesar das reuniões da ANPEd acontecerem desde 1978, os anais que estão disponíveis no site iniciam no ano 2000. Nos anais, encontramos uma diversidade de trabalhos com o objetivo de estudar o século XIX em diversas Províncias. Mas com o recorte da Província do Rio de Janeiro e dos municípios citados, não localizamos nenhum estudo que já foi publicado. No entanto, localizamos trabalhos referentes à escolarização feminina na Corte e nas Províncias de São Paulo e Minas Gerais.

⁵ A pesquisa nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH) foi realizada por palavras-chaves. As palavras utilizadas foram as seguintes, com as devidas ocorrências: mulheres – 295 aparições; Iguassu – 2 resultados; Iguazu – 28 aparições; escolarização – 25 resultados; escolarização mulher – 179 aparições.

⁶ Gostaríamos de ressaltar que a plataforma apresentou instabilidades no momento da pesquisa, mudando de resultados ao trocar de página. As palavras-chaves e os resultados foram os seguintes: mulheres e educação e Rio de Janeiro, filtro educação, ciências humanas – 129 resultados; mulheres, corte, XIX – dois trabalhos; magistério, feminino – 151 resultados; escolarização, feminina, XIX – cinco resultados (século XIX em Minas e século XX no Rio); profissão, mulheres, XIX – quatro resultados (um trabalho sobre o Rio de Janeiro); ofícios, mulheres, XIX – 15 aparições, mas nenhuma do Rio de Janeiro; proprietárias, mulheres – 42 aparições – um do Rio de Janeiro; escolarização, meninas – 90 aparições – um do Rio de Janeiro. Destes trabalhos, a maioria não se encontra disponível na plataforma Supupira, dificultando assim o nosso acesso.

Organização dos capítulos

A partir dos dados levantados nas fontes, das reflexões desenvolvidas até o momento e das leituras realizadas, apresentamos a proposta de organização da dissertação em três capítulos cuja disposição pretende alinhar história das mulheres, das mulheres professoras e das escolas femininas.

No primeiro capítulo, procuramos fazer uma discussão com intuito de articular história das mulheres e história local, a partir do recorte geográfico do Recôncavo da Guanabara que compreende os municípios de Estrella, Iguazu e Magé. Analisamos as características da região, os dados da população feminina em contraste com a masculina, tangenciados pelas questões do mundo do trabalho, por meio das quais buscamos dar visibilidade às mulheres que naqueles territórios exerciam ofícios diversos, desmistificando a ideia de que elas não trabalhavam. Também trazemos à tona uma reflexão em torno das narrativas históricas e literárias que abordavam as mulheres naquele momento para compreender e contrastar os discursos existentes em torno das representações e dos papéis desempenhados por elas na região investigada.

No segundo capítulo, a proposta consiste em discutir as questões em torno das mulheres que trabalharam em Estrella, Iguazu e Magé como professoras. O intuito é analisar o quantitativo de docentes em cada localidade, as tensões envolvidas na atividade docente e suas locomoções pela Província.

No terceiro capítulo, a proposta é refletir acerca da trajetória dessas mulheres enquanto professoras da Província do Rio de Janeiro, bem como suas inserções e relações nas sociedades locais. Além disso, percebemos a presença de famílias que se dedicaram a instrução nos três municípios. Essas são as questões investigadas com o intuito de refletirmos sobre as mulheres que viveram e exerceram seus ofícios, em especial, o docente. Desta forma, trilharemos nosso caminho pelas escolas reconhecendo o magistério feminino e espiondo, assim como na imagem do início, as semelhanças e diferenças entre o magistério no século XIX e no XXI.

1 HISTÓRIA DAS MULHERES E HISTÓRIA LOCAL: APROXIMAÇÕES A PARTIR DE IGUASSU, MAGÉ E ESTRELLA

A representação de mulheres e de meninas como personagens principais ou coadjuvantes na literatura, em gravuras ou pinturas reproduz aspectos da sociedade da época em que foi produzida. A imagem a seguir representa uma classe de trabalhos manuais na França no final da década de 1880.

Em um local simples, mais de vinte meninas aprendem os trabalhos de agulhas aos olhos e supervisão de sua professora. O lugar de mestra é destacado como a primeira figura feminina que está de pé de forma a supervisionar e ter visibilidade para as meninas da turma. Há duas outras meninas em pé, mas realizando funções diferentes: uma borda enquanto a outra está afastada das demais e com a face virada para a parede como se estivesse submetida a uma espécie de punição.

Figura 2 – Classe de trabalhos manuais



Fonte: Hall (1889).

A cena retratada na pintura se passa em uma espécie de celeiro, o que nos sugere a falta de um espaço adequado para o ensino de meninas. O celeiro e a paisagem capturada pela porta indicam que a escola está localizada no campo. Ao lado de fora, vemos uma mulher estendendo roupas na corda. A improvisação da instalação dessa classe demonstra os esforços

realizados para ofertar algum tipo de ensino às meninas, priorizando os trabalhos de agulha.

O trabalho com agulha aparece como uma exigência da instrução feminina no Brasil. A Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827 estabeleceu entre o 11º e 13º artigo como a instrução feminina seria realizada. O 11º artigo estabelecia onde seriam criadas as escolas femininas: cidades e vilas mais populosas em que o presidente em Conselho julgasse necessário. O artigo seguinte declarava as matérias que as mestras deveriam ensinar as meninas. O 12º artigo declarava que seria ensinado às meninas o mesmo conteúdo descrito no artigo 6º⁷ com a exclusão de alguns (geometria) e limitação de outros conteúdos matemáticos (aritmética limitado às quatro operações) e o diferencial da instrução feminina foi o incremento do ensino das prendas domésticas.

O acréscimo das prendas domésticas irá reverberar na legislação provincial. O Regulamento da Instrução Primária da Província do Rio de Janeiro de 14 de dezembro de 1849 instituído por Luiz Pedreira do Couto Ferraz apresenta um capítulo dedicado à regulamentação de exames para o início do ofício docente. Neste regulamento foi estabelecido que os examinadores ouviriam a opinião de uma senhora ou professora pública designada pelo presidente em relação aos trabalhos de agulha e bordados das candidatas ao magistério. Desta maneira, podemos inferir o motivo pelo qual a professora de Magé, Luiza Augusta de Menezes, foi a responsável pela avaliação da professora Virgínia Maria Leal de Abreu em 1864, que tinha a pretensão de abrir um colégio particular em Magé⁸. À vista disso, conseguimos perceber a importância dos trabalhos com agulhas para a instrução feminina e para as professoras ensinarem as suas estudantes.

A relação com o bordado e práticas femininas para uma educação que contemple os modelos de “ser mulher” perpassa as legislações educacionais, discursos religiosos e publicações de periódicos e livros. Tais questões reverberam nos contextos locais e nos modos de vida dessas mulheres, conforme podemos observar na pintura de Richard Hall em que meninas do campo foram reunidas no celeiro para aprender os ofícios de agulha.

1.1 Configurações territoriais do Recôncavo da Guanabara

A Proclamação da Independência marca um novo momento para a então América

⁷ O artigo 6º dizia que os professores deveriam ensinar a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

⁸ Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) – 1848 a 1868, 1864, edição 00075, p. 1.

portuguesa: o início do longo processo de transformação em uma nação, com a construção política e social do Brasil. “A América lusitana deveria se transformar no Brasil e seus habitantes deixariam de ser portugueses para se tornarem brasileiros”⁹ (Dolhnikof, 2017, p. 28). A construção desde novo país necessitava de uma unidade, a criação de símbolos nacionais, além de questões mais burocráticas como a legislação e a economia. As nações consideradas civilizadas da época (Estados Unidos, França, Holanda, entre outros) eram referências para o Império que os via como modelos a serem seguidos para que o Brasil conseguisse atingir o patamar de país civilizado.

A população, até então, de quantitativos desconhecidos¹⁰, estava dividida entre dois grandes grupos: livres e escravizados vivendo e trabalhando nas cidades e zonas rurais. Além disso, o país contava com um grande quantitativo indígena, sendo que muitas aldeias permaneceram desconhecidas ao longo de todo o século XIX. O conceito de cidadania e os direitos dos cidadãos foram definidos pela primeira vez em um contexto em que o Brasil comportava uma das maiores populações escravas do continente americano. A Carta Constitucional reconheceu os direitos civis de todos os cidadãos homens, no entanto, a diferenciação dos direitos políticos ocorria por suas posses. Como, por exemplo: o cidadão que não possui renda para ter direito ao voto, o cidadão votante e no último nível, o eleitor e elegível. De certa forma, a participação eleitoral foi traduzida como uma maneira de exercer a cidadania. Grinberg (2002, p. 115) afirma que “ser cidadão era uma distinção almejada, mesmo que ela não trouxesse consigo direitos políticos, e que, na prática, ela não significasse garantia de direitos básicos, como o de segurança pessoal”.

O uso da palavra “cidadão” era um distintivo social, um termo com grande importância e relevância utilizada por grupos da sociedade brasileira. Esta palavra distinguia quem era livre ou escravizado: a cidadania era disponível para os homens livres. Além dos escravos, os indígenas não eram considerados cidadãos.

Escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável as formações de futuros cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade, e em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as

⁹ Havia critérios para que um indivíduo pudesse ser considerado cidadão brasileiro. São eles: homens livres nascidos no Brasil, escravos libertos, portugueses que residiam no Brasil antes da Independência, estrangeiros naturalizados e filhos de brasileiros nascidos em países estrangeiros. Os escravizados e indígenas, apesar de terem nascido em território brasileiro, não possuíam direitos que os tornavam cidadãos (Dolhnikoff, 2017).

¹⁰ Segundo Bethell e Carvalho (1985 apud Gouvea, 2008), a população brasileira vem sendo estimada entre 4 e 5 milhões de habitantes a época da independência.

condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação (Carvalho, 2008, p. 21).

A Figura 3, datada de 1835, representada por Rugendas mostra uma cena em uma plantação. Apesar do título da gravura dar ênfase à presença indígena em uma plantação, destacaremos a representação das mulheres nesta imagem. Em uma breve análise da cena, encontramos nove mulheres retratadas no local exercendo funções diferentes. As mulheres indígenas aparecem nuas e com expressão facial de súplica enquanto são observadas por uma mulher negra que aparenta estar trabalhando e por mulheres brancas que observam os acontecimentos de longe. Cada uma dessas mulheres está em uma posição social diferenciada, mas são retratadas como “elementos” cotidianos de uma cena costumeira.

Figura 3 – Indígenas em uma plantação



Fonte: Adam ([1835a]).

Em 1823, por meio da Assembleia Constituinte, estava sendo discutido em plenário um projeto de Constituição para o país, que apresentou um artigo que definia a organização dos governos Provinciais. No ano seguinte, em 1824, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e a Constituição foi outorgada determinando em seu artigo 2º que o território era dividido em Províncias como já se achava, mas que essas poderiam ser subdivididas caso o Império

achasse necessário. As Províncias seriam governadas por um presidente nomeado pelo Governo Central¹¹ e por deputados eleitos pela própria Província. Dez anos depois de outorgada a Constituição, o Ato Adicional de 1834 transformou os Conselhos Gerais das Províncias nas Assembleias Legislativas Provinciais, ampliou o número de representantes nas províncias que estavam responsáveis (juntamente com o presidente) de auxiliar na gestão administrativa de sua jurisdição (Gouvêa, 2008). No entanto, o Ato Adicional manteve inalterado o processo de nomeação dos presidentes de Província em todo o país. Ou seja, a indicação continuou sendo responsabilidade do Poder Moderador.

Em relação a nomeação dos presidentes da Província, a Província do Rio de Janeiro estava organizada de uma forma diferente das demais. Um maior número de políticos oriundos da própria província ocupou o cargo de presidente da Província (Gouvêa, 2008).

¹¹ O artigo 165 determina que o presidente da Província poderá ser removido a qualquer momento pelo Imperador para o bem do serviço do Estado. A Província do Rio de Janeiro, entre 1834 e 1889, foi administrada por 36 presidentes (Gouvêa, 2008).

Figura 4 – Configuração da Província do Rio de Janeiro em 1872



Fonte: Chrysostomo (2006).

A Província do Rio de Janeiro vem sendo considerada pela historiografia como um “laboratório” para as políticas de instrução pública do Estado Imperial (Mattos, 1987). No entanto, pesquisas mais recentes mostram a existência de iniciativas educacionais em âmbito local e regional desde a década de 1820 (Gondra; Schueler, 2008). Mattos (1987) apresenta o projeto do partido Saquarema na forma de consolidação do Estado sob um domínio conservador que neutralizou as forças políticas progressistas e as manifestações populares. A importância dos discursos e práticas políticas deste grupo conduzirá a formação do Estado Imperial.

Ao longo dos anos, o território da Província do Rio de Janeiro passou por mudanças político-administrativas. Após o Ato Adicional de 1834, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em Município Neutro e passou a ser administrada por um ministro e não pelo presidente de Província. A Província do Rio de Janeiro era dividida em Comarcas¹² que agrupavam os seguintes municípios:

¹² Comarca é a divisão da Província em circunscrição menor. Além disso, significa a divisão territorial com fins jurídicos sob poder legal dos juízes de direito. Chaves (2013 apud Paula; Almeida, 2018) aponta que estava cargo

Quadro 1 – Municípios fluminenses e seus respectivos anos de elevação à categoria de Vila por ordem cronológica

(Continua)

Municípios	Elevação a Vila
Cabo Frio	1615
Angra dos Reis	1624
Paraty	1667
Campos	1677
São João da Barra	1677
Magé	1789
Rezende	1801
São João do Príncipe	1811
Macahé	1813
Cantagalo	1814
Maricá	1814
Nictheroy	(1818 – Capital desde 1834)
Itaguahy	1818
Nova Friburgo	1820
Valença	1823
Mangaratiba	1831
Barra Mansa	1832
Iguassú	1833
Itaborahy	1833
Parahyba do Sul	1833
Vassouras	1833
Pirahy	1837
Saquarema	1841
Capivary	1841
Estrella	1846

das comarcas zelar pela administração dos recursos financeiros e administração das câmaras municipais.

Quadro 1 – Municípios fluminenses e seus respectivos anos de elevação à categoria de Vila por ordem cronológica

(Conclusão)

Barra de São João	1846
Rio Bonito	1846
Rio Claro	1849
São Fidelis	1850
Petrópolis	1857
Araruama	1859
Santa Maria Magdalena	1861
Sant'Anna de Macacú	1868
Sapucaia	1874
Carmo	1881
Santo Antônio de Pádua	1882
Itaperuna	1885

Fonte: Pereira, Kimberly baseado em Gouvêa (2008).

Sua economia era baseada no cultivo da cana-de-açúcar, café, gado e gêneros alimentícios. Toda a produção do interior fluminense, principalmente do café, necessitava ser escoada até o porto do Rio de Janeiro para ser comercializada. Por isso, a Província Fluminense investiu na construção de estradas para facilitar a logística e manter boas relações políticas com os fazendeiros que necessitavam comercializar a sua produção.

A litogravura da Figura 5 representa uma plantação de café no território de Magé entre a década de 1840 e 1850, onde percebemos a presença de pessoas trabalhando. Num primeiro momento, o observador da imagem tende a pensar na extensão territorial desta fazenda e no fazendeiro que a administrava. No entanto, daremos um passo adiante para refletir sobre a presença de fazendeiras atuando e administrando fazendas do Recôncavo da Guanabara. Embora não seja possível afirmar que a propriedade representada na imagem pertença a uma mulher, não podemos excluir esta hipótese de investigação, diante das informações levantadas na pesquisa.

Figura 5 – Plantação de café na Serra dos Órgãos em Magé (1840-1857)



Fonte: Brandmeyer (1840-1857).

Segundo Gouvêa (2008, p. 49), em 1852 foi construída a Estrada Nova/Normal ligando o município de Estrella ao município de Petrópolis, de onde era mais acessível chegar a Minas Gerais e aos municípios do Vale do Paraíba. Essa nova estrada em direção à Baía de Guanabara facilitou a ligação com Estrella, de onde fazia-se o embarque das mercadorias para o Rio de Janeiro. Em 1854 foi inaugurada a primeira ligação ferroviária do Brasil com o trecho do porto de Mauá a Raiz da Serra (ambas localidades do município de Estrella). As dificuldades financeiras impediram que o projeto ligando Raiz da Serra a Petrópolis fosse finalizada. Neste caso, a Estrada Normal foi reprojeta para ligar Petrópolis a Raiz da Serra, de onde as mercadorias por ali trafegadas poderiam seguir pela ferrovia até Mauá (Gouvêa, 2008).

Mattos (1987) destaca que esta região, hoje conhecida como Baixada Fluminense, já exercia função logística de grande importância no século XVIII. Neste período, a ocupação da então Capitania do Rio de Janeiro restringia-se a esta área. Após a descoberta do ouro, o interior começou a ser povoado. Havia um caminho que ligava Parati a Ouro Preto cuja viagem durava cerca de 95 dias¹³. Diante das dificuldades encontradas por este caminho, o governador Arthur de Sá Menezes ordenou o bandeirante Garcia Rodrigues Paes abrir uma nova via do Rio

¹³ Segundo o site Guia da Estrada Real, esta via estendia-se por mais de 1.200 km e remonta à antigatrilha indígena Caminho do Peabiru. Disponível em: <https://guiadaestrada.com.br/caminho-velho-estrada-real/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

de Janeiro a Ouro Preto. Este Caminho Novo diminuiu os dias de viagem para 25 a 30 dias. A viagem pelo Caminho Novo iniciava-se no antigo Cais dos Mineiros no centro do Rio de Janeiro entre o morro do São Bento e a atual praça XV. Depois da escala na Ilha do Governador, seguia a navegação até o fundo da Baía de Guanabara, chegava-se ao rio Iguaçú e depois ao seu afluente, rio Pilar, onde desembarcavam depois de percorrer um total de 12 km em rios. A partir daí, iam a pé ou em mulas até chegar à localidade de Xerém, atual Duque de Caxias, subia-se a serra até chegar a Paty do Alferes. Anos depois, Bernardo Soares Proença criou uma variação do Caminho Novo, passando pela Serra da Estrella e atual Petrópolis. O caminho saía do Porto da Estrella, atravessava a serra da Estrella e seguia caminho até Ouro Preto¹⁴.

Figura 6 – Serra da Estrella



Fonte: Needham, Jonathan.

A região do Recôncavo da Guanabara exerceu grande influência para o desenvolvimento da Província Fluminense e para o Brasil, em especial três municípios: Estrella, Iguassú e Magé.

O mapa a seguir foi encomendado pelo presidente da Província Dr. Antônio da Rocha Fernandes Leão em 1887 para o serviço de Imigração. Ele apresenta ao lado direito as estradas

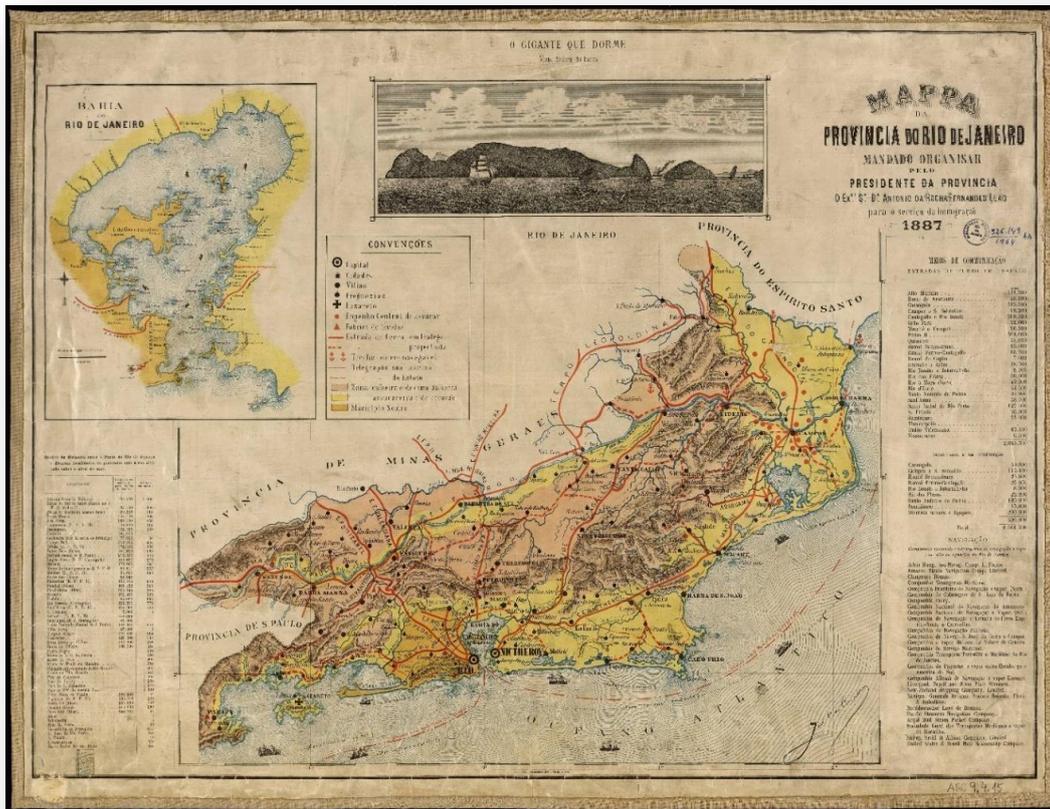
¹⁴ Fonte: Guia da Estrada Real. Disponível em: <https://guiadaestrada.com.br/caminho-novo/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

de Ferro em construção ou em tráfego e as companhias de navegação com sede no Rio de Janeiro. À esquerda temos um recorte do Recôncavo da Guanabara com os rios que desembocam na Baía da Guanabara, os principais portos e seus trajetos até o porto do Rio de Janeiro. Além disso, destaca as freguesias, os rios navegáveis, engenhos de açúcar, fábrica de tecidos, ferrovias. Em rosa temos as zonas cafeeiras e acima da Serra e em amarelo, zona açucareira e de criação.

Por uma forma de melhor visualizar o mapa, destacamos a área relacionada aos três municípios. Apesar do mapa não mostrar os limites territoriais dos três municípios, conseguimos identificar a proximidade entre eles¹⁵. Nesse destaque da imagem, podemos visualizar que esta região é cheia de rios, portos, ferrovias. Além de ser relativamente próxima do Município Neutro e da capital, Niterói.

¹⁵ As setas em branco ajudam a encontrar a sede dos municípios no mapa.

Figura 7 – Mapa da Província Fluminense (1887)



Em destaque, os municípios de Estrella, Iguassú e Magé.
 Fonte: Carvalho (1887).

Cada um destes três municípios passou por processos de ordenação do território de maneiras diferentes e em décadas diferentes. Por conta disso, trataremos da breve contextualização dos municípios por ordem de criação ou elevação a categoria de Vila. Atualmente, no século XX, essa região se fragmentou em vários municípios e deu origem ao que conhecemos como Baixada Fluminense.

1.1.1 Magé: a vila e seus espaços de sociabilidade

A ocupação portuguesa das terras que viriam a ser o que conhecemos por Magé iniciou-se no século XVI para impedir a invasão francesa ao redor da Baía da Guanabara. A doação de sesmarias para a ocupação destes territórios acabou por fixar dois nomes como os fundadores desta região: Simão da Motta e Cristóvão de Barros. Alonso (2000, p. 29) considera que Cristóvão de Barros deveria ganhar o título de fundador da cidade, pois suas terras “produziram cana, açúcar, criaram gado para consumo e tocar moenda e extração de pau-brasil, fatores econômicos aglutinadores de população, brancos e escravaria trazida da Bahia”. Quanto a Simão da Motta, apesar de ter sido um dos primeiros homens a ganhar a terra, não se sabe se chegou a ocupar a sesmaria (Alonso, 2000).

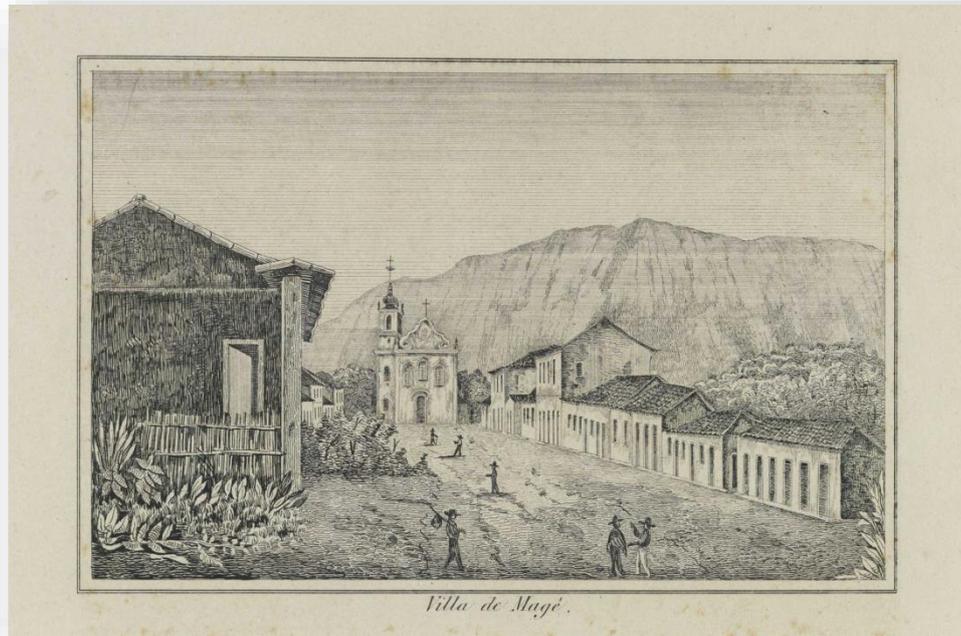
O desenvolvimento de Magé ocorreu lentamente e a ocupação foi motivada pela agricultura e a pesca, sendo intensificada com a chegada de grupos de povoamento, com a abertura de caminhos e estradas para o interior fluminense. Em 1789, Magé foi elevada a Vila¹⁶ com as seguintes freguesias: Nossa Senhora da Piedade de Magepe, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, São Nicolau do Suruí, Nossa Senhora d’Ajuda de Guapimirim e o arraial de Estrella. Com a elevação do arraial de Estrella a Vila, como veremos mais adiante, Estrella incorporou as freguesias de Inhomirim e Pacobaíba. Desta forma, a constituição de Magé foi formada pelas freguesias de Piedade, Suruí, Guapimirim. Posteriormente foi adensada a freguesia de Nossa Senhora Aparecida, Santo Antonio do Paquequer (Teresópolis) e Santo Antônio de Sapucaia¹⁷. Em 1857, por conta do crescimento

¹⁶ Termo administrativo que segundo Moraes Moreira (1789 apud Paula; Almeida 2016, p. 158), compreende uma povoação em que o número de habitantes é superior ao número de habitantes de uma aldeia (arraial) e inferior à povoação encontrada em uma cidade. Além disso, para tornar-se, vila a freguesia deveria contar com um juiz, câmara e pelourinho.

¹⁷ A freguesia de Santo Antonio de Sapucaia foi adensada em território mageense em setembro de 1871. Mas em dezembro de 1874 foi elevada a Vila e desmembrou-se de Magé levando consigo a freguesia de Nossa Senhora Aparecida (Ottero, 2017, p. 20).

econômico, Magé foi elevada à categoria de cidade¹⁸. A litogravura da Figura 8 representa a Vila de Magé na década de 1840. Ao fundo podemos perceber a Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

Figura 8 – Villa de Magé (1845 – 1846)



Fonte: Biblioteca Nacional. Villa de Magé ([1845-1846]).

Por conta da urbanização, a paisagem do centro da Cidade de Magé tornou-se diferente ao longo dos anos. Ainda conseguimos ver a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, mas não conseguimos visualizar o morro ao fundo da igreja por conta dos novos prédios.

¹⁸ Segundo Chaves (2013, p. 819 apud Paula; Almeida, 2016, p. 159) cidade era um título de honra concedido as vilas quando exerciam importantes funções no campo religioso, militar ou político, Cidade também se refere ao centro populacional mais povoado do município, neste caso, a sua sede. (Paula; Almeida, 2016, p.160). Em Magé, a sede do município era a freguesia de Nossa Senhora da Piedade.

Figura 9 – Centro da Cidade de Magé (2023)



Fonte: Pereira, Kimberly. Arquivo pessoal. Registro de 30 jan. 2023.

Ao comparar as imagens, percebemos algumas semelhanças e diferenças. A Igreja de Nossa Senhora da Piedade manteve a sua estrutura e os prédios de sua lateral também continuaram a existir. Apesar de a igreja ter conservado a sua estrutura, ela não é mais utilizada para missas e eventos religiosos por não comportar a quantidade de fiéis¹⁹. Atualmente foi construída a Matriz Auxiliar que fica ao lado direito da Igreja principal. A quantidade de prédios, árvores e fios de eletricidade prejudicam a visão da Igreja logo que entramos em sua rua²⁰.

O escoamento da produção de farinha de mandioca, cana-de-açúcar, das frutas e outros gêneros alimentícios ocorria por meio dos portos e rios da região em direção à cidade do Rio de Janeiro. Em Magé, a produção tinha ao menos quatro portos para ser escoada: o Grande da

¹⁹ Apenas pequenas celebrações e momentos religiosos são realizados na Matriz.

²⁰ A atual avenida Padre Anchieta (onde a Igreja está localizada) foi local do episódio conhecido como “Horrores de Magé”. O evento teve relação direta com a Revolta da Armada (1891-1894) fomentada pela Marinha brasileira. Sob o comando dos almirantes Custódio José de Mello e Luiz Felipe Saldanha da Gama, forças da Marinha, levantadas contra o poder republicano, invadiram pelo Recôncavo da Guanabara o território de Magé. As forças da Marinha permaneceram até fevereiro de 1894, quando o Marechal Floriano Peixoto ordenou que as Forças legalistas comandadas pelo Coronel Manoel Joaquim Godolphim reestabelecessem a ordem na localidade. Mas aconteceu o contrário: eles invadiram e destruíram Magé sob o “Saque e Degola”, implantaram o terror, estupraram mulheres, saquearam comércios e residências. Fonte: Mitra Diocesana de Petrópolis. Os Horrores de Magé 1894. Magé: [s. l.: s. n.], 2002.

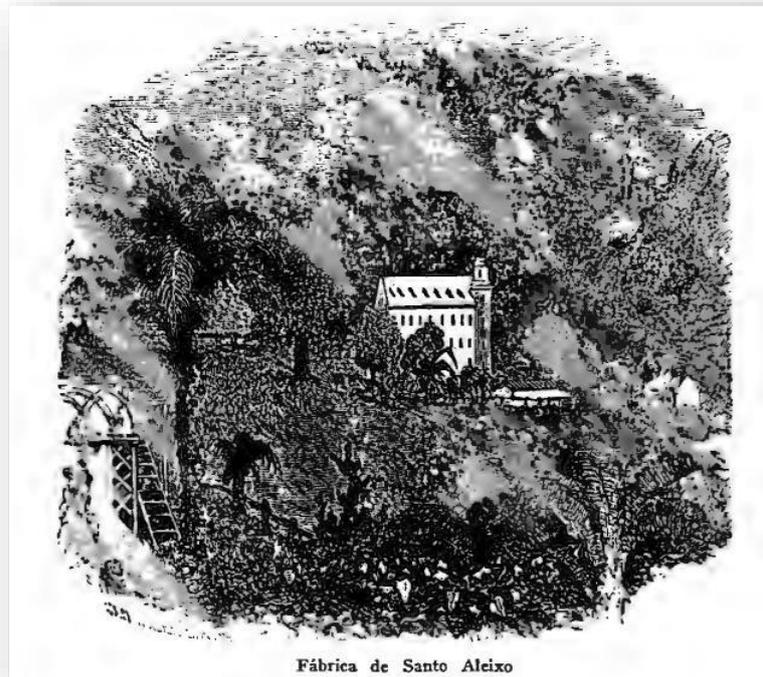
Piedade, o Velho da Piedade, Iriri e o de Suruí (Alonso, 2000). O Almanak Laemmert ilustra bem a importância do Porto da Piedade.

Situado no fundo da vasta bahia do Rio de Janeiro na direção da Serra dos Órgãos, tem servido e continua a servir para a villa de Magé: é o melhor e mais desembaraçado porto, o unico que pela sua situação a beira-mar não se acha exposto aos pestíferos miasmas que infestão os lugares situados nos extensos pantanos entreo mar e a serra, miasmas por cujos estragos já tantas famílias forão ceifadas e que tão triste recordações deixarão nas chamadas febres de Macacú. Com alguns trabalhos de facil execução, aos quaes em parte já se tem dado principio, o porto poderá a qualquer hora do dia ou da noite receber um barco movido por vapôr. Presentemente a comunicação diaria com a côrte é feita por falúas, que pelo meio dia partem da Praia dos Mineiros, chegão às 3 ou 4 horas na Piedade, e depois de pouca demora voltão outra vez à cidade. O porto é o ponto final da estrada dosLeites para à Sapucaia, pela qual muitas tropas descem das fazendas da Parahyba, confins a provincia do Rio de Janeiro, e mesmo do centro da de Minas Geraes. [...] Brevemente serão todos obrigados a confessar que o porto da Piedade é da maior importancia, não só pela sua posição geographica, como pela salubridade de seu clima, e tão persuadidos estão disto os seus proprietarios, que não olvidarão seus esforços para o seu maior desenvolvimento em beneficio do publico, tanto que já se acha contractada a factura de uma barca de vapôr para a sua carreira (Almanak Laemmert, 1850, p. 125-126).

Se voltarmos o nosso olhar para Magé no mapa encomendado em 1887, encontraremos um triângulo vermelho. Esta forma geométrica foi a escolhida para designar a presença de uma fábrica de tecidos na localidade. Esta fábrica de tecidos instalou-se em Santo Aleixo, freguesia de Nossa Senhora da Piedade, em 1848. A instalação da Fábrica de Santo Aleixo²¹, que ocorreu em um lugar estratégico e de abundância em recursos hídricos, era considerada um empreendimento promissor para a Província Fluminense. A fábrica vendia pavios de velas, barbante de algodão, algodão cardado para as modistas e “fabricava panos grossos superiores aos de Minas para sacaria e roupas de escravos” (Almanak Laemmert, 1851, p. 103).

²¹ Os periódicos abordam três tipos diferentes de nomenclatura para a fábrica: Fábrica de Santo Aleixo, Fábrica Nacional de Tecidos em Santo Aleixo e Fábrica Nacional de Fiar e Tecer Algodão em Santo Aleixo.

Figura 10 – Fábrica Santo Aleixo



Fonte: Kidder e Fletcher (1941, p. 312).

O relatório do Presidente Aureliano Coutinho, do ano de seu estabelecimento, evidencia que a fábrica pertence a uma companhia dos Estados Unidos e que sua construção conta com quase 300 pessoas entre colonos de Petrópolis, pessoas livres e escravizadas (Coutinho, 1848, p. 45). Em 1852, o presidente João Darrigue Filho visita a fábrica e relata que, entre os funcionários, havia crianças compondo o número de 112 operários livres. Darrigue ressalta que os diretores do estabelecimento mantêm uma escola de ensino primário e que os meninos “são tratados com muito desvelo, e os de idade menor, além do salário e comida, recebem roupa, e são ali curados quando enfermos, bem como os operários que desejam” (Darrigue Filho, 1852, p. 40). O Relatório do Presidente João Crispiano Soares (1864, p. 21) revela a saída de meninos do Asilo de Santa Leopoldina em Niterói para trabalhar na fábrica de Santo Aleixo. O Asilo de Santa Leopoldina tinha como objetivo acolher, educar e criar meninas desvalidas na Província Fluminense. Isso nos leva a pensar que os meninos ficavam ali por um curto período por não haver local de acolhimento para eles. Logo eram enviados a outras instituições para trabalhar²².

²² A Fábrica de Tecido de Santo Aleixo contava com uma escola em seu prédio.

Além da fábrica²³, o Almanak Laemmert registrou as sociedades musicais na freguesia de Piedade: Sociedade de Música Recreio Mageense, Sociedade de Música União Recreio da Piedade. Em Suruí, localizamos a S.P de Musica Dous de Dezembro e a S. M. União Suruhyense. Tais sociedades possuíam organização própria composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário. Por meio do Almanak Laemmert, conseguimos perceber a atuação desses homens em outras esferas sociais e atuando em alguma função no município, como: professores, tabeliões, entre outros. Na freguesia de Piedade ainda localizamos uma sociedade dedicada a cultura letrada: o Gabinete Mageense de Leitura.

O Gabinete Mageense de Leitura foi instituído em julho de 1873 onde, a maioria de seus membros eram negociantes e/ou moradores da cidade de Magé. O jornal *A Reforma: Órgão Democrático*²⁴ destacou que o Gabinete foi fundado por meio de esforços de três homens: o Dr. Francisco Ferreira de Siqueira Pirassinunga, o tenente-coronel Procópio José dos Reis e José Corrêa de Albuquerque Lacerda. O Gabinete de Leitura Mageense era uma biblioteca particular, com o sistema de empréstimo de livros. Em 1878, a biblioteca emprestou 1.163 livros²⁵, sendo 1.121 romances. Neste mesmo ano, o bibliotecário relatou que o acervo era composto por 1.234 volumes sendo divididos em poemas, obras científicas e diversas obras de história, geografia e romances em francês²⁶.

Segundo Pereira (2020, p. 27), o Gabinete de Leitura Mageense foi criado na década de 1870 motivado pelas mudanças na província do Rio de Janeiro em relação a instrução pública. Apolaro e Nascimento (2018) destacam a proposição da Lei Provincial nº 1.650 de 1871, que determinava a criação de bibliotecas populares em cada uma das cidades da Província, administradas pela Câmara Municipal e seu acervo guardado em uma das salas da Câmara.

Na década de 1870, Magé era a única região com estatuto de cidade no Recôncavo da Guanabara e, portanto, a única com a designação do estabelecimento de uma biblioteca. Os relatórios dos presidentes da Província tinham a preocupação de delimitar quais os objetivos das bibliotecas populares que poderiam ser públicas ou particulares. O desembargador Bernardo Avelino Galvão Peixoto, em 1882 (p. 326), destaca a importância das bibliotecas,

²³ Havia a presença de outras pequenas fábricas, como de violas e outros instrumentos e de paus para tamancos (Almanak Laemmert, 1875, p. 163). É provável que haja uma relação entre a fábrica de violas e as Sociedades Musicais.

²⁴ Fonte: *A Reforma: Órgão Democrático*, 6 jan. 1874, p. 2

²⁵ Como a biblioteca funcionava com empréstimos, não foi possível localizar a frequência de homens e mulheres na instituição. Os relatos dão destaque ao número de livros e aumento do acervo, mas não citam as pessoas que ali frequentavam.

²⁶ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigésima segunda legislatura no dia 8 de setembro de 1879 pelo presidente, dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade, p. A3-26.

pois “são focos de instrução que cooperam vantajosamente para a civilização” e complementa o pensamento afirmando a necessidade de “dar que lêr” aos que adentraram no mundo das letras. Essa preocupação com o exercício da leitura demonstra uma das tentativas provinciais de melhorar a instrução após a conclusão dos estudos na escola ou da evasão). No caso de Magé, os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Piedade tinham o acesso privilegiado por conta da proximidade com a biblioteca. Neste sentido, inferimos que as pessoas que possuíam o maior acesso à leitura eram os moradores de Piedade.

1.1.2 Iguassú: entre a hidra e a hidrografia

Nas margens dos rios Iguaçú e Meriti, habitavam os índios Jacutingas, que chamavam essa região de Trairaponga. Seu principal rio, o Iguaçú, foi utilizado como entrada para a ocupação colonizadora do recôncavo e seu nome emprestado a uma das sesmarias, criada posteriormente pelos portugueses (Souza, 2014, p. 36).

Os rios, conforme relata Souza, serviram como porta de entrada para a ocupação portuguesa na região. Os Jacutingas sofreram com a ocupação e a escravidão, o que motivou sua fuga para o interior das serras mais próximas. Em agradecimento pela luta contra os franceses, o Ouvidor-mor, Cristóvão Monteiro, recebeu em 1565 a doação de parte das terras da Sesmaria de Iguassú²⁷ onde construiu o primeiro engenho açucareiro da região em sua fazenda de Aguassu ou Iguassú (Souza, 2014).

Os rios mencionados na citação inicial propiciavam o fácil escoamento da produção açucareira, de alimentos e a extração de madeira para o Rio de Janeiro. Os principais portos localizavam-se às margens dos rios Iguaçú, Pilar, Meriti, Sarapuí e Estrella. Sendo o porto de Iguaçú o principal escoadouro colonial da região hoje conhecida como Baixada Fluminense (Souza, 2014). Além de facilitar o escoamento da produção, os rios desta localidade foram importantes para a chamada “Hidra Iguaçuaná”. Os quilombos de Iguassú eram em grande número e estavam localizados nas margens dos rios (Pilar, Iguassú, Suruí, Estrella e Sarapuí). Eram reconhecidos como indestrutíveis porque o conhecimento da região e dos rios faziam com que os moradores dos quilombos possuíssem certa proteção. Por conta disso ficaram conhecidos como “Hidra Iguaçuaná”, pois na mitologia, a hidra era uma espécie de dragão que possuía muitas cabeças e por conta disso era indestrutível (Souza, 2014). Desta mesma forma, os quilombos de Iguassú foram difíceis de destruir.

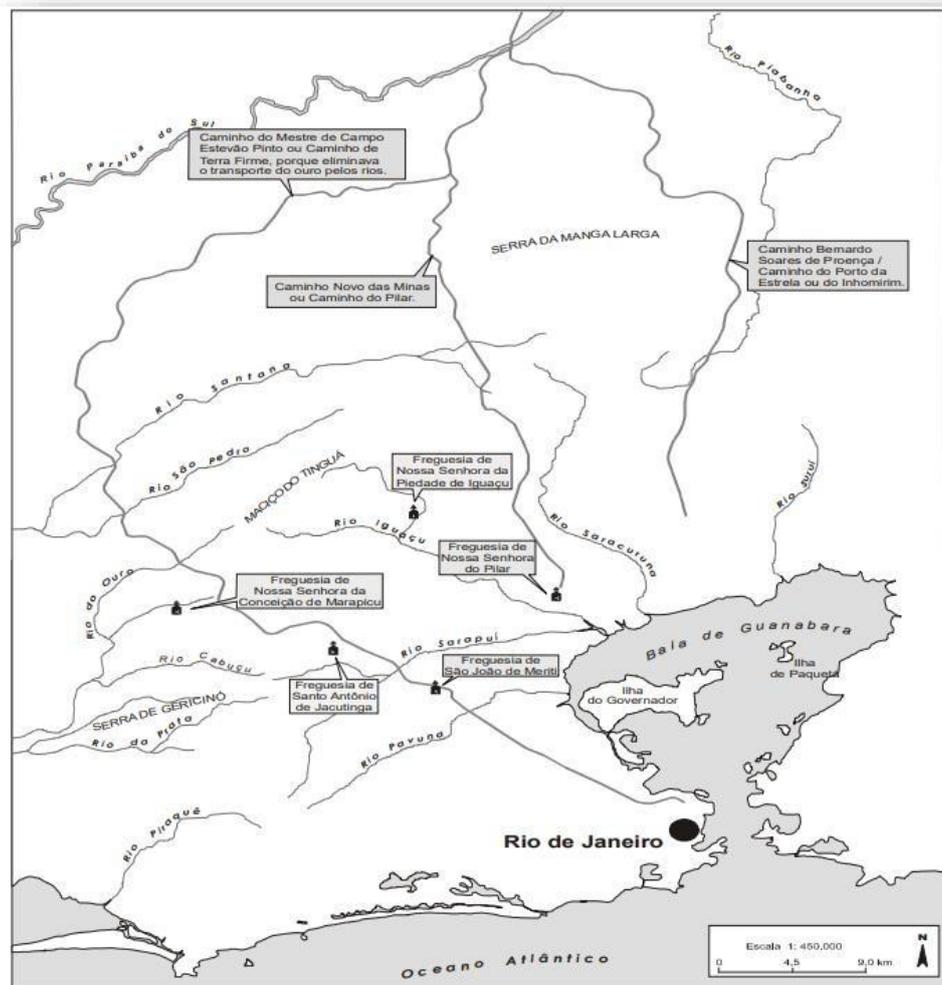
O caminho de Garcia Paes, mencionado anteriormente atravessava as freguesias de

²⁷ Martim Afonso doou a seu primo Brás Cubas outra grande área da Sesmaria de Iguassú, mas apesar da vasta concessão de terras, ele nunca se apossou e novas doações foram realizadas (Souza, 2014, p. 38).

Jacutinga e Pilar, sendo esta última localidade a responsável pelo porto escoador da produção para o Rio de Janeiro. Souza (2014) destaca que o aumento do plantio de café no Rio e em Minas Gerais fez com que os comerciantes iguassuanos se organizassem em 1811. Eles efetivaram a pavimentação do antigo caminho do Tinguá que recebeu a nova denominação de Estrada do Comércio. Essa trouxe benefícios para a freguesia de Piedade do Iguassú, fazendo com o que os portos de Iguassú e Cava tornassem centros comerciais.

O desenvolvimento econômico proporcionou que Iguassú fosse elevado à condição de Vila pelo Decreto Imperial de 15 de janeiro de 1833 e era composta pelas freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, Nossa Senhora do Pilar, São João Baptista de Merity, Nossa Senhora da Conceição de Marapicú e Santo Antônio de Jacutinga.

Figura 11 – Divisão das freguesias em Iguassú



Fonte: Elaborado por Rafael da Silva Oliveira e Paulo Afonso, em março de 2005. Adaptação com base na Carta Topográfica de Rio de Janeiro feita pelo Sargento-Mor Manoel Vieira Leão, em 1767 (Oliveira, 2007, p. 192).

No entanto, em 1835, a vila de Iguassú foi extinta. Souza (2014) identificou três fatores

que causaram a extinção da Vila.

O primeiro está relacionado com os conflitos provocados pela interferência da Câmara sobre o porto de um proprietário e a utilização de uma casa para alojar a comissão sanitária sem a autorização do dono. O segundo, pelas divergências estabelecidas entre a Câmara e o Juiz de Paz. O terceiro, pelas tensões existentes entre os proprietários de terra de Inhomirim e Iguaçú, já que os primeiros não viam com bons olhos sua anexação a uma localidade distante dos seus interesses (Souza, 2014, p. 61-62).

Com a extinção da Vila de Iguassú, as freguesias de Piedade, Marapicu, Jacutinga e Pilar tornaram-se anexas a Niterói. E a de Inhomirim ficou sob responsabilidade de Magé. No ano seguinte, a lei nº 57 de 10 de novembro de 1836 reverteu a extinção da Vila e a mesma foi reestabelecida nos mesmos termos de sua criação, ou seja, com as mesmas freguesias em seu território²⁸. Dez anos depois, com a elevação de Estrella a Vila, a freguesia de Inhomirim e Pilar são desanexas do território de Iguassú. Desta forma, a Vila de Iguassú passa a ser composta pelas freguesias de Piedade, Marapicu, Jacutinga, Merity e Sant'Anna das Palmeiras. Em relação à agricultura, Iguassú destacava-se na produção de mandioca, café e outros gêneros alimentícios.

²⁸ Com a criação da Vila de Estrella, Inhomirim passa a ser uma das freguesias deste território.

Figura 12 – Rio Inhomirim (1835)



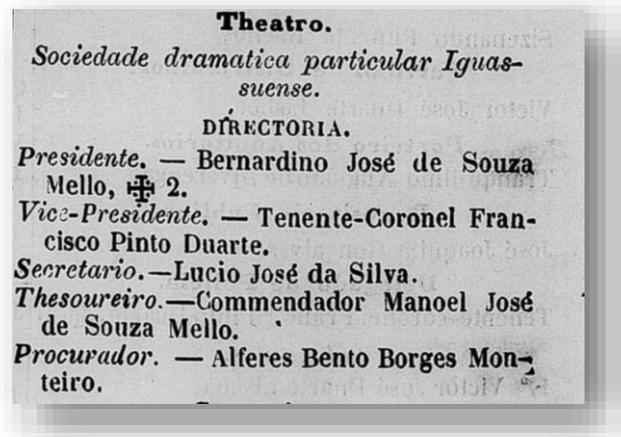
Fonte: Villeneuve ([1835]).

O Almanak Laemmert destaca a presença de sociedades culturais na Vila de Iguassú. Na edição de 1860 (p. 95), o Almanak evidencia a presença de uma sociedade de Baile e de um Teatro de associação particular. A sociedade de Baile não aparece nos relatórios posteriores. Mas em relação ao teatro, inferimos que a Sociedade Dramática Particular Iguassense seja a sociedade teatral citada no registro de 1860.

Essa Sociedade Dramática aparece descrita no Almanak Laemmert entre 1878 e 1880 e encarregada da instrução de meninos pobres. Os instrumentos para uso dos meninos seriam disponibilizados pela sociedade. A Sociedade Dramática Iguassense, em 1878, tinha como secretário Lúcio José da Silva, um professor público atuante em Iguazu. Esse fator revela

[...] que a atividade docente não era a única desenvolvida por Lúcio José da Silva. Todavia, a ausência de fontes que possam revelar maiores detalhes quanto a ação dos professores e professoras que exerciam suas atividades em Iguassú não nos permite considerar como regra o que pode ser uma exceção, ou seja, não podemos afirmar que todos os docentes em Iguassú desenvolviam outras atividades a fim de garantir sua subsistência ou ampliar seus recursos. (Miranda, 2020, p. 101 e 102)

Figura 13 – Sociedade Dramatica Particular Iguassuense



Fonte: Almanak Laemmert, 1878, p. 122.

A outra sociedade citada no Almanak Laemmert é a Sociedade Popular Iguassuana. Criada em 29 de novembro de 1867, foi instalada na freguesia Nossa Senhora da Piedade (Vila) pelo Dr. João Sertorio com o objetivo de auxiliar o governo com o maior número de voluntários para lutar contra a Guerra do Paraguai. Esse fato foi relatado no *Jornal do Comércio* em 5 de dezembro de 1867 (p. 1) como um grande ato de civismo da população Iguassuana por arriscar-se e defender os interesses de sua pátria. A direção e os membros da sociedade foram elogiados na publicação pela preocupação em amparar as famílias dos voluntários de guerra.

Em seu estudo, Miranda (2020) destaca a presença do Grêmio Musical Iguassuano descoberto por meio de um convite para uma missa de 7º dia.

Por intermédio deste convite, descobrimos que Iguassú teve um grêmio musical: “Gremio Musical Iguassuano”, instituição que não foi mencionada em nenhuma outra fonte. Ainda que o Grêmio Musical Iguassuano tenha solicitado a celebração da missa pela morte de Belmiro Domingues Vianna, consocio do referido grêmio, na matriz da Vila, faltam dados para descortinar uma possível relação entre este grêmio e a Sociedade Dramática Particular Iguassuense (Miranda, 2020, p. 102).

Esses espaços fundados com o objetivo de propagar a cultura e a educação foram ambientes fundamentais para a integração, formação e a construção de redes de sociabilidade entre seus frequentadores.

1.1.3 Estrella: o porto e a pólvora

A história e a ocupação territorial de Estrella mescla-se com a de Iguassú e Magé, por isso optamos por deixá-lo como o último município aqui em nosso estudo. Souza (2014) destaca

que

[...] as terras que margeavam os rios Inhomirim, Imbariê e Estrela foram doadas a partir da última década do século XVI aos sesmeiros Antônio Fonseca, Domingues Fernandes, João e Simão Botelho etc. Essa área passou a ser conhecida como Piedade de Inhomirim e, posteriormente, por Estrela (Souza, 2014, p. 38-39).

A abertura dos portos, o estabelecimento de caminhos condutores de alimentos e ouro do interior para o Rio de Janeiro foram fatores que favoreceram a movimentação desta região. Em 1826, a Real Fábrica de Pólvora foi transferida da Lagoa Rodrigo de Freitas para a localidade de Raiz da Serra. A transferência da fábrica para Estrela foi motivada pelos perigos que ela representava para os moradores da Corte em relação aos acidentes que ali aconteceram. Em suas dependências, a fábrica acolheu um grande contingente de escravizados que trabalhavam fabricando a pólvora e também de militares que fiscalizavam o trabalho e atuavam na defesa.

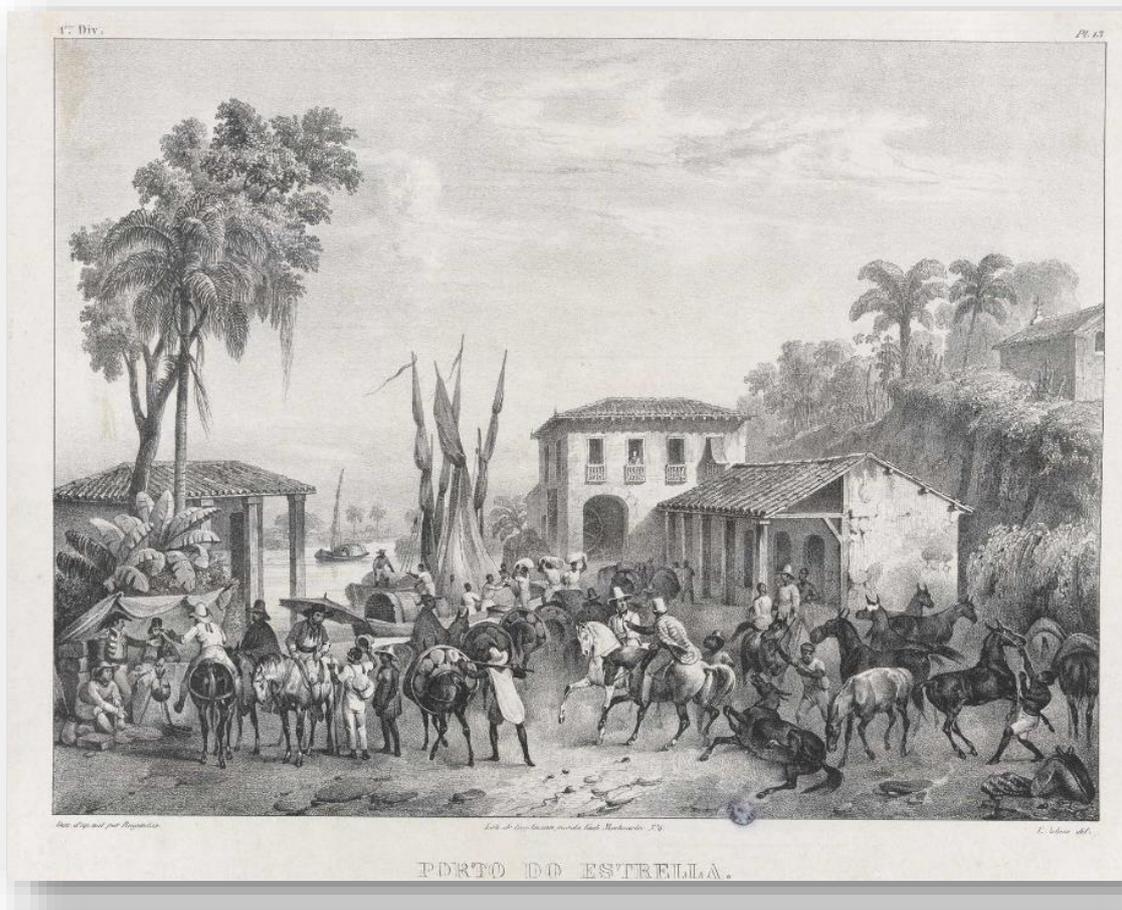
Estrela tornou-se Vila pela Lei Provincial nº 397, de 20 de maio de 1846, e era composta pelas freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e pelo curato de Petrópolis²⁹. A Vila de Estrela é descrita no *Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil* (1845) como uma

Povoação de muito commercio da provincia do Rio-de- Janeiro, com um porto no rio Inhumirim³⁰, 1 legoa alentada acima de sua embocadura na bahia Nitherôhi. Este porto é dos d’esta bahia o mais frequentado, por ser o lugar onde se reuñem os almocreves da provincia de Minas-Geraes, que trazem cargas de diversos gêneros para o consumo da cidade do Rio-de Janeiro, d’onde levão ferro em barra, sal, farinha de trigo, fazendas de luxo e vinho. Num outeiro que domina esta povoação ha uma Igreja dedicada a N. S. da Estrella, fundada em 1650 por Simão Botelho, que era então o unico possuidor d’uma vasta sesmaria nas margens do rio Inhumirim. (*Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*, 1845, volume I, EST, p. 357, grifo nosso).

²⁹ Petrópolis permaneceu sob a jurisdição de Estrela até 1857, quando foi elevado à categoria de cidade.

³⁰ Segundo o Almanak Laemmert (1876, p. 116), o rio Inhomirim foi o primeiro do Brasil que teve navegação diária a vapor e a primeira locomotiva anunciava “um risonho progresso”.

Figura 14 – Porto de Estrella (1835)



Fonte: Adam ([1835b]).

Souza (2014, p. 64) destaca que o Porto de Estrella³¹ foi “o principal escoadouro fluminense do século XIX”. Esse fator foi propiciado pela abertura estradas e caminhos que facilitaram o escoamento da produção até o Porto da Estrella. A gravura acima representa o Porto de Estrella como uma localidade movimentada e com um fluxo intenso de pessoas, em geral, de homens que faziam o transporte das mercadorias. Nesta cena protagonizada por homens e suas atividades comerciais, encontramos a representação de uma mulher que passa despercebida diante da grandiosa cena. Essa mulher negra está com seus seios nus parece estar acompanhada de um homem que conversava com um senhor em cima de seu cavalo. Se olharmos para o sobrado ao fundo da imagem localizamos o vulto de uma pessoa. Hugo Delphim³² afirma que trata-se de uma figura feminina e que o sobrado de fundo pertence a Anna

³¹ Além do Porto de Estrella, a Vila contava com o porto do Pilar, Guia de Pacobaíba e Inhomirim.

³² A pesquisa de Hugo não foi publicada em nenhum artigo, mas faz parte de uma rede de historiadores/moradores locais interessados em estudar e dar visibilidade a História Local.

Luiza Alves de Faria. Segundo Hugo, Anna Luiza era proprietária da Fazenda do Mato Grosso e seu negócio no Porto da Estrella vendia vários gêneros. O *Jornal do Commercio* descreve o seguinte em 1838:

Vendem-se os gêneros, armações e seus utensílios de duas casas de negocio, huma de fazendas secas e outra de molhados, sitas no **Porto Estrella muito perto do embarque e desembarque**, bem afreguesadas, que forão do falecido José de Faria Ferreira, e hoje de sua viúva Anna Luzia Alves de Faria. Quem pretender, pode dirigir-se àquelle Porto para as ver e examinar, e para tratar na rua dos Ciganos n. 10com João Luiz Alves Machado (Jornal do Commercio, 23 de maio de 1838, p. 4, grifo nosso).

O fato é que Anna Luiza realmente possuía um estabelecimento próximo ao Porto de Estrella. Mas não temos como afirmar se seria realmente ela a olhar aquela cena retratada. O Porto de Estrella teve sua importância, mas a abertura da Estrada Normal da Estrella em 1844 e a estrada União Indústria em 1856 fizeram com que diminuísse o tempo gasto com o transporte e melhorassem a circulação das mercadorias. Os caminhos terrestres e hidrográficos de Estrella facilitaram que a movimentação e o entreposto comercial ocorressem. Fróes (2014, p. 23) afirmou que “o papel de maior destaque que Estrella desempenharia, surgiu somente quando o café reativou a economia da exportação brasileira”.

A necessidade de melhorar a velocidade da exportação de café motivou a criação da Estrada de Ferro Mauá em 1854³³. O percurso desta ferrovia cortava os territórios das freguesias de Inhomirim e de Pacobaíba. Os custos da manutenção da ferrovia³⁴ eram altos e realizados pela própria empresa. Fróes (1974) destaca que em 1860, o Barão de Mauá, responsável pela Estrada de Ferro³⁵, associou-se a Companhia União e Indústria para dar continuidade do percurso até Minas Gerais. Assim retirando o papel de entreposto do Porto de Estrella.

Apesar da notoriedade do Porto Estrella e das estradas na região, esses fatores não reverberaram em sociedades culturais ou educacionais como nos dois municípios citados anteriormente. Talvez esse fator esteja relacionado ao grande fluxo de transição por estas terras e não da fixação de moradias. No entanto, em 1882 (p. 1770), o Almanak Laemmert registra a presença da Sociedade de Música Recreio da Guia na freguesia de Nossa Senhora de Pacobaíba. Em 1885 (p. 924), o Almanak registra a Sociedade Recreio de Nossa Senhora dos

³³ A Estrada de Ferro Mauá é considerada a primeira estrada de ferro do Brasil (Fróes, 1974)

³⁴ Mattos (1987, p. 60) destaca que a construção e ferrovias unia os centros cafeeiros do interior ao porto do Rio de Janeiro, o que ampliou a importância da cidade e conduziu ao declínio dos pequenos portos do litoral.

³⁵ Além da Estrada de Ferro Mauá, a Estrada de Ferro Dom Pedro II também perpassava o território de Estrella. Inaugurada em 1858, seu trajeto tinha como mesmo destino as estradas de Estrella. Fróes (1974) acredita que com a não utilização das estradas fez com que os pântanos e os alagamentos ressurgissem em Estrella o que proporcionou a reincidência das “febres” na região.

Remédios também na freguesia da Guia de Pacobaíba. Não conseguimos inferir mais informações acerca dessas sociedades musicais nos periódicos da época. E também não conseguimos saber se são sociedades diferentes ou apenas houve a troca nominal.

Além das sociedades musicais, das fazendas e olarias, a Vila de Estrella possuía uma Colônia Orfanológica criada em 7 de setembro de 1876 pelo juiz de órfãos Gonçalo Paes de Azevedo e Faro com o objetivo de instruir meninos órfãos e desvalidos por meio de aula primária, de música e um “par” de ofícios para que no futuro tornassem “homens honestos, laboriosos e úteis a si e a pátria” (Almanak Laemmert, 1877, p. 126).

As Colônias Orfanológicas do município de Estrella não eram uma instituição governamental, mas configuraram uma iniciativa proveniente dos impactos da Lei de 28 de setembro e pensada para educar órfãos desvalidos, filhos de pais pobres ou indigentes da região. Seu próprio regimento está relacionado com a Lei do Ventre Livre (Santos, 2020, p. 55).

Em seu estudo a respeito da escolarização em Estrella, Santos (2020) localiza a existência de quatro Colônias Orfanológicas no município. Torna-se interessante perceber que as instituições que abrigavam crianças com medidas propostas para a conservação do trabalho escravo eram numerosas na Vila de Estrella, enquanto os elementos e/ ou sociedades culturais eram escassos neste mesmo território.

A Vila de Estrella foi extinta pelo Decreto nº 1, de 8 de maio de 1892, e seu território, dividido, voltou a pertencer a Iguassú (território que passou a pertencer a Duque de Caxias após sua emancipação em 1943) e a Magé. Há algumas vertentes para explicar a extinção de Estrella como as modificações no modal dos transportes, a insalubridade e as epidemias. Mazola (2008 apud Santos, 2020, p. 21) considera que os fatores citados somados à riqueza e à notoriedade político-administrativa de Petrópolis foi o fator preponderante para a extinção de Estrella.

1.1.4 Nossa Senhora da Piedade: as semelhanças religiosas e populacionais de Magé, Iguassú e Estrella

Nossa Senhora da Piedade. Uma mulher e um lugar. A representação da mulher como santa na Igreja Católica associada às estratégias de nomeação de diversos territórios foi um fator recorrente em toda a Província Fluminense. A devoção aos santos e santas tiveram relação direta com a nomeação de arraiais, freguesias e vilas. A construção de uma capela reunia os moradores locais para rezarem e nas festividades de seu santo ou santa de devoção. Com isso, a população foi aglutinando-se ao redor das igrejas com moradias e comércio, formando, assim, as

concentrações populacionais que dão início a povoados, arraiais e freguesias.

Os limites territoriais de Estrella, Iguassú e Magé demonstram a dinâmica vivida por estes municípios ao longo dos anos. O processo de ocupação, a agricultura e o crescimento pela utilização dos portos e estradas foram fatores semelhantes nestes territórios do Recôncavo da Guanabara.

O Recôncavo da Guanabara é uma área composta por mangues, brejos, pântanos e regiões alagadiças. Em Iguassú, próximo aos rios Iguassú, Sarapuí e Meriti havia uma concentração quilombola refugiada nos pântanos e florestas da região estrategicamente usando as áreas alagadiças como recurso de proteção e esconderijo (Bezerra, 2012). A insalubridade da região foi um fator discutido na Assembleia Provincial, que previam a construção de valas, dessecação de pântanos para que diminuísse a ocorrência de febres e doenças na região. Os três municípios sofreram com esta condição natural que foi amenizada na freguesia sede de Magé com a construção do Canal de Magé (Pereira, 2020). Pimenta, Barbosa e Kodama (2015) realizaram um estudo das doenças que atingiram a Província fluminense, explicando cada uma delas e os municípios mais atingidos. Desta forma registraram a presença de algumas moléstias: Febre de Macacu (1828-1830), febres, febre amarela, cólera, varíola, sarampo, febre perniciosa com caráter tifóide (Estrella) atingiram a região.

Outro fator semelhante e que nos chama atenção é o nome das freguesias sede das Vilas (Iguassú e Estrella) e da Cidade (Magé). Todas são dedicadas à Nossa Senhora da Piedade: Nossa Senhora da Piedade de Magepe, Nossa Senhora da Piedade de Iguassú e Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim.

O *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brasil* registra que após as doações de sesmarias em 1565, foi construída a capela dedicada a N.S. da Piedade em Magé.

Converteu-se esta capella no discurso do século seguinte, em uma igreja que foi decorada com o titulo de matriz, em virtude de um avará de 18 de janeiro de 1696. Indo a população sucessivamente augmentando-se, fizeram os habitantes fabricar uma nova igreja perto d'uma estrada e do rio, no lugar onde podião aportar os barcos com o favor da maré. Com a nova igreja foi a antiga posta em esquecimento, até que a final desapareceu. (*Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brasil*, 1845, v. II, p. 14)

O mesmo dicionário (1845, v. I, p. 448) registra que em Iguassú, no ano de 1699, “José Dias d’Araujo edificou em suas próprias terras uma capella a N. S. da Piedade, e seu filho mandou fazer em seu lugar uma igreja maior, que fez as vezes de parochia desde o anno de 1710”. Já no caso de Estrella, o Dicionário (1845, p. 357) chama atenção para a igreja de Nossa

Senhora da Estrella fundada em 1650 por Simão Botelho.

Nossa Senhora da Piedade é um dos títulos com que a Igreja Católica homenageia Maria. Trata-se de retratar Nossa Senhora com seu filho Jesus morto em seus braços simbolizando um momento de dor e sofrimento. A representação das Sete Dores de Maria é figurada em uma auréola de sete estrelas em sua cabeça e enfatizadas pela expressão de angústia e tristeza.

O culto à “Mater Dolorosa” iniciou-se no mosteiro de Schonau, na Alemanha, em 1221. No dia 15 de setembro de 1239, a Ordem Religiosa dos Servos de Maria deu início a esta devoção, em Florença, na Itália, acentuando sobretudo as Sete Dores a Virgem Maria (Alves, 2016, p. 9).

Rabelo (2009, p. 84) descreve que o primeiro caso registrado no Rio de Janeiro de devoção a Nossa Senhora da Piedade localizou-se em Magé³⁶. A Capela Nossa Senhora da Piedade localizada no alto do morro ao fundo da Baía de Guanabara foi fundada inicialmente por D. Maria Dantas em 1668. Pizarro (apud Rabelo, 2009, p. 84) salienta que quando a fundadora da pequena capela faleceu, ninguém assumiu a responsabilidade de zelar pelo pequeno santuário que, em 1750, já estava arruinado e mudou a matriz para outro lugar.

A imagem de Nossa Senhora da Piedade representada na Figura 15 é uma escultura pequena³⁷ feita de barro cozido, dourado e policromado por Sebastião Toscano no século XVII. Rabelo (2009) registra que os inumeráveis milagres atribuídos à santa atraíram devotos que se acomodavam em casas de romagem na freguesia. E quando não havia casas suficientes para todos, recorriam-se “a cabanas de palha e barracas fabricadas para tal fim” (Rabelo, 2009, p. 84).

³⁶ Nossa Senhora da Piedade é a padroeira do município de Magé e de Minas Gerais.

³⁷ A escultura original encontra-se sob guarda da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, pertencente à Diocese de Petrópolis.

Figura 15 – Nossa Senhora da Piedade de Magepe



Fonte: Acervo do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

A devoção a “Mater Dolorosa” difundiu-se por Inhomirim, no qual, segundo Pizarro, foi construída uma capela por iniciativa dos moradores que por ser feita por esteios e pau a pique não resistiu. Uma nova igreja foi construída em pedra e cal um pouco mais a frente do Porto da Estrella, junto ao morro da Fazenda e em frente a Estrada Geral. Rabelo (2009, p. 85) destaca que “em frente à igreja, do outro lado da estrada, um pequeno arraial se implantara com moradores fixos, comerciantes de vários gêneros e mercadorias cuja ênfase de comércio recaía sobre os viajantes que transitava pela Estrada”.

A primeira escultura de Inhomirim remonta à segunda metade do século XVII, uma obra simples, feita de “barro condicionando a uma fatura coesa, compacta, em que ambas as figuras se fundem num mesmo bloco. Tal procedimento resultou num volume único, que corrobora o sentimento de união entre mãe e filho” (Rabelo, 2009, p. 85). Na segunda metade do século XVIII, a imagem foi substituída por uma de madeira, no estilo rococó de ótima qualidade, representando o momento de desenvolvimento da região (Rabelo, 2009, p. 85).

A devoção propagou-se para Iguassú que dedicou a sua matriz à devoção de Nossa Senhora da Piedade. A imagem original era composta de barro, pelo baixo custo, e também por representar o antagonismo da época: “a riqueza espiritual e a pobreza mundana contrasta na dicotomia barro e ouro, vida e morte, espírito e matéria” (Rabelo, 2009, p. 87). A devoção a Nossa Senhora da Piedade tem seu início no Recôncavo da Guanabara, se expande pelo território fluminense pelos bandeirantes que a levam até Minas Gerais (Rabelo, 2009, p. 89).

As movimentações populacionais trouxeram a esses municípios o desenvolvimento e a fé, por exemplo. Diante de diversos cenários era importante conhecer o quantitativo populacional provincial. Por isso, no ano de 1836, a presidência da Província exigiu de todos os juízes de paz o recenseamento da população de seus distritos. O relatório do presidente da Província de 1840 revela que a maior parte entregou o recenseamento, mas por muitas circunstâncias não foi possível ao governo apurar cada uma das listas com diversas classificações (Souza, 1840, p. 11). Apesar disso, revela ser a estatística importante, pois, “somente por esta maneira podem apresentar maior gráo de exactidão possível, e algumacerteza o resultado das variadas relações da população em hum tempo dado, servindo assimde termo de comparação para outras épocas” (Souza, 1840, p. 11).

Desta forma, com base no estudo de Gouvêa, elaboramos o Quadro 2 com o quantitativo populacional dos municípios entre livres e escravizados. Como o estudo de Gouvêa não fez a distinção entre homens e mulheres, não sabemos o quantitativo delas em relação aos homens.

Quadro 2 – Quantitativo populacional de Estrella, Iguassú e Magé nos anos de 1840 e 1851

Municípios	1840			1851		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
Estrella				8.939	5.981	14.920
Iguassú	5.704	9.345	15.049	10.176	10.884	21.060
Magé	6.314	7.285	13.599	8.281	9.968	18.249

Fonte: Pereira, Kimberly baseado no trabalho de Gouvêa (2008).

O Quadro 2 demonstra que Iguassú se distingue pelo maior quantitativo populacional em 1840, em relação a Magé, e 1851 entre os três municípios. E em Estrella, o número de pessoas livres é maior do que o de escravizados, divergindo de Magé e Iguassú, que possuem o quantitativo de escravizados mais elevado.

O Recenseamento de 1872 foi o primeiro censo realizado em todo o território brasileiro apresentando um panorama da população residente no Brasil, trazendo dados da população livre e escrava, nacionalidade, ofícios exercidos, entre outros. Torna-se importante frisar que em alguns casos, a soma do total difere-se da soma dos valores citados anteriormente³⁸. Apesar desse fator, Miranda (2020, p. 42) infere que o censo de 1872 foi construído sob bases muito

³⁸ O primeiro recenseamento não pode ter seus dados tomado como verdade absoluta. Pesquisadores apontam divergências e incoerências nos dados das freguesias. E de que o formulário do Censo de 1872 poderia induzir ao erro de preenchimento ou emissão das informações (Pinto de Moura Filho, 2022).

frágeis. Ao observarmos os números coletados nos municípios, percebemos que há uma diferença no número total pesquisado. Apesar disso, o recenseamento não deve ser descartado pois,

Para se constituir como referência acima dos indivíduos enquanto um campo de poder, o Estado busca formar uma nação. O elemento fundamental e ao mesmo tempo fundante de um Estado moderno é o governo do seu povo, a quem deverá dar condições de cidadania. Entretanto, para conhecer e efetuar as condições de governabilidade da população, o Estado realiza sobre a mesma todo um trabalho de codificação do qual o recenseamento é apenas uma parte (Caldeira- Machado, Biccas e Faria Filho, 2013, p. 641).

A codificação em números de uma população auxilia os governantes a pensarem nos mecanismos necessários para a governabilidade da Província, bem como, os números populacionais poderiam definir a necessidade de uma ou mais escolas na região. Nesta pesquisa optamos por separar os municípios em tabelas distintas. A população total de Estrella era estimada em 10.206 habitantes, em sua maioria homens livres. O maior quantitativo populacional residia na freguesia sede da Vila (Piedade de Inhomirim).

Quadro 3 – População de Estrella estimada pelo Recenseamento de 1872

Freguesia	População total	População masculina livre	População feminina livre	População masculina escravizada	População feminina escravizada
Inhomirim	3.982	1.524	1.288	628	597
Pacobaíba	2.691	1.080	898	451	267
Pilar	3.533	1.283	1.121	682	447
Total	10.206	3.887	3.307	1.761	1.311

Fonte: Pereira, Kimberly baseado no Recenseamento de 1872.

A configuração de Magé é distinta de Estrella, pois a maior parte de sua população concentrava-se na freguesia de Nossa Senhora d'Ajuda de Guapimirim, com mais de sete mil habitantes, em sua maioria homens e mulheres escravizados. Magé era o município que agrupava o maior número de freguesias a época do Censo, resultando no maior quantitativo populacional entre os três municípios.

Quadro 4 – População de Magé estimada pelo Recenseamento de 1872

Freguesia	População total	População masculina livre	População feminina livre	População masculina escravizada	População feminina escravizada
Piedade	5.794	2.263	2.193	727	611
Guapimirim	7.311	1.354	1.243	2.389	2.325
Aparecida	5.382	1.116	866	1.911	1.489
Suruí	2.175	880	785	356	254
Paquequer	3.457	1.497	1.204	450	306
Sapucaia	3.172	1.158	857	670	489
Total	27.291	8.268	7.148	6.503	5.474

Fonte: Pereira, Kimberly baseado no Recenseamento de 1872.

A população Iguassuana apresentada pelo Recenseamento estava mais concentrada na freguesia de Jacutinga e o município era predominantemente formado por homens livres. Chama a atenção, em Iguassú, o fato de a freguesia de Piedade ser a terceira no quantitativo populacional mencionado. Pois a freguesia sede geralmente concentra o maior ou o segundo maior contingente populacional.

Quadro 5 – População de Iguassú estimada pelo Recenseamento de 1872

Freguesia	População total	População masculina livre	População feminina livre	População masculina escravizada	População feminina escravizada
Piedade	4.485	1.490	1.609	754	632
Marapicú	5.624	1.789	1.833	1.028	974
Jacutinga	6.546	2.341	2.117	1.072	1.016
Merity	2.524	891	857	466	310
Sant'anna das Palmeiras	1.886	587	567	403	329
Total	21.065	7.098	6.983	3.723	3.261

Fonte: Pereira, Kimberly baseado no Recenseamento de 1872.

Nesses quadros, optamos por trazer a diferenciação do quantitativo estimado de homens e mulheres que habitavam as freguesias, pois desta forma conseguimos dar (ainda que somente

em números) visibilidade para as mulheres do XIX. Em nenhuma das freguesias dos três municípios encontramos um maior quantitativo populacional feminino em relação ao masculino. Ao compararmos o número de mulheres livres com o número de mulheres escravizadas, analisamos que não há um padrão entre os municípios. Em Estrella encontramos o maior quantitativo de mulheres livres e escravizadas na freguesia sede de Nossa Senhora da Piedade. Já em Iguassú, a freguesia de Jacutinga acumula o maior quantitativo nos dois itens. Porém, em Magé, localizamos o maior número de mulheres livres em Piedade e o maior de escravizadas em Guapimirim. O censo de 1872 traz os ofícios realizados pelas mulheres em cada freguesia, fato e discussão que abordaremos adiante.

Quando nos propomos a investigar um fenômeno historiográfico necessitamos de fontes, de documentos ou vestígios que nos guiem ao nosso objeto de estudo. No entanto, quando tratamos de mulheres, há escassez destes rastros. “A sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios desfeitos, seus arquivos, destruídos” (Perrot, 2019, p. 21). Soihet (1997, p. 295) relata que um dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores ao estudar sobre as mulheres é lidar com a escassez de vestígios do passado produzidos por elas mesmas. No entanto, facilmente podemos localizar registros escritos por homens a respeito delas³⁹.

Nas últimas décadas, as mulheres e as relações entre os sexos têm sido objetos de estudo privilegiado tanto no Brasil quanto no exterior. As mulheres juntamente com os operários, prisioneiros, escravos, entre outros foram “excluídos da história” (Perrot, 2020). Enfim, as mulheres conseguiram alcançar a condição de serem sujeito e objeto da história (Soihet, 1997). Mas isso só foi possível a partir de mudanças ocorridas na concepção da História que ocorreu ao longo do século XX. Na França surgiu a Escola de Annales com uma nova proposta para o estudo da História. A Escola de Annales se opunha à história positivista voltada aos grandes acontecimentos realizados por grandes homens. Com isso, cria-se apreocupação de estudar outros setores que eram ignorados pela historiografia. A mudança proposta pela Escola dos Annales sugere uma aproximação com as Ciências Sociais trazendo uma renovação para a História (Reis, 1996). Essa ruptura com a historiografia tradicional possibilitou o desenvolvimento de temáticas ligadas às mulheres, bem como ampliou a noção de fonte histórica. Desta forma, além dos documentos escritos, fotografias, elementos decorativos, roupas auxiliam na compreensão de um momento histórico específico.

³⁹ Neste caso, podemos inferir duas situações: a primeira é da falta de acesso da mulher ao mundo letrado e por conta disso os homens escrevem sobre ela. E a segunda situação é o apagamento dos poucos registros feitos por mulheres, por acharem que não são importantes para a história.

Apenas as mudanças na historiografia não seriam suficientes para compreender a história das mulheres. Essa mudança precisou ocorrer também na sociedade. As mulheres passam a ser percebidas na diversidade de suas condições sociais, étnicas, raciais, de crenças religiosas, abarcando as inúmeras diferenças quando tratamos de trajetórias plurais (Soihet, 1997). Rizzini e Schueler (2018) assentem que o movimento feminista dos anos 1970 cooperou com a necessidade de estudar a história das mulheres, já que

A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história. Tem tomado como axiomática a ideia de que o ser humano universal poderia incluir as mulheres e proporcionar evidência e interpretações sobre as várias ações e experiências das mulheres no passado. [...] O “universal” implica uma comparação com o específico ou o particular, homens brancos com outros que não são brancos ou não são homens, homens com mulheres (Scott, 1994, p. 77).

Se levarmos em consideração que as mulheres passam por experiências diferentes relacionadas ao trabalho, a religião, etnia, classe, ter uma visão homogênea sobre a identidade feminina não seria adequado. Desta forma, ao abordarmos a história feminina, faz-se necessário substituir a palavra “mulher” pela categoria “mulheres” percebendo que a palavra no singular busca uma uniformidade e não indica que dentro de uma mesma categoria há diferenças. Nem a característica de mulheres subordinadas era a mesma e aceita por todas (Pedro, 2005). Do interior da categoria mulheres, surge a categoria de gênero. Joan Wallach Scott (1994, p. 13) define gênero assim:

Gênero é a organização social da diferença sexual. [...] Gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com a culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função do nosso saber sobre o corpo e este saber não é “puro”, não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos (Scott, 1994, p. 13).

O estudo de gênero permite rediscutir o que é o interesse da historiografia. Estudar a história das mulheres não significa redimensionar o foco da história dos grandes homens para o das grandes mulheres, mas compreender e propiciar um novo olhar para a história das mulheres frente a historiografia tradicional. Nossa questão é estabelecer uma pesquisa em que seja possível compreender por que meios elas participaram da sociedade fluminense em seus diversos papéis e revelar que meios as mulheres tornaram-se sujeitos atuantes na história fluminense.

Antes de iniciarmos essa abordagem, precisamos entender a visão dedicada a essa parcela da sociedade. Para delimitar as possibilidades de ser mulher em terras fluminenses no século XIX, utilizaremos, como ponto de partida, a literatura, os periódicos e obras de arte

oitocentista. Ao longo do tempo, definir como as mulheres deveriam portar-se, vestir-se e comportar-se foi objetivo de publicações dirigidas à educação de moças e senhoras para que seguissem um conjunto de princípios e normas sociais esperado.

1.2 “Felizes as nações recém-nascidas à civilização!”: o modelo feminino em destaque nos periódicos e na literatura

“Felizes as nações recém-nascidas a civilização!” (p. 1). Com esta frase inicia-se a primeira edição do jornal *Museo Universal: Jornal das famílias brasileiras*⁴⁰ em 1837, quinze anos após a Independência do Brasil. Logo na primeira edição, o leitor é apresentado a proposta do periódico que traz como a informação de ser um jornal estrangeiro. Porém, afirmaque dará ênfase em suas páginas a áreas de evidência para o país: agricultura e História Natural. Ou seja, os editores do jornal buscam uma aproximação com temáticas mais discutidas em território nacional. Este periódico foi o pioneiro no país ao seguir este modelo de formatação estrangeira, pois possuía texto e ilustrações produzidas pelos “melhores artistas de Paris e Londres” (*Museo Universal: Jornal das famílias brasileiras*, 1837, p. 10). Segundo Guimarães, Velloso e Correa (2020, p. 21), muitas revistas em francês começaram a visar o mercado brasileiro e a viabilizar que elas fossem publicadas no exterior. No entanto, é importante frisarmos que os textos e as ilustrações eram produzidos na França e adaptados ao leitor brasileiro por Jules Villeneuve. Silva (2011, p. 162) assinala que “traduzir consiste em reescrever, transpor uma forma e um conteúdo discursivo para uma linguagem local”, ou seja, Villeneuve reescreveu os textos para a realidade brasileira da década de 1830 e 1840. Villeneuve foi um tradutor da língua ao mesmo tempo em que era um tradutor de uma cultura. Meloni e Alcântara (2019) afirmam que nas últimas décadas do século XIX há um interesse mundial por teorias e práticas de educação europeias e norte-americanas. Neste momento é que entram em cena os tradutores. Essa tradução cultural torna-se “um conceito importante para pensar os processos de descontextualização e recontextualização promovidos por sujeitos no esforço de tornar uma cultura inteligível para e por outra (Burke, 2009)” (Meloni; Alcântara, 2019, p. 10). Desta forma, a tradução deste jornal reproduzia os hábitos europeus para as mulheres brasileiras que passariam a internalizar uma cultura diferente da sua.

⁴⁰ Periódico publicado entre 1837 e 1844, regularmente aos sábados e no final de cada ano formava um volume com cerca de 416 páginas. Em sua primeira edição, descrevem que “este deve ser o jornal de todas as classes, de todos os empregos, de todos os sexos e todas as idades” (1837, p. 6). O objetivo era tornar mais suave a aquisição dos conhecimentos e frisam que “os editores contão com a aprovação de todos os cidadãos que tomão a peito a ilustração e o progresso do seu paiz” (1837, p. 7).

A primeira edição deste jornal indicava que as publicações abrangeriam as artes e o conhecimento contemplando diversos setores da sociedade como os poetas, artistas, publicistas, filósofos e “sem nos descuidar de mimosearmos a mãe de família que, parca e incançavelmente dirige sua casa, com preceitos e receitas que facilitem a sua tarefa” (Museo Universal, 1837, p. 6). Além das mães de família, dão destaque a “joven donzela, procurando figurinos de moda, leis de bom gosto e novelas, ora ternas e melancólicas, ora alegres, mas sempre Moraes, irá colhendo de caminho idéas geraes de muitos conhecimentos que são o ornamento do bello sexo, quando isentos de pedantaria” (Museo Universal, 1837, p. 6).

Silva e Souza (2016) afirmam que com as pesquisas no campo da história da leitura, observa-se que as práticas de leitura, modos, gestos modificaram-se consideravelmente e que devemos levar em consideração os aspectos econômicos, sociais, de escolarização, entre outros.

As mulheres aparecem como público-alvo de destaque neste periódico e três anos após a primeira edição foi publicado um estudo sobre a mulher na seção intitulada “Estudos Philosophicos e Moraes”, a definindo assim:

Ente dado ao homem para compartilhar seus trabalhos, suavizar suas dores, duplicar seus prazeres e embelezar seus dias; a mais bela obra da divindade, o segundo creador do homem, o apoio dos seus primeiros passos, o protector de sua infância, o consolador de sua vida (Museo Universal: Jornal das famílias brasileiras, 15 fev. 1840, p. 261).

No trecho citado acima, percebemos o desenho do ideal feminino: um ser divino que se dedica aos filhos e é propriedade do marido. Ao longo de duas páginas e meia descreveram as características estabelecidas como “típicas” femininas: as diferenças entre o corpo da mulher e do homem; a timidez; sensibilidade; delicadeza; doçura para obedecer ao homem; amabilidade e fraqueza. Todas essas características foram escritas com o objetivo de detalhar e difundir os atributos esperados para uma mulher. A graça e a flexibilidade do movimento, a expressão meiga, pele notável pela sua alvura e voz agradável foram elementos femininos evidenciados durante a escrita desta seção.

Deve certamente a mulher à sua organização huma constituição em tudo mais delicada que a nossa; qualquer modificação que aliás possa ella receber do clima, da educação, do modo de viver, do exercício, traz ella sempre e necessariamente consigo o character de hum gráo de força inferior ao do homem (Museo Universal: Jornal das famílias brasileiras, 15 fev. 1840, ed. 00033(1), p. 261).

Um fato de visibilidade ao final deste artigo é a menção de que “aplicão-se estas observações a todas as mulheres dos paizes civilizados” (Museo Universal: Jornal das famílias brasileiras, 15 fev. 1840, p. 263). A princípio, ao realizar a leitura, parece ao leitor que há uma

uniformidade entre as mulheres e que todas agem da mesma forma. Porém, a última frase mostra a cisão identificada pelo “homem estrangeiro” entre as mulheres dos países civilizados e dos países “não civilizados”.

A publicação deste artigo explicita que as mulheres aqui residentes possuem hábitos distintos das europeias. Mas que como uma “nação recém-nascida à civilização” plantou-se a semente do comportamento ideal feminino buscando fazer assim uma uniformidade comportamental. Mattos (1987, p. 1) destaca que imagens e conceitos dos países estrangeiros eram referência para os brasileiros, pois “procuravam ser semelhantes as nações que se apresentavam como portadoras de uma civilização”.

A imprensa possui papel fundamental na divulgação de fatos, acontecimentos e costumes. Ao tratarmos da imprensa, é importante abordarmos a formação da opinião pública. Segundo Morel e Barros (2003, p. 21), “opinião pública trata-se antes de tudo de palavras – poderosos instrumentos de combate”. A educação e a imprensa possuem algo em comum: são destinadas ao povo.

Os construtores dessa opinião pública são, em outras palavras, os membros da chamada República das Letras, os Letrados, os esclarecidos, ou seja, a opinião apontava como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados e se tornava pública na medida em que visava a propagação das luzes e a civilização – e por isso, apresentava-se como defensora da ordem e da moderação (Morel; Barros, 2003, p. 21).

Desta forma, os divulgadores⁴¹ do que ali estava descrito no que se refere às mulheres seriam homens e mulheres com acesso à leitura. Se olharmos para os municípios de Estrella, Magé e Iguassú, encontraremos os seguintes resultados acerca da alfabetização.

Quadro 6 – Situação da alfabetização em Estrella

Freguesias de Estrella	Homens livres que sabem ler e escrever	Mulheres livres que sabem ler e escrever	Homens escravizados que sabem ler	Mulheres escravizadas que sabem ler
Inhomirim	498	387	0	0
Pacobaíba	246	125	0	0
Pilar	367	382	0	0
Total	1.111	894	0	0

Fonte: Pereira, Kimberly baseado no Recenseamento de 1872.

⁴¹ Apesar de fundamental, a imprensa não era o único espaço de divulgação de ideias. Em uma sociedade majoritariamente analfabeta, a disseminação de ideias também ocorre. A propagação dos saberes ocorre de forma oral entre as pessoas.

O censo de 1872 registra que, das 4.618 mulheres residentes em Estrella, apenas 894 sabiam ler e escrever, representando cerca de 19, % da população feminina. A seguir temos a tabela com os números de Magé, o município mais populoso do Recôncavo da Guanabara.

Do total de 13.742 mulheres registradas, apenas 1.392 estavam alfabetizadas, ou seja, 10,1% das mulheres residentes em Magé. A maioria dessas mulheres pertenciam à freguesia sede de Piedade. Um fator a ser observado em Magé é o registro de cinco homens escravizados⁴² que sabiam ler: um em Sapucaia e quatro em Suruí.

Quadro 7 – Situação da alfabetização em Magé

Freguesias de Magé	Homens livres⁴³ que sabem ler e escrever	Mulheres livres que sabem ler e escrever	Homens escravizados que sabem ler	Mulheres escravizadas que sabem ler
Piedade	749	597	0	0
Guapimirim	428	316	0	0
Aparecida	246	109	0	0
Suruí	176	75	4	0
Paquequer	193	182	0	0
Sapucaia	276	113	1	0
Total	2.068	1.392	5	0

Fonte: Pereira, Kimberly baseado no Recenseamento de 1872.

Em Iguassú, a freguesia com o maior número de mulheres alfabetizadas é a de Jacutinga, seguida pela de Piedade. O número das mulheres que sabem ler em Iguassú representam 17% de toda a população feminina do município.

⁴² Fonseca (2002) defende que o processo de formação do trabalhador escravizado pode ser entendido como uma prática educativa. O conjunto de procedimentos pelo qual os escravizados passavam remetam à ideia de um modelo educacional com características específicas.

⁴³ Se retomarmos o censo de 1872 sobre as populações de Estrella, Iguassú e Magé perceberemos o grande quantitativo de pessoas negras e pardas livres, como também afirma Bezerra (2012). Se havia uma população majoritariamente negra, esse perfil não pode ser desconsiderado quando pensamos nos estudantes que frequentavam essas escolas (Fonseca, 2007).

Quadro 8 – Situação da alfabetização em Iguassú

Freguesias de Iguassú	Homens livres que sabem ler e escrever	Mulheres livres que sabem ler e escrever	Homens escravizados que sabem ler	Mulheres escravizadas que sabem ler
Piedade	702	517	0	0
Marapicú	598	489	0	0
Jacutinga	927	539	0	0
Merity	256	197	0	0
Sant'anna das Palmeiras	140	40	0	0
Total	2.623	1.782	0	0

Fonte: Pereira, Kimberly baseado no Recenseamento de 1872

Como essas mulheres aprenderam a ler e escrever? Não conseguimos localizar essa informação nas fontes. Mas o fato de o Recenseamento separar quem estava alfabetizado de quem era analfabeto demonstra que já havia iniciativas de ensino das mulheres. Também demonstra um interesse das autoridades em conhecer a extensão da alfabetização pela população. Em todos os três municípios, o conhecimento da leitura e da escrita pelos homens é registrado em um número muito maior do que as mulheres. Como viviam essas mulheres? Os modos de vida destas mulheres foram descritas por escritores, viajantes e jornalistas.

A vontade de conhecer um país diferente e “exótico” atraiu viajantes que registravam suas impressões por meio de relatos e gravuras. Os viajantes percorreram grande parte do território brasileiro escrevendo suas vivências, experiências e observações em torno do povo brasileiro. Miriam Lifchitz Moreira Leite (2000), em “Mulheres viajantes do século XIX”, foca nas autoras viajantes do século XIX buscando verificar o seu papel, o momento em que estiveram no Brasil, as continuidades e descontinuidades nos discursos. Leite lista ao menos dezessete mulheres viajantes⁴⁴: Rose de Saulces Freycinet (1817-1820), Maria Graham (1821), Langret Duflesnoy (1835), Barone E. de Langsdorff (1843-1844), Ida Pfeiffer (1846), Adèle Toussaint-Samson (1851), Virginie Leontine (1856), Isabel Arundel Burton (1858), Marie Barbie Von Langendonk (1860), Elizabeth Cary Agassiz (1865), Carmem Olivier de Gelabert (1870), Marianne Moore (1873-1874), Annie Brassey (1876), Ina Von Binzer (1881),

⁴⁴ Leite (2000, p. 132) destaca que as datas se referem ao período em que estas viajantes estiveram no Brasil e não o ano da publicação dos livros, já que boa parte das obras foram publicadas após a morte das autoras.

Marguerite Dickens (1886-1888), Teresa da Baviera (1888) e Marie Robson Wright (1889).

Diferentemente dos livros dos viajantes homens, os livros publicados pelas mulheres viajantes tinham um formato diferente. Não eram constituídos por grandes volumes, como os dos homens, pois foram escritos na forma de diários, narrativas breves ou comunicação a família e amigos. Com a exceção de Ida Pfeiffer e Maria Graham, a maioria das autoras não possuíam a intenção de publicizar os seus relatos. Por isso, suas obras foram publicadas anos após a sua morte (Leite, 2000).

A principal semelhança entre os livros das mulheres viajantes é a grande capacidade de observação, que ultrapassa as diferentes circunstâncias singulares e as diferentes situações pessoais e políticas que enfrentaram, através do século XIX. Sejam elas modistas que vinham “fazer a América”, turistas, jornalistas, professoras, acompanhantes ou cientistas, provenientes dos países europeus ou dos Estados Unidos, **todas têm grande cuidado e atenção as condições da vida do dia a dia, quando comparam situações vividas, no local de origem, com aquelas que procuram descrever e interpretar** (Leite, 2000, p. 132-133, grifo nosso).

As viagens para o Novo Mundo eram longas e perigosas e uma área de predominância masculina. Rosa Freycinet, por exemplo, embarcou para o Brasil clandestinamente disfarçada de homem, o que nos indica as dificuldades enfrentadas por essas mulheres viajantes (Leite, 1997, p. 17). O espaço para que essas mulheres pudessem realizar viagens pelo Atlântico foi conquistado lentamente. A experiência em terras brasileiras despertou o olhar atento e cuidadoso dessas mulheres em relação ao novo, diferente e “exótico”, comparando as atitudes aqui vividas com as de suas terras.

A expectativa de que as autoras mulheres apresentassem uma perspectiva diferente e alguma identificação com as mulheres do país visitado, nem sempre se comprovou. É difícil, sob esse ponto de vista, distingui-las dos autores homens. O que fazem é acrescentar, nem sempre de maneira explícita, às observações acerca da mulher brasileira, informações e reflexões sobre a condição feminina da viajante. A não ser em condições numéricas e factuais, como a de algumas jornalistas do fim do século XIX, os livros de autoras proporcionaram uma dupla documentação sobre a condição feminina (Leite, 1997, p. 16).

Essa “dupla documentação” citada por Leite sugere que as viajantes contribuíram na elaboração de uma história acerca da mulher ao descrever em seus textos narrativas sobre si e as outras mulheres. O exercício de comparação, estranheza em relação aos seus hábitos e os do outro revelam a visão de um povo civilizado diante de um povo “atrasado”. E ainda devemos perceber nos escritos os atravessamentos culturais, econômicos e até os linguísticos como traspassamentos importantes para o olhar e os relatos estrangeiros.

[...] o caso dos viajantes, as observações que fazem sobre as mulheres encontradas

no Brasil pressupõem uma comparação com a situação a que estavam habituados no país de origem. No caso das viajantes, existem observações explícitas sobre sua condição, estado e dificuldades como mulher, esposa, profissional e viajante, ao lado do testemunho a respeito das mulheres que encontram no Brasil ou a respeito de quem conversam com representantes de seu país de origem (Leite, 1997, p. 28-29).

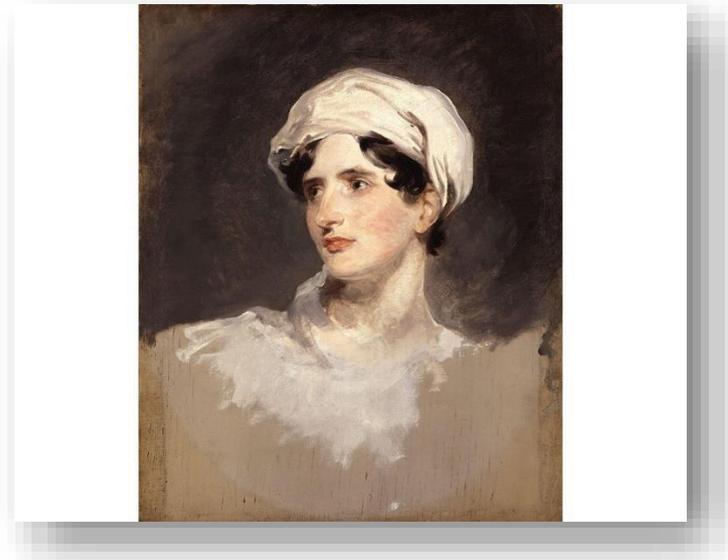
Dentre os inúmeros relatos dos viajantes de diferentes origens, trago aspectos e questões do livro *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*⁴⁵, de Maria Graham, a fim de contribuir com a discussão e perceber elementos do que foi descrito na citação anterior. Maria Graham ou Lady Maria Callcott⁴⁶ foi uma escritora, pintora e professora inglesa que esteve no Brasil na década de 1820. Foi tutora da princesa Maria da Glória e escreveu a realidade política e social brasileira⁴⁷. Maria Graham foi uma mulher que teve a oportunidade de viajar, o que não era comum às mulheres da época, e ter acesso à instrução, em um período em que a maioria das mulheres eram analfabetas. Em seus relatos, Maria Graham descreve um Brasil na transição para a independência de Portugal. Apesar de outras viajantes terem visitado o país e até ficado mais tempo, a escolha dos relatos de Maria Graham ocorreu por conta de que Maria acompanhou o processo de independência do Brasil.

⁴⁵ Esta obra foi publicada pela primeira vez em português no ano de 1956 com tradução de Américo Jacobina Lacombe. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/444>. Acesso em: jan. 2022.

⁴⁶ Maria Graham foi casada com o capitão Thomas Graham, com quem veio ao Brasil. Após a morte de Thomas, casou-se com Lorde Augustus Wall Callcott. Por isso podemos encontrar gravuras, desenhos e escritos como Maria Graham e Lady Callcott.

⁴⁷ Para saber mais: Denise Porto, no livro “Maria Graham: uma inglesa na independência do Brasil” (2020), destaca o entrelaçamento de Maria Graham nas narrativas e como testemunha do processo de independência do Brasil.

Figura 16 – Maria Graham



Fonte: Lawrence (1819).

Graham relatou suas percepções em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro com um olhar/discurso colonizador em relação a situações culturais e sociais vividas nas cidades visitadas. A ideia do civilizar defendida por Graham se assemelha com a ideia que ela conhece, ou seja, o padrão civilizatório da Inglaterra.

Dentre todas as maneiras possíveis de analisar o diário de Graham, seja com o foco em sua relação com o Império (Silva, 2018) ou a análise discursiva do seu próprio gênero (Matheus, 2019), daremos ênfase nos relatos femininos descritos por Graham com o objetivo de percebermos o olhar de uma mulher considerada civilizada aos moldes eurocêntricos para os hábitos e costumes das mulheres brasileiras.

Assim que chega a Pernambuco e maravilhada pelos encantamentos do porto e as belezas naturais locais, Maria Graham se encontrou com Madame do Rêgo, esposa de Luís do Rêgo. E relatou o encontro desta maneira:

Achei madame do Rêgo uma senhora agradável, bem bonita, e falando inglês como uma nativa, o que ela explicou, informando-me que sua mãe, a viscondessa do Rio Sêco, era irlandesa. Nada poderia exceder a gentileza e a amenidade de suas maneiras e as das duas filhas do general Rêgo, cujo ar e cujos modos são os das senhoras bem educadas (Graham, 1990, p. 112).

Pelo relato percebemos que a madame Rêgo agradou a Maria Graham por seus hábitos educados, sua fluência no inglês e sua gentileza. Nos parece que Graham faz uma comparação de sua própria educação com a de Madame Rêgo e por esta ser parecida com aquela, Graham

“identificou-se” com ela, reconhecendo na referida madame características de sua própria cultura. Este fato não acontece quando Graham visita algumas senhoras portuguesas na Bahia em 19 de outubro. Acompanhada de Miss Pennel, Graham se depara com uma casa suja e escura. Além disso, descreve esta cena:

[...] esperamos em uma passagem enquanto os criados corriam a abrir portas e janelas das salas de visitas e a chamar as patroas que gozavam os trajes caseiros em seus quartos. Quando apareciam, dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade. Como não usam nem coletes, nem espartilhos, o corpo torna-se quase indecentemente desalinhado, logo após a primeira juventude; e isto é tanto mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços ao pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, neste clima quente, é desagradável ver escuros algodões e outros tecidos, sem roupa branca, diretamente sobre a pele, o cabelo preto mal penteado e desgrehado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho (Graham, 1990, p. 148).

A falta de limpeza na casa e o fato de a senhora não estar preparada/arrumada para a recepção de visitas foi um grande incômodo, um choque cultural, para Maria. Parafraseando Caetano Veloso nos versos de “Sampa”: “Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto/ É que Narciso acha feio o que não é espelho”. A suposta ausência de cuidado com o corpo, com a aparência, com os tecidos usados nas roupas, aparentemente, não era uma preocupação para a patroa que estava no conforto do seu lar. E que não necessitava estar em seus melhores trajes. Depois de descrever a aparência de outra casa que visitou, Graham comenta que ouviu dizer que as senhoras são diferentes no jantar (em relação à aparência). Maria discorre que não havia visto uma mulher bela. O ideal de beleza de Maria provavelmente seguia os padrões ingleses que eram diferentes dos portugueses e brasileiros. Ao final do relato, Maria faz esta pergunta: “Mas quem poderá resistir à violenta deformação como a que o sujo e o desleixo exercem sobre uma mulher?” (Graham, 1990, p. 149). Ou seja, se em sua percepção as mulheres brasileiras são sujas e desleixadas, não haveria beleza em nenhuma delas.

No dia 22 de outubro, Graham disse que houve uma reunião na casa do cônsul com a presença de portugueses e ingleses. E remonta o fato ocorrido quatro dias antes.

Nas mulheres bem vestidas que vi à noite tive grande dificuldade em reconhecer as desmazeladas da manhã de outro dia. As senhoras estavam tôdas vestidas à moda francesa, corpete, fichu, enfeites, tudo estava bem, mesmo elegante, e havia uma grande exibição de jóias. **As inglêsas, porém, ainda que quase de segunda categoria, ou mesmo da nobreza colonial, arrebataram o prêmio de beleza e da graça, porque afinal os vestuários, ainda que elegantes, quando não são usados habitualmente, não fazem senão embaraçar e estorvar os movimentos espontâneos** e, como nota Mademoiselle Clairon “para poder representar de fidalga em público, é preciso que a mulher o seja na vida privada” (Graham, 1990, p.155-156, grifo nosso).

O trecho citado revela um hábito comum entre as brasileiras: arrumar-se para ficar em casa apenas em ocasiões especiais, nesse caso, a reunião com o cônsul e visitantes. O estranhamento com o costume de maior produção para os eventos à noite, dá a conclusão a Maria de que as inglesas (assim como ela) são as mais bonitas. Mas retruca, ao dizer que não adianta vestir-se elegantemente em um dia, se nos demais não estão vestidas de forma elegante. Ou seja, precisam mostrar nos espaços privados a mesma dedicação e empenho de como se vestem nos espaços públicos.

Já no Rio de Janeiro, a situação a seguir narrada parece ser melhor aos olhos de Graham. No dia 28 de abril, Graham passou o dia com Miss Hayne e foi convidada para uma festa de aniversário.

Mas a melhor decoração nessa noite foi a presença de uma quantidade das mais belas mulheres que já vi no Brasil, pela maior parte irmãs, primas ou sobrinhas da dona da casa [Dona Ana, mulher de Luís José de Carvalho e Melo], cuja mãe, a baronesa de Campos (Ana Francisca Maciel da Costa), pode orgulhar-se de possuir uma das mais belas famílias do mundo. A filha do casal, D. Carlota (Carvalho e Melo), distingue-se aqui pelo talento e cultura acima de suas companheiras. Fala e escreve francês bem e fez progressos não pequenos em inglês. **Conhece a literaturade sua terra, desenha corretamente, canta com gôsto e dança graciosamente.** Várias de suas primas e tias falam francês correntemente, de modo que tive o prazer de conversar livremente com elas e receber boa cópia de informações sôbre assuntos que só interessam a mulheres (Graham, 1990, p. 250, grifo nosso).

A ida ao aniversário de Ana propiciou a Graham o encontro com meninas que ao seu olhar, eram graciosas. O relato dá destaque não a beleza física, mas aos conhecimentos de D. Carlota e seus avanços no inglês e francês. Maria destaca que conseguiu manter um grau de intimidade e conversas com as damas ali presentes. De certa forma, houve uma identificação de Maria com as mulheres que compartilhavam hábitos parecidos com os seus. Se retomarmos o artigo do *Museo Universal: o jornal da família brasileira*, no qual se afirma que aquelas características se referiam às mulheres dos países civilizados, podemos inferir que aquele modelo de mulher influenciou a forma como as moças brasileiras se viam ou eram vistas. E o padrão estabelecido do estudo, incluindo o conhecimento das linguagens inglesa e francesa, tornou-se o objetivo a ser seguido para obter a identificação com as mulheres europeias.

Além do padrão cultural europeu, há um outro modelo, o religioso, descrito no artigo inicial do periódico, que compreende a mulher como um “ser divino”, ou seja, ligado a Deus. Esse olhar dos modos de viver das mulheres tem relação com a referência de mulher para a Igreja Católica: Maria, a mãe de Jesus.

1.2.1 O modelo de mulher: Maria, mãe do menino Deus

O artigo 5º da Constituição Outorgada de 1824 determinava que a religião Católica Apostólica Romana continuaria sendo a religião do Império. O livro de Gênesis, primeiro livro da Bíblia, escritura sagrada do cristianismo, descreve a criação do mundo por Deus. E neste livro aparece a alegoria do que teria sido a primeira mulher: Eva, a mãe de todos os viventes.

Então Javé Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Em seguida, tirou um dos lados do homem, fechando o lugar com carne. Depois do lado que havia tirado do homem, Javé Deus formou uma mulher, e a levou para o homem. O homem exclamou: “Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Por isso será chamada mulher, porque foi tirada do homem” (Gênesis 2, 21-23).

Após a desobediência a Deus e o consumo da fruta da árvore proibida, Eva e Adão foram expulsos do Paraíso. Por conta do pecado, a imagem de Eva é associada ao frívolo e ao mal. Eva é a primeira pecadora por desobedecer às ordens divinas e os discursos enfatizam sua desobediência e as consequências para a sua vida, a de Adão e de todos os viventes.

As citações que abordam esta personagem retratam, na grande maioria das vezes, o episódio do Pecado Original, enfatizando o papel da mulher na queda da humanidade e sua expulsão do paraíso. Eva, é entre as figuras de mulheres que pervertem e causam o prejuízo do homem, uma das mais citadas, dado à gravidade de seu ato e suas consequências nefastas (Ferreira, 2012, p. 57).

Letícia Ferreira (2012) analisou as representações ligadas ao feminino verificando as características atribuídas às mulheres da Idade Média relacionadas ao pecado da luxúria e apresenta as visões dos clérigos relativas a Eva. Eles ligavam o pecado à desobediência divina, ao desejo e ao orgulho.

O orgulho relaciona-se ao fato de não se contentar com o seu papel e considerar-se superior ao seu Criador e de sair à frente de Adão fazendo a sua vontade prevalecer (Ferreira, 2012). A curiosidade de Eva em relação ao fruto proibido associada aos questionamentos da serpente também são destaques das observações dos clérigos. “Eva permitiu que o pecado fosse realizado através de duas das suas portas de entradas mais evidentes: os olhos que foram seduzidos pelo fruto e a boca que o mordeu” (Ferreira, 2012, p. 60).

Os atos praticados por Eva servem frequentemente para constituir discursos de culpabilização da mulher, reforçando características negativas associadas ao feminino. O pecado, assim, ficava somente sobre os ombros de Eva, retirando de Adão a sua parcela de responsabilidades em relação a expulsão do paraíso. Ou seja, toda a culpa e as repreensões recaiam sobre Eva. Sua fraqueza em não resistir a vontade de comer o fruto era associada à

sua inferioridade em relação ao homem, por ter sido criada de uma parte dele. Ferreira (2012) afirma que tais discursos proferidos pelos clérigos medievais não significam que havia um intuito de excluir as mulheres da vida em sociedade, ou que Eva pudesse ter suas críticas abrandadas por ter sido criada por Deus. A figura de Eva sempre é retomada quando se trata do pecado da carne e sempre ligada a uma perspectiva negativa, um exemplo a não ser seguido.

Ao longo dos livros da Bíblia outras mulheres têm suas histórias apresentadas, como Débora, Ruth, Sara, entre outras. Cada qual com seus papéis de representar principalmente a fé, a obediência e a lealdade a Deus.

No Novo Testamento aparece a figura de Maria, uma mulher prometida em casamento a José. Segundo a escritura, Maria recebe a visita do anjo Gabriel que lhe anuncia que Deus a escolheu para gerar seu filho que se chamaria Jesus. Maria questiona ao anjo como isso iria acontecer, já que não vivia com nenhum homem e o anjo responde que o Espírito Santo de Deus viria sobre ela a cobrindo com sua sombra. Maria aceitou o chamado de Deus dizendo: “Eis aqui a serva do Senhor. Faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lucas 1, 38). Assim como comer do fruto proibido mudou a vida da humanidade, o “sim” de Maria mudou a história.

Diferente de como são as visões e descrições de Eva, Maria é apresentada como obediente a Deus, segue Sua palavra, não questiona as vontades de Deus sobre sua vida. E torna-se um exemplo de mãe, mulher e esposa. Maria concebe seu filho imaculada, estava presente em seu primeiro milagre e o acompanha em seu caminho até a morte de cruz. A figura de Maria sempre é agraciada pois ela trouxe ao mundo o “Salvador”, aquele que deu sua vida pela humanidade.

Para nós, Maria é a Mãe que nos foi dada pelo Salvador, na hora de sua morte na Cruz, Refúgio de ternura, de compaixão e misericórdia, aquela que nos concebe para a vida divina; com Jesus, a Corredentora da humanidade. Maria é, também, nosso modelo, pois ela é a nossa irmã, conforme condição humana; ela é a estrela da manhã, na qual ganha vida toda a nossa esperança (Alves, 2016, p. 6).

Maria aparece como um modelo a ser seguido e como a advogada dos pecadores. A mãe de Jesus recebeu nomes originários de suas aparições, como: Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora de Aparecida; ou referentes à atenção que seus filhos necessitam em determinado momento, como: Nossa Senhora do Bom Parto. Maria subiu aos céus, pela graça e privilégio concedidos por Deus e reconhecimento por todos os seus méritos como mãe alcançados pela aceitação e pelas dores.

Além da visão da Igreja, a literatura nacional do século XIX também nos demonstra e nos dá pistas de como era vista a mulher na sociedade fluminense.

1.2.2 Olhares da literatura sobre as mulheres

Há anos raiou no céu fluminense uma nova estrela. Desde o momento de sua ascensão ninguém lhe disputou o cetro; foi proclamada a rainha dos salões. Tornou-se a deusa dos bailes; a musa dos poetas e o ídolo dos noivos em disponibilidade. Era rica e formosa. Duas opulências, que se realçam como a flor em vaso de alabastro; dois esplendores que se refletem, como o raio de sol no prisma do diamante (Alencar, 2011, p. 19).

Esta é a maneira como somos apresentados a Aurélia Camargo, personagem do livro *Senhora*⁴⁸, de José de Alencar (1829-1877). Aurélia era uma menina pobre, filha de uma costureira pobre e com o sonho de casar-se com o namorado. Fernando Seixas troca Aurélia por uma menina rica que lhe daria um futuro melhor. Aurélia recebe uma herança de seu avô depois do falecimento de sua mãe, o que lhe trouxe ascensão social e cobiça dos homens solteiros. Mas, apesar disso, Aurélia resolve se vingar de Fernando e a história desenvolve-se sob o espectro vingativo dado a Aurélia na maior parte do romance.

Apesar de ser órfã, Aurélia não poderia sair desacompanhada e logo somos apresentados a Firmina Mascarenhas, uma velha parenta que “não passava de mãe de encomenda, para condescender com os escrúpulos da sociedade brasileira, que naquele tempo não tinha admitido ainda certa emancipação feminina” (Alencar, 2009, p. 19). Os romances do século XIX revelam a submissão da mulher ao grupo familiar e as normas da sociedade em geral.

Aurélia era criticada pelas senhoras por considerarem que seus hábitos eram “impróprios para meninas bem-educadas” (Alencar, 2009, p. 21). As expressões e a astúcia de Aurélia são representadas no livro como um fator assustador para seu tio e tutor, Lemos.

Era uma expressão fria, pausada, inflexível, que jaspeava sua beleza, dando-lhe quase a gelidez da estátua. Mas no lampejo de seus grandes olhos pardos brilhavam irradiações de inteligência. Operava-se nela uma revolução. **O princípio vital da mulher abandonava seu foco natural, o coração, para concentrar-se no cérebro, onde residem as faculdades especulativas do homem** (Alencar, 2009, p. 31-32, grifo nosso).

A frase em destaque revela que o foco da mulher seria emocional e não o racional. O incômodo e a mudança da expressão descrita no início foi para destacar que Aurélia, ali, não estava “pensando como uma mulher”, ou seja, “pensando com o coração”, mas com a razão. Isso vem antecipar a decisão tomada por Aurélia de se casar com Fernando Seixas e seus planos para que este casamento aconteça. Lopes (2011, p. 127) ressalta que a escolha do marido

⁴⁸ Publicado pela primeira vez em 1875 em forma de folhetins.

poderia ser feita pela própria mulher. Entretanto, essa seleção estava condicionada às “regras sociais vigentes, ou seja, desde que respeitadas a aprovação familiar e as diferenças de classe”.

As virtudes e defeitos de Aurélia são descritos durante todo o romance, caracterizando-a como uma mulher vingativa e rancorosa que não pensava no amor e sim na vingança. Os romances do século XIX trazem os traços valorizados nas mulheres e aqueles que não eram bem-vistos aos olhos da sociedade.

Como vê, Capitu, aos quatorze anos, tinha já ideias atrevidas, muito menos que outras que lhe vieram depois; mas eram só atrevidas em si, na prática faziam-se hábeis, sinuosas, surdas e alcançavam o fim proposto, não de salto, mas aos saltinhos (Assis, 2015, p. 36).

A dissimulação de Capitu, personagem emblemática de *Dom Casmurro*⁴⁹, é descrita neste trecho como uma forma de conseguir o que almejava. Capitu era uma mulher de origem pobre, enquanto Bentinho vinha de família abastada. Capitu é descrita como uma mulher independente e astuta. Essa independência desperta o ciúme de Bentinho, que afirma que Capitu o traiu com seu amigo Escobar. O fato é que a história é narrada por Bentinho e em nenhum momento Capitu admite seu possível envolvimento com Escobar. Paira a dúvida de se a história que nos é contada foi manipulada por Bentinho para parecer adultério. Ao longo dos anos, leitores questionam se houve a traição de Capitu ou se retrata o ciúme doentio de Bentinho.

Já em *Os dois amores*⁵⁰, Joaquim Manoel de Macedo nos revela um romance com a proposta de discutir a desigualdade social no Rio de Janeiro em meados do século XIX. O leitor é apresentado a duas moradias vizinhas que irão retratar esta desigualdade: “o céu cor de rosa” e o “purgatório-trigueiro”; no primeiro habita Celina, uma bela órfã, e no segundo, uma velha bruxa chamada Irias.

Celina vive sob os cuidados de seu avô Anacleto e sua tia Mariana, que foi descrita assim:

Mariana tinha todas as boas e más qualidades de uma senhora de alta classe. Nobre, altiva, e mesmo vaidosa, sabia, quando era conveniente, humilhar-se horas inteiras diante daqueles mesmos a quem detestava, para depois erguer-se veemente e orgulhosa. Ela misturava a audácia com a pusilanimidade, a mais inqualificável imprudência com um sangue frio que chegava a espantar. Sabia rir-se com os lábios quando chorava com o coração. Astuciosa, arrancava o segredo alheio e não confiava nunca o seu. Era capaz de rir-se à borda de um abismo, e de vir chorar numa sala de baile; e finalmente amava com ardor e odiava com extremo (Macedo, 1959, p. 45-46).

⁴⁹ Publicado em 1900 pela Livraria Garnier, foi escrito para sair diretamente como livro, diferentemente de *Quincas Borba* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que saíram primeiro em folhetins.

⁵⁰ Publicado pela primeira vez em 1848 sob a forma de folhetins.

No desenrolar da história somos apresentados a Cândido, filho adotivo de Irias, que se apaixona por Celina. Logo depois somos apresentados a Salustiano, que possui algo comprometedor de Mariana, o que aproveita para chantageá-la. Desta forma, o triângulo amoroso entre Cândido, Celina e Salustiano é formado e vai se desenhando até chegarmos ao final do livro. Mas o fato que mais nos interessa é que Macedo descreve o que seria a missão da mulher:

A grande missão da mulher é a maternidade; e, desde que é mãe, a mulher tem Deus no céu, e seu filho no mundo. Uma mãe, em regra geral, sabe amar muito, e só cura de seu amor; vive de beijar, de contemplar seu filho; ela quase que o acredita um ente especial, que todos devem bem-querer, e ao qual nunca poderá tocar a mão pesada do infortúnio. Extremosa, complacente, fecha os olhos aos erros de seu filho, não ouve aqueles que notam em suas faltas; e se seu filho é um desgraçado, ela é desgraçada com ele. E se seu filho é um criminoso, ela o adora no seio do crime, despreza o juízo do mundo; e que lhe importa o mundo!... Deus está no céu, e é grande para perdoá-lo; e na terra está ela, que é grande para amá-lo sempre (Macedo, 1959, p. 166).

O trecho do livro nos lembra a discussão feita anteriormente sobre o papel da religião católica na definição do papel social da mulher. Aqui, Macedo descreve uma mulher que ama seu filho incondicionalmente a ponto de ter dois amores: no Céu, Deus, e na terra, seu filho.

A literatura ficcional do XIX também menciona a instrução feminina. Os romances são fartos de descrições no tocante às mulheres e seus aprendizados de leitura, escrita, música, bons costumes e até o aprendizado de outros idiomas. O papel da mulher na educação de seus filhos, e o objetivo de formar boas mães e esposas, foram descritos na literatura.

Em *Helena*⁵¹, Machado de Assis narra a história da filha abastada que se torna reconhecida pela família do pai após o seu falecimento. Helena possuía 17 anos e estudava em um bom colégio de Botafogo. No testamento, seu pai, o conselheiro Vale, estabelece que Helena seja recebida e acolhida na casa da família.

Helena praticava de livros ou de alfinetes, de bailes ou de arranjos de casa, com igual interesse e gosto, frívola com os frívolos, grave com os que o eram, atenciosa e ouvida, sem entono nem vulgaridade. **Havia nela a jovialidade da menina e a compostura da mulher feita, um acordo de virtudes domésticas e maneiras elegantes.** Além das qualidades naturais, possuía Helena algumas prendas de sociedade, que a tornavam aceita a todos, e mudaram em parte o teor da vida da família. Não falo da magnífica voz de contralto, nem da correção com que sabia usá-la... Era pianista distinta, sabia desenho, falava corretamente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. **Entendia de costura e bordados e toda a sorte de trabalhos feminis.** Conversava com graça e lia admiravelmente... (Assis, 2021, p. 24-25, grifo nosso).

A instrução de Helena propiciou à jovem estar à “altura” das meninas da alta sociedade

⁵¹ Publicado em formato de folhetim entre agosto e novembro de 1876 no jornal *O Globo*.

carioca tanto em relação ao comportamento quanto às prendas domésticas. Mas a literatura também demonstra a precariedade da instrução. Em *Dom Casmurro*, Bentinho ressalta as curiosidades de Capitu e revela que

[...] No colégio onde, desde os sete anos, aprendera a ler, escrever e contar, francês, doutrina e obras de agulha, não aprendeu, por exemplo, a fazer renda; por isso mesmo, quis que prima Justina lhe ensinasse. Se não estudou latim com o padre Cabral foi porque o padre, depois de lhe propor gracejando, acabou dizendo que latim não era língua de meninas [...] (Assis, 2015, p. 51).

O trecho citado retrata dois locais de aprendizagem de Capitu: escola, onde ela deveria ter aprendido mais e com o padre, onde ela deveria aprender menos ou nem aprender. Em um espaço deveria a instrução ser ampliada e em outro foi limitada. Já em *Quincas Borba*⁵², Machado de Assis nos apresenta a Rubião, um professor de Barbacena que recebe uma herança de seu amigo Quincas Borba com o compromisso de cuidar de cachorro (também chamado de Quincas Borba). Rubião decide se mudar para o Rio de Janeiro e conhece Sofia e Cristiano Palha, um casal que se mostra preocupado com a possibilidade de Rubião encontrar aproveitadores no Rio de Janeiro.

Rubião, Sofia e Cristiano tornam-se amigos e a cena a seguir demonstra o dia em que Rubião foi apresentado à tia de Sofia que morava na roça. Maria Augusta era fazendeira, com alguns escravos e dívidas deixadas pelo marido que falecera. Maria Augusta tinha uma filha chamada Maria Benedita. A seguir temos trechos da conversa entre Sofia, Maria Augusta e Maria Benedita.

Nascera na roça e gostava da roça. **A roça era perto, Iguaçú.** De longe em longe vinha à cidade, passar alguns dias; mas, ao cabo dos dois primeiros, já estava ansiosa por tornar a casa. **A educação foi sumária: ler, escrever, doutrina e algumas obras de agulha.** Nos últimos tempos (ia em dezenove anos), Sofia apertou com ela para aprender piano [...]
 [...] Para que francês? A sobrinha dizia-lhe que era indispensável para conversar, para ir às lojas, para ler um romance...
 [...] Que francês? que piano? Bradou que não, ou então que deixasse de ser sua filha; podia ficar, tocar, cantar, falar cabinda ou a língua do diabo que os levasse a todos. Palha é que a persuadiu finalmente; disse-lhe que, por mais supérfluas que lhe parecessem aquelas prendas, eram o mínimo dos adornos de uma educação de sala.
 – **Mas eu criei minha filha na roça e para a roça**, interrompeu a tia (Assis, 2019, p. 81, 85, grifo nosso).

Neste trecho de *Quincas Borba* encontramos uma referência a Iguassú. Iguassú está localizado próximo ao Rio de Janeiro e de predominância rural. O que chama atenção aqui é a

⁵² Publicado pela primeira vez entre 1886 e 1891 na Revista Estação.

menção da instrução feminina em Iguassú como “sumária: ler, escrever, doutrina e algumas obras de agulha” o que para Sara era incipiente para a sua vida na Corte. Mas para sua tia, a instrução recebida pela filha era suficiente pois foi criada na e para a roça.

A oferta de instrução feminina no século XIX por meio das escolas públicas primárias foi um dos empenhos da Província fluminense, fato que abordaremos mais intensamente no capítulo seguinte. A implementação das escolas, a definição dos conhecimentos a serem ensinados às meninas, bem como o preenchimento das vagas das professoras por concursos públicos são fatos que também terão efeitos na constituição da instrução feminina. A educação sumária, sem grandes amplificações para outros idiomas ou música, vai ao encontro da missão do magistério feminino manifestado por José Noberto Santos.

A missão do magistério feminino é mui alta, pois que lhe cabe quasi privativamente **desenvolver a inteligência, e formar o coração das futuras mães de família**: se não fôr perfeita a educação das mestras, se seus sentimentos religiosos, e seus princípios de moral não fôrem os mais puros e rectos, que sentimentos e princípios poderão ellas inspirar às suas alumnas? (Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima-quinta legislatura no dia 8 de setembro de 1862 pelo vice-presidente da mesma província, José Norberto dos Santos, p. S1-13, grifo nosso).

Por ser uma ocupação que ia ao encontro da visão e do ideal preconizado de mulher naquela sociedade, o magistério foi um dos ofícios exercidos pelas mulheres fluminenses. Mas não foi a única atividade laboral praticada e a ser desenvolvida. As mulheres trabalhavam dentro e fora do espaço doméstico como veremos a seguir.

1.3 Ofícios das mulheres no Recôncavo da Guanabara

O magistério foi e ainda continua sendo uma das funções em que encontramos uma grande parcela feminina. No século XIX, a participação das mulheres no magistério primário foi propiciada pela Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827. Essas mulheres assumiriam o cargo de professoras públicas após a realização de um concurso público, podendo ser habilitadas ou não para exercer o magistério em uma das freguesias da Província fluminense. Os discursos baseados na essência exclusiva das mulheres de cuidar e educar contribuíram para a ampliação do campo de ofícios disponíveis as mulheres (Pereira, 2020).

[...] compreendia a função materna a partir de um triplo viés: o biológico, devido à sua própria natureza, como educadora de seus próprios filhos; o social, como educadoras dos filhos do povo, responsável pela disseminação da educação da infância, nas escolas e colégios; e, finalmente, o patriótico, pela associação, cada vez mais presente, entre a formação dos cidadãos e o papel social das mulheres como figuras centrais no processo de (re)construção da nação (Muller, 2001 apud Gondra;

Schueler, 2008, p. 214).

Ao longo dos anos, a disseminação da instrução feminina nos municípios do Recôncavo da Guanabara foi ampliando-se com a criação de escolas femininas públicas. Por essas escolas passaram o seguinte quantitativo de professoras públicas entre 1840 e 1889: em Magé foram 25 professoras públicas, em Iguassú 25 professoras e em Estrella 42 professoras públicas⁵³.

Mas seria o magistério o único ofício acessível às mulheres? Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) investigou os papéis históricos de mulheres livres, escravas, forras no processo de urbanização de São Paulo até as vésperas da abolição.

O espaço de sobrevivência das mulheres pobres, brancas, escravas e forras na cidade de São Paulo coincidia com a margem tolerada de relativa autonomia dos desclassificados sociais; difícil, se não impossível, de ser devidamente policiada, cresceu com a urbanização, multiplicando oportunidades de improvisação de papéis informais; na cidade, as mulheres pobres circulavam pelo espaço social – fontes, lavadouros, ruas e praças-, onde se alternavam e se sobrepunham o convívio da vizinhanças e dos forasteiros, do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino, as fímbrias da escravidão e do comércio livre (Dias, 1995, p. 19).

Assim como em São Paulo, na Província do Rio de Janeiro, as mulheres ocuparam as ruas circulando pelas Vilas e Cidades, ou pelas casas de outras senhoras ou ainda administrando os negócios da família deixado por seus ex-companheiros. O Almanak Laemmert e o Censo de 1872 apontam as atividades laborais realizadas pelas mulheres ao longo dos anos. O Almanak Laemmert registra a aparição dos seguintes ofícios femininos entre 1844 e 1885:

⁵³ O número total de professoras levantados nesse trabalho foi resultado de um compilado de fontes, como: Almanak Laemmert, Relatórios dos Presidentes da Província e periódicos que atuaram entre as décadas de 1840 e 1880.

Quadro 9 – Ofícios femininos registrados em Magé (AL)

Ofícios femininos	Quantitativo
Fazendeiras	86
Professoras ⁵⁴	29
Proprietárias	24
Lavradoras	14
Negociantes	13
Hospedaria	3
Dona de Engenho	3
Donas de Olaria	2
Capitalista	2
Enfermeira	1
Parteira	1
Donas de Padaria	1
Carro de aluguel e materiais	1
Cocheira	1
Horticultor	1
Total	182

Fonte: Pereira, Kimberly baseado em dados do Almanak Laemmert.

O Quadro 9 nos demonstra o quantitativo diverso de ocupações das mulheres e organizados pelo Almanak Laemmert em seus anos de publicação. Esse fator se repetirá nos dois municípios seguintes como veremos a seguir.

⁵⁴ Aqui estão contabilizadas as professoras públicas e as particulares, ou seja, 25 professoras públicas e 5 particulares. A soma contabiliza-se em 29 mulheres, pois uma mesma professora atuou nas duas funções.

Quadro 10: Ofícios femininos registrados em Iguassú (AL)

Ofícios femininos	Quantitativo
Fazendeiras e lavradoras	57 ⁵⁵
Lavradoras	40
Professoras ⁵⁶	27
Negociantes	12
Proprietárias	9
Olaria	4
Fazendas	4
Fogueteira	3
Portos que recebem carga	2
Padaria	2
Propriedade agrícola	1
Hospedaria	1
Tanoaria	1
Total	163

Fonte: Pereira, Kimberly baseado nos dados do Almanak Laemmert.

⁵⁵ Segundo Sousa (2021, p. 24), Engracia Flavia de Macedo de Oliveira Dias, professora pública da freguesiade S. João Baptista de Merity também aparecia no Almanak Laemmert na categoria de “Fazendeiros de moer cana, principais lavouras de café e mandioca”. Isso indica que a professora possuía dois ofícios.

⁵⁶ Em Iguassú passaram 22 professoras públicas e cinco particulares, contabilizando o total de 27 professoras.

Quadro 11 – Ofícios femininos registrados em Estrella (AL)

Ofícios	Quantitativo
Fazendeiras e lavradoras	111
Proprietárias	52
Professoras ⁵⁷	29
Olaria	9
Fazendeiras	8
Negociantes	6
Engenho de cana	4
Sociedade Agrícola Fluminense ⁵⁸	4
Cocheira	2
Lavradora	1
Confeiteira	1
Costureira	1
Boticária	1
Sapateira	1
Padaria	1
Casa de pasto	1
Ourives	1
Casa de comissão de gênero	1
Dona de barco	1
Fabricante e exportadora de lenha	1
Mascate de fazenda	1
Total	237

Fonte: Pereira, Kimberly baseado nos dados do Almanak Laemmert.

Analisando os quadros, podemos perceber que Estrella era o município que contava com o maior número de ofícios ocupados por mulheres, cerca de 237 mulheres foram registradas exercendo um ofício, seguido de Iguassú e Magé. Talvez essa relação do quantitativo de mulheres tenha relação com a situação econômica dos municípios. Em Estrella temos um

⁵⁷ Em Estrella localizamos 23 professoras públicas e seis particulares, ou seja, um total de 29 professoras.

⁵⁸ D. Crescencia Maria Alves, D. Maxima Maria do Espirito Santo, D. Maria Ignacia Vianna e D. Maria Rosa de Vargas foram as quatro mulheres apontadas no Almanak Laemmert de 1855 (p. 79) como integrantes da Sociedade Agrícola Fluminense. Ambas também integram o número de fazendeiras do município.

número mais variado de ocupações que correspondem com as necessidades que um local de entreposto e com um porto bem movimentado necessitaria.

Os ofícios mais exercidos são relativos à situação agrária, como fazendeiras e lavradoras. As professoras estão no topo das ocupações dos três municípios, o que pode ser um indício da alta volatilidade dessas professoras ou o alto número de escolas nas freguesias dos municípios, fator que veremos no próximo capítulo. Em comparação com Iguassú e Magé, o município de Estrella possuía o menor número de escolas. Um município que dispunha do menor número de escolas era o detentor do maior número de mulheres exercendo um ofício.

Em relação aos três municípios, nos surpreende o registro de apenas uma parteira em Magé. Felicidade Maria da Conceição atuou na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, na rua do Canal, nº 2, por aproximadamente cinco anos (1867-1871). Não conseguimos localizar mais informações de Felicidade ou outras parteiras atuantes no município.

Até o final do século XIX, os partos eram realizados quase que exclusivamente no domicílio da parturiente ou de pessoa de sua relação, assistidos na maioria das vezes por parteira leiga e raramente por parteira diplomada (Mott, 2002 apud Munhoz, 2018, p. 82).

Em seu estudo, Munhoz (2018), ao pesquisar o termo “parteira”, encontrou raras parteiras leigas em São Paulo. Pois a maioria das aparições referia-se a parteiras diplomadas. Esse fator pode significar que Felicidade Maria da Conceição era uma parteira diplomada e por isso mereceu destaque no Almanak Laemmert em detrimento das demais parteiras “práticas”.

No recenseamento de 1872, encontramos a menção a parteiras em todos os municípios. No censo de 1872 encontramos mulheres em outras profissões que não foram citadas no Almanak Laemmert, como: manufatura e fabricante, guarda livros, serviços domésticos. Além disso, apresenta o quantitativo de mulheres sem profissão. Um diferencial do censo de 1872 é a possibilidade de saber o quantitativo de pessoas livres, estrangeiras ou escravizadas que realizam certos trabalhos no município. Para a tabela não ficar extensa, optamos por fazer a soma desses três contingentes e apresentar o número total por freguesia⁵⁹.

⁵⁹ Por uma questão de análise e visualização, a tabela de cada município foi dividida em duas partes.

Quadro 12 – Profissões em Estrella pelo Recenseamento de 1872

Freguesia	Parteira	Capitalista e proprietárias	Professoras	Manufatura e fabricantes	Comerciante, guarda livro e caixeiras
Inhomirim	1	9	2	0	0
Pacobaíba	0	1	2	4	2
Pilar	0	0	1	0	0
Total	1	10	5	4	2

Freguesia	Costureira	Criadas e jornaleiras	Serviços domésticos	Lavradoras	Sem profissão
Inhomirim	79	501	829	29	430
Pacobaíba	314	138	244	161	405
Pilar	51	0	469	145	882
Total	444	639	1.542	335	1.717

Fonte: Pereira, Kimberly com baseado nos dados do censo de 1872.

Em Estrella, podemos observar que na freguesia de Inhomirim os serviços domésticos eram os mais desempenhados, segundo o censo. Enquanto, em Pacobaíba e Pilar, a maioria das mulheres não possuíam uma ocupação registrada.

Quadro 13 – Profissões em Magé pelo Recenseamento de 1872

(Continua)

Freguesia	Parteira	Professoras	Capitalista e proprietária	Costureira	Lavradora
Piedade	2	4	3	44	480
Guapimirim	0	0	2	620	1360
Aparecida	0	1	0	37	123
Suruí	0	1	2	73	225
Paquequer	2	1	0	200	284
Sapucaia	0	3	0	274	214
Total	4	10	7	1.248	2.686

(Conclusão)

Freguesia	Criadas e jornaleiros	Serviço doméstico	Manufatura e fabricante	Comerciante, guarda livros	Sem profissão
Piedade	471	1328	0	0	472
Guapimirim	1	917	0	0	168
Aparecida	544	1119	0	0	586
Suruí	3	362	6	1	308
Paquequer	0	495	0	0	528
Sapucaia	0	524	0	0	329
Total	1.019	4.745	6	1	2.391

Fonte: Pereira, Kimberly com baseado no Recenseamento de 1872.

Em Magé, das seis freguesias pertencentes ao seu território, quatro apresentam como ofício mais exercido o serviço doméstico. Enquanto em Guapimirim tem um maior número de lavradoras e Paquequer de mulheres sem ocupação. Cabe destacar que em 1872, em Piedade há três mulheres capitalistas para um homem exercendo o mesmo ofício. Além disso, os ofícios de “manufatura e fabricante” e “comerciante e guarda livros” aparecem somente na freguesia de Suruí.

Quadro 14 – Profissões em Iguassú pelo Recenseamento de 1872

(Continua)

Freguesia	Parteira	Professoras	Comerciante, guarda livros	Costureiras
Piedade	0	1	0	149
Marapicú	2	1	0	21
Jacutinga	0	1	0	121
Merity	0	1	0	39
Sant'Anna das Palmeiras	0	1	1	23
Total	2	5	1	353

(Conclusão)

Freguesia	Lavradora	Criadas e jornaleiras	Serviço doméstico	Sem profissão
Piedade	97	243	1.060	691
Marapicú	296	699	1.201	548
Jacutinga	1.334	789	525	368
Merity	147	0	359	621
Sant'Anna das Palmeiras	307	1	210	363
Total	2.181	1.732	3.355	2.591

Fonte: Pereira, Kimberly baseado nos dados do Recenseamento de 1872.

Em Iguassú, nas freguesias de Piedade e Marapicú o serviço doméstico também era o mais realizado. Jacutinga possuía o maior número de lavradoras, enquanto Merity e Sant'Anna das Palmeiras, a maior parte das mulheres residentes ali não possuíam uma ocupação registrada pelo censo.

Um ofício que apareceu com frequência e com um grande número nas tabelas foi o de Costureira.

A costura era um dos ofícios femininos mais recorrentes no XIX, avançando para o século XX. A costura de luxo (bordados, brocados, fios de ouro, modelismo) e cozinha de luxo eram os mais rentáveis. Todavia, todas deviam saber costurar porque não havia como comprar roupas, nem para homens e nem para mulheres o que resultava na existência de costureiras para todo o tipo de público e a **base mais simples deste ofício não sofria a concorrência masculina**. (Munhoz, 2018, p. 95, grifo nosso).

O recenseamento de 1872 não registra nenhum homem exercendo o ofício de alfaiate em nenhuma das freguesias analisadas, comprovando a frase em destaque anterior: o ofício da costura não sofria com a concorrência masculina. O que tornava mais fácil o ingresso e permanência feminina.

Aprender a bordar, tecer e fiar era uma das formas de preparação para o casamento. Além de ser um dos ensinamentos que as meninas aprenderiam nas escolas com suas professoras ou em casa com suas mães. A aprendizagem deste ofício poderia garantir o seu próprio sustento e o da sua família, caso fosse necessário.

Já no ofício dos serviços domésticos encontramos grande número de mulheres, por tratar-se de um serviço que não necessita de conhecimentos diferentes daqueles já ensinados desde a infância. Não fica evidente se as mulheres identificadas pelo censo desenvolvem esse serviço em suas próprias casas ou se uma mulher oferece seus serviços em uma casa diferente

da sua recebendo um pagamento para isso.

Se analisarmos os ofícios encontrados, em sua maioria, as mulheres poderiam realizá-los dentro de suas ou de outras casas. Não localizamos a presença de quituteiras, verdureiras, lavadeiras nos três municípios. O que não significa que não havia mulheres livres ou escravizadas exercendo tais atividades. Já que era necessário realizar a lavagem das roupas e os municípios citados possuem abundância fluvial.

A Comarca de Magé, englobando os municípios de Estrella, Iguassú e Magé, possuía grande influência na Província Fluminense relacionada ao plantio e escoamento das mercadorias até o porto do Rio de Janeiro. Em uma história que tradicionalmente dá voz aos grandes homens, dar visibilidade às mulheres do Recôncavo da Guanabara torna-se um grande desafio. Por isso, fizemos a articulação entre a história das mulheres e a história local para analisarmos os discursos, as vivências das mulheres no século XIX, para em seguida, no próximo capítulo, abordarmos com mais enfoque as mulheres que atuaram como professoras nas escolas primárias da região. As trajetórias dessas mulheres, as inserções e relações constituídas nos municípios de atuação foram fatores importantes para analisarmos a configuração do ofício docente no Recôncavo da Guanabara.

2 NOS RECÔNCAVOS DA DOCÊNCIA: O EXERCÍCIO DE SER PROFESSORA PRIMÁRIA NAS ESCOLAS FEMININAS

“Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas” (Perrot, 2019, p. 16). Romper o silêncio das fontes e o apagamento das mulheres em diversas posições da sociedade é um desafio. Dentre todos os ofícios listados no capítulo anterior, o magistério é o foco deste estudo. Exercer o ofício docente no século XIX foi uma das formas encontradas pelas mulheres para a sua subsistência e de sua família.

O exercício do magistério público feminino passou a ser viável a partir da Lei Geral de 1827 com o estabelecimento da criação de escolas femininas, das disciplinas, forma de ingresso e remuneração docente. No entanto, as limitações impostas pelo artigo 12º da Lei de 1827⁶⁰ ao aprendizado de matemática das meninas e a inclusão do ensino das prendas domésticas moldaram o modelo da instrução feminina no século XIX.

Os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro registram a preocupação do Governo Provincial em prover educação e instrução para as infâncias, pois era “o mais nobre empenho dos governos, que querem a luz, e aborrecem as trevas” (Santos, 1862, p. 53). Por meio dos documentos oficiais, conseguimos perceber as tensões, discussões e medidas tomadas para melhorar o acesso à instrução pública dos meninos e das meninas. Nesses discursos, o professor aparece num lugar privilegiado, pela atribuição de civilizar o povo e construir a nação brasileira (Gondra; Schueler, 2008).

Além da missão de educar e instruir as infâncias, os professores estavam responsáveis por todas as ações da escola: preenchimento dos livros de matrícula dos alunos e dos mapas de frequência e aproveitamento, pela limpeza e higiene, enviavam o orçamento anual da escola em que estava em exercício, entre outras funções. Era por meio deste orçamento que a administração calculava o material necessário para o ano seguinte com base no número de alunos com frequência regular e o valor do aluguel da casa onde a escola estava situada. Destacamos que o valor do aluguel era descontado do vencimento dos docentes (Gondra; Schueler, 2008).

Gondra e Schueler (2008, p. 173) destacam que “em várias regiões do país, as autoridades do ensino demonstravam confiança na ação docente para a difusão de determinados ideais de moralidade, de civilidade e de pertencimento à pátria”. Esse ideal de

⁶⁰ Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, **com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica [...]** (Brasil, 1827).

moralidade e de civilidade é relatado com certa constância no Relatório dos Presidentes da Província, principalmente quando tratavam da preocupação com o que era ensinado e quem ocupava o cargo de professor nas escolas.

Não vos são desconhecidos os inconvenientes e males, que póde acarretar a falta de providencias a este respeito. Pessoas ignorantes, e sem moralidade, muitas vezes não tendo outra coisa, em que se empregar, arvorão-se em mestres de escola, especulam com a credulidade dos povos menos- instruídos, e assim vão imbuindo a mocidade de princípios errôneos e de ideas perigosas, sinão subversivas da ordem, e da moral. (Montenegro. Relatório do vice-presidente da Provincia do Rio de Janeiro, o visconde da Villa Real da Praia Grande, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 1845, p. 31-32).

A moralidade do professor e da professora foi objeto de controle tanto das autoridades provinciais, quanto dos inspetores e dos próprios moradores locais de onde ensinavam as crianças a ler e a escrever. Todos os atos, gestos e atitudes dos professores eram passíveis de observação, estranhamento e até de denúncias.

A moralidade do professor primário, portanto, relacionava-se à totalidade dos aspectos de sua personalidade, incluindo sua conduta moral, familiar e sexual, os seus hábitos de vestir e falar, os seus gestos, os seus comportamentos da vida pública, as suas formas de ensinar e de administrar a escola, os espaços e tempos escolares e os exemplos que sua figura espelhava – para além da sua apresentação e da sua inserção na vida social na comunidade, do atendimento aos requisitos exigidos para o exercício da docência e da obediência às normas e aos regulamentos estatais (Gondra; Schueler, 2008, p. 177).

Borges e Dias (2021) realizaram uma análise do processo e criação de escolas em Iguassú, destacaram o caso do professor Moysés Ferreira da Costa Franco. As autoras destacaram um conjunto de três abaixo-assinados de 1876 sob guarda do Instituto Histórico de Nova Iguaçu. A população da localidade do Brejo em Iguassú pedia providências quanto à vida pessoal do professor considerada “irregular e imoral”. Por conta desse fator, os moradores pediam a substituição de Moysés por outro professor. Moysés era acusado de possuir um mau comportamento, chegar atrasado e de ser faltoso em sua escola. Além desse fator, “a denúncia acrescenta a informação de que o professor havia levado alunos para passeios em casas de mulheres de má reputação” (Borges; Dias, 2021, p. 101). A má reputação de Moysés em Iguassú é o caso específico de como a vida privada do professor interferia no exercício docente. Borges e Dias (2021) constatam nos jornais que houve o pedido de remoção feito por Moysés de Iguassú para Estrella, mas que foi indeferido. Em meados de 1877, Moysés é exonerado após ter abandonado a escola do Brejo. As autoras destacam que não foi possível identificar maiores informações sobre o processo, se o professor se defendeu das acusações ou se cedeu à pressão dos moradores locais e abdicou da escola. No caso da instrução feminina, a professora deveria

ser o modelo de mãe, esposa e mulher que as alunas deveriam seguir. E apreocupação dos governantes era a influência das atitudes das mestras na vida das meninas e como isso reverberaria na sociedade fluminense⁶¹.

O magistério feminino [...] segundo fôr a natureza dos sentimentos e das idéas, que ele inspirar às que tem de ser mãis de família, exercerá sobre a sociedade uma influencia benéfica ou maléfica, porém sempre profunda e duradoura! (Santos, 1862, p. S1-13).

O magistério feminino tinha como missão formar as futuras esposas e mães de família, ou seja, prepará-las para a vida doméstica. Esse ideal de feminino e de mulher perpassava pela instrução pública, disciplinas e saberes do currículo, formas de seleção e formação das professoras. Essas docentes estavam submetidas às visitas dos inspetores⁶² que cumpriam, além de outras funções, a de fiscalizar as atividades do professor, o comportamento dos alunos, a moralidade de ambos (Santos, 2017, p. 31). Era uma forma de manter os projetos de educação idealizados pela Província fluminense, bem como evitar condutas morais inadequadas dos docentes.

2.1 A formação das professoras no Recôncavo: entre a Escola Normal e a formação pela prática

Criar as escolas foi o primeiro passo para o início da escolarização de meninos e meninas. No entanto, era necessário prover essas escolas de professores preparados para ensiná-los as matérias descritas na legislação. Um tema amplamente discutido nos Relatórios e que aparecia com certa frequência nos periódicos foi a formação docente. A necessidade de ensinar pessoas para assumir o ofício docente e se tornarem professores bem instruídos era apontada como a causa do pouco desenvolvimento da instrução.

A causa d'este mal, disse-o muito bem o meu ilustrado antecessor no seu relatório de 8 de setembro do anno passado, "**é a inhabilidade dos professores,**" [...] "o defeito radical de todas as nossas reformas consiste em aproveitar-se o pessoal, que existe sem seleção do bom e do máo">.

O correctivo mais eficaz, lê-se também no mesmo relatório, está "**na bôa constituição do magistério**" [...] "**sem formar-se um núcleo, onde se habilitem os candidatos ao magistério, onde se estude a pedagogia, e se aprenda a mais difícil arte de ensinar meninos, não teremos bons mestres, e sem eles todas as tentativas**

⁶¹ No Relatório do presidente Dr. Polycarpo Leão, em 1863 (p. 17), encontramos em destaque que a instrução públicapresenta "a sorte da família e da sociedade".

⁶² Segundo Santos (2017), na Província Fluminense ao longo dos anos houve uma diversidade de inspetores nomeados como paroquiais, comarca, municipais, gerais cada qual com as suas especificidades no ato de inspecionar.

em favor do ensino” (Bello, 1862, p. 111, grifo nosso).

“A boa constituição do magistério”, como apontado na citação, seria a solução para a melhora e progresso da instrução da Província. Ser um bom mestre ou uma boa mestra era uma condição que da formação e envolvia também aspectos morais: “A escola é a succursal da família, o mestre deve ser a continuação do pai”(Santos, 1862, p. 53). A missão dada aos mestres e, principalmente as mestras ia além do ensino disciplinar e passava por uma educação moral, que, às vezes, parecia se sobressair em face do conhecimento disciplinar.

[...] a preparação para a vida doméstica era o ideal de instrução primária feminina, pelo menos conforme foi estabelecido pela legislação. Estes estudos afirmam que, durante todo o século XIX, tal diferenciação curricular se relacionou à manutenção de um modelo dominante e hierárquico nas relações sociais de gênero, que implicavam o domínio patriarcal e a reserva de funções domésticas às mulheres naquela sociedade. Segundo esta perspectiva, haveria um “discurso hegemônico” segundo o qual, para o sexo feminino, era uma educação moral sólida, visando à formação de esposas e mães, em detrimento da instrução escolar propriamente dita, descrita como superficial e meramente ilustrativa (Gondra; Schueler, 2008, p. 205).

Apesar do discurso e da importância da moral, a Província do Rio de Janeiro necessitava criar um local para a habilitação dos candidatos ao magistério. Para atender a esta demanda, o Decreto nº 10 de 1835, criou a Escola Normal na capital da Província do Rio de Janeiro. O artigo 1º deste decreto estabelecia que a Escola Normal seria destinada a habilitar os professores que já atuavam e os que pretendiam atuar nas escolas provinciais de instrução primária. Seriam admitidos os cidadãos brasileiros maiores de dezoito anos, com boa morigeração e que soubessem ler e escrever. Ao analisar os requisitos da matrícula percebemos que o único requisito técnico exigido era “ler e escrever”. Segundo Villela (2000, p. 114), “isso vem ratificar a hipótese de que, neste momento de constituição de um corpo de professores laicos, esperava-se destes “funcionários” muito mais a difusão da ética moral do que de conteúdos instrutivos”. No entanto, o motivo da escolha da seleção de pessoas com o conhecimento básico da leitura e escrita também pode ter relação com o baixo nível de instrução da época. Ou seja, naquele momento não poderiam exigir mais do que apenas ler e escrever. Desta maneira, se observarmos os trâmites para a matrícula, percebemos que o artigo 6º dizia que

Os que pretenderem matricular-se, dirigirão seus requerimentos ao Presidente da Província, instruídos com certidão de idade, e atestação de boa conducta, passada pelo Juiz de Paz do seu domicilio: com despacho do mesmo Presidente serão matriculados pelo Diretor, se pelo exame a que deverá proceder, achar que possuem princípios suficientes de leitura e escrita (Decreto nº 10, 1835).

Para realizar a matrícula na Escola Normal, os candidatos deveriam entregar o atestado de boa conduta. Ou seja, um atestado que garantisse que aquele futuro aluno possuía moral e

bons costumes e poderia ser bom professor. A vigilância estabelecida para a entrada dos alunos na Escola Normal marca o início do controle sobre esses professores.

Heloisa Villela (2000) enfatiza que

[...] a criação das escolas normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão, balizado por um duplo movimento: de um lado, o controle estatal se faz mais restrito; de outro, os docentes, de posse de um conhecimento especializado, melhoravam o seu estatuto sócio-profissional (Villela, 2000, p. 100-101).

No currículo da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro se previa o ensino de: ler e escrever pelo método Lancasteriano juntamente com os princípios teóricos e práticos do método, as quatro operações aritméticas, quebrados, decimais e proporções; noções gerais de geometria teórica e prática; gramática da Língua Nacional; elementos da Geografia, os princípios da moral Cristã e da Religião do Estado. As disciplinas ensinadas aos professores eram exatamente as mesmas que temos como base na legislação de 1827 que deveriam ser ensinadas às crianças.

Havia alguns pensamentos que rondavam a escolarização, como: a busca por uma uniformidade no ensino das crianças fluminenses e a crença de que a escolarização diminuiria os índices de criminalidade. Além desses aspectos, tornar-se uma nação desenvolvida como as europeias era um dos pensamentos mais mencionado nos Relatórios dos Presidentes da Província.

A criação de uma Escola Normal movimentou a Província fluminense em torno de seu funcionamento. Os relatórios divulgavam todos os anos o estado da Escola Normal, quantos alunos matriculados, quantos se formaram e quantos entraram em exercício nas escolas provinciais.

Apesar da sua importância, a trajetória da instituição foi marcada pela instabilidade: a Escola Normal encerrou as suas atividades e as retomou na década de 1860⁶³. Villela (2000) enfatiza que durante a primeira fase da Escola Normal não houve participação das mulheres. Com a reabertura da instituição, localizamos a presença de mulheres entre os estudantes na década de 1860:

Apresentarão-se para seguir o curso da escola normal, como alumnos – mestres, **15 homens e 10 senhoras, que forão examinados a 10, a 22 de julho, e a 1 de agosto:** todos os candidatos mostrarão em seus exames, a que presidio o diretor do estabelecimento, suficientes habilitações para cursarem com proveito as aulas da

⁶³ O relatório do presidente em 1862 diz que “tendo a lei n.1127 de 4 de fevereiro de 1859 creado na província uma escola normal de instrucção primaria, e a de 16 de dezembro de 1861, n.1249, marcado fundos para ella, abrirão-se concursos afim de se escolherem seus professores [...]”.

escola. A 22 de julho subiu ao governo a proposta dos 12 pensionistas, 6 homens e 6 senhoras: foi organizada esta proposta pela directoria da instrução sobre a apreciação do merecimento relativo dos candidatos, feita pelo diretor da escola normal durante os exames (Santos, 1862, p. S1-12, grifo nosso).

O número de mulheres, destacado na citação anterior, se aproxima do número de homens matriculados na Escola Normal. O relatório de 1862 não cita quem eram as pessoas matriculadas nesta reabertura da instituição, portanto, não conseguimos afirmar que havia professoras que atuaram no Recôncavo da Guanabara nesta retomada da instituição. Ao tratar da instrução das alunas-mestras, foi mencionado um “grande defeito” que atrapalharia o desempenho das mulheres. Estas “continuão a viver no seio de suas famílias, e tem de vencer grandes distancias para frequentarem as aulas” (Santos, 1862, p. S1-13). As grandes distâncias impediriam que as mulheres tivessem uma boa frequência e aproveitamento do curso. A chegada das mulheres neste espaço modificou o modo de organização da instituição, como, por exemplo: a organização do espaço para que homens e mulheres estudassem sem manter contato físico. Na prática, várias foram as tentativas provinciais de organizar a presença feminina na Escola Normal, como estudar diariamente em turnos diferentes ou em prédios separados.

A citação anterior destaca que doze alunos da Escola Normal – seis homens e seis mulheres – eram pensionistas. O artigo 17º do regulamento da Escola Normal estabelecia que

Art. 17º O presidente da Província poderá conceder pensão a seis alumnos (lei n. 1271 de 27 de dezembro de 1862, art.) para frequentarem o curso normal, uma vez que o não possam fazer por falta de meios sufficientes, sendo preferidos os alumnos pobres que nas escolas publicas ou particulares se tiverem distinguido por seu talento, applicação e bom procedimento (Taques, 1869, p. A12).

Ou seja, ser pensionista da Escola Normal tinha relação direta com seu desempenho enquanto estudante da escola primária. A Província concederia a pensão para os alunos que não pudessem arcar com as despesas dos estudos. No entanto, necessitariam de um fiador que garantisse a reposição do valor para a Província caso o aluno ou aluna fosse expulso da Escola Normal, não quisesse assumir o magistério, abandonasse o curso, entre outros casos.

Com razão exige a lei que as pensionistas da escola normal sejam escolhidas nas famílias pobres. Mas se a virtude nos depara muitas vezes nestas famílias exemplares preciosos, **nem sempre nellas se encontrarão modelos de educação**: para que esta seja perfeita são necessarios mais cuidados, mais vigilancia, e mais prudencia do que tudo quanto requer o ensino das materias da instrucção primaria; e os cuidados do pobre são absorvidos pelas urgencias da vida.

Se a província do Rio de Janeiro não der mais do que instrucção a suas alunas-mestras, ellas só poderão transmitir às próprias discipulas o que receberão; os sentimentos, os princípios em que forão imbuídos os hábitos, que contrahirão do seio de suas famílias, e a instrucção que a província lhes liberou: **ora, para muitos**

pensadores é ainda ponto controverso qualificar a influencia da instrução sem uma excelente educação. É a minha profunda convicção que só poderão ser preenchidas as intenções do legislador e do governo, só terão as escolas destinadas ao sexo feminino um ensino completo e perfeito, **quando a maior parte das professoras tiver sido instruída, e educada em um internato.** (Santos, 1862, p. S1-13, grifos nossos)

O trecho acima nos indica que a discussão sobre o internato inclui a distância percorrida pelas mulheres, mas também uma forma de reeducação. Ao afirmar que “nem sempre” encontram nas mulheres pobres “modelos de educação”, deixá-las em um internato, longe de sua família e seus hábitos, faria com que obtivessem a instrução e educação adequadas que os governantes achavam necessárias a uma professora. O medo da transmissão de uma educação que não contemplasse certos ideais morais e sociais fez que a instrução das mulheres na Escola Normal assumisse também as duas funções de instruir e educar.

Assim como o currículo das meninas era diferente daquele dos meninos, no curso normal as mulheres aprenderiam todas as disciplinas do currículo dos homens citado anteriormente, com a exceção de álgebra e geometria limitada as noções elementares. Em 1863, o diretor da Escola Normal admite que há uma lacuna referente ao ensino das mulheres: “falta-lhe uma mestra de prendas” (Leão, 1863, p. S4-21). A professora de prática deveria estar presente na escola enquanto ali estivessem as alunas. O acréscimo da disciplina de “práticas” correspondendo aos “trabalhos com agulhas” ou “prendas domésticas” ocorreu na Escola Normal depois do início da frequência feminina.

Curioso é que por causa da entrada das alunas cria-se uma cadeira de “prendas”, que, ao tentar a aprovação na Assembléia, tornar-se-ia alvo de pilhérias por parte dos deputados. A cadeira acaba sendo denominada de “prática”, encontrando-se para a tal justificativa de que incluiria também a prática das alunas na escola anexa (Villela, 2000, p. 111).

Apesar dos pedidos do diretor da Escola Normal para a criação do internato e da cadeira de prendas, sua petição não foi atendida prontamente. A criação desta cadeira possibilitou que as mulheres estivessem em um local de formação diferenciado e atendendo aos anseios sociais ligados aos papéis do gênero feminino.

Em 1865, o relatório dá ênfase a necessidade de uma mestra para acompanhar, receber e assistir as lições com as alunas e realizar os trabalhos com agulhas. Destacou que, naquele momento, a função estava sendo realizada pela aluna pensionista Joaquina Maria Rosa dos Santos (Bastos, 1865, p. A11-16). A sua preocupação era criar e prover a cadeira de prendas antes que Joaquina finalizasse a Escola Normal. O decreto nº 1.325 de 5 de dezembro de 1866 criou a cadeira de prendas domésticas na Escola Normal. Porém, o relatório do presidente Dr.

Espiridião Eloy de Barros Pimental registrou em 1867 (p. 30) que o decreto não havia sido executado por não ter sido designada na lei do orçamento a quantia do estabelecimento da cadeira e do ordenado a ser pago à professora.

Em 1868, o relatório de Benvenuto Augusto de Magalhães Taques (p. A-20) assinala que a cadeira de prática criada dois anos antes havia sido provida. A professora nomeada era a ex-aluna pensionista da Escola Normal: Joaquina Maria Rosa dos Santos⁶⁴. O relatório não menciona os motivos pelos quais Joaquina permaneceu na função. Porém acreditamos que tenha relação com o desempenho de Joaquina nas funções junto as alunas mestras.

Além da Escola Normal havia as escolas anexas de sexo feminino e masculino. A criação desses espaços tinha o objetivo de facilitar a prática de ensino que os futuros professores aplicariam nas escolas com os seus alunos. A atuação no recinto anexo marca esse “estágio” na formação deste docente que “poderiam aprender a “arte de ensinar” para depois, segundo os princípios observados, reger sua própria sala de aula” (Guedes; Schelbauer, 2010, p. 236).

As ações dos alunos e alunas mestres na escola anexa são vistas como a experiência inicial onde poderiam “aplicar o que sabem e aprender o que ainda ignoram” (Macedo, 1869, p. A1-10). Ao longo dos anos podemos perceber o aumento no número de matriculados na Escola Normal⁶⁵. O quadro 15 demonstra estes números.

Quadro 15 – Matrículas na Escola Normal

Ano⁶⁶	Número de matrículas masculinas	Número de matrículas femininas
1862	15	10
1865	18	18
1867	39	48
1872	17	34

Fonte: Relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro.

⁶⁴ Ao buscar por Joaquina Maria Rosa dos Santos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, localizamos apenas uma ocorrência. Ao procurar por Joaquina no Family Search, localizamos uma certidão de óbito de uma Joaquina Maria Rosa dos Santos que nasceu e faleceu em Angra dos Reis. Não foi possível confirmar se era a professora da Escola Normal ou homônima. No entanto, há uma Escola Municipal Joaquina Maria Rosa dos Santos, no bairro de Itanema, Angra dos Reis. Fonte: https://www.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=42257&IndexSigla=imp. Acesso em: 13 jan. 2023.

⁶⁵ Além dos alunos matriculados havia a categoria de alunos ouvintes.

⁶⁶ No ano de 1865, a Escola Normal era frequentada por 71 alunos, 36 matriculados e 35 ouvintes. Fonte: Relatórios dos presidentes da Província.

O quadro 15 demonstra a matrícula de homens e mulheres como alunos da Escola Normal. Com ele podemos perceber que o número de mulheres matriculadas aumenta a cada período, chegando até a superar o número de homens. Desta forma, o esperado era que o número de professores formados pela instituição aumentasse. Porém, o relatório de 1867 relata um problema: a matrícula na Escola Normal poderia ser realizada a partir dos 16 anos. Apesar disso, só poderiam ser admitidos ao magistério assim que completassem 21 anos. Dessa forma, os candidatos que ingressassem aos 16 anos, teriam que esperar dois anos após sua formação para exercer o magistério. Esse inconveniente não era visto como algo favorável, já que os estudantes ficariam dois anos sem relembrar as matérias estudadas na escola⁶⁷.

Ao longo dos anos, o Relatório revelou o andamento dos alunos e sua evolução nos estudos. A listagem dos matriculados divulgada pelos Relatórios do Diretor da Escola Normal nos ajuda a identificar as professoras dos três municípios que passaram por esta instituição. Ao todo localizamos 19 docentes que frequentaram⁶⁸ a Escola Normal.

⁶⁷ O prazo de dois anos seria o mínimo para que os alunos formados e que ingressaram aos 16 anos pudessem exercer o magistério. Mas a Legislação não os obrigava a iniciar o exercício logo que completassem os 21 anos. Mesmo que se passassem quatro, oito ou dez anos, um aluno formado teria o direito de requerer sua cadeira quando quisesse. Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da décima-sexta legislatura no dia 27 de outubro de 1867 pelo presidente da mesma província, dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, p. A12.

⁶⁸ Optamos por registrar a frequência das professoras na Escola Normal, pois em alguns casos não temos o registro de finalização do curso.

Quadro 16 – Professoras que frequentaram a Escola Normal

Município	Professora
Magé	Amélia Honoratta da Matta
	Anastácia Maria Desoudin
	Claudina Custódia Ribeiro Baptista
	Jacintha Theresa Soares Medella
	Joanna Rosa Magalhães
	Leopoldina Cordovil Siqueira
	Romana Augusta Barradas Muniz
	Virgínia Maria da Silva Weingartner
Iguassú	Claudina Custódia Ribeiro Baptista
	Filisbina Roza Ajambuja Barreto
	Joanna Sampaio Vianna
	Isabel Alves Barrão
	Anna Josephina Nery do Valle
Estrella	Edwiges Maria da Cunha ⁶⁹
	Izabel Alves Barrão
	Josepha Falcão Pinheiro
	Maria Augusta Jardim da Veiga
	Maria da Glória Loureiro de Almeida
	Marianna da Conceição Lara
	Thereza Barreto Montebello

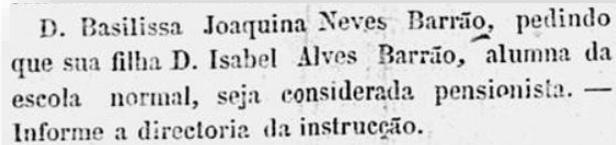
Fonte: Pereira, Kimberly com base nos Relatórios e Periódicos.

Das 92 professoras públicas que foram localizadas atuando no município, apenas 19 temos o registro que frequentaram a Escola Normal de Niterói, o que representa 20,6% das docentes. Apesar do registro de frequência, nem todas conseguiram se formar pela Escola Normal. Deste grupo destacado de professoras que passaram pela Escola Normal localizamos uma rede de apoio entre as professoras e que facilitaram a entrada de algumas mulheres como pensionistas da instituição.

Em 1877, o jornal *Diário do Rio de Janeiro* publicou a seguinte nota:

⁶⁹ O Jornal *O Fluminense* registrou em 23 de janeiro de 1884 (p. 3) o pedido de Edwiges, aluna ouvinte da Escola Normal, para prestar exame das matérias do ano e exame final de português. O *Jornal do Commercio* publicou em 7 de novembro de 1885 (p. 1) o pedido de Edwiges em realizar os exames que faltam para concluir a Escola Normal. Seu pedido foi aceito segundo as normas do Regulamento.

Figura 17 – Pedido para Isabel Alves Barrão ser considerada pensionista



D. Basilissa Joaquina Neves Barrão, pedindo que sua filha D. Isabel Alves Barrão, alumna da escola normal, seja considerada pensionista. — Informe a directoria da instrucção.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 11 mar. 1877, p. 1.

O pedido de D. Basilissa, mãe da professora Isabel, nos mostra que, antes do requerimento para a filha ser enquadrada como pensionista, ela já frequentava a Escola Normal. A solicitação de pensionista foi aceita e registrada pelo mesmo jornal em 10 de maio de 1877. A nota da Diretoria da Instrução dizia que a aluna prestou a competente fiança e o seu fiador caucionou como garantia nos cofres da tesouraria. Em 1885, quase dez anos após o aceite da fiança, o *Jornal do Commercio*⁷⁰ publicou um pedido de Gregório Christino da Silva. Essa nota era uma solicitação de Gregório para que transferisse para seu nome a fiança prestada por seu falecido sogro Dr. Bernardino Alves Machado em favor de Isabel Barrão. Bernardino Alves Machado era um nome conhecido no município de Estrella. Bernardino ocupava funções importantes para a organização do município: era médico, foi dono da Olaria Salgado e presidente da Câmara Municipal de Estrella. Ou seja, Bernardino era um homem importante na localidade. Seria Isabel próxima de Bernardino? Como foi o processo de aceite do fiador? Qual o interesse de Bernardino em financiar os estudos de Isabel? Entre as possibilidades, podemos considerar a probabilidade de que Isabel fosse uma estudante da escola feminina de Estrella que se destacou em seu processo de escolarização.

No entanto, Isabel não foi a única docente do Recôncavo da Guanabara que foi pensionista da Escola Normal. Em 15 de fevereiro de 1880, o jornal *O Fluminense* destacou nome dos habilitados a realizarem a matrícula na Escola Normal e localizamos o nome de Satyra Adolpho de Souza e Josepha Falcão Pinheiro. O *Jornal do Commercio* registrou em 20 de abril de 1880 que foram assinados os termos de fiança das duas alunas. O que nos chama a atenção foi a habilitação de matrícula e de pensionista serem publicados no mesmo dia⁷¹.

Antes de frequentar a Escola Normal, Josepha foi nomeada como professora substituta

⁷⁰ Fonte: *Jornal do Commercio*, 12 mar. 1885, p. 1.

⁷¹ É provável que Josepha e Satyra tivessem se conhecido em Estrella, pois Josepha era natural do município e Satyra estudava no município.

de Estrella em 1876⁷². Ou seja, antes de iniciar a formação teórica na Escola Normal, Josepha já possuía a formação pela prática (item que veremos a seguir). No caso de Josepha Falcão Pinheiro, uma nota de *O Fluminense*⁷³ aponta que seu pai, José Falcão Pinheiro faz o pedido para que a filha se torne pensionista. Anos depois, o *Jornal do Commercio*⁷⁴ mostrava o pedido de seu padrinho o Visconde de São Cristóvão. A solicitação feita por Lucas da CostaFaria era que sua afilhada completasse os exames da Escola Normal no ano seguinte. O pedido foi aceito, mas não fica claro se o Visconde era ou não o fiador de Josepha ou apenas um padrinho influente.

Já Satyra Adolpho de Souza teve a sua trajetória ligada a professora Maria da Glória Loureiro de Almeida. Maria da Glória foi professora de Satyra em Estrella e solicitou que a sua ex-aluna fosse considerada pensionista da Escola Normal. O pedido realizado pela professora demonstra que ela mantinha relações próximas com suas ex-alunas de Estrella.

Não sabemos se o fato de Maria da Glória ser ex-aluna da Escola Normal ponderando por Satyra tenha facilitado a entrada desta última no estabelecimento. No entanto, em 1888, após o falecimento do marido, Maria da Glória pediu a baixa da fiança prestada por seu esposo em favor de Satyra⁷⁵. Maria da Glória esteve diretamente ligada à entrada e à permanência de Satyra na Escola Normal e de sua constituição como docente. O que teria motivado a professora Maria da Glória a envolver-se e a incentivar sua aluna a seguir o ofício docente? Não conseguimos localizar mais informações sobre Satyra, sua família e sua vida em Estrella. Um caso parecido aconteceu com Luiza Augusta de Souza Tavares. Luiza era filha da professora que atuou em Estrella, Leodelinda Augusta Castello Branco Tavares. Em 1885⁷⁶, Leodelinda realizou o pedido de aceite da fiança que ela apresentava em favor de sua filha pensionista da Escola Normal. Não localizamos registros de que Leodelinda tenha frequentado o espaço de formação, mas a possibilidade da filha ter formação pela Escola Normal pode ter motivado a professora a matricular sua filha na instituição.

Como descrito anteriormente, no início a Escola Normal não previa a participação de mulheres em seus espaços físicos. Por estarem impedidas de participar, não conseguiriam obter a formação por esta instituição. Mas isso não significa que estavam alijadas dos processos de formação. As professoras passavam por um processo chamado: formação pela prática.

⁷² Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 8 jun. 1876, p. 1.

⁷³ Fonte: O Fluminense, 4 jan. 1880, p. 2.

⁷⁴ Fonte: Jornal do Commercio, 31 dez. 1881, p. 2.

⁷⁵ Fonte: Jornal do Commercio, 15 jul. 1888, p. 1.

⁷⁶ Fonte: Jornal do Commercio, 1 set. 1885, p.1.

As discussões sobre a Escola Normal, seus custos e benefícios movimentaram os debates provinciais. Enquanto alguns presidentes acreditavam em seu potencial de ensino e local adequado para a formação de professores, outros a consideravam custosa para os cofres provinciais. O Regulamento de 1849 instaurado por Luiz do Couto Ferraz realizou uma série de mudanças na estrutura educacional da Província.

Uma dessas mudanças foi o estabelecimento da “formação pela prática”, um aspecto bastante discutido na historiografia da educação brasileira. Essa formação “artesanal” consistia em o aluno aprendiz aprender o ofício com um docente mais experiente em uma das escolas provinciais. Desta forma, o artigo 80 dizia que

Art. 80. Os meninos pobres, que houverem sido dados por prompts nas escolas e que se hajam distinguido, querendo dedicar-se ao magisterio, podem requerer ao presidente da provincia, com autorização de seus paes ou de quem suas vezes fizer, para os collocar como adjuntos nas escolas mais frequentadas (Regulamento de 1849).

Ou seja, os meninos e meninas pobres poderiam ter o magistério como opção de ofício a ser realizado sem a obrigação de estudar na Escola Normal. Os artigos seguintes determinavam que cada adjunto receberia uma gratificação e que as escolas que contassem com a frequência de mais de 80 alunos poderiam ter um professor adjunto. Esse professor adjunto deveria guardar o respeito e obediência ao professor efetivo da escola. Esse modo de formação em que o imitar e o aprender são intrínsecos já era utilizado antes da instituição da Escola Normal, ou seja,

aprender a ser professor por meio da observação e imitação da prática dos professores de primeiras letras foi o dispositivo que prevaleceu na formação de professores durante o Império no Brasil e foi sugerido para a formação do professor nas Escolas de Ensino Mútuo (Guedes; Schelbauer, 2010, p. 232).

No Ensino mútuo, ou Lancasteriano, o professor da escola ensinava/ instruía alguns alunos de sua classe que seriam chamados monitores. Esses monitores eram os responsáveis por atender as demandas educacionais dos demais alunos após o treinamento do professor. Ou seja, “dessa forma, se considerada como uma iniciativa de formação de professores, assim se apresenta o que chamamos de formação na prática ou treinamento em serviço: ao mesmo tempo, o aluno atuava como monitor, e era treinado para o ofício de mestre” (Guedes; Schelbauer, 2010, p. 231).

[...] o futuro professor aprendia, na prática, a ensinar, por meio da atuação como auxiliar de outro professor não favorecia a criação ou fortalecimento da Escola Normal. Nesse modelo, a formação institucional cedia espaço para uma formação cuja referência e base era a atuação de outro professor (Guedes; Schelbauer, 2010, p. 234).

Ou seja, aprender com outro professor atuante era mais barato para a Província do Rio de Janeiro. A formação pela Escola Normal era vista como um custo que dava resultados lentamente. Enquanto a formação pela prática resolvia vários problemas de uma única forma: formar o futuro docente, substituir um docente que estaria impedido ou de licença e assumir a cadeira vaga, se faltasse professor habilitado. Desta forma, alguns governos provinciais optaram por fortalecer esta formação em detrimento da Escola Normal.

O artigo 82 garantia que os meninos e meninas, após atingirem a idade legal, seriam aproveitados para assumir o cargo de professores com preferência a qualquer outro pretendente para o cargo. “Aproveitão-se os meninos pobres que mostram mais inteligência nas escolas publicas, os quaes são colocados como adjuntos dos professores mais hábeis, com pequenas retribuições, até que possam reger escolas suas quando tenham atingido à idade legal” (Faro, 1853, p. 21).

Após o término da formação, os alunos e alunas deveriam ser avaliados em exame específico pelo Presidente da Província e mais três avaliadores. E esse processo de avaliação ocorreu com a professora Alexandrina Ferreira Fraga, que atuou como adjunta.

Alexandrina aparece registrada no Almanak Laemmert entre 1858 e 1860 como professora de Suruí, após a remoção de Rita Maria da Conceição Teixeira. A relação de Rita e Alexandrina ultrapassa a mera substituição na escola feminina de Suruí, professora que Alexandrina acompanhava.

Na do sexo feminino, dirigida pela professora D. Rita Maria da Conceição Teixeira, o sr. Dr. Castro teve ocasião de apreciar o talento e muito aproveitamento da menina Maria Caetana dos Santos, que resondia, com toda a precisão à questões superiores à sua idade. A menina Gracolina Maria da Conceição que entrou para essa escola a 3 de dezembro do anno passado lê perfeitamente e conhece as quatro operações de arithmetica. A sr. S. Alexandrina Ferreira Fraga, que acompanhou esta professora de Suruhy, de onde é filha, acha-se prompta nas materias que constituem o ensino primario, manifestando gosto, talento e applicação. (A Patria: Folha da Província do Rio de Janeiro, 10 jun. 1857, p. 2).

O relato acima registra, além da avaliação da escola, a avaliação de Alexandrina. A nota do jornal destaca que Alexandrina Ferreira Fraga havia acompanhado a professora Rita, o que pode significar que Alexandrina era professora adjunta. O avaliador da escola destacou que, em sua avaliação, Alexandrina estava pronta “nas matérias do ensino primário, manifestando gosto, talento e aplicação”. Essa aprovação não garantiria a Alexandrina o cargo efetivo de professora na Província do Rio de Janeiro. Alexandrina teria que inscrever-se no concurso, ser avaliada antes de assumir a docência. Mas como foi a avaliação desta professora? Será que ela teve

alguma facilidade por ter se formado como professora adjunta?

2.2 O provimento das escolas femininas por concursos públicos e o caso das professoras substitutas, provisórias e particulares

Os concursos para admissão de professores para as escolas públicas era uma premissa estabelecida pela Lei Geral de 1827. Além de determinar as matérias que meninos e meninas deveriam aprender, essa lei designava, em seu 7º artigo, que a seleção de mestres e mestras seria por meio de exame público perante os Presidentes em conselho. E estes deveriam prover o candidato que for julgado mais digno e dar parte ao Governo para a sua nomeação. O artigo seguinte determina que só seriam admitidos à oposição e examinados os cidadãos brasileiros no gozo de direitos civis e políticos.

A seleção de pessoas idôneas para ocupar as cadeiras da instrução pública era uma das preocupações mais latentes dos governos provinciais. A lei de 1837 destacava que

A serventia vitalicia do Emprego de Professor das Escolas de instrucção primaria só pode ser provida em pessoas habilitadas pela forma prescripta na Lei Provincial de quatro de Abril de mil oitocentos e trinta e cinco. **Não comparecendo candidatos habilitados por essa forma, será a regencia da Cadeira provida temporariamente em Mestres os mais idoneos que for possivel**; aos quaes o Presidente da Provincia arbitrarã a gratificação que julgar conveniente, não podendo nunca exceder o ordenado marcado nesta Lei (Lei nº 1, 1837, grifo nosso).

Os professores que se candidatavam aos concursos de provimento das escolas públicas provinciais deveriam comprovar todos os pré-requisitos citados na lei. Caso contrário, não poderiam fazer o concurso.

Em 1872, um grupo de professores publicou no jornal um tributo de gratidão ao professor Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho. O tributo⁷⁷ destaca que o professor ensinava e

⁷⁷ Tributo de gratidão – De todos os sentimentos do coração humano o mais sublime, o mais santo, é por certo a gratidão. Felizes são aquelles que podem manifestar essa scentelha divina; felizes, pois, somos nós que podemos, aomenos, recorrer à imprensa, para patentear nossa gratidão ao Illm. Sr. Professor Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, que actualmente rege a escola publica de S. Lourenço, em Nichtherohy, não só pelo cuidadoso e estudado methodo com que nos guiou nas explicações que de S. S. recebemos para o concurso, afim de regermos cadeiras publicas desta província, e no qual fomos todos approvados, como tambem as maneiras delicadas e urbanas com que S. S. e sua Exma. Família se dignarão sempre de tratar-nos. Aceite, pois, S. S. estas nossas palavras como prova, ainda que mesquinha, do nosso verdadeiro reconhecimento; são toscas, é verdade, mas não exprimem um sentimentodiverso daquelle que possuimos; o torpe crime da adulação não está em nós. Creia, pois, S. S. que, em vez de símplies discipulos,adquirio mais discipulos-amigos; em cada um de nós encontrará S.S. um peito no qual pulsa umcoração verdadeiramente devotado àquelle que nós guiou à muito espinhosa, mas também muito nobre missão do magistério. D. Josephina Pinto dos Reis, D. Julieta de Sampaio Vianna, D. Maria Rosa de Vasconcellos, D. Luiza Alves de Azevedo, D. Januária Mourão, Manoel de Azambuja Monteiro, Diogo Thomaz Moss, Oliveno Pereira Monteiro, José de Azedias Pereira, Octaviano Augusto Castello Branco, Manoel Pereira Soares, Manoel Joaquim da Silva Fernandes, Norico Jarbas Xavier, Luiz José da Costa Cardoso, Carlos Augusto de Mariz

preparava para o concurso público os futuros candidatos a professores da Província do Rio de Janeiro. Segundo o dicionário Sacramento Blake, Felisberto foi “[...] professor público, habilitado pela Escola Normal, foi professor interino da extinta escola normal para o sexo feminino e actualmente é professor adjunto da escola normal e membro do conselho de instrução da capital federal” (Blake, 1898, p. 330). Ou seja, por esta definição, conseguimos inferir que Felisberto era um docente de visibilidade e prestígio na sociedade fluminense. Além disso, Felisberto escreveu diversos livros e é patrono da cadeira 19 da Academia Fluminense de Letras⁷⁸.

Pereira (2020, p. 56) afirma que “não conseguimos compreender se o professor realizava esse preparatório gratuitamente ou se utilizava de sua experiência como mestre para preparar os futuros docentes como uma das formas de melhorar sua renda”. Das cinco professoras que assinam a nota de agradecimento àquele que as “guiou à muito espinhosa, mas também muito nobre missão do magistério”, quatro atuaram no Recôncavo da Guanabara: Luiza Alves de Azevedo, Josephina Pinto dos Reis, Julieta de Sampaio Vianna e Januária Mourão. Ou seja, Felisberto ajudou a preparar uma parcela das professoras para exercer a docência com as meninas de Magé, Iguassú e Estrella.

A família de Felisberto também é citada no tributo por receber e atender bem os seus alunos. No capítulo a seguir trataremos a família de Felisberto em destaque e percebendo como seus pais e sua esposa exerceram o ofício docente no Recôncavo da Guanabara.

Os concursos não eram realizados apenas para as cadeiras de professores efetivos. O jornal *O Fluminense*⁷⁹ registrou a inscrição de Felícia Hansen e Eugênia Carolina Ribeiro para o concurso provisório⁸⁰ em 1882. Os jornais publicavam as inscrições, as pendências, aprovações e reprovações dos professores e professoras. Apesar de não localizarmos o resultado do concurso de todas as professoras, a legislação determinava que só poderiam assumir o ofício docente após a realização de exames públicos. Após a aprovação, o candidato tinha um ano para entrar em exercício no magistério público. Caso passasse esse período, os candidatos deveriam se submeter a um novo exame (Relatório 1867, p. A-12).

Os exames para admissão de professores da Província fluminense contariam com a

Sarmento, Joaquim Antonio de Souza, Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, João Teixeira de Faria Caminada, José Moreira Fraga. Niterói, 25 de abril de 1872. Fonte: *Jornal do Commercio*, 26 abr. 1872, p. 3.

⁷⁸ A Academia Fluminense de Letras (AFL) foi fundada no ano de 1917 por intelectuais fluminenses. A sede da AFL está localizada no andar superior da Biblioteca Parque de Niterói. Disponível em: <https://www.academiafluminensedeletras.org.br/>. Acesso em: 25 out. 2022.

⁷⁹ Fonte: *O Fluminense*, 26 jul. 1882, p. 2.

⁸⁰ Não localizamos a definição do que seria um “concurso provisório”. Inferimos que seja um concurso realizado para preencher as cadeiras provisórias da Província do Rio de Janeiro.

avaliação do inspetor geral e de mais duas pessoas convocadas pelo Presidente da Província. Este último assistiria ao exame quando pudesse. O concurso para a cadeira de professora pública tinha uma especificidade que o diferenciava do concurso para os homens. O artigo 21º do Regulamento de 1849 estabelecia que “no exame para professoras, ouvirão os examinadores o juízo de uma professora publica ou de uma senhora designada pelo presidente, ácerca dos trabalhos de agulha e bordados” (Regulamento de 1849).

Os trabalhos com agulhas eram o diferencial do ensino das meninas. Por conta disso, as mulheres passariam por uma avaliação diferenciada e que contemplasse a observação desses saberes que seriam ensinados às meninas. As senhoras designadas pelo presidente geralmente eram professoras que atuavam nas escolas públicas provinciais. Os periódicos da época publicaram a presença de professoras que atuaram nos municípios de Magé e Iguassú, como examinadoras dos trabalhos com agulhas. Em 1862, o jornal *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal*⁸¹ registrou que a direção da Instrução Pública aprovou a proposta que faz o Dr. Pedro Luiz Vieira e do professor João José Martins da Rocha para examinadores e da professora Henriqueta Carlota de Menezes Rocha para julgar as habilitações da peticionária para os trabalhos de agulha. Em 1864, o mesmo periódico⁸² apontou que a diretoria da Instrução Pública declarou o padre Agostinho de Mattos Rocha, o professor Sebastião de Macedo Campos Pessoa e Luiza Augusta de Menezes, de Magé, para servirem de examinadores da professora Virgínia Maria Leal de Abreu, que pretendia abrir um colégio em Magé.

Os concursos públicos para professores e professoras aconteciam quando havia cadeiras vagas, seja por conta da criação de uma nova escola, morte, jubilação, exoneração ou por remoção de professores para outra escola. As remoções a pedido ou pelos governantes da Província eram ações recorrentes entre os docentes. Os tropeiros da instrução (Jara, 2017), saíam de Estrella, Iguassu e Magé para outros destinos da Província, como: Niterói, Itaboraí, entre outros, percorriam estes municípios instruindo e educando as crianças das localidades. Poucas foram as professoras que permaneceram todo o seu ofício docente em um único município. A maioria delas passou por vários municípios ao longo do exercício docente, como foi o caso de Luiza Maria de Lima Rebello. Luiza Maria iniciou o seu ofício docente em Niterói, foi removida para Araruama, depois Iguassú, Angra dos Reis, São João da Barra e Nova Friburgo. A professora chegou a pedir remoção para Paraíba do Sul e Petrópolis, mas suas

⁸¹ Fonte: *Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal*, 21 jan. 1862, p. 2.

⁸² Fonte: *Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal*, 16 mar. 1864, p. 1.

solicitações não foram atendidas por não haver escola vaga no período.

Em nossa pesquisa foi possível localizar “tropeiras da instrução”, professoras que foram removidas de um município para outro do Recôncavo da Guanabara. Claudina Custódio Ribeiro atuava em Magé e foi removida para Iguassú; Luiza Alves de Azevedo atuava em Magé e foi removida para Estrella; Veridiana Maria da Silva atuava em Estrella e foi removida para Magé. Apesar de serem poucas as docentes que passaram por este processo de remoção entre os municípios do recorte geográfico, percebemos ser importante localizá-los e demonstrá-los aqui.

A ausência da docente na escola era sentida pelas alunas, pelas famílias e pela sociedade local. As escolas públicas provinciais eram providas por professoras efetivas e na falta delas, assumiam as professoras adjuntas, substitutas ou provisórias. As ausências poderiam ocorrer por conta de licenças e remoções, jubilações, morte.

Os pedidos de licenças para o próprio tratamento de saúde ou de algum familiar eram recorrentes, pois encontramos com frequência nas fontes analisadas. O tempo pedido para licença variava entre dias, meses e até um ano. Esse período poderia ser prorrogado ou não dependendo do caso da docente. Além disso, essa licença poderia ser remunerada totalmente, parcialmente ou não haver remuneração. O não recebimento dos ordenados implicava na dificuldade de sobrevivência da professora e de sua família. A seguir, trataremos do caso da professora Candida Francisca da Costa Lopes e seu requerimento.

A's commissões de fazenda provincial e de justiça forão presentes as informações prestadas pelo governo acerca do requerimento em que D. Candida Francisca da Costa Lopes, professora publica da cidade de Magé, pede que se lhe mande abonar a gratificação durante o tempo que com o só ordenado lhe forão concedidas duas licenças consecutivas, de tres mezes de cada uma, pelo presidente da província. Allega que, tendo de transportar-se para esta capital, afim de melhor seguir o tratamento prescripto pelo seu medico, aqui morador, vio-se na necessidade de fazer grandes despesas. (Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ), 1875, p. 213).

O governo provincial concedeu a professora Candida duas licenças consecutivas e com o recebimento dos ordenados⁸³. Como moradora do município de Magé, a professora não conseguiria seguir o tratamento adequado. Por isso teve que se deslocar até a capital da Província, Niterói, o que lhe causou grandes custos. Não sabemos se o recurso da professora foi aceito ou não. O fato é que entre 1875 e 1882 temos o registro de concessão de mais quatro licenças com período maior de três meses. Em 1883 é concedida a remoção a pedido da professora de Magé para Niterói. Essa remoção pode ter como motivação o tratamento da

⁸³ Além das licenças com ordenados, Candida requereu também receber a gratificação.

professora em Niterói e seus deslocamentos.

Ao depender da idade da docente, o aceite do pedido de licença poderia estar atrelado à submissão a inspeção da saúde como foi o caso de Maria Leopolda Thompson. O jornal *O Fluminense* publicou em 9 de janeiro de 1880 (p. 3) esta nota: “D. Maria Leopolda Thompson, professora da villa de Iguassú, pedindo cinco mezes de licença para tratar de sua saúde- Constando ser a supplicante á inspecção de saude para verificar-se si póde continuar no magisterio ou ser jubilada”. Não foi possível descobrir a idade da professora na data da publicação deste jornal. No entanto, três anos depois a professora foi jubilada por contar com mais de 25 anos de ofício docente.

Além da jubilação, as licenças eram recorrentes. Assim como as reclamações de que as escolas não estavam funcionando. As escolas públicas da Província do Rio de Janeiro não poderiam ficar sem aulas quando uma professora entrava de licença. Havia uma cobrança provincial e das famílias quanto ao desempenho das crianças na escola.

Os professores, por demonstrarem nas fontes, de múltiplas formas, uma necessidade imperiosa de se afastarem da docência por um tempo; as autoridades públicas em relação à aprovação ou não dos afastamentos dos professores e, em relação a como ficariam organizadas as aulas após o afastamento; e os pais de famílias, os quais em certos casos, exigiam a substituição ou a volta do professor afastado (Lima, 2014, p. 68).

Então, quem eram as professoras substitutas? Localizar as professoras efetivas que atuaram nesta região não foi uma tarefa simples. Pois envolveu cruzamento de dados do Almanak Laemmert, dos Relatórios dos Presidentes e dos periódicos da época. No entanto, em comparação com o levantamento das professoras substitutas foi um processo facilitado por sabermos, a priori, o nome dessas mulheres.

No caso das professoras substitutas foi mais difícil localizar, pois raramente seus nomes eram divulgados nas fontes. Os casos identificados ocorreram por meio dos periódicos da época, ao serem nomeadas, quando apareciam junto a informações de outra professora ou quando a substituta tornou-se efetiva. Do contrário, pouco sabemos sobre as professoras substitutas que se tornaram invisíveis neste processo de escolarização feminina.

Figura 18 – Nomeação de professoras substitutas em Estrella

— Idem á directoria de instrucção que foram approvadas as nomeações feitas pelo inspector municipal respectivo de D. Josepha Falcão Pinheiro e D. Henriqueta Morrecy da Silva para regerem, como professoras substitutas, as escolas da Raiz da Serra e Villa da Estrella.— Deu-se conhecimento á directoria de fazenda.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 8 jun. 1876, p. 1.

Ao cruzamos as informações com as professoras efetivas das localidades citadas, percebemos que Josepha Falcão Pinheiro estava substituindo Maria da Glória Loureiro de Andrade e Henriqueta Morrecy da Silva substituiu Marianna da Conceição Lara.

As professoras citadas substituíram outras duas que estavam em pleno exercício em Estrella. Mas o que acontecia quando uma professora era removida de uma escola para a outra? Em 1871, as fontes mostram que havia duas professoras atuando na Vila de Estrella: Maria Augusta Jardim da Veiga e Cornelia Luiza David. Porém, não se trata de duas escolas em localidades diferentes da Vila. A professora Maria Augusta Jardim da Veiga pediu remoção para a escola recém-criada no Ingá, em Niterói⁸⁴. E cerca de um mês depois da solicitação, a professora Cornelia Luiza David foi nomeada para reger a escola da Villa de Estrella⁸⁵. Dias após a nomeação de Cornelia, a seguinte nota foi publicada no jornal:

Figura 19 – Nomeação da professora Maria Guilhermina Vargas

— Communicou-se ás directorias de instrucção publica e fazenda provincial a nomeação de D. Maria Guilhermina Vargas para o cargo de professora substituta da escola de instrucção primaria da villa da Estrella, e a remoção para a da freguezia de Nossa Senhora do Amparo, na Barra Mansa, de D. Carolina de Castro Maigre Restiér, nomeada para o Rio Claro por deliberação de 24 do corrente.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 8 fev. 1871, p. 1.

⁸⁴ Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 20 jan. 1871, p. 2.

⁸⁵ Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 4 fev. 1871, p. 2.

A nomeação da professora Maria Guilhermina como substituta teve relação com a mudança da docente efetiva na escola: de Maria Augusta Jardim da Veiga e Cornelia Luiz David. Maria Guilhermina ficaria com as meninas nesse processo de transição das docentes, já que, por conta da distância, poderia haver a demora de um a dois meses para o exercício efetivo da professora nomeada. Se levamos em consideração que as fontes mostram que em todas as escolas houve remoção, pedidos de licença concedidos, quantas professoras substitutas não atuaram no Recôncavo da Guanabara? É provável que o número total de mulheres que exerceram o ofício docente, como efetivas, substitutas ou particulares, foi maior do que conseguimos localizar neste trabalho. Talvez, os nomes dessas mulheres estivessem registrados nos relatórios dos inspetores. Mas por falta de acesso não conseguimos localizá-las, descobrir o seu tempo de atuação e se era ex-aluna da escola ou não.

2.3 Escolas femininas na Província do Rio de Janeiro: criação e provimento

Os relatórios da presidência da província mencionam a criação de escolas pela primeira vez no final da década de 1830. O Relatório do presidente Vaz Vieira registra em 1837 (p. 5) a criação de duas escolas públicas femininas na Província fluminense: uma em Niterói e uma em Angra dos Reis. No entanto, somente a de Niterói já estava provida por concurso. Em contrapartida, o mesmo relatório destaca que era injusto que Niterói e Angra não tivessem escolas femininas quando este “benefício já havia sido concedido às outras duas da Província” (Vieira, 1837, p. 5). Não conseguimos identificar a localidade das duas escolas citadas pelo presidente, mas o documento indica haver quatro escolas para meninas a partir de 1837, ainda que uma não estivesse provida no referido ano.

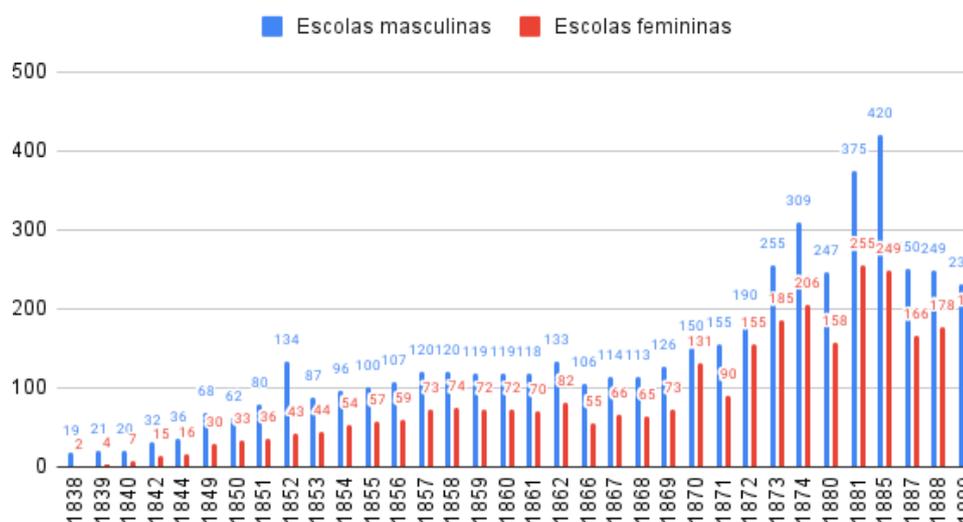
A estruturação da instrução na Província fluminense ocorreu paralelamente à organização e à construção da nação. O processo de sistematização instrução primária seguia os preceitos de um Estado que almejava se fortalecer e se consolidar como nação (Gondra; Schueler, 2008).

O século XIX pode ser encarado como o tempo de invenção e legitimação da forma escolar moderna no Brasil, ainda que iniciativas nesta direção possam ser evidenciadas desde o período colonial, seja por meio das iniciativas católicas, seja por intermédio das aulas régias. Deste modo, pode-se afirmar que a construção mais efetiva da escola elementar ocorre simultaneamente ao projeto de organização do próprio Estado Nacional (Gondra; Schueler, 2008, p. 82).

No início da escolarização na Província fluminense, havia poucas escolas distribuídas

pelas freguesias dos municípios fluminense e, em sua maioria, estavam localizadas nas sedes das vilas ou cidades e eram destinadas aos meninos. Os relatórios dos presidentes de Província ou do Diretor da Instrução destacavam os números das escolas e a situação da instrução naquele período. Em seu estudo, Chagas (2011) evidenciou os fatores que levaram à criação de um sistema escolar que abrangesse uma maior parcela da população e apresenta os dados da expansão das escolas públicas por toda a Província fluminense. Com base nos registros dos relatórios dos presidentes da Província, a autora conseguiu organizar e identificar o crescimento das escolas e o aumento de crianças frequentando-as. Chagas (2011) destaca que alguns relatórios apresentam divergência no quantitativo de alunos, de escolas e as reclamações dos dirigentes da falta de informações sobre as escolas tanto públicas quanto particulares. Com isso, o Gráfico 1 representa o número registrado de escolas femininas e masculinas administradas pela Província Fluminense da década de 1830 a 1889.

Gráfico 1 – Escolas públicas na Província fluminense



Fonte: Pereira, Kimberly com base em Chagas (2011).

Apesar de anualmente os governantes divulgarem os números da instrução e o seu estado na Província, em alguns períodos o quantitativo de escolas por ano⁸⁶ não foi publicado. As lacunas dificultam a análise do movimento de crescimento ou declínio na criação das escolas com maior precisão. No entanto, o gráfico nos ajuda a perceber o ritmo de criação das escolas

⁸⁶ Nos anos de 1843-1848, 1863-1865, 1875-1879, 1882-1884 e 1886 não foram publicados o quantitativo de escolas públicas na Província fluminense. Nos anos de 1855, 1856, 1857, 1858, 1860 há uma divergência de dados nos relatórios.

ao longo dos anos. Ao separar o número das escolas pelo gênero, conseguimos observar que a quantidade de escolas masculinas era mais expressiva que a feminina. Enquanto em 1838 havia 19 escolas masculinas e duas femininas, em 1852 o número de escolas para meninos passa a 134 e o de meninas para 43 escolas. É perceptível que a partir do final da década de 1860, há a ampliação nas escolas de ambos os sexos.

Ao longo dos anos, os presidentes da Província demonstram a preocupação com o número de crianças atendidas pelas escolas públicas, pelas escolas particulares de instrução primária e formação de professores. A inquietação dos dirigentes públicos com a instrução tinha um motivo: “na educação e no ensino da mocidade vão empenhados os mais vitais interesses do Estado: é nas escolas que se forma o homem e se prepara o cidadão” (Rego, 1861, p. 12). O interesse era fazer com que as crianças frequentassem as escolas e estivessem prontas para exercer um ofício e tornarem-se cidadãos. Lembramos que “ser cidadão” era restrito aos meninos.

Em tais circunstâncias, em dezembro de 1869, o Decreto Provincial nº 1.470⁸⁷ estabeleceu que seria criada uma escola masculina e uma feminina nas freguesias que estavam privadas do acesso a instrução pública. Com este decreto, houve um crescimento no número de ambas as escolas, mas as escolas femininas foram as mais beneficiadas. Em 1869 foram registradas 126 escolas para meninos e 73 para meninas. No ano seguinte, eram 150 para meninos e 131 para meninas. Ou seja, em um ano foram criadas 58 escolas femininas. O número de escolas passou por instabilidades: algumas são fechadas, outras criadas. É importante ressaltar que os números descritos nos relatórios se referem a criação de escolas e não ao seu exercício pleno naquele ano. Algumas escolas demoraram anos até que pudessem ser providas e iniciarem as suas atividades juntamente com as crianças, como foi o caso da escola da freguesia de Marapicú em Iguassú. A escola, criada em 1861, ainda não havia sido provida em 1862.

⁸⁷ Além desta determinação, o decreto de 1869 determinava que, na falta de quatorze alunos para o provimento da escola, determinava a subvenção das escolas particulares por 2\$000 mensais para cada criança (Macedo, 1870, p. 21-22).

Figura 20 – Provimento da escola da freguesia de Marapicú

— A' camara municipal da villa de Iguassú, comunicando, em solução ao seu officio de 8 de julho, ultimo, que, não tendo a assembléa provincial consignado fundos para o estabelecimento da escola do sexo feminino da freguezia de Marapicú e de outras creadas em 1861, só quando a mesma assembléa os decretar, poderá ser provida a dita escola, conforme solicita a mencionada camara.

Fonte: Correio Mercantil, 20 ago. 1862, p. 2.

Em 1867, aparece o registro da professora Miquelina Rosa da Silva atuando na localidade de Marapicú. Desta forma, podemos inferir que a escola entrou em pleno exercício em 1867, seis anos após a sua criação.

Era constante a descrição nos relatórios da situação precária da instrução naquele período e a dificuldade em alcançar as crianças em idade escolar da localidade onde a escola estava inserida. Chagas (2011, p. 5) destaca que

Observamos um discurso em prol da necessidade de expansão do ensino para as camadas populares, entretanto, na prática, uma série de obstáculos tornavam este crescimento um fator contraditório. Ao mesmo tempo que aumentava o número de escolas, por outro lado, percebemos muitas delas sendo fechadas. Tal situação devia-se em geral à frequência instável de alunos e a carência de professores (Chagas, 2011, p. 5).

Alguns motivos levaram ao fechamento das escolas públicas: a baixa de frequência das crianças, o abandono dos professores ou a mudança da localidade da escola. As dificuldades relativas à frequência das crianças na escola são atribuídas a vários fatores ao longo dos anos citados pelos governantes: o trabalho na lavoura e até a falta de roupa adequada para frequentar as aulas. Além dessas razões,

A pobreza de muitas famílias e a vaidade infundada com que nesse estado seesquivão de apresentar seus filhos em uma escola publica, os trabalhos agrícolas quereclamao em muitos logares os serviços de meninos desde idade bem tenra, adistancia das escolas, os caminhos mãos, e mais que tudo a indolencia de nossos homens do campo, e o espirito inculto de muitos pais, não são os menos activos das causas que dão lugar as cousas (Leão, 1863, p. 18).

Com o passar do tempo, os governantes da Província refletiram em alternativas para melhorar a frequência nas escolas. E para isso, refletiram em possibilidades que envolvessem outras autoridades porque

Se a província pudesse como bem lembra o diretor, fundar estabelecimentos de

educação onde os meninos pobres recebessem o ensino e o sustento, se as autoridades orphanológicas velassem com rigor na sorte de seus pupilos, e as autoridades policiaes, por seus agentes, combatessem a má vontade de seus justicados, se o clero aconselhasse pelo exemplo e pela palavra, e instigasse com o auxilio e a autoridade do seu sacerdócio, o culto do ensino, bem estaria a sorte da instrução publica (Leão, 1863, p. 18).

Desta forma, a intenção provincial era o envolvimento de todas as autoridades provinciais para contribuir ou coagir os pais a levarem seus filhos à escola. A frequência das crianças na escola influenciava tanto o aprendizado dos meninos e meninas quanto a possibilidade de manter abertas as escolas.

O Regulamento da Instrução de 1849 estabelecia em seu artigo 9º que seriam fechadas as escolas de 2ª classe⁸⁸ que não tivesse ao menos dez discípulos de boa frequência em dois anos. E que, se no mesmo período temporal, uma escola de 1ª classe não reunisse ao menos vinte discípulos, igualmente seria encerrada as atividades desta escola. Nestes casos, cabia ao mestre ou mestra realizar os registros dos alunos no mapa de frequência e apresentá-los ao inspetor. Ao longo da pesquisa não conseguimos localizar os mapas de frequência dos municípios estudados. Todavia, em determinados relatórios encontramos o número de crianças matriculadas em cada escola. Se olharmos para o quantitativo de meninas frequentando as escolas, percebemos que em algumas o número era menor do que o estabelecido pelo Regulamento de 1849.

Em 1859, a escola de Piedade em Magé contava com 15 alunas matriculadas. Em 1864, a escola de Meriti tinha 16 alunas matriculadas e, no mesmo ano, Suruí enfrentava uma situação diferenciada. Em 1864, a freguesia enfrentava uma epidemia de sarampo e uma endemia de febres paludosas⁸⁹ que motivou o quase abandono completo da escola feminina e masculina (Diário do Rio de Janeiro, 1 nov. 1864, p. 2).

As epidemias, endemias e outras doenças foram registradas nos relatórios dos presidentes da Província. Pimenta, Barbosa, Kodama (2015) analisaram os relatórios com o

⁸⁸ A divisão das escolas em 1ª e 2ª classe foi uma determinação do Regulamento de 1849, em que o presidente da Província designaria os lugares, que, segundo a sua importância seria destinada uma escola de 1ª ou 2ª classe. Porém, em cada freguesia ou curato deveria contar com ao menos uma escola de 2ª classe. A diferença entre uma escola de 1ª ou 2ª classe estava nas disciplinas a serem ensinadas. Nas escolas de 2ª classe eram ensinados: a leitura com noções gramaticais indispensáveis, a escrita com correção ortográfica, as regras elementares de aritmética, as quatro operações sobre números inteiros, frações decimais e complexas, sistema usual de pesos e medidas, o catecismo com explicações da doutrina e principais orações. As escolas de 1ª classe compreendem as matérias das escolas de 2ª classe, e incluem: gramática nacional, aritmética completa, noções de álgebra e de geometria elementar com suas aplicações mais usuais, leitura explicada dos evangelhos e notícia da história sagrada, elementos de geografia e resumo da história nacional, música e exercício de canto.

⁸⁹ Antigo nome para febre intermitente do impaludismo. quanto à origem, acreditava-se que esta febre era emanada dos pântanos. Fonte: Dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/paludoso/>. Acesso em: 20 set. 2022.

objetivo de explorar esses dados e de como as epidemias, endemias e surtos eram percebidos e mapeados pela administração pública. Apesar das informações sobre as doenças que atacavam a Província, os dados sobre a população doente e a duração da epidemia eram desconhecidos. Em razão da proximidade, Estrella, Iguassú e Magé geralmente sofriam com as mesmas doenças no mesmo período.

Quadro 17 – Doenças que acometiam os municípios no Recôncavo da Guanabara

Doença	Período	Município
Febre de Macacu	1828 -1830	Estrella, Iguassú e Magé
Febre mortífera	1832	Estrella
Febremortífera e perniciosa	1835	Magé
Febres	1836, 1847	Magé
	1839, 1846	Magé e Iguassú
	1880	Estrella
Febre amarela	1850, 1857, 1876, 1884	Magé
	1858	Iguassú
Sarampo	1855	Estrella
	1866	Magé
Cólera	1855	Estrella, Iguassú e Magé
Febre perniciosa e intermitente	1864	Magé
Varíola	1866, 1874, 1883-1884, 1887	Magé
	1887	Iguassú
Escarlatina	1874	Magé
Hepatite	1882	Magé
Febres perniciosas com caráter tifóide	1878	Estrella

Fonte: Pereira, Kimberly baseado em Pimenta, Barbosa e Kodama (2015).

Segundo Pereira (2020), os relatórios apresentavam a construção de valas, dessecação de pântanos para a diminuição da contaminação da população com febres e doenças. Na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, em Magé, foi construído o Canal de Magé com essa

função: escoar a água para a Baía de Guanabara⁹⁰.

Os municípios sofreram com muitas endemias e epidemias e cabe lembrar que o Regulamento da Instrução de 1849 estabelecia em seu artigo 74º os grupos proibidos de frequentarem as escolas: os que tivessem moléstia contagiosa e os escravizados. Os Relatórios não especificavam a idade das pessoas acometidas pelas doenças, mas é provável que as crianças em idade escolar tenham sido afetadas e com isso a frequência dos estabelecimentos de ensino. As escolas, como mencionado anteriormente, deveriam possuir um número mínimo de estudantes para o pleno funcionamento, mas talvez aquelas situadas em regiões acometidas por epidemias não teriam a sua frequência computada/considerada neste período atípico. Isso justificaria a manutenção da escola de Suruí após a epidemia que assolou a freguesia.

A faixa etária estabelecida para a frequência escolar variou entre os períodos e os regulamentos da Instrução Provincial. Segundo Santos (2017, p. 205), o Regulamento de 1849 determinava a idade escolar entre os cinco e os quinze anos. E em 1876, o Regulamento estabelecia entre seis e doze anos. Entretanto, o Censo de 1872 ao registrar a frequência nas escolas das freguesias, estabeleceu a idade analisada entre os seis e quinze anos.

Quadro 18 – Frequência escolar feminina em 1872

(Continua)

Município	Freguesia	Frequentavam escola	Não frequentavam a escola
Magé	Piedade	104	377
	Suruí	11	164
	Guapimirim	70	407
	Apparecida	19	151
	Teresópolis	36	156
	Sapucaia	77	80
Iguassú	Piedade	37	149
	Marapicú	47	211
	Jacutinga	48	453
	Merity	26	357
	Palmeiras	14	125

⁹⁰ Pereira (2020) destaca que o Canal de Magé também contribuiu com a atividade comercial do município, pois em seu leito navegavam faluas e barcos carregando gêneros produzidos na localidade.

Estrella	Inhomirim	67	120
	Pacobaíba	72	228
	Pilar	100	250
Total		728	3.228

Fonte: Pereira, Kimberly com base no Recenseamento de 1872.

No Quadro 18 analisamos que o número de meninas que frequentavam as escolas era inferior ao número das meninas que estavam alijadas desse processo de instrução. Cerca de 18,4% de todas as meninas em idade escolar frequentavam a escola nos três municípios. O recenseamento não deixa evidente se o quantitativo se referia apenas as meninas das escolas públicas ou se era um quantitativo em conjunto com as escolas particulares. A diferença entre o número de meninas que estavam nas escolas e as que não a frequentavam é enorme. Entre todas as freguesias do Recôncavo da Guanabara, as que contavam com um número maior de meninas em suas escolas era a de Piedade em Magé e do Pilar em Estrella. Essas duas freguesias contaram com processos de escolarização diferentes e com algumas especificidades, como veremos a seguir. Apesar da frequência nas escolas femininas não atingirem todo o quantitativo de meninas da região, por diversas vezes encontramos nos jornais iniciativas ou reclamações populares sobre a falta de escolas. O jornal *O Fluminense* registrou, em 1880, a história de uma menina órfã que foi retirada da companhia de sua avó e da escola em Suruí por seu pai.

Aos EEx. Srs. Ministro da Justiça e Juiz dos órfãos da cidade de Magé
Exms. Srs. Há tres anos que foi tirada, por seu pai a orphã Elisa, com a idade de 8
annos, de casa de seus avós.

Desde a morte da sua mãe, esta infeliz criança foi criada em casa de sua avó, **onde recebia a verdadeira educação e instrução no collegio publico de Suruhy**; por morte de seu avô, teve a infeliz criança de ser martyrisada, sujeitando-se a andar de Herodes para Pilatos.

Com o fim de receber o juro do dinheiro da filha, vai um indivíduo a casa de sua sogra e diz que levava a menina para pôr em um collegio da Côrte.

Sua sogra oppoz-se, dizendo que a menina tinha sido criada por ella até aqui, sem que o pai lhe desse durante este tempo um par de sapatos se quer, e assim não entregaria sua neta a quem nunca soube ocupar o logar de pao, nem para ir para casa estranha, tendo a de sua avó ou de suas tias.

Tudo foi em vão, porque o pai aconselhado por quem hoje não lhe dá o menor credito, tirou a menina dos braços de sua avó que implorava que a deixasse em sua companhia, pois que ninguém melhor do que ella trataria de sua neta, e assim tem acontecido.

Por meio do engano, promessas e outras seduccões, consegue o pai tirar a filha de casa de sua avó e a deposita em casa do Dr. Bernardino; ahi foi por duas vezes uma senhora a mandado de sua avó visitar a menina que, de joelhos a seus pés, imploravaao pai que consentisse voltar para a companhia de seus parentes.

É triste, Exms. Srs.,descrever o quadro que n'esta casa se passou.

Desta casa foi a infeliz menina levada para a do Sr. Moura, onde tem estado até hoje. **São estes os collegios da Côrte que o pai tem dado à sua filha.**

Apresentamos testemunhas, se fôr preciso, e appellamos para os dignos magistrados

da cidade de Magé, villa da Estrella e para o povo de Suruhy, que todos dirão, por uma só boca que, este pai tem sacrificado os interesses da filha.

Estou certo que VV. EEx., como magistrados conspícuos, e verdadeiros chefes de família, não consentirão que a infeliz orphã se lance no despenhadeiro horrível da desgraça.

Ainda tem a casa de sua avó, suas tias e seus tios; assim pede-se Justiça (O Fluminense, 16 jun. 1880, p. 2, grifo nosso).

O primeiro tópico que nos chama atenção é em relação aos cuidados da menina órfã de mãe. A preocupação reside na criança estar sob cuidado de um homem, seu pai, que a retirou dos cuidados e referências femininas, sua avó e suas tias. Além disso, seu pai a retira da escola e a leva para morar na casa de outros homens, “casas estranhas” para a menina, como afirma o jornal que também alerta para o que ocorria nelas ao salientar: “É triste, Ems Srs, descrever o quadro que n’esta casa se passou”. Uma das hipóteses seria que a menina poderia ter sido levada para trabalhar como criada dessas casas. Nesse caso, o pai receberia também o valor do trabalho de sua filha. A preocupação com a instrução, educação e com a moral desta criança por estar privada do contato com a sua família e com mulheres de referência para ela é a base deste relato. Afinal, a família materna pouco sabia do destino desta criança. Este recorte da situação desta menina, que não sabemos o nome, tem destaque por se tratar de uma aluna da escola feminina de Suruí. O jornal dá destaque à escola ao dizer que a menina recebia a “verdadeira educação e instrução”. Isso pode ser entendido como uma valorização do espaço escolar. Aos leitores e leitoras do jornal, transpassou a ideia de que a escola é o local mais adequado para se receber a instrução. Mas esse processo de estabelecimento das escolas não ocorreu de forma rápida e nem igualmente entre o território fluminense. Ademais, cada município passou por um processo de implementação e aumento da instrução feminina de maneiras diversas que serão descritas a seguir.

2.3.1 Magé

Dentre os três municípios estudados, Magé foi o primeiro a conseguir o status de Vila e posteriormente de Cidade. Isso pode ter motivado a presença de escolas públicas anterior aos demais municípios⁹¹. Em Magé, a primeira escola feminina foi criada pela Deliberação de agosto de 1839⁹², seis anos após a criação da escola masculina.

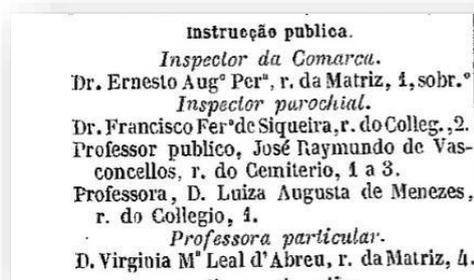
⁹¹ A escola masculina de Magé foi estabelecida pela deliberação de 3 agosto de 1833.

⁹² Há uma divergência quanto à data de criação da escola. O relatório de Paulino José Soares de Sousa, publicado em 1840, relata que a escola foi criada em 21 de agosto de 1839. Já em 1874, no relatório de Manuel José de Freitas Travassos, a data aparece como 31 de agosto de 1839. Como não obtivemos acesso a deliberação de criação, não podemos confirmar qual das duas datas é a correta.

Ainda não estão providas, mas consta-se haver quem as pretenda, **a de Magé, creada por deliberação do governo provincial a 21 de agosto próximo findo, e as de Itaborahy, Iguassú e Cantagallo** creadas por deliberação de 15 de janeiro do corrente ano. Estão em concurso (Souza, 1840, p. 16, grifo nosso).

O trecho destacado, além de registrar a criação da escola de Magé, também descreve a criação de outras três escolas femininas, incluindo a de Iguassú que trataremos a seguir. A escola da freguesia de Nossa Senhora da Piedade foi assumida pela professora Luiza Augusta de Menezes em 1840. O Almanak Laemmert registrou a localização da escola da professora Luiza em 1866.

Figura 21 – Endereço das escolas femininas



Fonte: Almanak Laemmert, 1866, p. 256.

Na Figura 21 podemos saber onde estavam estabelecidas as escolas da freguesia e a inspetoria em Magé. A escola de Luiza estava situada ao lado do inspetor paroquial Dr. Francisco de Siqueira. Se olharmos a planta de Magé, poderemos visualizar as ruas em que as escolas estavam localizadas. Em rosa, destacamos a Rua do Collegio onde encontramos a escola de Luiza. Já a escola particular das meninas, regida por Virgínia Maria Leal de Abreu, ficava na rua da Matriz, representada em vermelho. E a escola masculina, na rua do Cemitério. Como não achamos na legenda esta rua, marcamos em verde o cemitério. Com o mapa, podemos perceber que as escolas na freguesia de Nossa Senhora da Piedade estavam próximas umas das outras. Assim como estavam próximas da Igreja Matriz, da Câmara e da Cadeia (ver Figura 8). Além disso, os inspetores estavam residindo ao redor das escolas. Na mesma região, se estuda, reza, faz política e se é punido.

Figura 22 – Planta da Cidade de Magé



Fonte: Museu virtual Mageense. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=5059152397518819&set=g.568226544895551>. Acesso em: 17 ago. 2022.

Em 1859, o Relatório de Ignacio Francisco Silveira da Motta registrou que a casa da escola feminina de Piedade tinha como proprietária Polucena Rosa do Espírito Santo. Polucena e a professora pública Luiza, segundo o cruzamento das fontes, tinham uma relação de parentesco. Polucena era mãe de Anna Augusta de Menezes, irmã de Luiza. Neste caso, podemos inferir que Polucena seja a mãe de Luiza, já que o pai de Anna Augusta e Luiza Augusta era o mesmo: José Augusto César de Menezes. Não conseguimos localizar nas fontes mais informações sobre Polucena, além dos dados sobre a casa e falecimento dos filhos. Por não saber o endereço da escola em 1859, não temos como afirmar que era a mesma localidade de 1866 e se Luiza ainda utilizaria a casa da família para exercer o ofício docente.

Em 1866, o jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal* (16 jul. 1866, p. 2) publicou o seguinte comunicado da Diretoria de Instrução: “A mesma, mandando renovar o contrato da casa em que funciona a escola do sexo feminino da cidade de Magé, com a actual proprietária D. Luiza Augusta de Menezes, a quem se mandou pagar os alugueis vencidos e os

que se forem vencendo”.

O registro destaca Luiza como a “atual proprietária”. Essa expressão definiria Luiza como a dona do imóvel em que sua escola funcionava? Ou como proprietária da cadeira da instrução feminina? Se Luiza fosse a proprietária do imóvel onde atuava como professora, esse fator a distinguiria das demais docentes, pois não conseguimos localizar a existência de outras docentes que fossem proprietárias das casas onde davam aula⁹³.

A Lei nº 29, de 1851, foi a responsável por criar a segunda escola em Magé para atender as meninas de Suruí. Em 1856, o relatório registrou a presença de Rita Maria da Conceição Teixeira atuando na localidade. O jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal* de 10 de julho de 1862 (p. 6) informou que Rita foi nomeada em 1849. Não sabemos quando Rita iniciou como docente em Suruí e, por isso, nem quanto tempo permaneceu por lá. Mas temos a informação de que em 1856 aparece em mudança de Estrella para Niterói.

As escolas femininas de Guapimirim, Paquequer, Aparecida e Sapucaia foram criadas pelo Decreto nº 1.470 de 1869. Em 1874, Luiza Alves de Azevedo aparece como professora em Guapimirim; e Rachel Maria de Freitas em Paquequer, em 1871. A professora natural de Sabará (Minas Gerais), Bárbara Maria Julia de Moura Ruas, apareceu como professora na freguesia de Sapucaia em 1872. No mesmo ano, Maria Emilia Leal Collares é aprovada no concurso e destinada a assumir a escola de Aparecida⁹⁴. Porém, o Relatório a registra apenas em 1874. Desta forma, observamos que o Decreto de 1869 favoreceu a criação de escolas em Magé. Porém podemos perceber que o provimento das escolas não foi rápido. Na maioria das escolas, as professoras chegaram dois ou três anos após a criação da cadeira.

Outras duas escolas femininas foram criadas na década de 1870 na freguesia de Piedade. Pelo Decreto nº 1.832 de 1872 foi criada a escola do Porto da Piedade assumida por Isabel Francisca da Silva Medenilha no ano seguinte. O decreto nº 1.855 de 1873 instaurou a escola em Santo Aleixo onde Claudina Custodio Ribeiro Baptista assumiu a cadeira feminina. Além destas escolas, na década de 1880 há a menção de uma escola feminina no Sodré e uma feminina e uma masculina na localidade do Jororó ambas na freguesia de Piedade. Porém não encontramos a data de criação das escolas. Com isso, Magé contava com dez escolas femininas no município entre 1839 e 1889. Desta forma, entre 1839 e 1889 atuaram em Magé 29

⁹³ Em 1880, o Relatório dos Presidentes destaca os proprietários das casas das escolas em Magé. A proprietária da escola masculina de Piedade era Luiza Maria da Cruz, a masculina de Paquequer tinha como proprietária, Anna Plácida da Fonseca. As escolas femininas, em 1880, estavam em casas que pertenciam aos homens. Com exceção da escola feminina de Suruí que tinha como proprietária Maria Alexandrina da Silva Ferreira.

⁹⁴ Fonte: A Instrução pública: Publicação Hebdomadaria, 28 jul. 1872, p. 10.

professoras – 25 professoras públicas e cinco particulares⁹⁵.

O Recenseamento de 1872 trouxe os dados quantitativos sobre as mulheres, seus ofícios, origens e status civil. O cruzamento de dados permite, ao menos, inferirmos quem estava no exercício do ofício docente no ano do Censo. No entanto, não temos como afirmar que foram essas mulheres as registradas e contabilizadas pela pesquisa. De qualquer maneira, o Censo de 1872 nos ajudou a pensar nos ofícios que as mulheres exerciam e que foram invisibilizados durante os anos⁹⁶, conforme analisado no capítulo anterior. Em Magé, o Recenseamento de 1872⁹⁷ contabiliza a presença de oito professoras que estavam atuando no município juntamente com as meninas. Ao realizarmos o cruzamento das fontes, podemos saber as professoras públicas que estavam atuando em Magé no ano citado.

Na freguesia Nossa Senhora da Piedade, Candida Francisca da Costa Lopes estava responsável pela cadeira da instrução feminina. Em Suruí, Minervina Laura Moreira Guimarães; em Paquequer, Raquel Maria de Freitas; em Sapucaia, Barbara Maria Julia de Moura Ruas. Na freguesia de Aparecida, apesar do Censo registrar a presença de uma professora, no cruzamento das fontes não encontramos nenhum registro para o ano de 1872.

Não foi possível localizar as demais professoras citadas na freguesia de Nossa Senhora da Piedade. Desta forma, podemos inferir a possibilidade de serem professoras interinas/substitutas, particulares ou professoras públicas que não foram catalogadas nem no Almanak e nem no Relatório.

Quadro 19 – Mulheres exercendo o ofício docente em Magé

Freguesia	Quantitativo
Piedade	4
Guapimirim	0
Aparecida	1
Suruí	1
Paquequer	1
Sapucaia	1
Total	8

Fonte: Pereira, Kimberly com base nos dados do Recenseamento de 1872.

⁹⁵ O número total, apesar de aparentar erro na contagem, refere-se a uma professora que atuou nas duas esferas da instrução. Por isso, esta docente foi contada apenas uma única vez.

⁹⁶ Ressaltamos que o Censo de 1872 não registrou outros ofícios, como o de lavadeira, quituteira, por exemplo, e que eram exercidos pelas mulheres.

⁹⁷ O Recenseamento de 1872 separa os ofícios entre brasileiros e estrangeiros. Além disso, os distingue por seu estado civil. No caso das docentes, não fica explícito se exerciam a função no meio público ou particular. Portanto, optamos por demonstrar apenas o quantitativo total encontrado em cada freguesia.

O apontamento destas professoras atuando em Magé, no último ano de nosso recorte, demonstra que mesmo com as limitações estruturais, de provimento, de distribuição de materiais e de frequência das crianças, conseguimos perceber o aumento no número de escolas e professoras atuando nas diversas localidades do município.

2.3.2 Iguassú

O Relatório do Presidente de Província informou que Iguassú contava com uma escola masculina desde 1827 pela deliberação de 26 de julho do mesmo ano (Travassos, 1874, mapa 5). A data de criação da escola chama atenção por ter sido estabelecida poucos anos depois da Independência do Brasil e anterior à Lei de 15 de outubro de 1827. Apesar disso, a escola feminina foi criada treze anos depois, pela deliberação de 15 de janeiro de 1840. Em abril do mesmo ano, o *Jornal do Commercio* publica a seguinte nota:

Pela secretaria do governo da província do Rio de Janeiro se faz publico que no dia 29 do corrente (abril), pelas 10 horas da manhã, na mesma secretaria, **se ha de pôr a concurso a cadeira de primeiras letras para o sexo feminino da villa de Iguassú.** As materias do exame serão: leitura escripta, as quatro operações de arithmetica sobre numeros inteiros e fracções ordinárias, princípios da moral christã e da religião do estado, grammatica da língua portugueza, elementos de geografia, coser, bordar, e mais misteres proprios da educação domestica; tudo na forma dos arts. 1 e 17 da lei provincial n.1 de 1837. As senhoras que pretenderem ser admitidas enviarão seus requerimentos documentados com atestações de bom procedimento. Secretaria do governo da província do Rio de Janeiro, 8 de abril de 1840. – O secretario, João Candido de Deos e Silva (*Jornal do Commercio*, 11 abr. 1840, p. 2).

O anúncio, retirado das páginas do *Jornal do Commercio*, foi publicado na seção “Declarações” juntamente com comunicados da intendência da Marinha, do arsenal de Guerra e de divulgações sobre o concurso de provimento de cadeiras para escolas femininas nas vilas de Vassouras e Valença. O texto divulgado pelo jornal era o mesmo, só alterando a data da abertura do concurso com uma diferença de dois dias para cada um.

As escolas femininas de Iguassú e a de Magé passaram pelo mesmo processo no mesmo período. A criação da escola não significou o provimento imediato dela. O concurso de provimento seria realizado dias depois da publicação nos jornais. Podemos perceber que entre a criação e o concurso levou três meses. Não sabemos quantas candidatas concorreram à vaga de Iguassú, mas percebemos que há um impasse em localizar a primeira professora a assumir a cadeira.

Guedes (2012, p. 73) afirma que Francisca Adelaide de Moura começou sua atividade docente em 1841, mesmo ano em que a escola feminina começou a funcionar. No entanto,

localizamos o seguinte registro no jornal *Correio Official* (21 abr. 1842, p. 4): “Para a Cadeira de meninas da Villa de Iguassú, foi nomeada em 7 de julho D. Margarida Eugenia de Balbi; entrou logo em exercício com poucas discípulas de que ainda não mandou mappa”.

A publicação do jornal foi em abril de 1842 e afirma que a professora “entrou logo em exercício”, a despeito de ter poucas alunas. Assim, podemos inferir que Margarida começou a regência da cadeira de Iguassú em julho de 1841.

Não conseguimos localizar a presença de professora atuando anteriormente a Margarida Eugenia de Balbi na Vila de Iguassú. Já Francisca Adelaide de Moura aparece atuando na Vila de Iguassú de 1846 até a sua jubilação em 1858 em dados compilados do Almanak Laemmert e dos Relatórios dos presidentes da Província⁹⁸. Anteriormente, entre 1842 e 1843, Francisca aparece nos jornais como professora em Cabo Frio e Nova Friburgo⁹⁹. Desta forma, não seria possível que Francisca estivesse a frente da cadeira de Iguassú no ano citado por Guedes (2012).

Diante deste caso, a primeira professora da Villa de Iguassú localizada foi Margarida Eugenia Balbi. Não sabemos se no concurso realizado em 1840 houve candidata aprovada para exercer o ofício docente, se assumiu o cargo ou não. É possível que Margarida tenha realizado o concurso de 1840, mas não conseguiu assumir neste ano sendo postergada a sua posse para 1841.

Margarida aparece como professora pública em Iguassú entre 1842 e 1843 com dados escassos nas fontes. Após três anos sem listar mestras, o Relatório dos Presidentes da Província descrevia a presença de Francisca de Paula Adelaide de Moura entre 1846 e 1856¹⁰⁰. Francisca de Paula Adelaide de Moura atuou tanto na Província do Rio de Janeiro quanto na de Minas Gerais. Guedes (2012, p. 73) destacou que a professora Francisca não ensinou apenas as meninas, pois o médico Francisco Elói dos Santos Andrade publicou agradecimentos a professora em seu livro. Ao ter conhecimento desta afirmação, Guedes levantou duas possibilidades: Francisca seguia pelas fazendas e casas visando uma melhora nos seus ordenados ou era uma forma de lidar com a distância e escassez das escolas. Francisca aparece nos jornais da Província do Rio de Janeiro até 1856. Dois anos depois, em 1858, Francisca aparece no processo de escolarização em Sabará, Minas Gerais. A mudança para Minas Gerais ocorre no período em que Iguassú estava passando por uma epidemia de cólera

⁹⁸ Fonte: *Correio Mercantil*, 06 ago. 1858, p. 1.

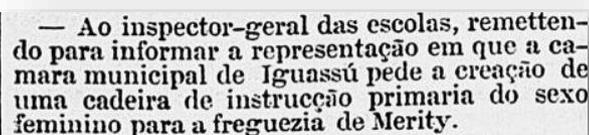
⁹⁹ Fonte: *Correio Official*, 4 fev. 1842, p. 2; 21 abr. 1842, p. 4; 8 fev. 1843, p. 2.

¹⁰⁰ Ao pesquisar sobre Francisca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, percebemos que há uma lacuna entre os anos de 1844 e 1857, onde o método de pesquisa não conseguiu localizar a presença da professora nos jornais destes anos.

morbo por volta de 1855 o que fez com que muitas pessoas deixassem Iguassú. Nascimento (2011) afirmou que em 1858, Francisca obteve licença do diretor do círculo literário de Sabará para substituir uma professora. No ano seguinte, obteve o título de professora interina e atuou em Sabará por algum tempo. Apesar de ter sido professora na Província do Rio de Janeiro, Francisca teve que se submeter a exames e comprovar a habilitação em algumas matérias. Em 1870, solicitou aposentadoria por tempo proporcional que foi aprovada. No entanto, a professora não conseguiu usufruir deste benefício, pois faleceu no mês seguinte (Nascimento, 2011, p. 112).

A freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (Vila), onde Francisca atuou, era a única a possuir escola pública feminina até que a deliberação de 3 de abril de 1856 criou a escola feminina na freguesia de São João Baptista de Meriti¹⁰¹. O *Correio Mercantil e, Instructivo, Político e Universal* publicou em sua edição de 21 de abril de 1856, o expediente do mês de março, onde encontramos a seguinte nota:

Figura 23 – Criação da escola de São João Baptista de Meriti (1856)



— Ao inspector-geral das escolas, remetendo para informar a representação em que a camara municipal de Iguassú pede a criação de uma cadeira de instrução primaria do sexo feminino para a freguezia de Merity.

Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal, 21 abr. 1856, p. 2.

O período entre o pedido e a criação efetiva da escola levou menos de um mês. Essa agilidade pode ser associada com a proximidade com a Corte, como destaca Guedes (2012). Meriti foi “uma das que mais se desenvolveu no princípio da Colonização, no seu território estavam grandes engenhos e mansões” (Guedes, 2012, p. 81). A proximidade com a Corte e a influência na região, podem ter favorecido a implementação da escola feminina.

Todavia, o intervalo entre a criação da primeira escola (Vila) e a segunda (Meriti) foi de 16 anos. Em 1858, dois anos após a criação da escola em Meriti, localizamos a presença de Engracia Maria de Macedo Oliveira Dias ocupando a cadeira da escola feminina. Apesar disso, o jornal *Correio Mercantil* apontou o percurso de Engracia para tornar-se professora em Iguassu. Em 21 de abril de 1856, apenas dezoito dias após a criação da escola em Meriti, o jornal publica a seguinte nota:

¹⁰¹ Consultar Sousa (2021) para aprofundamento na escolarização de Meriti (1833-1889).

Figura 24 – Licença concedida a Engracia Flavia

— Ao inspector-geral das escolas, communi-
cando que foi concedida a D. Engracia Flavia
de Macedo Oliveira Dias, a licença que pediu
para fazer o seu exame de habilitação perante o
conselho municipal de Iguassú.

Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal, 21 abr. 1856, p. 2.

Engracia foi nomeada professora em Meriti em 25 de agosto de 1856¹⁰² e tomou posse em 10 de setembro de 1856. Entre a data de criação e posse da professora passaram apenas cinco meses. O que teria motivado o rápido provimento da escola? Sousa (2021) destaca que localizou a professora Engracia atuando em outro ofício na sociedade Iguassuana.

Por meio do Almanak Laemmert foi possível localizarmos o nome de Engracia Flavia de Macedo Oliveira Dias atuando como professora, mas também, a partir da década de 1860, **na lista de fazendeiros de moer cana, principais lavradores de café e mandioca da freguesia**. Além disso, pode-se constatar com os periódicos da época que Engracia era casada com um dos juizes de paz da freguesia, Antonio Dias Teixeira Pimenta (Sousa, 2021, p. 81, grifo nosso).

Uma hipótese que levantamos é que as relações de poder resultantes de sua influência enquanto fazendeira e a presença de seu esposo em um cargo de autoridade na freguesia tenham facilitado a entrada de Engracia no magistério feminino em Meriti.

Outras escolas femininas foram criadas ao longo do Império, contemplando as demais freguesias de Iguassú. As escolas de Jacutinga e a de Queimados (freguesia de Marapicú) foram criadas pelo Decreto nº 1.302 de 1865, a de Palmeiras pelo Decreto nº 1.470 de 1869 e a de Marapicú pelo Decreto nº 1.759 de 1872. O aumento na criação de escolas femininas em Iguassú ocorreu na década de 1860, quando foram criadas três escolas com o objetivo de atender as meninas iguassuanas. Desta forma, podemos concluir que havia seis escolas femininas distribuídas pelo município.

A primeira professora localizada na freguesia de Jacutinga foi Maria Rosa Monteiro Paris. O Almanak Laemmert e os Relatórios dos presidentes da Província mostram a presença de Maria Rosa desde 1870 em Iguassú. No Almanak, no entanto, consta que a professora trabalhou na freguesia da Vila e de Jacutinga e o Relatório refere-se apenas seu exercício como docente em Jacutinga. Observamos também que a freguesia de Jacutinga ficou cinco anos sem professora que pudesse assumir a escola.

Caso parecido ocorreu com a escola de Sant'anna de Palmeiras criada em 1869 e provida

¹⁰² Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal, 6 fev. 1860, p. 2.

dois anos depois, em primeiro de janeiro de 1871 com a chegada de Maria Paulina Fioravante Patrulhano. Antes de poder assumir a docência em Iguassú, Maria Paulina entrou com uma solicitação de dispensa de idade. Essa solicitação gerou debate na Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Após muitas discussões ficou aprovada a ementa que garantia que “são aptas para exercer o magisterio publico as senhoras casadas maiores de 18 annos¹⁰³”. Essa ementa facilitou a entrada de outras mulheres casadas, mas que tinham menos de 21 anos, como foi o caso da professora de Estrella, Luiza Augusta Coelho Bastos¹⁰⁴. A freguesia de Marapicú contava com duas escolas públicas, uma na localidade de Queimados e outra denominada Marapicú, onde acreditamos que estava localizada próxima a sede da freguesia. A que estava em Queimados foi criada em 1865, mas Miquelina Rosa da Silva foi nomeada pela Deliberação de 7 de janeiro de 1867. A outra escola em Marapicú criada em 1872 foi assumida por Theresa Carolina de Moraes em 1874.

Desde a criação da primeira escola feminina em 1840 até o final do Império em 1889, foram localizadas no município de Iguassú 32 professoras – 25 públicas e sete particulares. É importante frisar que essas professoras não exerceram o ofício ao mesmo tempo com as meninas iguassuanas. A maior parte delas lecionaram por alguns anos e foram deslocadas para outras freguesias. Em Iguassú, o recenseamento de 1872 computa a presença de cinco professoras, divididas entre as cinco freguesias.

Quadro 20 – Mulheres exercendo o ofício docente em Iguassú (1872)

Freguesia	Quantitativo
Piedade	1
Marapicú	1
Jacutinga	1
Merity	1
Sant’Anna das Palmeiras	1
Total	5

Fonte: Pereira, Kimberly com base nos dados do Recenseamento de 1872

Ao fazermos o cruzamento das fontes, identificamos que estavam atuando em 1872:

¹⁰³ Fonte: Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 05 out. 1870, p. 244.

¹⁰⁴ O Coronel João Coelho Bastos pediu que o benefício da Lei nº 1.570 a sua filha Luiza que é casada, mas vive sob sua companhia. A petição foi concedida. Fonte: Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 28 out. 1872, p. 120.

na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, Maria Leopolda Thompson; em Marapicú, Miquelina Rosa da Silva; em Jacutinga, Maria Rosa Monteiro Paris; Maria Paulina Fioravante Patrulhano na freguesia de Palmeiras; e, em Meriti, Engracia Maria de Macedo Oliveira Dias. Com exceção da freguesia de Iguassú, as demais cadeiras continuavam ocupadas pelas primeiras professoras.

Nos periódicos da época encontramos algumas manifestações da sociedade em prol da instrução feminina na localidade, como o caso que envolveu a professora Francisca Adelaide em 1857. O jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal* publicou uma nota¹⁰⁵ dos moradores notáveis de Iguassú reclamando da falta de uma professora na localidade.

O caso da licença da professora Adelaide foi destaque desta nota no jornal em razão da situação ter deixado a escola “acéfala”, sem nenhuma mestra para substituí-la. A falta de docente atuando durante os meses da licença incomodou a sociedade iguassuana que não aceitava que suas filhas, “um dos ornamentos do nosso império”, crescessem na ignorância dos conhecimentos. Afirmavam que se a escola não fosse provida, o benefício recebido pela instrução feminina desapareceria. Esse relato do periódico demonstra que os dirigentes, famílias e pessoas consideradas importantes de Iguassú estavam interessados em garantir o acesso das meninas à instrução.

2.3.3 Estrella

A instrução feminina em Estrella iniciou-se com a abertura da escola na freguesia sede pela deliberação de 1º de setembro de 1847, um ano depois do estabelecimento da Vila de Estrella. Se compararmos com os demais municípios, a escola de Estrella foi

¹⁰⁵ Iguassú: Sr redactor. – Sendo a villa de Iguassú uma das mais notaveis desta provincia em consequencia de seus rendimentos, ou seja pela continua exportação do café que lhe remetem os fazendeiros de serra-acima, de que é ella seu emporio, ou seja pelos impostos que pagão o crescido numero de seus negociantes, etc., parece comtudo privada de muitos benefícios que teem sido prodigalizados a outros logares; e ainda agora está soffrendo, apezar mesmo de todo o exposto, um mal de que muito nos ressentimos.

A professora publica D. Francisca de Paula Adelaide de Moura obteve do Sr. Conselheiro Barbosa licença por seis mezes com ordenado; e, tendo actualmente principiado usufrui-la, retirou-se do logar e vai para a provincia de Minas d’onde é natural: dizem que ella aqui não voltaria, apezar mesmo de lhe não ser concedida nova licença; a escola pois está acephala, nenhuma substituta ficou em seu logar; e drante o tempo de sua ausencia estarão nossas infelizes filhas condemnadas a crescerem na ignorância! Entretanto, Sr. Redactor, que o legislador quando outorgou-nos uma escola, onde nossas patricias fossem devidamente educadas, fez-nos assim merecida justiça; com este facto porém o benefício desaparece. Felizmente é hoje nosso presidente o Exm. Sr. Conselheiro Tolentino: quando elle souber que na villa de Iguassú, onde elle souber que na villa de Iguassú, onde se dá a falta exposta, não existe ao menos uma escola particular, tão imparcial como é, a saberá reparar; e estas infelizes então reconhecêrão um dia, que se elle foi justo sabendo dirigir nossos destinos, ainda mais justose tornou não olvidando-se de um sexo que, havendo-lhe dado a luz, o predestinou também para que fosse hoje um dos ornamentos de nosso imperio. Fonte: *Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal*, 10 set. 1857, p. 2.

provida rapidamente, pois a professora Carolina de Oliveira Brito aparece como ocupante da cadeira em 1848.

Assim como Magé e Iguassú, a criação da segunda escola feminina não ocorreu imediatamente após a primeira. Cerca de vinte anos depois, foi estabelecida em Guia de Pacobaíba a segunda escola feminina. Não conseguimos comprovar a data de criação da segunda escola no município, pois há uma diferença entre as fontes. O relatório de 1874 registra que a escola da freguesia da Guia foi criada pelo Decreto nº 1.302 de 1865. No entanto, o relatório do conselheiro Nicolau Tolentino de 1856 registra que

Concedi remoção: para a cadeira da Villa do Rio – Bonito, ao professor effectivo do curato da Boa-Esperança, José Joaquim de Moura Caldas; **para a do bairro de Santa Rosa, da capital, a D. Rita Maria da Conceição Teixeira, professora effectiva de Nossa Senhora da Guia de Pacobahyba, no município de Estrella**; para a desta última freguesia, a professora effectiva de Santa Rosa, D. Anna Joaquina de Souza Coelho (Tolentino, 1856, p. 7, grifo nosso).

Se já havia professoras efetivas atuando em Pacobaíba em 1856, a data de criação da escola nos sugere duas situações: um erro de digitação do relatório de 1874 ou a escola de Pacobaíba fechou e reabriu em 1865. Ao compararmos com a atuação docente, percebemos uma lacuna entre 1863, com a saída de Veridiana Maria da Silva, e 1867, com a chegada de Eurydice Edwirges Ferreira da Silva. Esta lacuna pode sugerir que a escola estava fechada entre 1863 e 1867 ou estava sob a responsabilidade de professoras substitutas.

A freguesia de Pacobaíba ainda contava com mais duas escolas criadas na década de 1870. Uma dessas escolas pertencia ao local denominado São Francisco do Croará e foi estabelecida pelo Decreto nº 1.780 de 1872, cadeira assumida por Julieta de Sampaio Vianna em 1874. A escola de Ypiranga foi criada pelo Decreto nº 1.833 de 1873, e a professora Maria Pereira Chalréo assumiu a escola em 1874.

Em 1868, pelo Decreto nº 1.393, foi criada, na localidade de Raiz da Serra, a terceira escola da Vila, assumida por Gertrudes Mourão Pereira de Carvalho em 1871. A permanência de Gertrudes na escola de Raiz da Serra durou poucos meses. Em 1872, o jornal *A Instrução Pública: publicação Hebdomadaria* registrou que a professora pública foi demitida por abandono da escola. Esse fator justificou a entrada da professora substituta Januária Mourão em Raiz da Serra em 1872.

A escola da freguesia de Nossa Senhora do Pilar foi criada no ano seguinte pelo Decreto nº 1.470 em 1869. Mas o início de suas atividades ocorreu com a chegada de Amélia da Cunha Mourão em 1871. Na localidade de Taquarassú, a escola feminina foi estabelecida pelo Decreto

nº 1.759 de 1872. Dois anos depois, Isabel Augusta Pereira Fontes aparece como professora no local.

Desta forma, Estrella contou com sete escolas femininas públicas e, ao menos, seis particulares¹⁰⁶, criadas para atender as meninas da região no decorrer dos anos. Santos (2020), a partir do Almanak Laemmert e dos relatórios dos presidentes de província, localizou a presença de 36 professoras públicas atuando no município. Em nossa pesquisa, localizamos que nessas seis escolas atuaram 48 professoras – sendo 42 públicas e seis particulares. O aumento no número de professoras identificadas refere-se à localização de professoras substitutas nos periódicos do período.

O recenseamento nos ajuda a perceber os possíveis exercícios docentes destas mulheres. Em 1872, Cornelia Luiza David estava em exercício na freguesia de Inhomirim juntamente com Januária Mourão. Em Guia de Pacobaíba localizamos Eurydice Edwiges Ferreira da Silva e, no Pilar, Amélia Mourão da Cunha. Apesar de Estrella apresentar o mesmo quantitativo de professoras que Iguassú pelo censo de 1872, não conseguimos localizar a segunda professora que estava atuando em Guia de Pacobaíba.

Quadro 21 – Mulheres exercendo o ofício docente em Estrella (1872)

Freguesia	Quantitativo
Inhomirim	2
Pacobaíba	2
Pilar	1
Total	5

Fonte: Pereira, Kimberly com base nos dados do Recenseamento de 1872.

Dentre os municípios pesquisados, Estrella foi o que mais registrou professoras atuando em seu território. Porém, isso não significa que esse número tenha referência ao número de escolas criadas. Esse fator está associado à grande movimentação de professoras pelo município. Se observarmos o período em que as professoras permaneciam em Estrella, e compararmos com os demais municípios, podemos perceber que o período de permanência no município era inferior aos demais. Essa condição de movimentação pode ter relação com a salubridade do local.

¹⁰⁶ Não consideramos em nossa contagem a escola de Petrópolis no período em que fez parte de Estrella no período de 1846 a 1857.

A investigação da condição do magistério público de Estrela durante o período oitocentista nos levou a questões ligadas ao provimento das escolas, à formação docente, a falta de pagamento dos salários, o não custeio das escolas e a busca do professorado por uma melhor condição de trabalho. Neste caso, notamos que tais problemas eram agravados pela insalubridade e ocorrência de epidemias na localidade que acabaram por tornar o exercício do magistério na região menos atrativo e levando a frequente rotatividade e vacância das cadeiras (Santos, 2020, p. 68).

Desta forma, a escolarização em Estrela e nos demais municípios sofreu a intercorrência de muitos fatores, tanto em relação às determinações políticas da Província quanto das questões estruturais do município e dos saberes exigidos as professoras.

2.4 A seleção e o ensino de saberes nas escolas femininas

Os periódicos mostram com certa frequência o desempenho das escolas femininas e de suas alunas como uma forma de acompanhar e apontam o bom ou mau desempenho das meninas e das professoras. Em relação ao ensino de matemática, localizamos o caso de uma professora que seus saberes básicos em aritmética limitaram seu acesso ao magistério público efetivo. O caso de citado refere-se à própria professora Alexandrina Ferreira Fraga. Em 1858, o jornal *A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro* registrou um pedido de Alexandrina para ser provida efetivamente para reger a escola pública de Suruí. Dois anos depois, em 1º de fevereiro de 1860 (p. 1), o mesmo jornal publica a seguinte nota: “Alexandrina Ferreira Fraga – A suplicante, segundo informa a directoria de instrução, não sabe arithmetica, e portanto não a julgo habilitada para ser provida effectivamente na cadeira de Suruhy, convindo que se apresente a novo exame”.

Ao juntarmos estas duas informações, temos a seguinte questão: se Alexandrina estava preparada para exercer o ensino primário, o que aconteceu para ser reprovada anos depois? Como o inspetor da freguesia de Santa Rosa em Niterói a avaliou? Qual a percepção dele sobre as disciplinas que deveriam ser ensinadas na instrução feminina? Essas são perguntas que no momento não conseguimos responder, mas que nos instiga a pensar e refletir sobre essa avaliação.

A despeito de ter o pedido negado para tornar-se professora efetiva de Suruí, Alexandrina consegue a dispensa da Diretoria da Instrução para continuar regendo a escola pública de Suruí interinamente (*Echo Nação*, 7 maio 1860, p. 3). E, quatro anos depois, o jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal* publicou que a Diretoria de Instrução autorizou Alexandrina a abrir uma escola de instrução primária em Suruí por ter apresentado todas as provas e ter se mostrado habilitada (4 dez. 1864, p. 1). Depois de alguns anos, Alexandrina consegue sua habilitação docente. Mas ao que nos parece, para exercer o

magistério particular. Após este registro, não localizamos Alexandrina nas fontes pesquisadas.

O caso de Alexandrina foi o único que identificamos de docentes do Recôncavo da Guanabara que apresentou problemas no concurso relativo ao conhecimento da matemática. Apesar do ensino de matemática ser limitado às quatro operações básicas, não detectamos manifestações contrárias a essa determinação partindo de professoras ou responsáveis pelas meninas nos três municípios estudados. Não conseguimos localizar se todas as professoras ensinavam matemática básica a suas alunas ou se atuavam igual Benedita da Trindade do Lado de Cristo. Em sua tese, Fabiana Munhoz (2018) nos apresentou a primeira professora pública da freguesia de São Paulo, Benedita da Trindade do Lado de Cristo. Benedita destacava-se, entre outras atribuições, por não ensinar as prendas domésticas às suas alunas. A falta do ensino das prendas domésticas foi denunciada pela professora Eliziária Espíndola e levada como argumento pelo aumento do ordenado de uma docente paulista. Eliziária destacava que ensinava as meninas paulistas a ler, escrever e a realizar os trabalhos com agulhas enquanto Benedita ensinava unicamente a ler, escrever e contar (Munhoz, 2018).

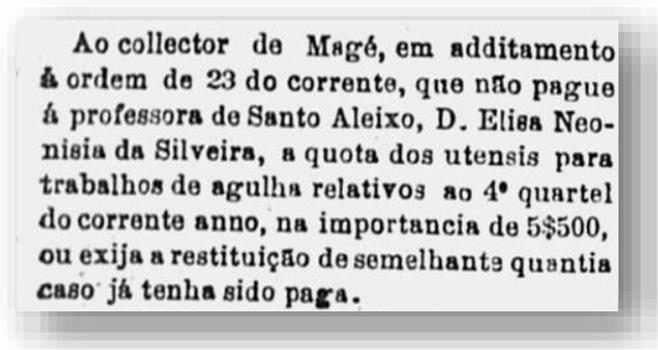
Figura 25 – Menina tricotando



Fonte: Anker (1897).

As prendas domésticas eram aprendizados exclusivos da instrução de meninas e consistia no ensino do trabalho com agulhas: cozer, fiar, bordar. Então, além de ensinar a ler, escrever e contar, as professoras estavam encarregadas de ensinar as prendas domésticas. As mestras, inclusive, recebiam uma quota do governo provincial para a compra de materiais. Elisa Neomísia da Silveira, professora de Magé, no entanto, enfrentou a seguinte situação quanto o pagamento dos utensílios de trabalho com agulhas noticiada pelo jornal *Diário do Rio de Janeiro* em 1876.

Figura 26 – Pagamento da cota dos utensílios do trabalho com agulha



Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 29 out. 1876, p. 2.

O pedido feito ao coletor de Magé para que não realize o pagamento ou exija a restituição do mesmo, demonstra que as professoras recebiam uma quantia para a compra dos utensílios a serem utilizados com as meninas. O ensino e o produto gerado pelas meninas nas aulas de prendas domésticas foram utilizadas pelas professoras para realizarem exposições ao final do ano letivo ou em leilões, como o caso registrado em Iguassú. Em 1878, a Diretoria da Instrução autorizou a professora da freguesia de Jacotinga, Maria Rosa Monteiro Paris a realizar um leilão dos trabalhos com agulha feito pelas meninas. O objetivo da professora era arrecadar fundos para enviar às vítimas da seca no Ceará¹⁰⁷. Após essa nota no jornal, não localizamos outra notícia que nos informasse como ocorreu este leilão e se a professora chegou ao objetivo principal. Se tomarmos como exemplo a situação anterior, os saberes com agulha exerciam para as mulheres possibilitavam, exercer o magistério feminino, participar da sociedade e também de exercer uma profissão. Segundo, Munhoz (2018),

o ensino ou ausência das prendas domésticas nas aulas femininas abrange diversos aspectos do magistério público feminino: era intrínseco aos saberes eleitos, reverberaram na questão salarial, perpassaram as relações entre mulheres e homens ligados à Instrução Pública, modificaram os concursos para ingresso no magistério feminino e possibilitaram diferentes experiências de feminilidade conforme se combinavam fatores de gênero, classe e cor (Munhoz, 2018, p. 120).

Assim, como afirma Munhoz, a instrução feminina e sua especificidade modificou os concursos para admissão de professoras. Como citado anteriormente, o Regulamento da Instrução de 1849, estabeleceu que nos concursos para a admissão de mulheres na docência, os examinadores ouviriam a opinião de uma senhora ou professora pública designada para avaliar os trabalhos de agulha e bordados das candidatas a mestras.

¹⁰⁷ Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 6 jan. 1878, p. 2.

2.5 A fiscalização da educação feminina pelos inspetores da Comarca de Magé

O início do estabelecimento das escolas pela Província Fluminense enfrentou muitos desafios de ordem estrutural, como prédios para escolas e a falta de professores, bem como de ordem social, como o convencimento dos pais a matricularem seus filhos nos estabelecimentos de ensino. O cargo dos inspetores da instrução foi criado para fiscalizar o andamento das escolas. Esses inspetores seriam “os principais agentes administrativos da Província do Rio de Janeiro, no século XIX, para a mudança cultural e aceitação da instrução realizada nas escolas” (Santos, 2017, p. 53).

Ao longo dos anos, foram criados o cargo de: inspetor geral, inspetor paroquial, inspetor municipal e inspetor de Comarca, todos ocupados apenas por homens. O cargo de inspetor da Comarca foi estabelecido pelo Regulamento de 1862, que determinou que os subdelegados em exercício, os juizes de paz ou os párocos assumiriam essa função (Santos, 2017). Vinícius Teixeira Santos (2017, p. 65) ressalta que, para a ocupação dos cargos, era relevante o capital social desses homens.

Os inspetores da Comarca deveriam zelar pelo ensino primário e secundário, se o regulamento estava sendo cumprido pelos professores e visitar duas vezes ao ano todas as escolas de sua Comarca. Além disso, deveriam averiguar se os professores preservavam a moral, a assiduidade dos alunos, se as escolas eram suficientes para a população, entre outros. Os municípios de Magé, Estrella e Iguassú faziam parte da Comarca de Magé e ao longo do período de 1862 a 1871 localizamos cinco inspetores de Comarca atuando nos municípios.

Quadro 22 – Inspectores da Comarca de Magé

	Nome	Nomeação	Início do exercício	Exoneração
1	Bacharel José Sebastião Ferreira da Silva	22/01/1862 11/08/1866 (interino) 14/11/1868	-----	16/07/1864
2	Bacharel Ernesto Augusto Pereira	02/08/1864	17/08/1864	27/04/1866
3	Bacharel Francisco Antonio Pessoa de Barros	27/04/1866	04/06/1866	12/10/1866
4	Bacharel Lourenço Cavalcanti de Albuquerque	28/11/1866	12/12/1866	28/09/1867
5	Bacharel Henrique de Barros Cavalcanti Lacerda	11/10/1867	17/10/1867	03/11/1868

Fonte: Pereira, Kimberly com base nos relatórios dos Presidentes da Província.

Reparamos que cinco dos inspetores eram bacharéis e que atuaram por pouco tempo na função. Os relatórios dos presidentes da Província registravam o resumo dos relatórios entregues pelos Inspectores da Comarca. Mas no caso de Magé e de outras Comarcas, havia muita reclamação ao trabalho dos inspetores. Ao longo dos anos foi comum inspetores não apresentarem os relatórios de cada escola visitada, ou nem visitar as escolas. Dentre os cinco inspetores da Comarca, só José Sebastião Ferreira da Silva enviava com periodicidade os relatórios e mapas exigidos pelo Regulamento. Talvez seja por sua dedicação e disponibilidade que ele tenha assumido o cargo três vezes e permanecesse por mais tempo na função.

Não tivemos acesso aos relatórios originais enviados a Diretoria da Instrução Provincial, mas os resumos retratavam a situação das escolas da Comarca de forma breve e namaioria das vezes, contemplando uma ou duas freguesias de cada município. Desta forma, a distância entre as escolas e as freguesias foram um empecilho para que soubéssemos maiores informações acerca do estado das instituições femininas que as professoras exerciam seus ofícios.

3 “TERRITÓRIOS DOCENTES”: A CIRCULAÇÃO DE PROFESSORAS POR DIFERENTES ESPAÇOS

A vida das professoras transpunha a esfera do exercício docente. Apesar de poucas ocorrências relativas à vida privada das docentes, conseguimos traçar características de algumas delas. As professoras que atuaram no Recôncavo da Guanabara destacaram-se em outros ambientes diferentes da escola. As trajetórias familiares e as conexões sociais provenientes de suas famílias serão abordadas neste capítulo.

Ao longo do segundo capítulo discutimos as relações entre professoras e o exercício de seus ofícios nos Municípios do Recôncavo da Guanabara. O conceito do “fio do nome” elaborado por Ginzburg e Poni (1991) difunde a ideia de utilizar-se do nome, algo primordial e de identificação dos seres humanos, para a condução de pesquisas onde traçamos possibilidades de reconstituição do vivido dos docentes pesquisados.

Ao analisar o fio do nome das docentes que atuaram no Recôncavo da Guanabara, localizamos por quais freguesias provinciais exerceram o magistério, dados de suas nomeações, posses e remoções, bem como notas de agradecimento das famílias. Além disso, encontramos fragmentos da vida privada como proclamas de casamento, batizado dos filhos e relações de parentesco com outros professores.

Essas relações de parentesco ocorreram entre pais e filhos, irmãos e entre esposo e esposa que, comumente, exerciam o seu ofício docente na mesma freguesia. O parentesco entre os docentes de primeiras letras é mencionado em estudos da história da educação em diferentes províncias brasileiras durante o século XIX (Munhoz, 2018; Munhoz; Vidal, 2015; Nascimento, 2011; Schueler, 2002). Deste modo,

as famílias constituem-se enquanto núcleos ampliados e se valem de cooperações, solidariedades, troca de favores, reciprocidades e proteções com outros grupos, que contribuem diretamente com a sua sobrevivência e fortalecimento (Munhoz; Vidal, 2015, p. 129).

O fortalecimento das práticas e do ensino docente no âmbito familiar encontrou meios de sobrevivência com o Regulamento de 1849 que instituiu a formação pela prática, como abordamos no capítulo anterior. Munhoz e Vidal (2015) abordam o caso do professor Francisco Félix da Silva da 5ª Comarca de São Paulo. Ao analisar os mapas de frequência¹⁰⁸, as autoras

¹⁰⁸ Por conta da pandemia de covid-19, não conseguimos ter acesso aos acervos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Por isso, não foi possível verificar a disponibilidade dos mapas de frequência elaborados pelas professoras que atuaram no Recôncavo da Guanabara e realizar uma análise deles.

perceberam que o professor Francisco enviava um único mapa com a lista de meninos que frequentavam a escola e, logo abaixo, o nome das meninas. Com o cruzamento de fontes, as autoras perceberam que não se tratava de uma escola mista. Mas que Francisco e sua filha Caetana Leonizia da Silva dividiam os estudantes: ele ficaria responsável pelos meninos e ela pelo ensino das meninas.

Neste caso, o magistério encontra, no âmbito familiar, um espaço favorável para a sua reprodução e exercício. Além disso, estar em um ambiente de ensino da leitura e da escrita favoreceu que os filhos, irmãos destes docentes tivessem a oportunidade de aprender o ofício docente.

Consideramos que o emprego de professor de primeiras letras representava uma condição social privilegiada no interior de uma ordem escravocrata, em uma nação que se constituía e demandava letrados para suas instituições, a despeito das constantes e legítimas referências aos baixos ordenados no período (Munhoz; Vidal, 2015, p. 127).

No Recôncavo da Guanabara, não conseguimos localizar os mapas de matrícula que poderiam comprovar a presença de seus filhos e filhas como estudantes das escolas em que seus progenitores lecionavam. Desta forma, acompanharemos como um grupo de professoras vivenciou situações distintas em sociedade e como esses fatores possibilitaram a atuação docente. Nascimento (2011, p. 31) afirma a “impossibilidade de se pensar a trajetória deslocada de sua ambiência”. Ou seja, é importante destacar que

os indivíduos se organizam em grupos que partilham certa sensibilidade diante das questões do seu tempo, por meio de trocas, articulações e contatos. São vinculações afetivas, sociais, religiosas e políticas, com níveis de formalização distintos que indiciam elementos importantes da vida do indivíduo e o restituem nas redes de relações concretas que estabelece (Nascimento, 2011, p. 31).

Analisar a religiosidade, família, a relação com a escrita/ literatura e condições sociais são alguns dos diálogos deste capítulo¹⁰⁹. As trajetórias aqui abordadas são pensadas considerando o conceito de experiência de Thompson (1983). A experiência, para Thompson, é a articulação entre o cultural e o não cultural. Essa articulação aconteceria metade dentro do ser social e a outra metade dentro da consciência social. Ou seja, a experiência vivida e a percebida. O autor considera que

Com a experiência e cultura, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência como ideias, no âmbito do

¹⁰⁹ Analisar a trajetória dos professores, a experiência e vivência docente destes homens terão presença neste capítulo, pois há uma relação intrínseca com a inserção das mulheres como professoras.

pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (Thompson, 1983, p. 189).

A forma como a cultura e a experiência estão intrínsecas fazem com que a experiência seja vivenciada como um sentimento em diversos âmbitos da vida familiar e social de uma pessoa. A consciência afetiva e moral afeta a experiência que cada indivíduo terá dentro da sua própria cultura. A seguir apresentaremos casos de experiências docentes em vários âmbitos: familiar, social e religioso. Os “lares docentes” (Munhoz; Vidal, 2015) retratam experiências de famílias que se destacaram na docência nos três municípios.

3.1 “Lares docentes”: experiências familiares de magistério

Por meio dos recursos de pesquisa do site Family Search¹¹⁰ conseguimos localizar registros de batismo, casamento e óbito das docentes¹¹¹ e estabelecer algumas relações de parentesco que não foram percebidas pelas aparições nos periódicos. Desta forma, estabeleceremos a constituição de “lares docentes”, famílias que seus membros atuaram como mestres e mestras.

Essas professoras eram filhas, irmãs ou esposas de outros docentes que também tiveram sua atuação nos municípios estudados. Quando os professores eram casados e havia a remoção para outra freguesia, era comum que o casal assumisse escolas na mesma localidade. Ele atuando na escola masculina e ela na feminina. O conceito do “magistério como herança” (Nascimento, 2011) nos ajuda a compreender como as relações familiares influenciaram na inserção destas mulheres no ofício docente. Esta herança impalpável, de certa forma, conservava o *status* da família perante a sociedade. A ascendência familiar foi um facilitador na reflexão e conhecimento do ofício, fazendo com que nascesse o interesse ou ele fosse facilitado por contar com pais e/ou irmãos exercendo a função na Província. Munhoz e Vidal (2015, p. 133) trazem a discussão de que se deve questionar as relações parentais como uma forma de “controle de ingresso e permanência na docência e de estabilidade e reprodução de

¹¹⁰ Site mantido pela Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias onde são disponibilizados registros de batismo, casamento e óbito. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

¹¹¹ Não conseguimos localizar nos assentos de batismo e óbito disponíveis no Family Search registros de professoras negras e/ou pardas. No entanto, foi possível identificar a presença de professores negros e pardos atuando em Magé durante o século XIX. Jessica Thomaz (no prelo) estuda a trajetória desses professores.

práticas docentes”.

De algum modo, a disposição das famílias em reproduzir e fortalecer sua condição social, em que pese a algumas especificidades no tempo e no espaço, pode ser percebida na inserção de mulheres e, também, de alguns homens no magistério. O magistério, a despeito de reiterados argumentos que reforçam seus baixos salários, certamente, era função revestida de atrativos, sobretudo para mulheres que, com algum nível de conhecimento – tendo em vista que rudimentos de leitura e escrita eram suficientes para a ocupação desse lugar durante longo período – podiam se inserir em uma função cujo esforço físico não era significativo. Além disso, de modo progressivo, transformava-se em uma possibilidade autorizada para ampliação da participação familiar no universo do trabalho, na medida em que as mulheres, grupo familiar numericamente expressivo, passavam a ocupar cada vez de forma mais recorrente esse espaço (Nascimento, 2011, p. 118).

A possibilidade de exercer um ofício que requisitava apenas os rudimentos de leitura e escrita e possuía um status na sociedade foi um caminho seguido pelas mulheres. Se lembrarmos os ofícios que listamos no capítulo 1, o ingresso na docência pode ser interpretado como uma forma de evitar ofícios que exigiam esforço físico e pouca valorização da sociedade. A docência, apesar dos baixos salários, deixava essas mulheres em uma situação de prestígio social, intelectual e exercendo um emprego público.

Figura 27 – Pedagogia



Fonte: Turin (1927).

Na imagem da Figura 27, observamos um baixo relevo elaborado por Turin e colocada na fachada da Escola Normal de Paranaguá. A obra retrata uma jovem, ao centro, com um livro servindo de apoio enquanto olha para as diversas crianças ao seu redor. A escolha desta escultura para a fachada de uma Escola Normal é significativa à medida que temos uma mulher ao centro da imagem e ao centro do processo educativo destas crianças. As representações contidas na obra podem nos fornecer elementos para se pensar o protagonismo exercido por essas mulheres no ofício do magistério e na formação de “lares docentes”.

Ao longo de nossa pesquisa nos deparamos com professoras atuantes nos três municípios que possuíam parentesco com outros professores da Província, ou que se casaram com professores e construíram seus “lares docentes”. Pereira (2020) destacou que, em Magé,

A professora Candida Francisca da Costa Lopes era irmã da também professora Isabel Francisca da Silva Medenilha. Enquanto Claudina Custodia Ribeiro Batista era irmã do professor Antônio José Ribeiro Paraguassú. Luiza Augusta de Menezes era filha do professor de Latim José Augusto César de Menezes assim como Luiza Alves de Azevedo era filha do professor Albino Alves de Azevedo. Já Maria Emilia Leal Collares foi casada com o professor Agostinho dos Santos Collares e Felicia Hansen era casada com o professor e ex-inspetor Francisco Nogueira Trindade. Observamos que comumente ambos os professores atuavam na mesma freguesia em Magé, com a exceção de Claudina e Antônio. Ela atuava em Piedade e ele era professor em Suruí (Pereira, 2020, p. 59).

Além destes, destacamos que Luiza Maria de Lima Rebello era casada com o professor Guilherme Augusto Rebello e Maria Augusta da Costa Almeida Barreto era casada com Augusto da Costa Barreto. Há casos em que a professora era casada com um professor e irmã de outros docentes, como é o caso de Maria Augusta e Gertrudes. Maria Augusta Jardim da Veiga era casada com Felipe José Alberto¹¹² e irmã dos professores Miguel Maria Jardim e Delphina Jardim dos Reis. Enquanto Gertrudes Mourão Pereira Carvalho era casada com Felisberto Rodrigues Pereira Carvalho, irmã de Januária Mourão e Amélia da Cunha Mourão, além de ser nora de Honorato Ignacio de Carvalho e Adelaide Herculana da Cruz Pereira de Carvalho. O que nos chamou a atenção foi o fato dos irmãos ou casais exercerem o ofício na mesma freguesia. Uma hipótese seria a possibilidade da rede de apoio entre os professores ou de serem moradores locais que foram destinados a reger as escolas de suas respectivas freguesias. Abaixo, destacaremos cinco famílias de professoras que atuaram no Recôncavo da Guanabara que foram responsáveis por possibilitar a essas mulheres a oportunidade de exercício do ofício docente.

3.1.1 Luiza Augusta de Menezes: primeira professora pública do Recôncavo da Guanabara

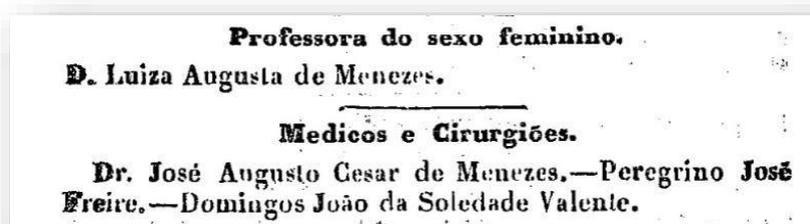
Nascida a três de maio de 1824, em Itaboraí, Luiza Augusta de Menezes foi a primeira professora pública do município de Magé. Além disso, Luiza foi a primeira professora pública que localizamos atuando no Recôncavo da Guanabara.

Em 1860, o jornal *Correio Mercantil* (p. 2) publicou uma lista com as datas de nomeação

¹¹² Heloisa Villela (2012) estudou a trajetória do professor Felipe (ou Phillipe). Felipe era um professor negro que foi formado pela Escola Normal da Bahia, foi diretor da Escola Normal Fluminense, atuou como docente, grande incentivador de clubes abolicionistas e líder do Instituto Pedagógico. Ver mais em Villela (2012, p. 153-180).

e posse dos professores públicos. Segundo o periódico, Luiza foi nomeada professora em 23 de março de 1840 e tomou posse da cadeira de Piedade em 16 de junho do mesmo ano. A atuação como docente na freguesia da Piedade, em Magé, durou 28 anos (1840-1868), quando Luiza foi jubilada. Em nossas pesquisas, um fato registrado pelo Almanak Laemmert chamou nossa atenção. A semelhança entre o “Augusta de Menezes” com o nome de um médico em Magé.

Figura 28 – Relação dos serviços oferecidos na freguesia de Piedade em Magé



Fonte: Almanak Laemmert, 1848, Província, p. 60.

Apesar de no século XIX haver várias possibilidades de escolha de sobrenomes, em que as pessoas elegiam o que seria mais interessante ou vantajoso. Ou, segundo Monteiro (2008, p. 54), o sobrenome poderia ser “tomado dos progenitores, padrinhos ou até (no caso de criados ou de escravos) do senhor”. A confirmação de que Luiza Augusta de Menezes e José Augusto Cesar de Menezes tratavam-se de pai e filha¹¹³ veio com a localização da certidão de óbito de Luiza, que dizia:

Aos vinte e cinco de outubro de mil oitocentos e noventa e seis n’esta Cidade de Magé em méo Cartorio comparecéo João Capristano Gomes de Araujo e declarou que hoje as duas horas da tarde em caza da rezidencia do Doutor Francisco Ferreira de Siqueira falleceo Luiza Augusta de Meneses de setenta e dois annos de idade, natural da Cidade do Rio de Janeiro, filha do Doutor José Augusto Cezar de Menezes, conforme o atestado medico que apresentou-se assigna perante mim Jo’se Lealasaus Duarte dos Santos -Official do Registro civil que escrevi¹¹⁴.

José Augusto Cesar de Menezes foi definido pelo dicionário Sacramento Blake (1870, v. 4, p. 323) como “cirurgião formado pela antiga escola médico- cirúrgica da Côrte, distinto literato, poeta e conhecedor das várias línguas”. Pereira (2020) destacou que José Augusto foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina, vereador da Vila de Itaboraí, deputado nas quatro

¹¹³ Na certidão de Luiza não vem exposto quem é a sua mãe. O que nos leva a perceber que os laços paternos eram mais importantes que os laços maternos. No entanto, ao localizarmos as irmãs de Luiza, aparecia como filiação José Augusto Cesar de Menezes e Polucena Rosa do Espírito Santo. Desta forma, podemos inferir que Polucena seria a mãe de Luiza.

¹¹⁴ Fonte: Family Search. Cartório de Magé, 1896. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-XCW3-JC6?i=135&wc=9GB2-K6F%3A113330901%2C113330902%2C115897601&cc=1582573>. Acesso em: 29 jul. 2023.

primeiras legislaturas da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (1836-1843), chefe da polícia provincial e professor público de gramática latina em Magé (1842-1844).

Ter como pai um homem influente como José Augusto pode ter facilitado o ingresso no magistério a vida de Luiza. Seu pai era um dos deputados provinciais quando a escola feminina de Magé foi criada. Teria José Augusto facilitado a indicação da filha para assumir o cargo? Luiza foi nomeada aos 15 anos, assumiu a cadeira docente aos 16 anos e não aos 21 como previa a legislação. A influência familiar teria dado este privilégio a Luiza?

Luiza e José atuaram entre 1842 e 1844 como professores da mesma freguesia. Não há indícios de que atuavam na mesma casa. Além disso, não sabemos se Luiza aprendeu a arte da leitura e da escrita com seu pai (ou família) ou com alguma preceptora contratada por sua família. O fato de pertencer a uma família influente na sociedade fluminense abriu portas para seu exercício docente em Magé¹¹⁵.

3.1.2 A família Barreto e a instrução em Merity

Na freguesia de São João de Merity, em Iguassú, um sobrenome se destaca entre proprietários, negociantes e professores públicos e particulares: Barreto. Em seu estudo, Guedes (2012, p. 82) destaca que “a família Augusto Barreto era grande detentora de terras na região de Merity”. Ou seja, era uma família que exercia influência e de posses de terra nessa freguesia.

Segundo Sousa (2021, p. 39), entre “1851 a 1888 percebe-se que dos doze professores que atuaram na freguesia, seis pertenciam à família Barreto, mostrando assim que era uma família com papel de relevância na difusão da escolarização na freguesia”. E entre esses seis docentes, duas eram mulheres: Maria Augusta da Costa Almeida Barreto e Filisbina Rosa de Azambuja Barreto.

A ligação dos Barreto com a instrução, inicia-se com Augusto da Costa Barreto, capitão reformado do exército ao assumir a cadeira da instrução pública masculina ao mesmo tempo em que exercia o magistério particular. Guedes (2012, p. 82) diz que “a dupla militância dos professores era frequente e ainda os arranjos locais que os mesmos faziam em suas respectivas comunidades”. Guedes teve acesso ao mapa de admissão¹¹⁶ de Augusto da Costa Barreto, onde

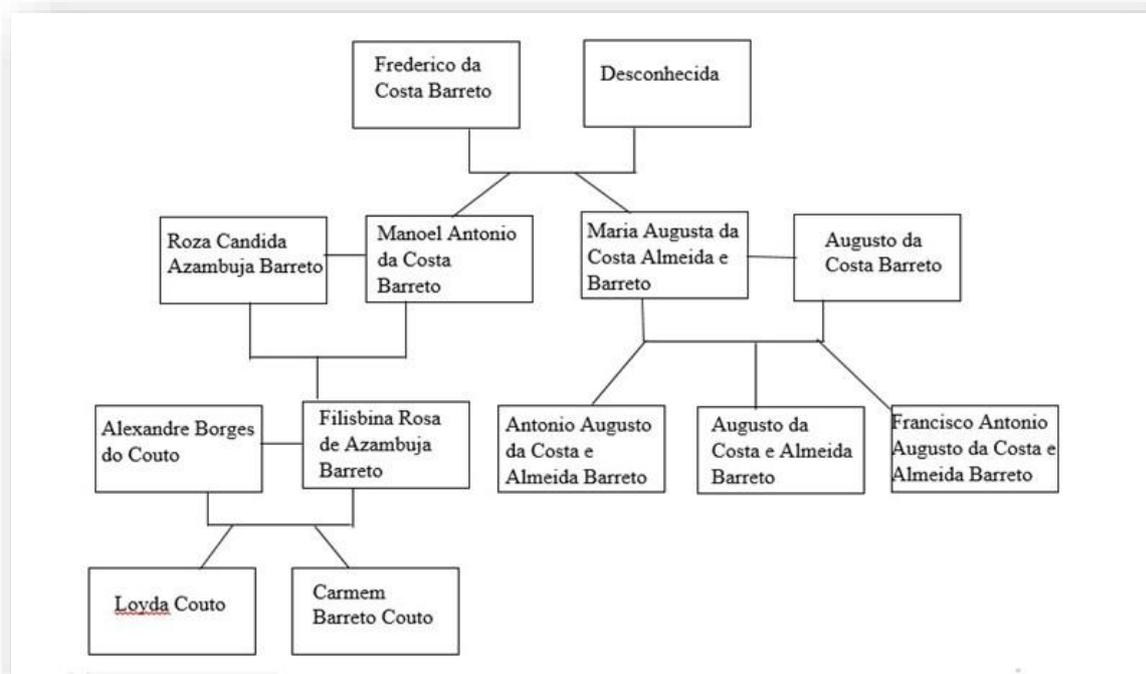
¹¹⁵ Além do parentesco citado entre Luiza Augusta de Menezes e José Augusto César de Menezes, Pereira (2020, p. 59) afirmou que “a professora Candida Francisca da Costa Lopes era irmã da também professora Isabel Francisca da Silva Medenilha. Enquanto Claudina Custodia Ribeiro Batista era irmã do professor Antônio José Ribeiro Paraguassú. [...] Luiza Alves de Azevedo era filha do professor Albino Alves de Azevedo. Já Maria Emilia Leal Collares foi casada com o professor Agostinho dos Santos Collares e Felicia Hansen era casada com o professor e ex-inspetor Francisco Nogueira Trindade. Observamos que comumente ambos os professores atuavam na mesma freguesia em Magé, com a exceção de Claudina e Antônio. Ela atuava em Piedade e ele era professor em Suruí”.

¹¹⁶ Por conta da Pandemia de covid-19, não conseguimos ter acesso aos mapas de admissão dos professores, pois

foi possível confirmar os arranjos realizados por Augusto para que assumisse a escola de Merity. Em sua prova de moralidade, Augusto apresentou muitas assinaturas atestando sua capacidade e moralidade que, por sua vez, seriam levadas em consideração pelo diretor da instrução. Augusto da Costa Barreto foi nomeado professor em 09 de setembro de 1851 enquanto seu cunhado, Manuel Antonio da Costa Barreto foi nomeado professor em 07 de julho de 1851.

Maria Augusta da Costa Almeida e Barreto era casada com Augusto da Costa Barreto. Maria Augusta e Augusto tiveram três filhos: Augusto da Costa e Almeida Barreto, Antonio Augusto da Costa e Almeida Barreto e Francisco Antonio Augusto da Costa e Almeida Barreto¹¹⁷. Felisbina Rosa de Azambuja Barreto era sobrinha de Maria Augusta e filha de Manoel Antonio. Todas as pessoas citadas acima exerceram a docência na Província do Rio de Janeiro. Grande parte da família Barreto dedicou-se a instrução na freguesia de Meriti. Abaixo, a árvore genealógica da família Barreto elaborada por Sousa (2021).

Figura 29 – Árvore genealógica da família Barreto



Fonte: Sousa (2021, p. 38).

Maria Augusta da Costa e Almeida Barreto obteve habilitação para abrir um colégio

o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) não estava funcionando para pesquisas presenciais até o final desta pesquisa.

¹¹⁷ Para saber mais sobre a atuação de Antonio Augusto da Costa e Almeida Barreto, Augusto da Costa e Almeida Barreto e Francisco Antonio Augusto da Costa e Almeida Barreto, ver Sousa (2021).

particular em abril de 1855¹¹⁸, em virtude das provas de capacidade. Apesar disso, seu registro como professora particular da freguesia de Meriti aparece apenas em 1860. Os registros vão até 1867, onde estava descrita a direção do Collegio no Monte Lindo¹¹⁹. Em edições anteriores do Almanak Laemmert, encontramos a informação de que seu colégio estava localizado na Pavuna e aceitava pensionistas.

Figura 30 – Anúncio do Collegio particular na Pavuna



Fonte: Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal, 5 fev. 1858, p. 3

No anúncio publicado no jornal *Correio Mercantil*, o colégio de Maria Augusta aparece nomeado como “Bella-Vista”. Não fica claro se o colégio da professora mudou apenas de nomenclatura ou também houve a mudança de casa onde o colégio estava estabelecido.

O regulamento de 1849, citado no anúncio, previa um artigo determinando as regulamentações para o estabelecimento das escolas particulares. No caso das mulheres era necessário exhibir as certidões de casamento, se fossem casadas, a de óbito, se forem viúvas; e

¹¹⁸ Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal, 8 maio 1855, p. 2.

¹¹⁹ Fonte: Almanak Laemmert, Província, 1867, p. 142.

se não vivessem na companhia de seus maridos, a sentença que estabeleceu a separação. Assim como as escolas públicas, as escolas particulares eram obrigadas, pelo Regulamento de 1849, a dar aos inspetores as informações e esclarecimentos exigidos e enviar no final de cada trimestre e do ano os mapas do número de alunos e o grau de aprendizagem de cada um deles. Outro fator que interferia na criação das escolas particulares era expresso pelo artigo 101, que dizia que

Regularão, para procedimento civil, as folhas corridas na parochia ou logares onde haja residido nos tres annos mais próximos à data do requerimento; e para o procedimento moral, as atestações do parochio e dos paes de família do mesmo logar ou logares da residência, revistas pelo conselho municipal (Regulamento de 1849, art. 101).

Este procedimento serviu como prova da moralidade da professora. Sendo esposa de um professor que atuou tanto em escola particular quanto pública, inferimos que Maria Augusta era conhecida na região. E que, por conta disso, sua prova de moralidade pode ter sido facilitada pelas relações estabelecidas na região. O anúncio continua com o convite “a alguns senhores que a protejão, mandando suas estimáveis filhas para seu collegio”. A que tipo de proteção a professora se referia? Apesar de não termos maiores informações, inferimos que poderia tratar-se de uma proteção moral, para justificar a existência da escola e a manutenção do seu funcionamento diante das autoridades, ou até mesmo financeira, caso as matrículas em seu colégio estivessem baixas. A notícia de que a escola continuaria do dia 7 de janeiro em diante pode indicar a ocorrência de algum problema anterior, já resolvido ou ainda em pendência. A qualidade do ensino e o modo maternal como Maria Augusta tratava as meninas foram o destaque deste anúncio.

Em 1881, Maria Augusta solicitou o pagamento¹²⁰ de dois meses de aluguel da casa em que era proprietária e que estava sendo usada pela escola pública masculina em Merity¹²¹. A ordem de pagamento foi emitida. Se Maria Augusta era proprietária da casa da escola masculina, é provável que a casa em que estava estabelecido o seu colégio também pertencesse a ela ou à família. Ser a proprietária de uma casa distingue Maria Augusta de muitas professoras que atuaram na Província fluminense.

A sobrinha de Maria Augusta, Felisbina Roza de Azambuja Barreto¹²² aparece atuando

¹²⁰ A nota do jornal não especifica a quem foi solicitado o pagamento.

¹²¹ Fonte: O Fluminense, 12 jun. 1881, p. 2.

¹²² Ao longo dos anos e das fontes, encontramos duas grafias: Felisbina ou Filisbina. Optamos por Felisbina por ser a grafia que aparece nas certidões localizadas no Family Search.

como professora substituta da freguesia de Merity em 1876. Segundo o Almanak Laemmert, Felisbina atuou como professora substituta entre 1876 e 1879 em Merity. Nesse mesmo período, a professora efetiva era Maria Leopoldina de Oliveira Barros. Não conseguimos localizar dados que justificassem a atuação de Felisbina como substituta todos esses anos. No entanto, podemos inferir duas situações: que a professora Maria Leopoldina solicitava muitas licenças o que fazia com que estivesse fora da escola por alguns períodos ou que os dados publicados no Almanak Laemmert foram publicados de forma equivocada.

Ao mesmo tempo em que Felisbina atuava como substituta, seu nome aparece como aluna da Escola Normal, em Niterói. Em 1877, o *Jornal do Commercio*¹²³ divulga sua aprovação no 1º ano da Escola Normal. Dois anos depois, a aluna do 2º ano da Escola Normal pede para ser admitida em novos exames¹²⁴. Segundo Sousa (2021, p. 45), Felisbina não chegou a concluir a Escola Normal, largando seus estudos no ano de 1878. Os relatórios do Presidente da Escola Normal nos revelam o quanto a passagem de Felisbina pela instituição foi conturbada. O relatório de 1877 revela que a professora que estava matriculada no 2º ano, não foi aprovada¹²⁵. O relatório de setembro de 1879 revelou que a professora abandonou os estudos na Escola Normal. Um mês depois, em outubro de 1879, foi lido na Capela Imperial os proclamas de casamento de Felisbina com Alexandre Borges do Couto. Nas fontes, não ficou explicitado como Felisbina fazia para se dividir entre o ofício de professora substituta e o de aluna da Escola Normal. Talvez a divisão nas duas funções, somada a distância entre as duas cidades (Iguassu e Niterói) tenham motivado o abandono da escola. Depois do casamento, Felisbina aparece nos periódicos com o falecimento de seu pai, Manoel. Não localizamos mais registros de sua atuação como docente substituta ou em colégio particular. Em 1892, Felisbina entra com um pedido de permissão para realizar exame de cada matéria que faltava para concluir a Escola Normal¹²⁶. O pedido da professora foi negado. Mesmo após anos, aparentemente, afastada da docência Felisbina, quis retomar seus estudos e exercer o ofício.

3.1.3 Maria Rosa Monteiro Paris e Augusto Monteiro Paris: mãe, filho e o apagamento de memórias na instrução iguassuana

¹²³ Fonte: *Jornal do Commercio*, 30 dez. 1877, p. 2.

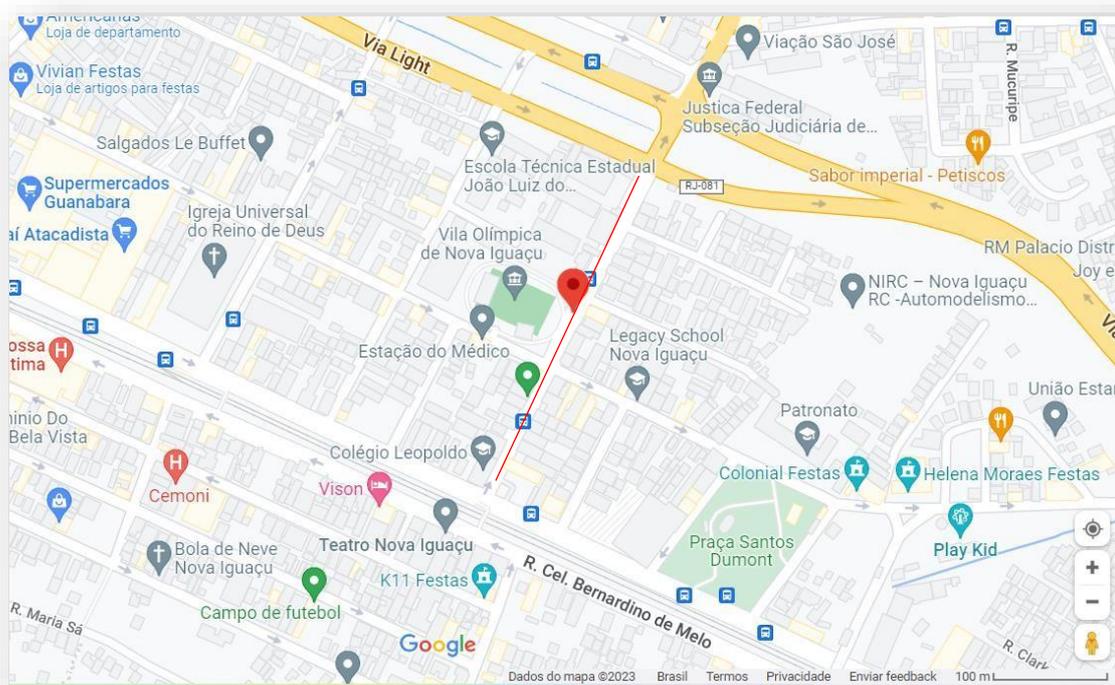
¹²⁴ Fonte: *Jornal do Commercio*, 12 fev. 1879, p. 2.

¹²⁵ Fonte: Exposição com o que o conselheiro Pinto Lima presidente da Província do Rio de Janeiro passou ao exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio de Souza, 3º vice-presidente a administração da mesma província, 1877, p. A-N4.

¹²⁶ Fonte: *Jornal do Commercio*, 15 dez. 1892, p. 2.

Uma das ruas mais movimentadas do centro de Nova Iguaçu concentra uma parte da história da escolarização iguassuana. A rua Professor Paris¹²⁷ faz memória a um docente¹²⁸ que atuou em Iguassu no século XIX e início do século XX, além de abrigar a Vila Olímpica Municipal e, em sua esquina, o Colégio Leopoldo¹²⁹.

Figura 31 – Mapa do centro de Nova Iguaçu (2023)



Fonte: Google Maps. Acesso em: 7 jan. 2023. A linha em vermelho representa a rua professor Paris.

O jornal *O Imparcial* publicou em dezembro de 1926 uma nota de jornal intitulada “Um homem bom”, que abordou quem era o Professor Pariz que nomeia esta rua.

Ha muito tempo não vejo Augusto Monteiro Paris. **No município de Iguassu é elle pessoa verdadeiramente popular. Não ha, ali, quem não conheça o “major” Paris. [...]**

Conta esse homem de alma toda feita de bondade, meio seculo de magisterio. Nesses cincoenta anos, teria acumulado uma fortuna, se se fizesse pagar, não direi, generosamente, mas modestamente.

¹²⁷ Não localizamos em que ano esta rua foi nomeada com o nome do professor Paris. No entanto, acreditamos que seja uma homenagem póstuma.

¹²⁸ Há uma divergência na escrita do sobrenome “Paris”. Algumas fontes escrevem com a letra “s” e outras com a letra “z”. Priorizamos por manter a escrita original das fontes.

¹²⁹ Segundo Esteves (2020), o Colégio Leopoldo era uma instituição privada de Ensino Secundário que era mantida pela subvenção municipal. Em sua dissertação, Esteves discute como ocorreu a institucionalização do estabelecimento de ensino na década de 1930 e como a instituição foi vista como um símbolo do progresso em Iguazu. O Colégio Leopoldo atende a população de Nova Iguaçu até os dias atuais.

As mensalidades no Collegio Paris, mesmo no internato, eram ridículas... nem sei como o diretor do velho estabelecimento de ensino não fechou as portas.

Paris era professor primário: não tinha grandes pretensões, mas o que sabia, elle ensinava conscienciosamente.

Em cincoenta anos de magistério leccionou a mais de 2.000 crianças. Contam-se, por centenas, os alumnos de Augusto Paris, que exercem, no Brasil, empregos publicos obtidos mediante concurso: e, sem visar quaisquer recompensas materiaes, o velho professor empenhava esforços, junto às bancas examinadoras, para que não houvessem injustiças, ou desmedidos rigores, com os seus alumnos.

São sem conta os alumnos que com elle aprenderam gratuitamente – nunca um pae deixou, em Iguassu, de dar a seu filo instrucção primaria, por falta de recursos pecuniarios: **da casa de Augusto Paris não sairia, se lá fosse, sem a certeza deque nos bancos escolares sempre haveria um lugar vago, para o filho.**

[...]

Foi político. **Exerceu, várias vezes, cargos policiaes e desempenhou, também varias vezes, as funções de vereador municipal.**

[...]

Quando, em 1914, eu dirigia os serviços de instrucção publica no Estado, pensei numa justa homenagem a Paris: equiparar os diplomas, que o seu collegio expede, aos diplomas conferidos, por conclusão de estudos, pelos grupos escolares. Mas... mas em 1914 um vendável assolou o Estado, a 31 de dezembro e fui varrido da administração. Seria acto de completa justiça, qualquer homenagem a Augusto Paris. Dar seu nome a um grupo exemplo, não era favor nenhum.

Todos os annos, quando vejo, neste mez de dezembro, e nos jornaes, paginas e paginas de chamadas para exames e de resultado de exames recordo **o velho mestre fluminense que aos 16 annos começou a leccionar, no collegio de sua progenitora D. Maria Paris, dirigiu e fundou em Maxambomba,** e que ainda hoje ensina sem ter podido repousar... porque, como professor particular não pôde requerer repouso, senão a Deus, e para todo o sempre, quando cerrar os olhos.

Rendo-lhe, nestas linhas escriptas ao correr da penna, merecida homenagem, lamentando que a Camara Municipal de Iguassu não tenha sabido dar a uma rua ou auma praça o nome do velho educador, nem tenha encontrado um meio de lhesubvencionar a escola, que tem as portas abertas a quem precisa aprender a escrever a ler.

1926 – dezembro

Clodomiro de Vasconcellos (O Imparcial, 17 dez. 1926, p. 3, grifo nosso).

A nota escrita por Clodomiro de Vasconcellos, escritor do livro *História do Estado do Rio de Janeiro*¹³⁰, traz muitas nuances sobre a vida pública do professor Pariz. A preocupação da nota parece ser a de criar memória sobre a vida e ofício deste professor para a escolarização iguassuana. A todo o momento, Clodomiro reforça os esforços do professor em atender a todas as crianças da localidade sem distinção, o seu trabalho incansável e o nenhum reconhecimento até aquele momento.

Vivian Cabral (2017) destaca em sua monografia intitulada “Maria Rosa Monteiro Paris

¹³⁰ O livro foi escrito em 1929 por encomenda da editora Melhoramentos. Segundo Fernandes (2011, p. 5), o autor enfrentou dificuldades em relação aos interesses da cidade e do estado do Rio de Janeiro, bem como a escassez nas fontes e arquivos.

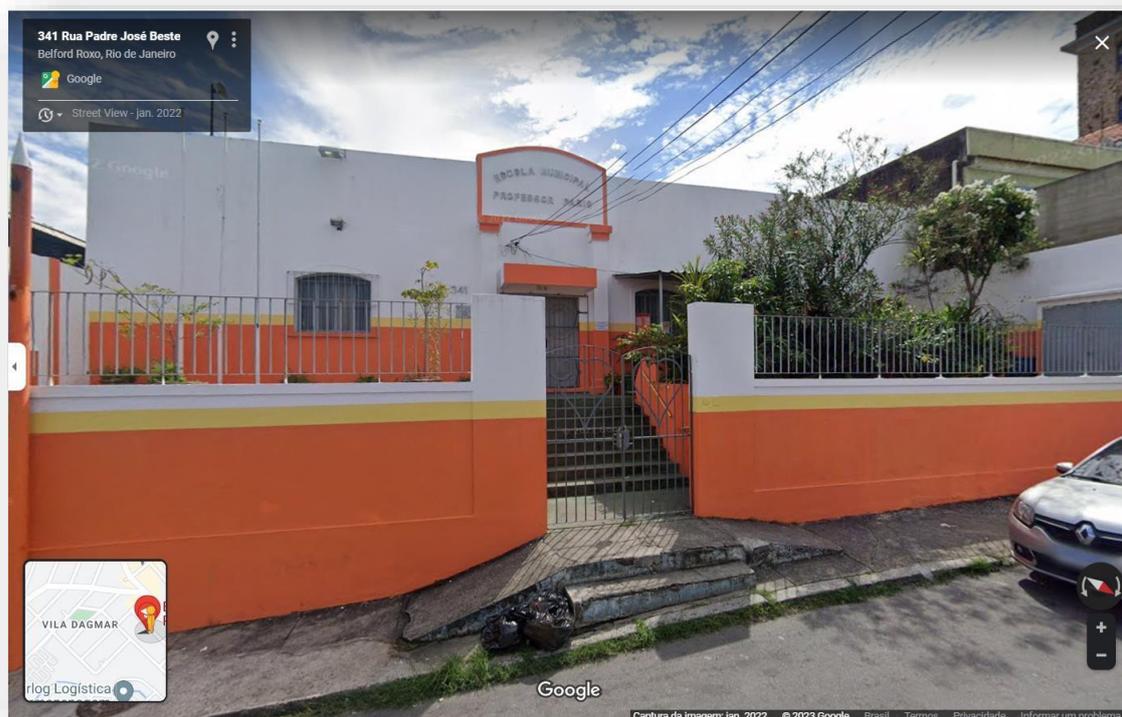
e Augusto Monteiro Paris: experiências de magistério em Iguazu (1875- 1935)” que em 1934 foi criada em Belford Roxo¹³¹¹³¹, a Escola Professor Pariz. Dez anos depois, em 1944, há a mudança para um prédio novo. Todo o processo de inauguração e instalação do novo prédio foi documentado pelo jornal *Correio da Lavoura*¹³²¹³². A autora teve acesso ao Álbum fotográfico de Nova Iguazu (Pereira, 1978 apud Cabral, 2017) e destaca que no verso da foto onde estava registrado os alunos do Collegio Pariz, em 1925, havia uma legenda. Desta legenda destacamos que o colégio estava “[...] situado na atual rua Bernardino de Melo, onde está localizado o Centro de Saúde” (Pereira, 1978 apud Cabral, 2017). A rua Coronel Bernardino de Melo aparece no mapa e é bem próxima da rua com o nome do professor.

Atualmente, o prédio inaugurado em 1944 abriga a Escola Municipal Professor Paris em Belford Roxo. A escola atende a crianças da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental. As diversas atuações de Augusto Monteiro Paris em Iguassu como professor, agente dos Correios, vereador e chefe de polícia propiciaram a ele uma ambiência na sociedade iguassuana. Essas atividades desenvolvidas por Augusto estavam ligadas diretamente à vida dos moradores de Iguassu. É possível que estar presente em outras esferas sociais tenha atraído mais a atenção para o seu ofício docente. Ou que o seu prestígio, responsabilidade e idoneidade necessários para o exercício docente tenha sido o pontapé inicial para que assumisse outros cargos de confiança.

¹³¹ Belford Roxo é um município do Estado do Rio de Janeiro localizado na Baixada Fluminense. Na época da inauguração da escola, Belford Roxo fazia parte do território de Iguassu (Fazenda do Brejo). O nome Belford Roxo é uma homenagem póstuma ao engenheiro maranhense Raimundo Teixeira Belford Roxo. Juntamente com Paulo de Frontin, Belford Roxo e uma equipe de engenheiros e operários viveram o “episódio da água em seis dias”, no final do Império. Era verão de 1889 e a população carioca sofria com a escassez de água nos chafarizes da cidade. A obra que deveria ficar pronta em seis meses foi realizada em seis dias pela equipe de engenheiros e operários. Pela antiga Fazenda do Brejo passavam os trilhos da Estrada de Ferro Rio d’Ouro e a água encanada que alimentou o Rio de Janeiro. Por conta disso, houve a sua homenagem póstuma (Alves, Marroni. Origem do nome Belford Roxo. *Diário do Rio*, 05 ago. 2019). Disponível em: < <https://diariodorio.com/origem-do-nome-de-belford-roxo/>>. Acesso em 07 jan. 2023.

¹³² O jornal *Correio da Lavoura* foi criado em 22 de março de 1917 por Silvino Hipólito Azeredo Coutinho. É o jornal mais antigo de Nova Iguazu e um dos 30 mais antigos em circulação no país. Fonte: correiodalavoura.com. Acesso em: 7 jan. 2023.

Figura 32 – Escola Municipal Professor Paris em Belford Roxo (2022)



Fonte: Google Maps. Acesso em: 7 jan. 2023.

A nota de Clodomiro no jornal ainda cita que Augusto iniciou o seu ofício docente no colégio de sua mãe, Maria Rosa Augusta Pariz. Não localizamos em outras fontes a confirmação desta informação descrita por Clodomiro. As fontes registram que Maria Rosa Augusta Pariz era professora de uma escola feminina, o que, pela legislação, impediria que Augusto exercesse o ofício de professor adjunto da mãe. No entanto, Maria Rosa poderia ter ensinado o seu “fazer docente” ao seu filho¹³³. Apesar de seu papel na instrução de meninas, Maria Rosa foi esquecida ao longo dos anos e seu filho, Augusto, foi o destaque nesse processo de escolarização.

Maria Rosa Monteiro Pariz teve sua primeira aparição no Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo vice-presidente, o doutor José Ricardo de Sá Rego em 1861. No mapa 16 do anexo deste relatório aparece como professora particular em Marapicú (freguesia de Iguassú), com a nomenclatura de viúva Pariz. Um ano antes, o jornal *Correio Mercantil, e Instructivo*,

¹³³ Nosso intuito não foi o de descrever a atuação docente completa de Augusto Monteiro Pariz. Para este fim, consultar Cabral (2017).

Político, e Universal registrou que a professora despachou o requerimento para a diretoria de instrução para propor examinadores¹³⁴. Pela documentação pesquisada, não fica claro o que ocorreu, mas inferimos que o pedido de examinadores tenha relação com a abertura de sua escola particular.

Em 1862, o mesmo periódico registrou o requerimento da professora para que fosse admitida a concurso¹³⁵. E, logo depois, o pedido de nomeação na escola que a professora solicitou, em vista da aprovação que teve no concurso de 24 de abril de 1862¹³⁶. O relatório de 1871¹³⁷ aponta que Maria Rosa Monteiro Pariz foi nomeada em 30 de abril de 1862 como professora da freguesia do Bananal em Itaguahy¹³⁸. Ou seja, apenas seis dias depois da aprovação no concurso. A professora permanece por pouco tempo na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal em Itaguahy, pois no final de 1863 foi publicada a seguinte nota¹³⁹:

Maria Rosa Monteiro Paris, professora da escola da freguesia do Bananal de Itaguahy, retirando se para a villa de S. João do Príncipe, donde vai exercer seu magistério, agradece a todos os Srs. Fazendeiros, pais das alumnas que frequentavãosua escola, o bom acolhimento e amizade que sempre lhe manifestarão; naquela villase prestará no que lhes possa ser util. Às suas alumnas dirige beijos e abraços; é quanto pôde dar uma extremosa e infeliz professora; a seus pais pede desculpa se faltas commetteu.

Ao Revd. Francisco Rodrigues de Almeida, digno vigario e inspetor parochial, dirijo os meus respeitos e desejo a prosperidade de sua freguesia, e ás escolas a seu cargo, no que muito se desvela.

Certamente faltaria a um dever sagrado se deixasse de **agradecer particularmente ao Srs. Fazendeiros da freguesia de Marapicú e Jacutinga, no município de Iguassú, a honrosa proteção que deles recebi, mandando de tão longe suas adoradas filhas à minha escola.**

A epidemia febril do logar veiu estorvar meus desejos (à minha má estrella me resigno).

Não me esquecerei nunca de tão grandes sacrifícios. Um favor ainda lhes pesso, desculparem a professora, que apesar de seus esforços, não pôde desempenharquando devia.

Maria Rosa Monteiro Pariz. Bananal, 16 de novembro de 1863.

(Correio Mercantil, e Instructivo, Político, e Universal, 1863, p. 2, grifo nosso).

A despedida da professora da freguesia de Bananal e rumo a S. João do Príncipe traz um elemento diferencial: a professora menciona que os fazendeiros mandaram suas filhas a escola da professora em outro município. Isso confirma a hipótese de que a viúva Pariz

¹³⁴ Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político, e Universal, 12 ago. 1860, p. 2.

¹³⁵ Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político, e Universal, 09 abr. 1862, p. 2.

¹³⁶ Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político, e Universal, 02 mai. 1862, p. 1.

¹³⁷ Fonte: Relatório com que o conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva presidente da Província do Rio de Janeiro passou a administração da mesma ao exº sr. Desembargador Manoel José de Freitas Travassos em 15 de março de 1871, 1871, mapa SN.

¹³⁸ O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Político, Litterario e Noticioso, 2 maio 1862, p. 2.

¹³⁹ Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político, e Universal, 20 nov. 1863, p. 2.

mencionada como professora particular em Marapicú seja Maria Rosa. Desta maneira, inferimos que as filhas destes fazendeiros estudavam na escola particular de Maria Rosa. Não sabemos quem eram essas meninas e se acompanharam a professora para São João do Príncipe em 1863. Não sabemos a data exata em que Maria Rosa retornou a Iguassú, mas em 1870, seu nome consta como professora pública de Jacutinga com 17 alunas¹⁴⁰. Talvez “a honrosa proteção” dos fazendeiros do município de Iguassú tenham propiciado que a professora retomasse a Iguassu como professora pública.

Em 1876¹⁴¹, a professora recebeu os agradecimentos pela dedicação e serviços prestados à instrução, em específico a subscrição para vestir as meninas pobres de Jacutinga. Os periódicos mencionam os atos filantrópicos da professora e que era uma “senhora virtuosa e extremamente caritativa; sua vida tem sido um amparo à orphandade. Como professora pública tem revelado sempre inteligência, ilustração e critério”¹⁴². Os elogios tecidos à professora, juntamente com seus atos de caridade como o leilão dos trabalhos de agulhas de suas alunas que citamos no capítulo anterior, dão indícios de como esta professora era respeitada pelos habitantes locais.

E 1885, o Almanak Laemmert¹⁴³ registra que Maria e Augusto trabalham na mesma freguesia. Ela atuando na escola pública feminina e ele na particular masculina em Maxambomba, na freguesia de Jacutinga. As fontes indicam que Maria Rosa Monteiro Paris exerceu o ofício docente até o seu falecimento em 1892¹⁴⁴.

Cabral (2017, p. 44) menciona que nos balancetes da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu em 1921, é descrita a Escola Pública Maria Pariz. No entanto, a autora revela que não se tem informações precisas sobre a criação e instalação desta escola. Dois anos antes, o jornal *Gazeta Suburbana* (1919, p. 3-4)¹⁴⁵ publicou um relatório sobre a instrução pública em Nova Iguaçu onde mencionava que “a escola ‘Maria Pariz’ deixou de funcionar três mezes por falta de casa, mas tendo o Major Augusto Monteiro Pariz resolvido ceder a casa gratuitamente, foi restabelecida essa escola e está funcionando com muita regularidade”. Seria a casa cedida por Augusto a casa onde Maria Rosa exercia sua docência? Qual a professora que ficou

¹⁴⁰ Fonte: Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da decima oitava legislatura no dia 8 de setembro de 1870 pelo presidente, conselheiro Josino do Nascimento Silva., 1870, mapa 1.

¹⁴¹ Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 19 nov. 1876, p. 2.

¹⁴² Fonte: Gazeta de Notícias, 2 jul. 1887, p. 3.

¹⁴³ Fonte: Almanak Laemmert, Província, 1885, p. 1930.

¹⁴⁴ Fonte: Gazeta de notícias, 23 nov. 1892, p. 3.

¹⁴⁵ Fonte: Gazeta Suburbana: Semanario crítico, Litterario, Noticioso, Dedicado aos interesses da zona suburbana, 21 jul. 1919, p. 3-4.

responsável pela escola Maria Pariz? Diferentemente do Collegio Pariz que tinha uma sede fixa, a escola “Maria Pariz” aparentemente não a tinha. Teria esse fator influenciado a extinção da escola?

Essas questões não conseguimos responder durante este estudo, mas o fato é que a memória de Maria Rosa Monteiro Pariz foi apagada em Nova Iguaçu. Enquanto isso, seu filho é tido como o “percursor” da educação. É provável que as relações sociais estabelecidas por sua mãe com os fazendeiros locais e sua dedicação ao magistério tenham facilitado a entrada de Augusto em alguns espaços sociais e de destaque na sociedade iguassuana.

3.1.4 A família Pereira Carvalho e a instrução fluminense

Em 19 de junho de 1850, Honorato Ignacio de Carvalho era nomeado professor público, mas somente tomou posse em 1º de julho de 1851. Em 1851, o Relatório do Presidente da Província registra sua atuação em Estrella, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. O último registro do professor e ex-aluno da Escola Normal de Niterói atuando em Estrella foi no ano de 1863. Foram ao menos 12 anos atuando junto a população em idade escolar em Estrella. Além de professor, era tabelião¹⁴⁶, participou da chapa para eleitor¹⁴⁷ e foi avaliador¹⁴⁸ dos candidatos ao magistério público juntamente com Felipe José Alberto Junior.

Santos (2020, p. 44) deu destaque à trajetória de Honorato na Villa de Estrella. A autora destaca que “chama a atenção pelo apreço da população registrada nos periódicos, por ter sua “honradez” mencionada nos poucos relatórios produzidos, por seu tempo duradouro de atuação no que diz respeito ao processo de escolarização da região”. Honorato foi removido em 1864 para a escola da Ponta d’Areia em Niterói.

Honorato era casado com a professora particular Adelayde Herculana da Cruz Pereira de Carvalho. Em 1851, o *Diário do Rio de Janeiro*¹⁴⁹ publicou que mandava-se comunicar ao inspetor geral das escolas a concessão dada a Adelayde para abrir uma escola particular na Villa de Estrella. Não temos outros registros da atuação de Adelayde em Estrella e por quanto tempo sua escola permaneceu aberta. Os dados sobre a situação das escolas particulares são escassos e difíceis de serem localizados. O fato é que com a remoção de Honorato para Niterói, Adelayde aparece como professora particular no mesmo município.

Honorato e Adelayde eram pais de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho. Felisberto

¹⁴⁶ Fonte: A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro, 11 e 12 mai. 1857, p. 3.

¹⁴⁷ Fonte: Echo da Nação, 03 out. 1860, p. 4.

¹⁴⁸ Fonte: A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro, 8 dez. 1866, p. 3

¹⁴⁹ Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 28 ago. 1851, p. 2

foi um professor da Província do Rio de Janeiro¹⁵⁰, abordado no capítulo anterior. No ano do centenário do nascimento de Felisberto, o *Correio da Manhã* (8 ago. 1950, p. 4) publicou uma nota contando os feitos pedagógicos do primogênito de Honorato e Adelayde que “aos treze anos, na casa paterna, em Ponta d’Areia, tinha ele um curso noturno para crianças e adultos, transmitindo assim à noite quanto aprendera em tão curta idade”. Não conseguimos localizar outras fontes que confirmassem esse feito de Felisberto em sua adolescência. No entanto, a nota continua com a afirmação de que

O Imperador D. Pedro II, sempre interessado pela instrução pública, apreciava as atividades e a capacidade do jovem mestre fluminense, nomeando-o em virtude disso para dirigir a escola masculina que a Corôa mantinha no Paço da Quinta da Boa Vista¹⁵¹, bem como a sua espôsa, **a professora diplomada d. Gertrudes Mourão Pereira de Carvalho** para reger a escola feminina, ali igualmente instalada (*Correio da Manhã*, 8 ago. 1950, p. 4, grifo nosso).

Uma nota escrita por Albertina Fortuna para o jornal *O Fluminense* em 1963, afirmava que Felisberto não pode aceitar a oferta do Imperador porque “seu nobre espírito não lhe permitiu aceitar tal honraria, uma vez que, embora admirador do velho Pedro II, era de convicções republicanas”¹⁵².

Felisberto e Gertrudes casaram – se em junho de 1870, em Niterói. A certidão de casamento afirma que Gertrudes era natural da freguesia de Inhomirim, a mesma freguesia onde o Relatório registra o exercício de seu ofício docente. Gertrudes foi nomeada professora em 18 de outubro de 1869 para atuar em São Fidélis¹⁵³. No dia 24 de dezembro, a professora Maria de Sá Earps¹⁵⁴ que havia sido designada para Estrella foi removida para a freguesia de Nossa Senhora de Ipiabas em Valença e Gertrudes removida de São Fidélis para a freguesia de Inhomirim, na localidade de Raiz da Serra¹⁵⁵. Em janeiro de 1871, a professora teve sua licença sem vencimentos concedida¹⁵⁶. Em maio, a professora teve a concessão de três meses de licença

¹⁵⁰ Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho era um professor de instrução pública da Província do Rio de Janeiro formado pela Escola Normal de Niterói. Foi professor da Escola Normal de Niterói, repetidor de Pedagogia da Escola Normal da Corte e da cadeira de Português do Colégio Pedro II. Escreveu livros, em sua maioria didáticos, como “Gramática da Língua Portuguesa”, “Exercícios da Gramática”, entre outros. Felisberto é o patrono da Academia Fluminense de Letras (AFL) ocupando a cadeira 19.

¹⁵¹ A dissertação de Katia Geni Cordeiro Lopes teve como objetivo investigar a presença de negros na Escola Imperial da Quinta da Boa Vista. Ver: LOPES, Katia Geni Cordeiro. A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade- corte: o caso da Escola da Imperial Quinta da Boa Vista, 2012, 138p.

¹⁵² Fonte: *O Fluminense*, 24 nov. 1963, p. 22.

¹⁵³ Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 22 out. 1869, p. 2.

¹⁵⁴ Não localizamos aparições da professora atuando em Estrella. É possível que não tenha tomado posse na localidade.

¹⁵⁵ Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 28 dez. 1869, p. 1.

¹⁵⁶ Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 19 jan. 1871, p. 2.

para tratar sua saúde¹⁵⁷. Outros requerimentos foram despachados pela professora e aceitos na forma da lei, mas não sabemos quais foram.

O fato é que após seu casamento, a professora ainda estava encarregada como docente na localidade de Raiz da Serra em 1871¹⁵⁸. Enquanto Gertrudes atuava em Raiz da Serra em 1871, Felisberto era professor em Petrópolis no mesmo ano¹⁵⁹. A professora fez o pedido de muitas licenças, algumas para tratar da saúde e outras que não tinham a motivação descrita nos jornais. Essa teria sido a forma encontrada por Gertrudes para manter-se como professora pública e manter seu casamento? Não podemos afirmar, mas, em 1872, a professora Gertrudes foi demitida por abandono de sua escola. Em 1878, Gertrudes e sua sogra Adelayde dirigiam o Collegio Nossa Senhora da Conceição, rua da princesa, número 35, em Niterói¹⁶⁰.

A família Pereira Carvalho instalou-se e exerceu seus ofícios docentes na capital da Província, Niterói, e continuou recebendo elogios pelos seus feitos na instrução fluminense.

3.1.5 A família Mourão conectada pela docência

Com a saída de Gertrudes Mourão Pereira Carvalho da freguesia de Inhomirim, localizamos a chegada de Januária Mourão para atuar como docente. Em 1872, o Relatório apresentado pelo presidente, o conselheiro Josino do Nascimento Silva, indica a referida professora atuando como substituta¹⁶¹. O mesmo relatório apresenta o número de meninas matriculadas no último semestre de 1871¹⁶². Isso nos revela que Januária já atuava como substituta de Gertrudes um ano antes da segunda professora ser demitida por abandono da escola.

Em 1872, Januária foi aprovada plenamente no concurso para provimento das cadeiras vagas de instrução primária¹⁶³. Como citado no capítulo anterior, a professora escreveu, junto com outros docentes, um tributo de gratidão ao professor Felisberto Rodrigues Pereira de

¹⁵⁷ Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 01 mai. 1871, p. 3.

¹⁵⁸ Fonte: Relatório com que o conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva presidente da Província do Rio de Janeiro passou a administração pública da mesma ao ex.º sr. Desembargador Manoel José de Freitas Travassos em 15 de março de 1871, 1871, mapa SN.

¹⁵⁹ Fonte: Diário do Rio de Janeiro, 16 abr. 1871, p. 1.

¹⁶⁰ Fonte: Gazeta de Notícias, 07 jan. 1878, p. 4.

¹⁶¹ Fonte: Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima nona legislatura no dia 29 de setembro de 1872 pelo presidente, conselheiro Josino do Nascimento Silva, 1872, p. A2-20.

¹⁶² No último semestre de 1871 havia 34 meninas matriculadas e no 1º de 1872, 30 meninas. A frequência média na escola no 1º semestre de 1872 foi de 22 meninas. Fonte: Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima nona legislatura no dia 29 de setembro de 1872 pelo presidente, conselheiro Josino do Nascimento Silva, 1872, p. A2-20.

¹⁶³ Fonte: A Instrução Publica: Publicação Hebdomadaria, 1872, p. 115.

Carvalho. Januária foi nomeada professora efetiva em julho de 1872¹⁶⁴. O jornal não menciona a localidade que a professora assumiu. No entanto em 1873, a docente aparece no Almanak Laemmert em Estrella em 1873. As fontes indicam que Januária permaneceu em Estrella por alguns meses em 1873 e no mesmo ano foi removida para o município da Paraíba do Sul.

Além de Gertrudes e Januária Mourão, havia uma outra docente que atuava em Estrella que compartilhava o mesmo sobrenome. Amélia da Cunha Mourão foi nomeada em 31 de dezembro de 1870¹⁶⁵ na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, em Estrella¹⁶⁶. Januária permaneceu em Estrella até 1879.

Enquanto não localizamos ocorrências de Januária nos periódicos que remetessem ao seu exercício docente em Estrella, no caso de Amélia foi diferente. Entre licenças para tratamento de saúde e mudança para a segunda categoria, a primeira professora da freguesia do Pilar, fez o pedido de remoção algumas vezes. Em 1878, a docente pediu remoção para a freguesia de Porto das Caixas e o pedido foi indeferido. No ano seguinte, pediu remoção para a freguesia de Cordeiros em Niterói, mas foi removida para a do Colubandê no mesmo município. Souza (2019) destacou que

As questões relacionadas à salubridade do município podem estar ligadas as petições referentes ao seu estado de saúde, os requerimentos acerca dos salários atrasados e de pagamento do custeio da escola nos indicam em que condições se dava o exercício do magistério primário e o funcionamento da escola (Souza, 2019, p. 98).

O que chama atenção nessas três mulheres, além da data de nomeação serem parecidas, é o sobrenome e a atuação em Estrella. O sobrenome Mourão aparece em todas elas, e apesar das dificuldades encontradas para confirmação da hipótese de parentesco, identificamos que as três eram irmãs.

No falecimento de Gertrudes, em 1926, além do nome de seus filhos com Felisberto, aparece o nome de Amélia Mourão como irmã da professora Gertrudes¹⁶⁶. A ligação das duas com Januária Mourão foi a mais dificultosa em se estabelecer. Januária casou-se com Carlos Augusto de Mariz Sarmiento que também era professor. No falecimento do filho de Gertrudes, Dr. Manoel Hildebrando Mourão Pereira de Carvalho, além de Amélia, Carlos Augusto de

¹⁶⁴ Fonte: Diário de Notícias, 12 jul. 1872, p. 1.

¹⁶⁵ Fonte: Relatório com que o conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva presidente da Província do Rio de Janeiro passou a administração da mesma ao ex. sr. Desembargador Manoel José de Freitas Travassos em 15 de março de 1871, 1871, mapa SN.

¹⁶⁶ Fonte: O Fluminense, 17 jan. 1926, p. 3.

Mariz Carvalho é apontado como tio de Manoel¹⁶⁷. Para Carlos Augusto ser apontado como tio de Hildebrando, Januária, sua esposa seria tia de Manoel e irmã de Amélia e Januária.

Esse parentesco pode ter facilitado que Januária ingressasse no magistério, tendo a sua primeira experiência como substituta de sua irmã, Gertrudes. Além disso, seu cunhado Felisberto a auxiliou no concurso para professora primária. É provável que Amélia também tenha se beneficiado dos conhecimentos de suas irmãs e cunhados. Outra informação que nos chamou atenção foi o fato de as três serem removidas para Niterói. A remoção teria facilitado, provavelmente, o convívio mais próximo das irmãs nesta localidade.

As cinco famílias abordadas, apesar de suas peculiaridades, possuem em comum o envolvimento de mais de um membro familiar com a instrução fluminense. Essas famílias necessitaram do apoio dos moradores locais, tanto para os que já possuíam negócios quanto para os chegados na região. O apoio dos moradores serviu para que conseguissem desempenhar o ofício docente. Mesmo que algumas famílias não permanecessem todo o período atuando nos municípios estudados, optamos por destacá-los enquanto professores dessa localidade e mostrar como os laços familiares foram importantes para que os mais jovens tivessem o acesso mais facilitado ao magistério. O acesso a docência também facilitou a atuação das mulheres no mundo letrado, dando destaque as professoras que se dedicaram como escritoras e poetisas atuantes no Recôncavo da Guanabara.

3.2 Escrita para além da escola: a participação das professoras no mundo letrado

Identificar a presença feminina em certos espaços da sociedade foi um dos maiores desafios da pesquisa. No caso das professoras que atuaram no Recôncavo da Guanabara, localizamos vestígios de suas trajetórias. E dentre as suas trajetórias, localizamos algumas que se destacaram enquanto escritoras.

O ato de ler e escrever não era proporcionado a toda a população. Somente uma pequena parcela populacional gozava desses conhecimentos e, na maioria, eram homens¹⁶⁸. Santos (2014), ao pensar sobre a participação das mulheres nos campos educacionais, literários e científico no estado do Ceará entre os séculos XVIII e XIX percebeu uma semelhança entre as mulheres pesquisadas.

¹⁶⁷ Fonte: O Fluminense, 08 jun. 1921, p. 4.

¹⁶⁸ Segundo Senra (2006 apud Gil, 2022, p. 4), o censo de 1872 registrou um índice de analfabetismo de 82,30% se considerarmos a população livre e escravizada por cinco anos ou mais. Se considerar apenas a população livre, o índice era de 77,49%, sendo 70,50% de homens e 84,37% de mulheres.

Predominantemente, essas pioneiras eram mulheres brancas, pertencentes a classes sociais abastadas e a famílias cujos homens faziam parte da elite intelectual e política cearense. Também as professoras de primeiras letras do século XIX, mesmo inseridas num trabalho docente precário, eram provenientes de núcleos familiares com relativo destaque econômico e cultural em seu respectivo território (Santos, 2014, p. 605).

A percepção da classe social à qual pertencia as pioneiras da leitura e escrita, determinam que se tratava de um círculo pequeno dentre as mulheres que eram alfabetizadas. Percebe-se casos semelhantes entre o que ocorria no atual estado do Ceará com o que ocorreu na Província do Rio de Janeiro. A professora Luiza Augusta de Menezes se encaixa na definição acima. Seu pai, José Augusto César de Menezes, além de ser um homem influente na Província era

[...] um dos fundadores da sociedade política *Club dos Amigos*, com Cypriano Barata, Theophilo Ottoni, dr. Joaquim José da Silva e outros, a qual muito influuiu para o 7 de abril. Deixou muitas poesias inéditas, sendo algumas em Latim e escreveu: Discurso recitado na sessão publica da *Sociedade de medicina do Rio de Janeiro*, em 24 de abril de 1831 (Blake, 1870, p. 323, v. 4).

A nota acima, além de destacar o desempenho de José Augusto na sociedade, aponta para a escrita de poesias. A prática de José Augusto com a literatura pode ter influenciado a atuação de sua filha Luiza na mesma área. Em 1892, em comemoração ao aniversário de Luiza, o jornal *O Paiz* publicou a seguinte nota:

Completa hoje o seu 68º aniversario a distincta professora aposentada da cidade de Magé, D. Luiza Augusta de Menezes, educadora e poetisa brasileira. Nascida na villa de Itaborahy, é irmã do falecido Dr. Luiz de Menezes que se salientou como orador e homem de sciencia no reinado de D. Pedro I e durante a regência. Durante muito tempo cultivou a poesia bucólica com grande naturalidade e fez charadas geográficas e historicas muito apreciaveis e nem os annos nem as enfermidades fizeram-na perder o gosto pelas musas (*O Paiz*, 3 maio 1892, p. 2).

A nota, publicada quase 30 anos após a jubilação da professora, destaca a sua atuação como poetisa. No entanto, não conseguimos localizar se esse exercício poético se iniciou antes ou concomitante com o exercício docente. Não conseguimos localizar as poesias de sua autoria e nem as charadas geográficas ou históricas mencionadas no jornal. Segundo Ferreira (2013), a poesia bucólica foi introduzida na Grécia por Teócrito. A autora define que “o bucolismo, tido como tema literário, destina-se aos assuntos da vida campestre em que estão presentes: a natureza, os animais e o pastor de cabras ou ovelhas, figura recorrente e que está em simbiose com o ócio e os prazeres do viver rústico do campo” (Ferreira, 2013, p. 13). O tema da poesia bucólica vai ao encontro do que era a sociedade mageense na época. Ou seja, é provável que

Luiza reproduzisse em suas poesias o dia a dia dos habitantes de Magé e suas paisagens.

Contudo, Pereira (2020, p. 63) destacou que o nome de Luiza foi encontrado como uma das subscritoras do volume 1 do livro *Ramalhete Poético do Parnaso Italiano*, oferecido a D. Pedro II e D. Theresa Cristina na ocasião do consórcio pelo doutor Luiz Vicente de Simoni.

Figura 33 – Lista de subscritores

Julio Francisco Xavier, Dr. em medicina, lente.	1
Justiniano Jo é da Rocha, Deputado.	1
Lazaro José Gonçalves, Tenente-general	1
Lemasson, Dr. em medicina	1
Leocadio Rosa de Bastos	1
Lino Antonio Rebello, Dr. em leis.	1
Lourenço Pereira da Cunha, Dr. em medicina.	1
Luciano Leite Ribeiro	1
Ludovico Stramazzi, Secret. da legação pontificia	1
Luiz Affonso d'Escragnolle, Tenente.	1
Luiz Aleixo Boulanger	1
Luiz Antonio Goularte, Empregado publico.	1
Luiz Antonio Muniz dos Santos Lobo, Padre, Depnta- do provincial	2
Luiz Antonio da Silva Guimarães, Negociante.	1
Luiz Antonio de Siqueira.	1
Luiza Augusta de Menezes	1
Luiz Bompani, Dr. em medicina e cirurgia.	1
Luiz Carlos da Fonseca, Dr. em medicina	1
Luiz de Carvalho Paes de Andrade, Deputado geral.	1
Luiz Chernoviz, Dr. Medico	1
Luiz Faro, Dr. em medicina	3
Luiz Fortunato de Brito Abreu Souza e Menezes, Dr. em leis	1
Luiz Joaquim Alves de Azevedo, Capitão.	1
Luiz José de Souza	1
Luiz Manoel de Almeida, Negociante.	1
Luiz Masseran.	2
Luiz Montani	1
Luiz Penna	1
Luiz de Souza Dias, Conselheiro.	1
Luiz Tavares Guerra	1
Luiz Vaccani, Mestre de musica.	1

Fonte: Simoni (1843, p. 117).

Além de Luiza, encontramos a presença de mais uma mulher, D. Thereza de Medici de Maranhão, a Marquesa de Nápoles. A presença destas duas mulheres em um espaço majoritariamente masculino demonstra que ambas possuíam uma inserção social que as possibilitou a participação neste livro. O núcleo familiar a que essas mulheres pertenciam favoreceu a sua participação enquanto leitoras e escritoras. Maria Celi Chaves Vasconcelos

(2020) evidencia que as mulheres que liam e escreviam no Brasil no século XIX, além da condição econômica favorecida, exerciam a escrita em seus espaços domésticos

[...] sob condições bastante determinadas, em suas casas, normalmente enclausuradas em seus aposentos e conscientes da vigilância a que estavam submetidas, tanto a masculina (de pais, maridos, irmãos) quanto à feminina (demães, tias, avós e outras agregadas que compunham a extensa parentela que habitava as casas) (Vasconcelos, 2020, p. 4).

Todo o cuidado exercido dentro dos espaços domésticos enquanto as mulheres realizavam a escrita de diários, bilhetes, leitura dos livros permitidos para sua leitura¹⁶⁹¹⁷⁰ ocorria como uma forma de coerção. Bolmann (2006, p. 24, tradução nossa) ressalta que “a capacidade leitorapropiciou também no plano íntimo e pessoal o desenvolvimento de novos modelos de comportamento, que com o tempo, iriam corroer a legitimidade da autoridade estabelecida, tanto no âmbito espiritual como temporal”. Por esta razão,

As mulheres que aprendiam a ler nessa época eram efetivamente perigosas. Porque a mulher que lê conquista não só um espaço de liberdade a que só ela tem acesso, como que consegue ao mesmo tempo um sentimento de autoestima que a faz independente. Por outro lado, ela forja sua própria visão do mundo, uma imagem que não necessariamente coincide com a que lhe transmitiram seus antepassados e a tradição, nem tão pouco o homem (Bolmann, 2006, p. 28, tradução nossa).

O perigo descrito por Bolmann poderia ser minimizado com as leituras que conservassem os ideais femininos prezados pela sociedade da época. Jinzenj (2011, p. 390) afirma que a Constituição do Império foi o texto que tinha o maior número de recomendação de leitura adicional a formação moral e cívica das mulheres. Desta forma, a leitura destinada as mulheres eram aquelas que manteriam a ordem social e que não representaria a arte de criar mulheres “perigosas”.

Essas mulheres subverteriam a ordem estabelecida não somente na leitura e na escrita, mas também nas artes. Abigail de Andrade foi uma pintora brasileira. O nome de Abigail aparece em 1882 em uma exposição organizada pelo Liceu de Artes e Ofícios¹⁷⁰, sendo premiada na Academia de Belas Artes em 1884. Naquele período, as mulheres não poderiam estudar na Academia de Belas Artes e o desenho e a pintura praticado pelas mulheres era visto

¹⁶⁹ Bolmann (2006) destaca que quando as mulheres foram tomadas por uma “febre” de leitura, o fenômeno das mulheres andarem com um livro em suas bolsas irritou certos contemporâneos e isso despertou os críticos. Enquanto uns defendiam que deveria ser uma leitura útil capaz de transmitir os valores da virtude e favorecer a educação, outros viam a leitura desenfreada como uma prova da decadência dos costumes e da ordem social.

¹⁷⁰ O Liceu de Artes e Ofícios passou a aceitar mulheres como alunas em 1881 (Mota, 2020).

apenas como um *hobby* e não como uma profissão. Mota (2020) afirmou que Abigail expôs cinco trabalhos e, destes, dois foram premiados em 1884 levando a medalha de ouro de 1º ano: “O cesto de compras” e “Um canto do ateliê”. Segundo Mota (2020) esta foi a primeira vez que uma mulher foi premiada com o mais alto reconhecimento pelo júri. Apesar do reconhecimento no final do século XIX, Abigail tornou-se esquecida ao longo dos anos pelos pesquisadores e artistas. Abigail retratava cenas do dia a dia das periferias do Rio de Janeiro, algo pouco comum a época, bem como autorretratos. Nos autorretratos, sempre aparecia pintando ou lendo algum livro.

Figura 34 – Mulher sentada na escrivaninha



Fonte: Andrade (1889).

A representação do momento de leitura ou, como na pintura anterior, de escrita nos dá a perceber que Abigail participava de uma classe abastada de mulheres que tiveram acesso à leitura, escrita e as artes. Desta forma, “o primeiro ponto a se considerar para a análise das leituras e escritas de mulheres é a parcela da população à qual essas práticas podem ser atribuídas” (Jinzenj, 2011, p. 370). Quando falamos ou tratamos de mulheres que escrevem, devemos ter em mente a probabilidade de pertencerem a famílias abastadas ou que possuíam outras possibilidades para que seus escritos fossem publicados.

Minervina Laura Moreira Guimarães foi uma professora pública que atuou nas

freguesias de São Nicolau de Suruí e Nossa Senhora da Piedade em Magé, teve suas poesias publicadas em dois jornais: *A Luz* e *Correio Commercial: órgão do commercio e da Lavoura*. No jornal *A Luz*, a professora teve um número expressivo de publicações que detalharemos a seguir. No entanto, no *Correio Commercial* localizamos apenas uma publicação intitulada “Soneto”, de 1879¹⁷¹. Nesta poesia, Minervina compara as belezas naturais com a beleza de uma amizade bem cultivada.

Alguns anos antes, em 1872, Minervina teve a primeira poesia publicada no jornal *A Luz*. Este era um jornal “litterario e instructivo publicado todos os domingos por uma associação de literattos sob a redação de F. A da Glória” (*A Luz*, 1870, vol. 1, p. 1). Logo nas primeiras páginas de 1872, encontramos a lista de cavalheiros correspondentes do jornal e seu local de origem. Localizamos homens de várias localidades do país, o que pode significar que esse jornal poderia ter sua circulação para além do Rio de Janeiro. O jornal dizia que nasceu “nos arraiaes neutros, onde os pensadores têm liberdade de discutir as idéias [*desprevenidamente? Palavra ilegível*], e sem côr nenhuma política” (*A Luz*, 1870, vol. 1, p. 1). A proposta de isenção dos assuntos políticos, não significa que o jornal não exprima opiniões que destaquem a opinião política de seu redator. Em todas as edições, há uma seção chamada “As nossas mulheres” onde os homens exprimem suas opiniões sobre o “ser mulher” na sociedade. Isso se deve ao fato de que o jornal é especialmente dedicado a leitura feminina.

As mais bonitas de nossas leitoras, e as mais graves (ilegível) ellas, quando terminam a diária ocupação- (ilegível) complexo de pequeninos e grandes cuidados que têm com a conservação de suas graças, e com a economia domestica, têm infalivelmente horas de recluso no dia, em que podem lançar mão deste jornal, e lêre pensar (*A Luz*, 1870, vol. 1, p. 1).

O fato de algumas mulheres serem leitoras deste jornal pode ter facilitado a publicação de poesias escritas por mulheres. O primeiro poema de Minervina publicado no *A Luz* foi denominado “Súplica” em 1872. No poema é retratado um pedido de proteção aos marinheiros que estavam em alto mar num dia de tempestade. O poema termina com um pedido especial de proteção a um homem que provavelmente teria um envolvimento amoroso com Minervina.

No entanto, o poema “Ao meu anjo da guarda”, Minervina agradece a proteção de seu anjo da guarda por zelar pela pureza de sua alma e a guiar no caminho da honra. O maior poema de Minervina que tivemos acesso descreve a fé em ter um pedido atendido. No poema temos a menção de que a autora pretendia casar-se com um homem, mas que o anjo ouviu suas orações

¹⁷¹ Fonte: *Correio Commercial: Órgão do Commercio e da Lavoura*, 3 nov. 1879, p. 3.

e as levou a Deus que lhe apresentou um outro rapaz. E a este rapaz de coração sensível e generoso foi com ela até o altar. Em 1873, foi publicado o poema “A juventude”, no qual a autora relata os benefícios desta fase da vida. O último poema de Minervina a que tivemos acesso foi intitulado “Não sou poetiza”.

Não sou poetiza!

Se eu fosse poetiza, se lyra tivesse
De doce harmonia,
De branda poesia;
Se nella tocar eu livre podesse,
Afinal-a-ia
E dedilharia
Com mágico arroubo, para te cantar!
A ardente paixão,
Que em meu coração
Soubeste acender, te havia expressar!...

Mas, poetiza não sou,
Não posso a voz levantar...
Não tendo sonora lyra
Como poderei cantar?

Rastejando pela terra
Não posso ao pindo subir,
Não posso de verdes louros
Minha cabeça cingir!!

Não, poetiza não sou,

Não sei cantar, sei amar
Sou frágil mulher que quer
Até morrer, te adorar!!!

(Minervina L. Moreira Guimarães, *A Luz*, 1872, p. 280).

A poesia de Minervina nos parece uma provocação ou uma resposta a quem duvidou que pudesse escrever suas poesias. Uma outra hipótese seria que, por ser mulher, Minervina não poderia contar com toda a admiração que os poetas tinham ao escrever poesias. Por fim, a outra interpretação possível seria a de sua afirmação que não era poetisa, para manter o seu papel social como mãe e mulher em primeiro plano, à frente da escrita de poesias. Cabe destacar que Minervina não era a única que escrevia e publicava no jornal *A Luz*, como noticiado em 1873.

3.2.1 A presença de escritas docentes nos jornais

Na edição de novembro de 1873, o jornal *A Luz* traz uma coluna sobre o periódico *O sexo feminino* publicado na cidade de Campanha, na Província de Minas Gerais e sob a redação de Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Há elogios sobre a forma com que o jornal de Francisca é organizado e chama a atenção de que aborda a literatura instrutiva do sexo feminino. A reprodução do artigo publicado no *Sexo Feminino* diz que foi presenteado com quatro números do periódico *A Luz*. É provável que o envio das edições de *A Luz* tenha referência com a possibilidade de ampliação e divulgação do periódico. O jornal *A Luz* é descrito como um jornal que pretendia cultivar a inteligência instruindo o espírito por meio da literatura. Um dos trechos reproduzidos do jornal *O sexo feminino* diz o seguinte sobre *A Luz*:

Os pessimistas e retrógrados que diariamente não cessam de atirar grosseiros motejos sobre as mulheres, pondo em dúvida sua capacidade intelectual para escreverem, por certo que se surpreenderão ao lerem que são colaboradoras deste interessante periódico da côrte, em concurso com outros muitos e distintos cavalheiros, as Exmas. Sras.: D. Anna de Menezes, D. Cândida A. dos Santos, D. Julia Maria da Costa, D. Laura Eulina Galvão, D. Minervina L. Moreira Guimarães, D. Narciza Amália (*O Sexo Feminino* apud *A Luz*, 1873, p. 401).

A citação revela que outras mulheres tiveram seus escritos publicados no jornal *A Luz*, além de Minervina. No entanto, não sabemos como essas mulheres tornaram-se colaboradoras do jornal. Se havia uma inscrição a que concorriam para a publicação ou se havia alguma indicação para que seus textos tivessem visibilidade. Não conseguimos localizar se as outras mulheres citadas exerceram o ofício docente.

No entanto, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, além de atuar como redatora do jornal *O sexo feminino*, foi docente na Província de Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

A mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz se apropriou da escrita para difundir os ideais de defesa da educação feminina. Segundo Guimarães (2011) Francisca atuou em 1854 como professora interina da Vila de Uberaba e depois mudou-se para a cidade de Campanha também na Província de Minas Gerais. Francisca Senhorinha “compunha o quadro de professoras que viajavam pelo interior para lecionar – mascates do saber –, mantendo atuação na docência por muitos anos” (Guimarães, 2011, p. 168). A atuação de Francisca Senhorinha rompeu os limites de Minas Gerais e chegou à Província do Rio de Janeiro. A primeira aparição nos periódicos fluminenses relativa ao ofício docente ocorreu em 1867 quando Francisca foi

nomeada como professora na Vila de Pirai¹⁷². Em 1868 e 1869, os Relatórios dos presidentes da Província registraram que Francisca estava atuando como professora pública na localidade de Maxambomba em Iguassú. Em 1869, o jornal *Diario do Rio de Janeiro*¹⁷³ publica nota dizendo que Francisca foi colocada em disponibilidade e sem ordenados por não ter entrado em exercício na freguesia São José da Cacaria em São João do Príncipe. Dias depois, em 21 de junho, apareceu uma nota informando que a professora pública iria abrir um colégio junto com o farmacêutico Antonio Januário de Azevedo na rua do Engenho Velho¹⁷⁴. Em 1870, o presidente da Província deliberou que a professora fosse eliminada do quadro de professores públicos por não ter entrado em exercício no prazo estabelecido para assumir a escola em que foi nomeada¹⁷⁵. Os motivos que fizeram Francisca abandonar uma escola pública não foram citados. Mas é provável que Francisca Senhorinha não tenha retornado ao ensino público por ter aberto o colégio particular.

A professora retorna a Minas Gerais onde, em 1873, foi lançado o jornal *O sexo feminino*, um periódico escrito por ela e suas duas filhas, Albertina e Amélia, e diversas colaboradoras de outras localidades.

Dona Francisca Diniz e suas colaboradoras – constituidoras de uma pequena elite de mulheres letradas – tinham como motivação comum a melhoria da condição da mulher na sociedade, o que aconteceria, segundo a percepção desse grupo, no momento em que às meninas e às mulheres se concedesse o direito à instrução pública. Nesse sentido, aconselhavam, instruíam, informavam e, ao mesmo tempo, formavam suas leitoras (Nascimento, 2011, p. 167).

O jornal *O sexo feminino* tinha como principal objetivo defender a educação das mulheres. Ao longo dos anos e das diversas edições, outras defesas em torno dos direitos femininos ocorreram, mas a defesa da educação continuou como objetivo central do jornal.

Segundo Souto (2013, p. 49), “José Diniz imprimia o seu jornal e o de sua esposa em sua própria tipografia, cujo nome era idêntico ao do seu periódico”. O fato de José Diniz, marido de Francisca, ser professor, possuir um jornal e uma tipografia certamente facilitou o processo de divulgação e impressão do jornal de Francisca. Esse fator pode ter possibilitado a impressão do jornal no Rio de Janeiro, onde Francisca passou algumas temporadas.

Souto (2013) afirmou que o jornal foi publicado até setembro de 1874 quando Francisca mudou-se para o Rio de Janeiro. Com a mudança, o jornal volta a ser publicado

¹⁷² Fonte: A Patria: Folha da Provincia do Rio de Janeiro, 23 jan. 1867, p. 2.

¹⁷³ Fonte: Diario do Rio de Janeiro, 8 jun. 1869, p. 1.

¹⁷⁴ Fonte Jornal do Commercio, 21 jun. 1869, p. 3.

¹⁷⁵ Fonte: Diario do Rio de Janeiro, 20 dez. 1870, p. 2.

em julho de 1875. A publicação no Rio de Janeiro ocorreu sem maiores dificuldades, até que em 1876, Francisca e sua família ficaram doentes e a redatora precisou alterar a periodicidade da publicação do jornal. Antes a publicação era semanalmente e passaria para mensalmente.

Porém, o aviso não foi cumprido e a publicação do jornal retornou apenas no dia 2 de junho de 1889. Nesse intervalo, Francisca Diniz criou mais dois periódicos: *Primavera*, que circulou apenas no ano de 1880; e *A Voz da Verdade*- do qual não temos vestígios. A partir do dia 15 de dezembro de 1889, o jornal *O Sexo Feminino* passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, tendo circulado até 6 de dezembro de 1890 (Souto, 2013, p. 50-51).

Nesse período de pausa da publicação do jornal *O sexo feminino* e na organização de novos jornais, Francisca retornou às escolas públicas fluminense. Em 1881, o *Jornal do Commercio*¹⁷⁶ publicou uma nota dizendo que a professora foi designada para a escola de São José das Taboas pertencida a freguesia de Santa Thereza, em Valença. Desta forma ficou sem efeito a designação anterior para reger escola em Resende. No ano seguinte, aparece outra nota dizendo que o pedido da professora foi indeferido. A justificativa apresentada é que o lugar que ela requer só poderia ser provido por concurso¹⁷⁷. Não identificamos qual era a localidade pretendida pela professora.

Em 1886, o anúncio do Collegio Santa Izabel foi destaque no jornal¹⁷⁸. O colégio era dirigido por Francisca e suas filhas e recebeu elogios como um dos melhores para a educação feminina. A professora dedicou-se ao longo dos anos na docência e na escrita de jornais, mas não se limitou a isso. Francisca solicitou a patente de invenção de uma cama portátil em 1886¹⁷⁹. Não localizamos se foi dada a ela a patente da ideia. No final da década de 1880, publicou um livro sob o título *A judia Rachel*. Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi uma mulher que rompeu barreiras e se consolidou como uma redatora de jornais com temática feminina.

Uma outra professora que aparece nos registros como uma docente que se dedicou à escrita foi Candida Francisca da Costa Lopes. Candida atuou como professora na freguesia de Piedade em Magé na década de 1870, seguindo logo depois para Niterói. A aparição de escritos desta professora ocorreu já em período republicano. Em 1899, o jornal *O*

¹⁷⁶ Fonte: *Jornal do Commercio*, 31 jul. 1881, p. 1.

¹⁷⁷ Fonte: *Jornal do Commercio*, 22 ago. 1882, p. 2.

¹⁷⁸ Fonte: *Jornal do Commercio*, 16 jun. 1886, p. 6.

¹⁷⁹ *Jornal do Commercio*, 30 ago. 1886, p. 4.

*Fluminense*¹⁸⁰ noticiou que iniciaria as publicações de lições de moral e cívica já que havia sido uma disciplina agregada a pouco tempo no programa de ensino elementar. O jornal descreve que não estava bem determinado o limite que essa disciplina deve ter na escola e como esse assunto seria tratado pelos professores. Em razão disso, ressalta que a professora honrou o jornal ao enviar as suas lições para publicação. Destacaram também que este não foi o único trabalho didático da professora e que considera o envio dessas lições uma forma de amor à pátria e de dedicação ao magistério público. Diferentemente das demais professoras aqui citadas, Candida dedicou-se a escrever sobre a instrução pública, área a que destinou muitos anos de sua vida.

Figura 35 – Recorte da lição de instrução moral e cívica escrita pela professora Candida Francisca da Costa Lopes



Fonte: O Fluminense, 10 mar. 1899, p. 2.

Na segunda parte da lição sobre moral, a professora iniciou a lição fazendo uma

¹⁸⁰ Fonte: O Fluminense, 25 jan. 1899, p. 1.

definição do que seria a moral e os seus benefícios para os seres humanos. A professora trata ainda da liberdade, responsabilidade, consciência e dever, todos interligados com a moral. Os referenciais de bom homem para a sociedade da época misturavam as normas estabelecidas pelas leis civis e pelas leis espirituais. O fato é que esses manuais eram destinados às escolas primárias que provavelmente iriam servir de aprendizado dos professores. Não conseguimos localizar outros escritos de Candida, mas é importante perceber que as escolas serviam como temática da escrita dessas mulheres/escritoras e professoras.

Um caso distinto dos demais é retratado pelo jornal *Correio da Manhã*. Uma pequena nota de meio de página anuncia que iniciará a publicação do livro *Casamento civil*, do escritor M. Maryan¹⁸¹. Ao que é retratado pelo periódico, os escritos do autor eram muito famosos pelo mundo. Antes da publicação, o livro precisou ser traduzido ao português. A tradução ficou a cargo da professora Romana Barradas Muniz, “que gentilmente nos distinguiu com esse trabalho” (*Correio da Manhã*, 28 jan. 1904, p. 1). O fato de Romana traduzir um livro em outro idioma demonstra que a professora tinha conhecimentos de outras línguas e que provavelmente era assídua leitora.

3.3 A participação das professoras na sociedade fluminense

As professoras do Recôncavo da Guanabara aparecem desempenhando e exercendo outras funções na sociedade fluminense. A conduta dessas mulheres para além das salas de aula demonstram que, apesar das limitações sociais, essas docentes conseguiram se inserir em outros espaços da sociedade. Desta maneira, conseguimos localizar a presença de professoras atuando em organizações religiosas, bem como em outras esferas sociais.

3.3.1 Atuação em associações e sociedades

A professora Candida Francisca da Costa Lopes, citada no item anterior, ao que indica as aparições nos jornais, teve uma ampla atuação na sociedade. Nesse sentido, importa ressaltar, em 1889, o registro no jornal *O fluminense* de uma reunião ocorrida na escola masculina de Niterói com os professores do primeiro distrito. O objetivo da reunião era tratar da organização de uma sociedade que protegeria a infância desvalida que frequentava as escolas públicas. Com a presença dos professores e presidida pelo inspetor do distrito, as bases da organização

¹⁸¹ Procuramos o exemplar do livro e mais informações sobre o autor. No entanto, não conseguimos localizar.

“Protectora da Infância Desvalida” foram aprovadas. Além do estabelecimento de um padre como diretor espiritual da instituição, designaram o conselho provisório. O que nos chama atenção é a presença de várias professoras compondo esta equipe de organização.

Quadro 23 – Organização da associação Protectora da Infância Desvalida

Nome	Cargo
Dr. Antonio Victor David	Diretor
Isabel Alberto Monteiro	1º Vice-diretora
Candida Francisca da Costa Lopes	2ª Vice-diretora
Eufrosina da Silva Ascoli	3ª Vice-diretora
Luiz José Cardoso	Secretário
Obdulina Carolina de Loureiro	1ª secretária
Zulmira Candida Barcellos (substituta)	2ª secretária
Vicente Antonio da Costa	Tesoureiro
Thereza Caetana dos Santos Costa	Tesoureira
Paulo Fernandes Vianna	Orador
Clara Augusta dos Santos Porto	Oradora
Nery da Silva Sobrinho	Zelador
Maria Francisca de Miranda	Zeladora
Francisco Ferreira Madeira	Procurador
Adelina M. A. Messeder Tiberghien	Procuradora

Fonte: O Fluminense, 16 out. 1889, p. 2.

Ao todo, nove professoras estavam nessa equipe inicial da organização dessa instituição, apesar de em todos os cargos observarmos a presença de homens juntamente com as mulheres. E a professora Candida aparece como segunda vice-diretora desta instituição. O que nos indica que exercia um cargo de importância nessa instituição.

Outra professora que participou de reunião ligada a questões pedagógicas e profissionais foi Maria da Glória Loureiro de Almeida. Em 1886¹⁸², a professora participou da reunião do Instituto Pedagógico na troca da direção e na escolha de delegados que divididos por municípios organizariam as suas seções. Não identificamos a ocupação de nenhum cargo pela professora no Instituto, mas foi uma das quatro mulheres que frequentaram a reunião que contou com a

¹⁸² Fonte: O Fluminense, 3 jan. 1886, p. 1.

presença de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, já mencionado neste estudo.

A inserção e atuação de Maria da Glória como professora em Estrella rendeu a ela uma relação de prestígio e respeito. A sua saída de Estrella para assumir uma escola em Niterói foi lamentada em alguns jornais¹⁸³. Em um deles¹⁸⁴ consta que as alunas, o inspetor paroquial e o superintendente das escolas ofereceram à professora um retrato a óleo como forma de gratidão por seu trabalho em educar e instruir as meninas em Estrella. Maria da Glória preocupou-se não só com a instrução das meninas de Estrella como também das mulheres adultas. Em 1880, o *Jornal do Commercio*¹⁸⁵ publicou a concessão de autorização da professora para abrir uma aula noturna gratuita em Inhomirim. Essa aula destinar-se-ia a adultas e utilizaria a mesma casa, livros e utensílios da escola pública. Por utilizar os mesmos materiais da escola pública, as aulas noturnas se destinariam a ensinar a ler e escrever. O ensino das prendas domésticas também poderia estar presente, mas por se tratar de mulheres adultas, é provável que já soubessem as prendas domésticas.

Outras professoras, assim como Maria da Glória, participaram de diferentes instituições. A professora Augusta Candida Xavier Araujo, antes de assumir a escola em Iguassú foi secretária da Associação Philantropica Libertadora Itaboraense. O jornal *A Reforma: Órgão Democratico* registrou o pronunciamento da criação da Associação.

Na tarde de 14 de maio corrente, na fazenda do Engenho – Velho, onde se achava a senhora do Dr. Juiz de direito, D. Josephina Barbosa de Carvalhaes Nogueira servindo de testemunha ou madrinha do casamento de uma das irmãs do Dr. Promotor, teve aquella D. Josephina a idéa de solemnizar o acto com a instituição de uma – Associação Philantropica Libertadora Itaboraense – composta sómente do sexo feminino.

Aceita a idéa, foi tomado ella muito incremento na sala do baile que à noite deu a sociedade – Recreativa – n’esta villa, onde já se achavam as instituidoras, D. Josephina e a família Fortes; e ali se deliberou que no dia seguinte domingo 15 houvesse reunião das Sras.; estas reuniram-se em assembléa no consistório da matriz e elegeram para presidente da associação: D. Josephina Barbosa de Carvalhaes Nogueira. Para secretarias: D. Maria José Barbosa Fortes, D. Augusta Candida Xavier Araujo. Para Thesoureira: D. Isabel Carolina de Mesquita e Silva (*A Reforma: Órgão Democrático*, 22 maio 1870, p. 2).

Essas mulheres estavam em um patamar social distinto e privilegiado das demais mulheres de Itaboraí. A equipe diretiva dessa associação contava com muitas sócias¹⁸⁶ que

¹⁸³ Fonte: O Globo: órgão da Agencia Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavourae Industria, 11 mar. 1877, p. 4.

¹⁸⁴ Fonte: Mercantil, 26 nov. 1879, p. 1.

¹⁸⁵ Fonte: Jornal do Commercio, 09 jun. 1880, p. 2.

¹⁸⁶ Inscreveram – se como sócias: D. Emilia Duarte do Amaral, D. Eliziaria Augusta Xavier Pereira, D. Luiza de Menezes Drummond Azevedo, D. Maria Dias Bastos Gomes, D. Rita Mathilde de Araujo, D. Maria Augusta Duarte do Amaral, D. Maria Augusta Xavier, D. Rita Guilhermina de Macedo, D. Elisa Feleciana de Carvalho Nogueira, D. Mathilde Candida do Amaral Fortes, D. Fernanda Candida Fortes, D. Maria Carlota da Fonseca, D.

corroboraram o objetivo da associação, que era “libertar creanças do sexo feminino de 2 annos para cima”. O objetivo desta associação nos chama atenção por defender a libertação de meninas filhas de mulheres escravizadas. Qual a intenção dessas mulheres? O jornal continua informando que as mulheres associadas concorreriam a uma mensalidade e no ato da eleição, algumas exibiram as contribuições de até um ano. O jornal destaca que o número das sócias se elevou rapidamente e de forma espontânea. Logo abaixo, cita que algumas iniciativas de libertação já tinham sido realizadas por alguns homens, como

[...] o Sr. Manoel José Ferreira, em nome de sua senhora, oficiou à associação louvando a instituição, e declarando que há dias libertara uma cria, filha de escrava sua e que ia libertar outra, e que todos os filhos que suas escravas tivessem d’aquella data em diante seriam por elle libertos sem remuneração pecuniária. Em Itaborahy não houve ainda associação que tivesse tanto fervor para seu incremento; e o desejo de engrandecimento é admirável.

O Sr. Manoel Antonio Pientznaner também em nome de sua Sra. (uma das inscriptas) oficiou à associação que ia libertar também duas crias filhas de escravas suas, e declarava que d’aquella data em diante seriam libertos gratuitamente todos osfilhos que suas escravas tivessem (A Reforma: Órgão Democrático, 22 maio 1870, p. 2).

A declaração de liberdade das crianças não especifica para onde eram levadas essas meninas filhas de mulheres escravizadas. Se permaneciam com suas mães ou se a associação cuidaria dessas meninas. Não localizamos outras informações referentes a associação em outros periódicos.

Outra professora que participou e tinha cargo em uma associação foi a professora substituta de Estrella, Josepha Falcão Pinheiro¹⁸⁷. A aparição de Josepha como participante da “Legião da Mulher Brasileira” surgiu em 1920, ano pertencente ao século XX e fora do nosso recorte temporal. No entanto, achamos pertinente trazer o seguinte fato: Em 6 de outubro de 1920 a Legião realizou uma assembleia extraordinária para averiguar condutas consideradas erradas de algumas sócias. Segundo o relato do jornal¹⁸⁸, as “socias que procuravam implantar a anarchia na sociedade” foram expulsas da associação. Josepha era ex-diretora juntamente com

Arminda Nunes do Couto, D. Carlota Augusta Xavier, D. Maria Ignacia Pereira Machado, D. Maria Carlota do Couto, D. Elisiaria Ferreira de Castro Araujo, D. Josephina Candida do Amaral Fortes, D. Mariana Carolina do Amaral Rosa, D. Maximiana Rosa Fortes, D. Maria Candida Fortes da Silva, D. Saucher de Carvalho, D. Isabel Ernestina de Castro Duarte, D. Maria Candida Fortes dos Santos, D. Augusta Coutinho de Macedo, D. Anna Josephina de Araujo, D. Constança Arnaldina de Mesquita Araujo, D. Amelia dos Santos Barros, D. Maria Candida Severa Fortes, D. Custodia Maldonado Tavares, D. Umbelina Ignacia de Moraes Freire, D. Estacia Simões da Fonseca, D. Carolina Luiza Moreira. Dessas mulheres, 25 foram eleitas procuradoras. Fonte: A Reforma: órgão democrático, 22 maio 1870, p. 2.

¹⁸⁷ Nos registros da associação, aparece como Josepha Pinheiro da Motta. Josepha adotou o sobrenome “da Motta” após o casamento com Francisco Ferreira da Motta em Estrella.

¹⁸⁸ Fonte: Gil-Blas; Panphleto de Combate, 11 out. 1920, p. 2.

Cecília Meirelles e outras sócias. Essas mulheres foram acusadas de realizarem uma assembleia clandestina em setembro de 1920 na Associação dos Empregados do Comércio sem o conhecimento do conselho administrativo e das demais sócias.

Apesar de muitas docentes terem se envolvido em associações com os mais diferentes objetivos, essa não foi a única forma de atuação na sociedade. A professora Maria Rosa Monteiro Paris, por exemplo, realizou um pequeno sarau em sua casa, em Maxambomba, Iguassú¹⁸⁹. Na festa, onde compareceram famílias da localidade, foram executadas diversas peças de piano pela pianista D. Umbelina Monteiro Pariz.

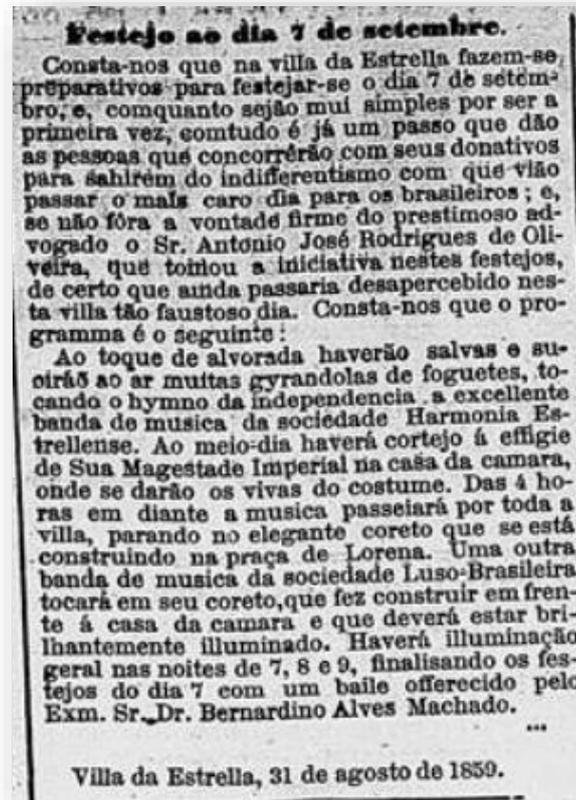
As festas e a participação em associações e institutos mostram que as docentes se envolviam em outros espaços de sociabilidade. E de que esses locais proporcionaram a atividade em ambientes que propiciaram as docentes o compartilhamento de ideias e ampliar as relações sociais e de amizades tanto nas associações quanto nas festividades.

3.3.2 Juízas por devoção: a atuação em eventos e festas religiosas

Ao longo da pesquisa, podemos perceber ocorrências de diversos momentos de importância para os municípios do Recôncavo da Guanabara. Seja relativo a obras, mudanças administrativas de território, questões de saúde e de festas. Em Estrella, por exemplo, localizamos a comemoração ao dia da independência do Brasil. Apesar de descrito como festejo simples, a festa trouxe movimentação para a Vila já que contaria com bandas e iluminação especial por três dias.

¹⁸⁹ Fonte: Cidade do Rio, 3 nov. 1888, p. 2.

Figura 36 – Festejos de 7 de setembro de 1859



Fonte: Correio Mercantil, 1 set. 1859, p. 2.

A festa em comemoração à independência que ocorreu em Estrella não era a única que movimentava o município. Tanto as pessoas que organizavam a festa quanto quem apenas participava partilhavam da vontade em colaborar com os festejos.

Os festejos frequentemente relatados pelos habitantes do Recôncavo da Guanabara e que movimentavam seus habitantes eram as festas religiosas. Era raro aparecer nas pesquisas festas realizadas em Estrella, Magé e Iguassú que não possuíssem conotação religiosa. A devoção aos Santos da Igreja Católica que eram padroeiros das igrejas, capelas e locais movimentava momentos de fé, zelo religioso e festividades. Procissões e celebrações especiais para os dias de festa eram organizadas para manter o momento de tradição e de fé. Ademais, como citamos no primeiro capítulo, os três municípios tinham suas freguesias sede dedicadas à Nossa Senhora da Piedade.

A época de festa religiosa servia tanto para agradecer os pedidos e graças alcançadas como para realizar pedidos e promessas. As festas das padroeiras, como Nossa Senhora da Estrella ou do Divino Espírito Santo foram momentos de construção ou estreitamento das redes

de sociabilidades entre os seus participantes. A vida cotidiana nos ajuda a compreender como a escolarização ocorreu em meio a outros espaços de educação informais.

As festas religiosas foram objeto de Martha Abreu (1999) que estudou as festas religiosas na Corte. A prática religiosa marcada por grandiosas celebrações, procissões pomposas e festas alegres e até com fogos de artifício marcaram a história das celebrações religiosas católicas. Abreu destaca a participação dos fiéis leigos na transmissão e disseminação do catolicismo, já que as ordens religiosas não conseguiam atender a todos os fiéis. Essas organizações, denominadas irmandades foram as responsáveis pela disseminação da devoção católica e a organização de festas e procissões.

Dentre as expressões mais típicas desse catolicismo destacaram-se as confrarias, organizadas pelos leigos. Existiam as irmandades e ordens terceiras, que se diferenciavam das primeiras por estarem subordinadas as ordens religiosas. Podiam reunir membros de diferentes origens sociais, estabelecendo solidariedades verticais, mas também servir como associação de classe, profissão, nacionalidade e “cor”. Organizavam-se para incentivar a devoção a um santo protetor e para proporcionar benefícios aos irmãos, que se comprometiam com uma efetiva participação nas atividades. Esses fins beneficentes, tais como o auxílio na doença, invalidez e morte, variavam de acordo com os recursos da irmandade, diretamente proporcional às posses de seus membros (Abreu, 1999, p. 34).

Os bens e rendas eram arrecadados por doação ou heranças de seus membros. Ou seja, quanto mais rica fosse uma irmandade e as pessoas que participavam dela, mais benefícios eram dados às pessoas. Uma outra função da irmandade era celebrar missa pelas almas de seus integrantes. Além de cuidarem do aspecto religioso, as irmandades realizavam trabalhos de cunho social, como: assistência aos doentes, ajuda aos necessitados, visita aos prisioneiros, enterros e no caso dos escravizados, proteção contra os maus – tratos e ajuda na concessão da carta de alforria (Sousa Júnior, 2009).

Segundo Sousa Júnior (2009), para que as irmandades pudessem ter direito de funcionarem, deveriam possuir um conjunto de regras intituladas compromissos e estes deveriam ser aprovados pela Igreja Católica, pelo Presidente da Província e autoridade monárquica.

A vivência da fé e da devoção nos dias de festa, procissão e quermesse foram momentos de confraternização entre os membros daquela irmandade. Nas festas estavam presentes autoridades políticas e religiosas e proporcionava o encontro dos habitantes daquela freguesia e/ou cidade. Segundo Abreu (1999, p. 102), “mais do que o encontro, favorecia a mistura dos escravos com os livres pobres, confundindo e difundindo entre si, independentemente da situação jurídica, gostos estéticos e práticas culturais diferentes, abrindo a possibilidade para

se criar sempre algo diferente e novo”. Essa mistura populacional descrita por Abreu (1999) entre escravizados, livre e pobres proporcionava, de um lado a manifestação da fé católica e do outro, os negros tinham, naquele momento, a oportunidade de manifestar a sua fé e religiosidade. O culto ancestral e as divindades eram travestidas dos santos católicos, desta forma poderiam fazer as devidas reverências e cultos, a seu modo, e vigiados pelos seus senhores (Sousa Júnior, 2009).

Uma das festas religiosas mais populares era a festa do Divino Espírito Santo. A festa do Divino é realizada 50 dias após o domingo de Páscoa. O dia da festa do Divino Espírito Santo e Pentecostes dividem o mesmo dia de celebração. Em ambos é celebrada a descida do Espírito Santo sobre os discípulos. A Festa do Divino, que ainda hoje é festejada pelas cidades do Brasil, possuíam tempo de duração muito longo onde seus participantes caminhavam pelas ruas cantando, pedindo esmolas e donativos. E levavam consigo a bandeirado Divino: uma bandeira ilustrada com uma pomba para representar o Espírito Santo. A popularidade da festa foi retratada por algumas mulheres artistas brasileiras como Djanira da Motta e Silva e Tarsila do Amaral que dedicaram obras para representar esta festa brasileira. Na obra da Figura 37, vemos a bandeira do Divino em um mastro e uma pomba em sua ponta. Este mastro “serviria de ‘pau-de-sebo’ posteriormente nas brincadeiras da festa” (Abreu, 1999, p. 47). A folia contava com um Imperador que ia juntamente com a folia pelas ruas, com músicos que entravam pelas casas cantando as cantigas¹⁹⁰ enquanto os outros irmãos pediam esmolas. A bandeira do Divino era frequentemente beijada pelos fiéis durante os festejos como ato de devoção.

¹⁹⁰ A festa do Divino foi inspiração do cantor Ivan Lins ao compor a música “Bandeira do Divino”, lançada em 1978. A letra remonta à religiosidade popular e à fé em dias melhores.

Figura 37 – Bandeira do Divino



Fonte: Amaral (1968).

No Recôncavo da Guanabara, localizamos num jornal um chamado para a festa do Divino em Magé em 1855. No anúncio está descrito que no ano anterior a festa não ocorreu, mas que naquele ano ocorreria no dia certo. Isso demonstra que em Magé havia a tradição de comemoração desta festa ao longo dos anos. As atrações da festa incluíam novenas, leilões e finalizava com fogos de artifício. Os fogos de artifício e fogueiras eram comuns nas festas do Divino como uma forma de relembrar a manifestação do Espírito Santo, já que o Espírito Santo foi manifestado aos apóstolos em forma de fogo.

Figura 38 – Convite à Festa do Divino



Fonte: Marmota Fluminense: Jornal de moda e variedades, 8 maio 1855, p. 4.

A festa do Divino não era a única do Recôncavo da Guanabara. Borges (no prelo) evidencia que, em Estrella, além da Festa do Divino Espírito Santo, aconteciam as festas de Nossa Senhora da Estrella e Nossa Senhora do Pilar. Era prevista uma grande festa de Nossa Senhora da Estrella, em 1855. A festa era preparada para ser realizada com muita “pompa e brilhantismo”.

Além das festas religiosas, as irmandades também se faziam presentes nesses municípios. Borges (no prelo) mencionou a presença das irmandades¹⁹¹ no município de Estrella, como “as do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Pilar e de Santa Rita de Cassia, na freguesia do Pilar (AL, 1859), e de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito”. Localizamos a presença do professor de Magé, Wenceslau José Siqueira, como membro da irmandade Nossa Senhora da Conceição. E como seria a atuação das mulheres nessas festas? As professoras teriam participação nas festas? E nas irmandades? Como as professoras atuavam?

No caso das festas, Borges (no prelo) nos dá alguns indícios ao trazer a festa de Nossa Senhora da Estrella em 1863. A notícia abordava que a festa estava ricamente armada e

¹⁹¹ A Diocese de Petrópolis possui em seu acervo alguns livros de Irmandades que pertenciam a Estrella. Lá é possível observar os compromissos destas irmandades e seus fiéis. Há a presença de mulheres nestas irmandades. No entanto, torna-se difícil localizá-las em outras fontes, pois apenas o seu primeiro nome está descrito no livro.

destacava a devoção exemplar de D. Francisca Luiza Alves Thompson e a presença do professor de música João Theodoro. O destaque dado a eles na organização e no dia da festa demonstra como a população local se organizava para as comemorações religiosas.

A organizadora da festa, Francisca Thompson, que era proprietária de um prédio alugado a partir de 1879 para a escola de meninos da Villa e seu esposo, Ricardo Thompson, engenheiro condutor da Estrada Normal de Estrela e inspetor das escolas de Inhomirim. Tais fatos corroboram com a ideia de que a escola Oitocentista não era uma instituição isolada. Ela afetava e era afetada pelo funcionamento da localidade (Borges, no prelo).

O caso de Francisca Thompson ser organizadora de festas religiosas não foi um caso isolado no Recôncavo da Guanabara. Outras mulheres aparecem ao longo dos anos dedicando-se a organizações de festividades e irmandades. Ou realizando doações para quermesses. Inclusive, as professoras públicas que se envolviam nas organizações religiosas em seu local de vida e exercício do ofício. Assumindo, inclusive, cargos em irmandades ou organizando festividades religiosas, como foi o caso de Candida Francisca da Costa Lopes e Felicia Hansen Trindade.

Ambas as professoras que atuaram em Magé foram eleitas em 1888 para organizar os festejos do Senhor Jesus do Bomfim e sua romaria no ano de 1889. A estrutura da organização da festa do Bomfim contava com um juiz e uma juíza e os juízes e as juízas por devoção. As professoras Candida e Felicia foram eleitas juízas por devoção em 1889¹⁹². Em cada irmandade havia cargos específicos que envolviam juiz, juíza, juízes por devoção, tesoureiro, escrivão, zeladores, irmãos, entre outros. Para ocupar esses cargos, os membros passavam por uma eleição na época dos festejos onde era escolhida a comissão organizadora do ano seguinte. Não conseguimos localizar qual era a função desempenhada pelos juízes por devoção nesta irmandade.

Na irmandade do Rosário, em Santa Catarina, o seu estatuto de 1807, estabelecia que para ser eleito num cargo de juiz deveria ser um homem preto, pois desde a sua fundação que um homem negro ocupou este cargo. No entanto, na alteração do estatuto de 1842, há uma mudança e os requisitos passaram a ser o zelo, caráter e representatividade civil (Malavota, 2013, p. 90).

Apesar disso, para o cargo de juiz por devoção, não foi especificado quem poderia ocupar este cargo. Mas, observou-se que o cargo foi ocupado por homens ilustres da cidade, principalmente, os militares (Malavota, 2013). Se levarmos em consideração o caso de Santa

¹⁹² Fonte: Gazeta de Notícias, 21 set. 1888, p. 3.

Catarina, é provável que os juízes por devoção fossem escolhidos com base em sua representação e prestígio social dentro e fora da irmandade.

A professora de Magé, Eurydice Euphrosina Penalta, foi eleita irmã festeira da devoção de Nossa Senhora Sant'Anna do Lavapés¹⁹³ enquanto exercia o ofício docente em Paraíba do Sul. A professora iria servir como irmã festeira entre 1863 e 1864. E foi enquanto atuavam em Niterói que muitas professoras que atuaram no Recôncavo da Guanabara envolveram-se em irmandades. A eleição após a festa de Nossa Senhora das Dores chama a nossa atenção por muitas mulheres atuando nos cargos¹⁹⁴. Entre 1886 e 1887, foram eleitas zeladoras perpétuas, juíza, protetores perpétuos, zeladoras, servas, alas e protetores. A professora Maria Augusta Jardim Alberto foi eleita zeladora desta festa. Joanna Sampaio Vianna foi eleita como zeladora da Irmandade de S. Domingos e Senhora Sant'Anna de Niterói entre 1882 e 1883¹⁹⁵.

Romana Muniz, acompanhada de Maria Surville e de Gregorio de Carvalho cantaram por devoção as ladainhas da capela de Santa Rosa do Viterbo, em Santa Rosa, Niterói¹⁹⁶. A professora Romana pretendia cantar na festa do mês Mariano por devoção. Além de se envolverem nas irmandades e festas religiosas, as professoras realizavam doações para as quermesses.

A professora Thereza Barreto Montebello doou um espelho de cristal em forma de coração¹⁹⁷ enquanto Candida Francisca da Costa Lopes doou um grande quadro dourado com a coroa imperial feito em couro¹⁹⁸. E Luiza Augusta Coelho Bastos, juntamente com outras senhoras, ajudou a organizar a quermesse de prendas e a ornamentação da capela da irmandade de Nossa Senhora das Dôres do Ingá¹⁹⁹.

As irmandades e festividades religiosas ofereciam às mulheres a oportunidade de participar das atividades religiosas da Igreja Católica, visto que muitas funções eram/é exclusivamente executada pelos homens. E mesmo dentro das irmandades, há uma percepção de que os cargos eram divididos entre homens e mulheres e alguns ligados a tesouraria, geralmente, estavam sob responsabilidade de um homem.

Apesar disso, é importante refletirmos sobre a presença de mulheres letradas na organização destas atividades. Saber ler e escrever e possuir um cargo de destaque na localidade

¹⁹³ Fonte: Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, 18 set. 1863, p. 2.

¹⁹⁴ Fonte: Diário de Notícias, 12 jul. 1886, p. 3.

¹⁹⁵ Fonte: Jornal do Commercio, 18 out. 1882, p. 3.

¹⁹⁶ Fonte: Diário de Notícias, 15 abr. 1886, p. 3.

¹⁹⁷ Fonte: O Fluminense, 20 nov. 1887, p. 2.

¹⁹⁸ Fonte: O Fluminense, 9 nov. 1887, p. 1.

¹⁹⁹ Fonte: A Notícia, 2 out. 1897, p. 3.

onde viviam pode ter facilitado o acesso a esses cargos dentro de uma Irmandade Católica. A presença dessas mulheres nesses espaços representa a possibilidade de inserção em atividades da sociedade e a ampliação da rede de sociabilidades na qual poderiam estabelecer laços de amizade, apoio e de solidariedade naquele local. Além disso, a presença das professoras nesses espaços religiosos poderia favorecer que as famílias das meninas as conhecessem, bem como o vigário local, o que certamente facilitaria o exercício do trabalho docente naquela localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“‘As mulheres são...’, ‘A mulher é...’. A profundidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas”.
(Perrot, 2019, p. 17).

A frase de Michelle Perrot nos ajuda a pensar que falar ou definir o que a mulher é/foi/ou deve ser vem com um discurso pronto com as alternativas que as mulheres devem seguir em uma dada sociedade. No entanto, Perrot destaca que há a ausência de informações que comprovem as afirmações que são feitas. Há a necessidade de uma pesquisa acurada nas fontes e de considerar que há muitas camadas sobre a história das mulheres, assim como o quadro “As meninas”, de Velásquez. A tela pintada por Velásquez é uma das mais intrigantes, pois representa várias cenas dentro de um mesmo quadro ao retratar a família real da Espanha. Diferentemente da primeira obra que abordamos neste trabalho de Richard Hall, na obra de Velásquez os personagens nos olham e nos observam. Nesse caso, usando os sentidos da pintura, as meninas seriam como uma espécie de paráfrase imagética; como se as personagens pudessem olhar e observar o resultado da pesquisa apresentada nos três capítulos, tecemos as considerações finais.

Figura 39 – As meninas



Fonte: Velásquez (1656).

Assim como a obra possui vários quadros dentro de uma tela só, o tema do magistério

feminino é um quadro – não no sentido da fixidez, mas no sentido das dinâmicas das camadas em torno de um tema delimitado – dentre outros na sociedade que ainda merece maiores investimentos de pesquisa. E neste conjunto, refletimos sobre o papel da mulher na sociedade Oitocentista onde conectamos as mulheres com a educação, a atuação na sociedade e o mundo do trabalho. Esses quadros/camadas, apesar de parecerem separados, andam em sincronia e fazem parte da obra de entendimento das mulheres docentes do Recôncavo da Guanabara.

Assim como descrito anteriormente, em nossa pesquisa abordamos as ideias publicadas em livros ou jornais (sob o ponto de vista masculino) que exprimiam como as mulheres deveriam se comportar na sociedade, o que deveriam aprender para se tornarem boas mães e esposas. Dentro da proposta de investigação desta pesquisa, era necessário entendermos o que era ser mulher no século XIX, os discursos e as possibilidades de exercício de ofícios para que chegássemos na docência. Ser professora não era o único ofício que as mulheres realizavam. Pelo contrário, era um deles, dentre os ofícios de parteira, lavadeira, agricultora, costureira, entre outros. Todos os ofícios estavam diretamente ligados às permissibilidades do “ser mulher” no Oitocentos.

Exercer o ofício docente se destacava dos demais por ser uma função que não exigia demasiado esforço físico e tinha certo prestígio intelectual. O exercício docente feminino em terras do Recôncavo da Guanabara iniciou – se na década de 1840 nos três municípios estudados. A chegada das professoras públicas na maioria dos casos não era concomitante à criação das escolas, o que gerava uma discrepância entre a data da criação das escolas e o seu funcionamento. Além das professoras públicas e particulares, localizamos a presença de professoras substitutas.

O estudo do exercício docente dessas mulheres do século XIX não deve se limitar à escola. Se assim o fizermos, significa ignorar a presença feminina em outros espaços de sociabilidade dos municípios onde residiam e/ou exerciam o ofício. As professoras atuavam no campo do ensino da leitura e da escrita, bem como escreviam poesias, livros e em jornais, traduziam livros, participavam de festas religiosas, organizavam irmandades. Todas essas funções eram desempenhadas, em muitos casos, juntamente com a função de esposa e mãe.

Esses papéis familiares cruzaram com a docência quando percebemos que no Recôncavo da Guanabara, o magistério constituiu-se como uma herança familiar, o que demonstra mais uma camada a ser analisada na configuração da profissão docente. A presença de um ou uma docente na família poderia facilitar o acesso dos demais ao magistério.

Principalmente por aprender a “formação pela prática” com seus familiares, como foi o caso da maior parte das professoras do Recôncavo da Guanabara.

Torna-se importante perceber a atuação dessas mulheres em outros espaços para além da docência para desmistificarmos a ideia presente nos discursos de que as mulheres, professoras, somente teriam acesso ao ofício docente, sendo excluídas dos demais espaços sociais. As professoras que atuaram no Recôncavo da Guanabara participaram ativamente de espaços de sociabilidade que foram facilitados pelo saber ler e escrever. As relações estabelecidas entre as professoras e a sociedade fluminense permitiram a ascensão de espaços até então interdito às mulheres.

O presente estudo apresenta algumas lacunas. Apesar de serem figuras recorrentes na instrução pública, identificar professoras substitutas tornou-se um desafio, pois quase não havia registro delas nas fontes estudadas. Logo, é possível que o número de professoras que atuaram nas escolas seja maior do que o que conseguimos localizar neste estudo. Assim, não foi possível analisar detidamente os impactos da provisoriedade do exercício do magistério no processo de escolarização, na consolidação das escolas, nas trajetórias docentes. Além de que, como não conseguimos acesso a algumas fontes disponíveis nos arquivos presenciais, não obtivemos o número de meninas matriculadas e nem suas fichas de matrícula que poderiam evidenciar seus pertencimentos e se algumas delas tornaram-se professoras substitutas e/ou efetivas. Também não foi possível localizar a presença de docentes negras ou pardas atuando nas localidades, não identificamos a naturalidade da maior parte das professoras, a classe social e nem por qual processo de escolarização elas passaram para que aprendessem a ler e escrever.

A despeito das lacunas, este estudo pode contribuir com a História da Educação de meninas no Recôncavo da Guanabara de forma a ampliar as discussões sobre a escolarização feminina nas cercanias da Corte. Ademais, pode dar visibilidade e possibilitar o reconhecimento dessas mulheres que tiveram sua importância esquecida ao longo dos anos pela história local. Este estudo também contribui para desmitificar a ideia de que as mulheres não exerciam ofícios fora de suas casas, muito difundidas em certos discursos, assim como nos alerta Perrot. Apesar das limitações nos ofícios, as mulheres tiravam o seu sustento e de sua família desses trabalhos. Além de nos permitir pensar em como a profissão docente se constituiu ao longo dos anos.

Essas mulheres docentes foram as precursoras da escolarização no Recôncavo da Guanabara sendo educadoras, formadoras de novas professoras, participantes de movimentos religiosos e escritoras, bem como escreviam poesias, livros e em jornais, traduziam livros, participavam de festas religiosas, organizavam irmandades. Todas essas funções eram desempenhadas juntamente com, em muitos casos, a função de esposa e mãe.

A investigação acerca da presença feminina nos processos de escolarização traz visibilidade a um tema, alimenta os debates e nos ajuda a perceber como as professoras

contribuíram com a configuração da sociedade brasileira e, nesse caso, mais especificamente, do Recôncavo da Guanabara, sendo esta mais uma camada das complexas tramas que enredam e emolduram a história das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ADAM, Victor. **Indiens dans une plantation**. Paris: Lith. de G. Engelmann, [1835a]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_133.jpg. Acesso em: 16 abr. 2022.
- ADAM, Victor. **Porto do Estrella**. Paris: Lith. de G. Engelmann, [1835b]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_040.jpg. Acesso em: 18 abr. 2022.
- ALENCAR, José. **Senhora**. 35. ed. São Paulo: Ática, 2009. (Bom Livro).
- ALONSO, José Inaldo. **Notas para a história de Magé**. Niterói: Ed. do autor, 2000.
- ALVES, Aparecida Matilde. **A Senhora da Piedade** – setenário das dores de Maria. 2. reimpr. São Paulo: Paulinas, 2016.
- AMARAL, Tarsila do. **Bandeira do Divino**. Óleo sobre a tela. 97 x 73 cm, 1968. Coleção particular. São Paulo, SP. Disponível em: <https://tarsiladoamaral.com.br/portfolios/dos-anos-30-a-50/>> Acesso em 17 fev. 2023
- ANDRADE, Abigail. **Mulher sentada na escrivaninha**, 1889. Rio de Janeiro. Coleção particular. Disponível em: <https://revistavaledocafe.com.br/2020/05/25/abigail-de-andrade-pioneira-premiada-e-invisibilizada>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- ANKER, Albert. **Jeune fille tricotant**, 1897, 50 x 70 cm. Disponível em: <https://www.attention-a-la-peinture.com/tableaux-grands-peintres/anker/albert-anker-jeune-fille-tricotant!1!4!122!3296>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- APOLARO, Raquel; NASCIMENTO, Kuézia. Bibliotecas da Província do Rio de Janeiro no séculoXIX: Memória e história. **Semioses** – Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 77-97, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisiam.edu.br/index.php/semioses/article/view/226>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Via Leitura, 2015.
- ASSIS, Machado de. **Helena**. Jandira: Principis, 2021.
- ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. 3. ed. Jandira: Principis, 2019.
- BEZERRA, Nielson. **A cor da Baixada**: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara. Duque de Caxias: APPH – CLIO, 2012.
- BÍBLIA. Nova Bíblia Pastoral. Edição especial, Paulus. São Paulo, 2014
- BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm->

ext/22. Acesso em: 25 set. 2022.

BOLLMANN, Stefan. **Las mujeres, que leen, son peligrosas**. Madrid: Maeva, 2006.

BORGES, Angélica. Difusão da escolarização no Recôncavo da Guanabara: instalação e ampliação da malha escolar primária no período do Império. *In*: BORGES, Angélica; DIAS, Amália (org.). **História da educação do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense**. No prelo.

BORGES, Angélica; DIAS, Amália. Capilarização da escola pública na Baixada Fluminense: reflexões em torno de Iguazu (1870- 1933). *In*: SILVA, Alexandra; LIMEIRA, Aline; LEONARDI, Paula (org.). **Um mar de escolas: mergulhos na História da Educação (1850 – 1950)**. Curitiba. Editora Appris, 2021.

BRANDMEYER, August. **Cultura coffeae**: in praedio inter oppidum Magé et Montes Serra dos Órgãos. Lipsiae: Apud Frid. Flesher in Comm., 1840-1857. 1 grav, litograv., duas cores, 19,4x32,5cm em papel 30x46,4. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon408465/icon408465.jpg. Acesso em: 17 abr. 2022.

CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria; BICCAS, Maurilane de Souza; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estatísticas educacionais e processo de escolarização no Brasil: implicações. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 2, jul./dez, 2013.

CARVALHO, Jose C. **Mappa da Provincia do Rio de Janeiro**: mandado organizar pelo presidente da provincia o Exmo. Sr. Dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão para o serviço da imigração. Rio de Janeiro: Lith. e Typo Lombaerts, 1887. 1 mapa, col, 53 x 73. Escala indeterminavel. ((W45°--W40°50' / S20°45'-- S23°30')). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326149/cart326149.jpg. Acesso em: 17 abr. 2022.

CARVALHO, José Murillo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAGAS, Renata Rodrigues. **A expansão da oferta da instrução primária pública no século XIX na província do Rio de Janeiro**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Ideias em ornamento, cidades em formação**: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro. 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017. (Coleção história na universidade).

ESTEVES, Ana Paula da Silva. **O Ginásio Leopoldo e o processo de institucionalização do ensino secundário no distrito-sede de Iguazu (1930-1950)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense,

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020 .

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação e história regional: experiências, dúvidas, perspectivas. *In*: MENDONÇA, Ana Waleska C. P.; ALVES, C.; GONDRA, J.; NACIF, L. ; BONATO, N. (org.). **História da educação**: desafios teóricos e empíricos. Niterói: Ed. UFF, 2007. p. 57-66.

FERREIRA, Letícia Schneider. **Entre Eva e Maria**: a construção do feminino e as representações do pecado da luxúria no *Livro das Confissões* de Martins Perez. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56574/000859155.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERREIRA, Talita Morato. **Figuratividade na poesia bucólica de Virgílio**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2013.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 11, 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 123-144, 2002.

FRÓES, Vânia. **Município de Estrela (1846-1892)**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

GIL, Natália. Analfabetismo da população brasileira nas análises de Giorgio Mortara sobre o censo de 1940. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 39, 1- 15.
<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0213>

GINZBURG, Carlo; PONI, C. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo. (org.). **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1991. p. 169-178.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem pelo Brasil**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cap. III, p. 99-132.

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. **Cenários do processo de escolarização no Recôncavo da Guanabara**: a história de Iguaçu (1833 – 1858). 2012. Dissertação (Mestrado

em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUEDES, Shirlei T. R.; SCHELBAUER, Anaete R. Da prática do ensino à prática de ensino: os sentidos da prática na formação de professores no Brasil do século XIX. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”*, 7., 2010, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: HISTEDBR, 2010.

GUIMARÃES, Roberta. **Mulheres precursoras na educação**: histórias de professoras e professores primários na capital do Império. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

GUIMARÃES, Valéria; VELLOSO, M. P.; CORREA, F. B. (org.). **Magazines and Modernity in Brazil** – Transnationalisms and Cross-Cultural Exchanges. London: Anthem Press, 2020. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=nnjnDwAAQBAJ&pg=PA21&lpg=PA21&dq=jornal+museo+universal:+jornal+das+familias&source=bl&ots=BTamroxadi&sig=ACfU3U33ty6fQW7Dg3gI-XWLxffe0sgdtA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjutNKy9o_3AhWXIZUCHY65AsoQ6AF6BAgQEAM#v=onepage&q&f=false. Acesso em 24 mar. 2022.

HALL, Richard. **La Classe manuelle, école de petites filles (Finistère)**. 1889. Disponível em: https://art.rmngp.fr/fr/library/artworks/richard-hall_la-classe-manuelle-ecole-de-petites-filles-finistere_1889. Acesso em: 3 dez. 2021.

HEDLEY, Ralph. **Barred Out (29th May)**. Newcastle-upon-Tyne: Laing Art Gallery, 1896. Disponível em: [https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Ralph-Hedley/262651/Barred-Out-\(29-de-maio\),-1896.html](https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Ralph-Hedley/262651/Barred-Out-(29-de-maio),-1896.html). Acesso em: 16 fev. 2023.

JARA, Isabela Bolorini. **O fazer-se Estado e o fazer-se magistério em Iguazu**: funcionarização, agências e experiências (1895 – 1925). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

JINZENJI, Monica. Leitura e escrita femininas no século XIX. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, p. 367-394, 2012.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. **O Brasil e os brasileiros** – esboço histórico e descritivo. 1º volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

LAWRENCE, Sir Thomas. **Maria, Lady Callcott**. Oil on canvas. 59.7 x 49.5cm (23 1/2 x 19 1/2 in.), 1819.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Livros de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 129-143, 2000.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. **Sinais do “desconforto” no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860 – 1880)**. 2014. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

LOPES, Silvana Fernandes. “Retratos” de mulher na literatura brasileira do século XIX. **Revista Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p. 117-140, jan./jun. 2011.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122396/issn1518-126x-2011-12-01-117-140.pdf?sequence=1&isallowed=y>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da educação na perspectiva do gênero. **Projeto História** (PUCSP), São Paulo, v. 11, p. 31-46, 1994.

MACEDO, Joaquim Manuel. **Os dois amores**. Grandes Romances Universais – Volume 12. São Paulo: Editora Brasileira, 1959.

MALAVOTA, Claudia Mortari. A Irmandade do Rosário e seus irmãos africanos, crioulos e pardos. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. v. 1. p. 85-107.

MATHEUS, Márcia Cristina de Oliveira Santos. Maria Graham e a documentação do feminino no Brasil na primeira metade dos oitocentos. **Policromias**, v. 4, n. 2, p. 324-359, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/29348>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MATTOS, Ilmar Rohlof de. **O tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1987.

MELONI, Reginaldo Alberto; ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Materiais didático-científicos e a história do ensino de ciências naturais em São Paulo (1880-1901). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. e207546, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e207546.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MIRANDA, Ana Carolina de Farias. “**A marcha progressiva do ensino**”: processos de escolarização no município fluminense de Iguassú (1879 – 1889). 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MITRA DIOCESANA DE PETRÓPOLIS. **Os horrores de Magé 1894**. Magé: [s. n.], 2002.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

MOTA, Camilla Veras. Abigail Andrade: a pintora premiada quando as mulheres eram proibidas na Escola de Belas Artes no Brasil. **BBC News**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51761063>. Acesso em: 15 fev. 2023

MUNHOZ, Fabiana Garcia; VIDAL, Diana Gonçalves. Experiência docente e transmissão familiar do magistério no Brasil. **Revista Mexicana de Historia de la Educación**, Ciudad de México, v. III., n. 6, p. 126-157, 2015.

MUNHOZ, Fabiana. **Invenção do magistério público feminino paulista: Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **Caminhos da Docência: Trajetórias de Mulheres Professoras em Sabará- Minas Gerais (1830-1904)**. 2011. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

NEEDHAM, Jonathan. **Serra de Estrella**. London [Londres, Inglaterra]: The McLean, [18--]. 1 grav, litografia, col. : 56,6 x 35,7. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393049/icon393049_25.jpg. Acesso em: 17abr. 2022.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. De Iguassú a Nova Iguaçu: as transformações na organização espacial a partir dos eixos de transporte – uma leitura dos séculos XVIII e XIX. **Revista Universidade Rural**, Série Ciências Humanas, Seropédica, v. 29, n. 2, p. 181-203, jul./dez. 2007.

OTTERO, Luiza Coutinho. **Vila de Sapucaia**: administração camarária, elites e poderes locais (1875 – 1888). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologias das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. **Textos Linguísticos**, Vitória, v. 10, p. 153-167, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/14797>. Acesso em: 4 mar. 2020.

PEDRO, Joanna. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 abr. 2021.

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. **Tecendo letras e mulheres prendadas**: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839- 1889). 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. 6. reimpr. São Paulo:Contexto, 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

PIMENTA, Tânia Salgado; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. **Dimensões**, São Paulo, v. 34, p. 145-183, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26114>. Acesso em: 5 ago. 2019.

PINTO DE MOURA FILHO, Heitor. As falhas no registro de crianças no Censo de 1872: o caso fluminense. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 39, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0203>. Acesso em: 11 mar. 2023

RABELO, Nancy Regina Mathias. Devoção fluminense a Nossa Senhora da Piedade. **Imagem Brasileira**, Belo Horizonte, n. 5, p. 82-90, 2009. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/revistaceib/index.php/imagembrasileira/article/view/120/111>. Acesso em: 23 mar. 2022.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experienciada microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra F. M. Entre o mundo da casa e o espaço público:

um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). **Revista História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 122-146, jan./abr. 2018.

SANTOS, Beatriz Souza dos. **Entre tropeiros, quilombos e fazendas: processos de escolarização e educação dos negros na Vila de Estrela na Província do Rio de Janeiro (1846 – 1889)**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

SANTOS, Beatriz Souza dos; FERREIRA, Jéssica Thomaz. Educação dos negros no Recôncavo da Guanabara: entre o magistério e a fábrica (1857 – 1888). **Pilares da História**, Duque de Caxias, ano 20, n. 20, out. 2021.

SANTOS, Vinícius Teixeira. **O olho e a mão da autoridade: a inspeção da instrução na província do Rio de Janeiro (1850- 1889)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

SANTOS, Vivian Matias dos. Para repensar o campo científico e educacional: mulheres, educação e letras no século XIX. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, p. 585 -610, 2014.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências, e profissionalização docente em escolas públicas primárias**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SCOTT, Joan. A história das mulheres. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita a história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SILVA, Ana Marry. Amiga do Império: Maria Graham – os relatos sobre a viagem ao Brasil em 1821-1823. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2018, Guarulhos. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1533109400_ARQUIVO_Amiga doImpério-ANPUHSP31.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA, Márcia Cabral da. Educação de meninas e moças por meio da tradução e da edição de romances franceses. **MOARA**, Belém, v. 35, p. 149-166, 2011.

SILVA, Márcia Cabral da; SOUZA, Mariana Elena Pereira dos Santos. Representações de leitura em *Minha Vida de Menina*, de Helena Morley, e em *As Três Marias*, de Rachel de Queiroz. **Linha Mestra** (Associação de Leitura do Brasil), [s. l.], v. 30, p. 1351-1356, 2016.

SIMONI, Dr. Luiz Vicente de. **Ramalhete Poético do Parnaso Italiano**. Rio de Janeiro, 1843, p. 117. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7089>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 399-429.

SOUZA JÚNIOR, José Pereira. As Irmandades Religiosas: espaços de devoção e disputas

políticas na Paraíba oitocentista. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2009.

SOUSA, Mariana Ramalho de. **Processos de escolarização na freguesia de São João Baptista de Meriti na Província do Rio de Janeiro (1833 -1889)**. [S. l.: s. n.], 2021.

SOUSA, Mariana Ramalho de; BORGES, Angélica. Processos de escolarização na freguesia de São João Batista de Meriti (1833 – 1889). **Revista Pílares da História**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 20, out. 2021.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. “**Senhoras do seu destino**”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873 – 1894). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, MarluCIA Santos de. **Escavando o passado da cidade**: história política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias: APPH – CLIO, 2014.

THOMPSON. Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TURIN, João, 1927. **Pedagogia**. Baixo-relevo em bronze, 135 x 254 x 43 cm, 1927. Acervo Prefeitura Municipal de Curitiba. Memorial Paranista. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/memorialparanista/obras/pedagogia/48>. Acesso em: 6 jan. 2023

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Escritas femininas na casa oitocentista: memórias sobre o diário da Viscondessa de Arcozelo. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. e97649, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/97649>. Acesso em: 22 fev. 2023.

VELÁSQUEZ, Diego Rodríguez de Silva y. **Las meninas**. Tinta a óleo. 3,18m x 2,76m, 1656. Museu do Prado. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=as+meninas+quadro&oq=as+meninas+quadro&aqs=chrome..69i57j69i61.60 58j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 12 mar. 2023.

VILLA DE Magé. Rio de Janeiro: [S. l.], [1845-1846]. 1 grav., litogravura, p&b, 17,2 x 26,8 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424740/icon1424740.jpg. Acesso em: 14 abr. 2022.

VILLELA, Heloísa. A trajetória de um professor negro no Brasil escravocrata. *In*: OLIVEIRA, Iolanda (org.). **Relações raciais no contexto social, na Educação e na Saúde**. Brasil, Colômbia e África do Sul. Niterói: Quartet; EdUFF, 2012. p. 153-180.

VILLELA, Heloisa. O mestre – escola e a professora. *In*: LOPES, Eliane; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano M. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

VILLENEUVE, Louis-Jules-Frédéric. **Rio Inhomêrim**: dans la Baie de Rio de Janeiro. Paris: Lith. de G. Engelmann, [1835]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_029.jpg. Acesso

em: 18 abr. 2022.

FONTES

ALMANAK Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1844-1889.

BASTOS, José Tavares. Falla apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da decima-quinta legislatura no dia 15 de outubro de 1865, pelo primeiro vice-presidente da mesma provincia, o desembargador.

BRAZIL. Constituição Política do Império do Brazil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 5 abr. 2022.

BRAZIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872.

BRAZIL. Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827.

COUTINHO, Aureliano. Relatório do Presidente da província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da primeira sessão da sétima legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1º de abril de 1848, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1848-1849. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, 1848. p. 45.

DECRETO Nº 10 – Criação da Escola Normal na Província do Rio de Janeiro. 10 de abril de 1835

FARO, João Pereira Darrigue. Relatório do vice-presidente da província do Rio de Janeiro, o vereador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da primeira sessão da nona legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1.º de agosto de 1852, acompanhado do orçamento dareceita e despesa para o anno de 1853

FARO, João Pereira Darrigue. Relatorio do vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, o veador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da segunda sessão da nona legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1.º de agosto de 1853, acompanhado do orçamento dareceita e despesa para o anno de 1854.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso entre: jun. 2018 e mar. 2022.

LEÃO, Dr. Polycarpo Lopes de. Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da decima quinta legislatura no dia 1.º de outubro de 1863, pelo presidente da mesma provincia.

LEÃO, Dr. Antonio da Rocha Fernandes. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa

Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 12de setembro de 1887 pelo presidente.

MACEDO, Diogo Teixeira de. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Riode Janeiro na segunda sessão da decima-setima legislatura no dia 1o de outubro de 1869 pelo 1ovice-presidente, desembargador.

OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de. Relatório apresentado ao excellentissimo vice presidente da Província do Rio de Janeiro, o senhor Doutor José Noberto dos Santos pelo presidente, o desembargador, ao passar-lhe a administração da mesma província no dia 04 de maio de 1862. Niterói: Typographia do Moderado, 1862. p. 111

PEIXOTO, Bernardo Avelino Galvão. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima quarta legislatura em 8 de agosto de1882 pelo presidente o Desembargador, 1882. p. 326.

SANTOS, José Norberto dos. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Riode Janeiro na primeira sessão da décima-quinta legislatura no dia 8 de setembro pelo vice-presidente da mesma província. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. 53, S1-13, p. 120.

SOARES, João Crispiano. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima quinta legislatura no dia 9 de outubro, pelo presidente da mesma província. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1864. p. 21, p. A-18.

SOUZA, Paulino Soares de. Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Sousa na abertura da primeira sessão da terceira legislatura daAssembleia provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. 2. ed. Niterói: Typographia de Amaral & irmão, 1851. p. 16.

TAQUES, Benvenuto Augusto de Magalhães. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima-oitava legislatura no dia 15 de outubroDE 1868 pelo presidente da mesma província. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1868. p. A-12.

ANEXOS

Quadro 24 – Professoras de Magé

(Continua)

Freguesia	Localidade	Professora	Período
Nossa Senhora da Piedade	Vila	Luiza Augusta de Menezes	1840-1868
		Eurydice Eufrosina Penalta	1869-1870
		Candida Francisca da Costa Lopes	1871-1883
		Anastacia Maria Desoudim*	1881-1883
		Jacintha Theresa Soares Medella**	1884
		Virginia Maria da Silva Weingartner**	1885-1889
	Porto da Piedade	Isabel Francisca da Costa Medenilha	1873-1882
		Amélia Honorata da Matta	1884-1885
		Joanna Rosa de Magalhães**	1886-1889
	Santo Aleixo	Claudina Custodia Ribeiro Baptista	1874-1875
		Eliza Neomisia da Silveira	1876-1889
	Sodré	Minervina Laura Moreira Guimarães	1884-1886
		Maria Isabel Védova**	1887-1889
	Jororó	Leopoldina Cordovil de Siqueira**	1886-1889
São Nicolau do Suruí	Rita Maria da Conceição Teixeira**	1856	
	Veridiana Maria da Silva*	1859	
	Alexandrina Ferreira Fraga	1859-1860	
	Minervina Laura Moreira Guimarães	1861-1882 1887-1889	
	Felicia Hansen Trindade	1884-1886	
Santo Antônio do Paquequer (Theresópolis)		Raquel Maria de Freitas	1871-1872

(Conclusão)

		Clara Eugenia Bastide da Costa	1874-1876
		Rosa Branca Bandeira de Souza*	1883
		Luiza Alves de Azevedo	1884-1887
		Romana Augusta Barradas Muniz**	1889
Santo Antonio da Sapucaia		Bárbara Maria Julia de Moura Ruas	1872-1876
Nossa Senhora d'Ajuda de Guapimirim		Luiza Alves de Azevedo	1874-1876
		Clara Eugenia Bastide da Costa	1884-1886
Nossa Senhora da Conceição Aparecida		Maria Emilia Leal Collares**	1874

* Estas aparecem apenas no Almanak Laemmert.

** Estas aparecem apenas no Relatório dos Presidentes da Província.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Relatório dos Presidentes da Província e do Almanak Laemmert.

Quadro 25 – Professoras de Iguassu

(Continua)

Freguesia	Localidade	Professora	Período
Nossa Senhora da Piedade	Vila	Margarida Eugenia de Balbi**	1842-1843
		Francisca de Paula Adelaide de Moura	1846-1857
		Marianna Amalia de Paula Rodrigues*	1858
		Maria Leopolda Thompson	1861-1873 1875-1881 1883
		Augusta Candida Xavier de Araujo	1884-1889
	Rio d'Ouro	Maria Isabel Alves Barrão*	1881
		Luitgarda Saraiva de Moura	1884-1889
	Imbú	Henriqueta Gonçalves da Silva (substituta)	1881-1885
	São João Baptista de Merity		Engracia Flavia de Macedo Oliveira Dias
Pavuna		Maria Leopoldina de Oliveira Barros	1877-1879 1884-1889
		Filisbina Rosa Ajambuja Barreto (substituta)*	1877-1879
Nossa Senhora da Conceição de Marapicú	Queimados	Miquelina Rosa da Silva	1867-1872
		Anna Bernardina Marques Ferreira**	1874
		Claudina Custódio Ribeiro Baptista	1876-1889
		Theresa Carolina de Moraes**	1874
		Josephina Pinto dos Reis	1876-1883
		Maria Gertrudes Leal Vieira	1884-1886

(Conclusão)

		Eugênia Carolina Ribeiro* Eugênia Carolina de Souza	1887-1889
Santo Antônio da Jacutinga	Maxambomba	Virgínia Maria da Silva	1867-1869
		Francisca Senhorinha da Motta Diniz**	1868-1869
		Maria Rosa Monteiro Paris	1870-1876 1884-1889
		Amália do Couto Braga*	1885
Sant'Anna das Palmeiras		Maria Paulina Fioravante Patruhano	1871-1874
		Luiza Maria de Lima Rebello	1876-1877
		Joanna de Sampaio Vianna*	1878

* Estas aparecem apenas no Almanak Laemmert.

** Estas aparecem apenas no Relatório dos Presidentes da Província.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Relatório dos Presidentes da Província e do Almanak Laemmert.

Quadro 26 – Professoras de Estrella

(Continua)

Freguesias	Localidade	Nome	Período
Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim	Vila	Carolina Amália de Oliveira Brito	1848
		Ignacia Adelaide de Souza Raposo	1849-1852
		Ricarda Correia de Castro Maigre Restier	1853-1856 Interina (1853-1854)
		Augusta Carlota Brandão Garcez de Araujo	1856-1863
		Henriqueta Carlota de Menezes Rocha*	1864-1867
		Candida Olímpia de Lima Viegas	1865-1869 1876-1878
		Maria Augusta Jardim da Veiga	1869-1871
		Cornelia Luiza David**	1871-1872
		Maria Guilhermina de Vargas (substituta)*	1873
		Luiza Augusta Coelho Bastos	1874
		Marianna da Conceição Lara*	1875-1876
		Manoela Petronilha da Costa Faria (substituta)*	1875
		Josepha Falcão Pinheiro*** (substituta)	1876
		Ermelinda Maria da Piedade****	1878
		Rosa Maria da Conceição Neves de Andrade*	1879-1882
		Mathilde Augusta de Vargas**** (substituta)	1880

(Continua)

		Julieta de Sampaio Mayrink	1883-1885
		Edwiges Maria da Cunha***	1888-1889
		Rosa Hermogenes Barbosa de Moura***	1889
	Raiz da Serra	Gertrudes Mourão Pereira de Carvalho**	1871
		Januária Mourão (substituta)	1872-1873
		Maria da Glória Vasconcellos Loureiro/ Maria da Glória Loureiro de Almeida	1874-1877
		Henriqueta Morrecy da Silva***	1876
		Izabel Alves Barrão	1884-1889
	Taquarassú	Isabel Augusta Pereira Fontes (provisória)	1874
	Petrópolis	Zeferina Josepha Pinto de Bulhões	1848-1859
Nossa Senhora do Pilar	Pilar	Amélia da Cunha Mourão	1871-1876 1879
		Carolina Amelia da Silva Valle*	1883-1885
		Anna Josephina Nery do Valle	1887-1889
Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba	Pacobaíba	Rita Maria da Conceição Teixeira*	1856
		Anna Joaquina de Souza Coelho*	1856-1858
		Amelia Rosa Silva Chaves*** (provisória)	1857
		Veridiana Maria da Silva	1859-1863
		Euridice Edwirges Ferreira da Silva	1867-1872
		Lucillia Maria da Conceição Alberto	1874-1885
		Thereza Barreto Montebello**	1885-1886
		Rita Albertina dos Reis	1887
		Leodelina Augusta Castello Branco Tavares**	1889
	São Francisco do Croará	Julieta de Sampaio Vianna	1874-1877 1879
		Anna Josephina Nery da Silva**	1886-1887
		Luiza Alves de Azevedo**	1889
	Ipiranga	Maria Pereira Chalréo	1874-1880

			1882-1889
--	--	--	-----------

* Estas aparecem apenas no Almanak Laemmert.

** Estas aparecem apenas no Relatório dos Presidentes da Província.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Relatório dos Presidentes da Província e do Almanak Laemmert.